MARIA NEYÁRA DE OLIVEIRA ARAÚJO

A MISÉRIA E OS DIAS

(História Social da Mendicância no Ceará)

MARIA NEYÁRA DE OLIVEIRA ARAÚJO

A MISÉRIA E OS DIAS
(História Social da Mendicância no Ceará)

Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador:
Professor Doutor Francisco de Oliveira.

São Paulo, 1996.

História Social.
USP.
1996.

Ofereço:

- aos banidos do Brasil, na pessoa de Luís Inácio Lula da Silva;

- a todos quantos, diante dos maiores reveses, não se deixaram abater, na pessoa de meu irmão Tã, a quem nem o fogo e nem a rocha puderam vencer;

- em memória de Tereza Maria Frota Haguette, a indelével lembrança de uma guerreira.

Com amor e respeito.

Agradeço:

- aos meus colegas da Universidade Federal do Ceará, de quem muito me beneficiei ao ficarem trabalhando em meu lugar durante quatro anos, quanto incorporando a este texto vários dos resultados de seus estudos;

- à CAPES, que financiou o doutorado, mas principalmente porque não me permitiu fazê-lo fora do Brasil - como eu pretendia, por acreditar que em nosso país não teria condições de deslocar minha família - e assim obrigando-me não só a conhecer muito melhor a realidade brasileira, como a manter contato direto com os excelentes intelectuais que a estudam;

- à Universidade de São Paulo e especificamente aos professores Francisco de Oliveira, Maria Lúcia Montes, Maria Célia Paoli, Irene Cardoso, Orlando Pinto de Miranda, Sérgio Adorno, Sérgio Micelli e Roberto da Matta, de quem frequentei os cursos e seminários na montagem de meu programa de estudo;

- ao meu querido e sábio orientador, Professor Francisco de Oliveira;

- aos meus afetuosos e dedicados parentes e amigos, que de todo modo me ajudaram: uns cuidando de meus filhos enquanto eu permanecia em São Paulo, outros acolhendo-me generosamente lá, um imprimindo este texto ou servindo-me nos

encaminhamentos da burocracia, outro dando-me uma sugestão, indicando uma bibliografia, ou emprestando um livro.

Abstract

"A MISÉRIA E OS DIAS - História social da mendicância no Estado do Ceará", é o texto final da pesquisa que desenvolvi no Programa de Doutorado em Sociologia, da Universidade de São Paulo, no período de março de 1992 a março de 1996, sob a orientação do Professor Francisco de Oliveira.

O texto corresponde ao desenvolvimento de duas hipóteses básicas e gerais da pesquisa, quais sejam:

1) - A mendicância é uma forma de obtenção da sobrevivência e se dá no limite possível do processo de expropriação do trabalho nas sociedades de classes. Sendo assim, ela é ausência-de-trabalho, ou não-trabalho, e deste modo configura a forma sob a qual aparecerá historicamente como fenômeno geral - trazendo a memória daquele processo amplo de destituição - e ao mesmo tempo incorporando as especificidades de tempo e espaço.

2) - Dado que há uma matriz identitária comum alocada no mundo prático e simbólico do trabalho, não se pode sugerir a existência de uma 'identidade do mendigo' - no sentido antropológico clássico - senão como formalização exterior necessária ao movimento particular dos indivíduos mendigos em sua relação com o seu-outro, ou seja, o doador e seu próprio contexto. Esta relação é tão variável que chega a inverter a posição do mendigo, fazendo com que este, quase sempre, se veja diante de situações em que passa a ser ele o doador.

No caso específico de que trata esta pesquisa - a mendicância no Estado do Ceará - aquelas hipóteses foram re-construídas a partir da identificação de quatro categorias gerais de mendigos - **mendigos do sertão, mendigos da favela, mendigos de rua e mendigos de abrigo** - que, embora assim denominados pareçam compor uma 'morfologia da mendicância' - na verdade representam, naquela ordem de

sequência, a gênese do fenômeno tal como ocorre nas condições históricas e sociais particulares do Estado do Ceará, em que o elemento climatológico das secas, transmutado em 'problema social', concorre sobremaneira para oferecer ao fenômeno da mendicância, uma cor local.

O texto é oferecido em quatro sequências:

- A apresentação
- O cenário
- O drama em quatro atos
- O epílogo

A forma pouco convencional, assim como o estilo, mais que um recurso estético, representa minha própria saída - ou método de exposição - para lidar com um objeto de pesquisa em que o confronto pesquisador-pesquisado, além de sofrer as tensões próprias desta relação, superpõe o fato de que, por definição, compomos já uma oposição: pesquisador/trabalhador/doador e pesquisado/não-trabalhador/mendigo. Esta tensão é narrada principalmente na sequência denominada 'O drama em quatro atos', onde o processo de destituição social é percebido como um processo simultâneo de destituição da língua. À medida em que o movimento das perdas vai se desenvolvendo, as falas respectivas do pesquisador e do pesquisado vão se relacionando de modo diferente. No primeiro ato, a fala dos protagonistas - **Mendigos do sertão** - demonstra a existência de um campo comum de fala, derivado da matriz identitária do mundo do trabalho, que permite o diálogo normal entre pesquisador e pesquisado. Neste momento do texto prevalece normalmente a fala do pesquisado, tal qual é proferida. Já no segundo ato - **Mendigos da favela** - a fala do pesquisado entra em confronto direto com a do pesquisador em vista de que esse é o momento preciso em que ocorre a negação do mundo do trabalho e o protagonista aparece claramente como aquele que se lhe opõe. As falas aqui - quer a do pesquisador, quer a do pesquisado - embora ainda no interior do campo linguístico comum, são tensionadas pelo elemento da desconfiança recíproca. No terceiro ato -

Mendigos de rua - o descolamento do mundo do trabalho já se efetivou explicitamente e o protagonista revela isso na sua fala. É uma fala explícita, mas também inversa, e o pesquisador precisa como que decodificá-la. Finalmente, no quarto e último ato - **Mendigos de abrigo** - a fala silenciada dos protagonistas deve ser descoberta nas mais diversas dobras onde foi se esconder.

Além disso, o texto apresenta uma forma contínua. Isto também é uma escolha deliberada, que quer revelar pela escrita - sem parágrafos - o mesmo desenrolar - sem pausas - do processo das perdas.

O epílogo é para demonstrar a minha crença em que, se os homens perdem, também transformam.

O 'ACONTECIMENTO' DA SECA NO NORDESTE
(O TEMPO)

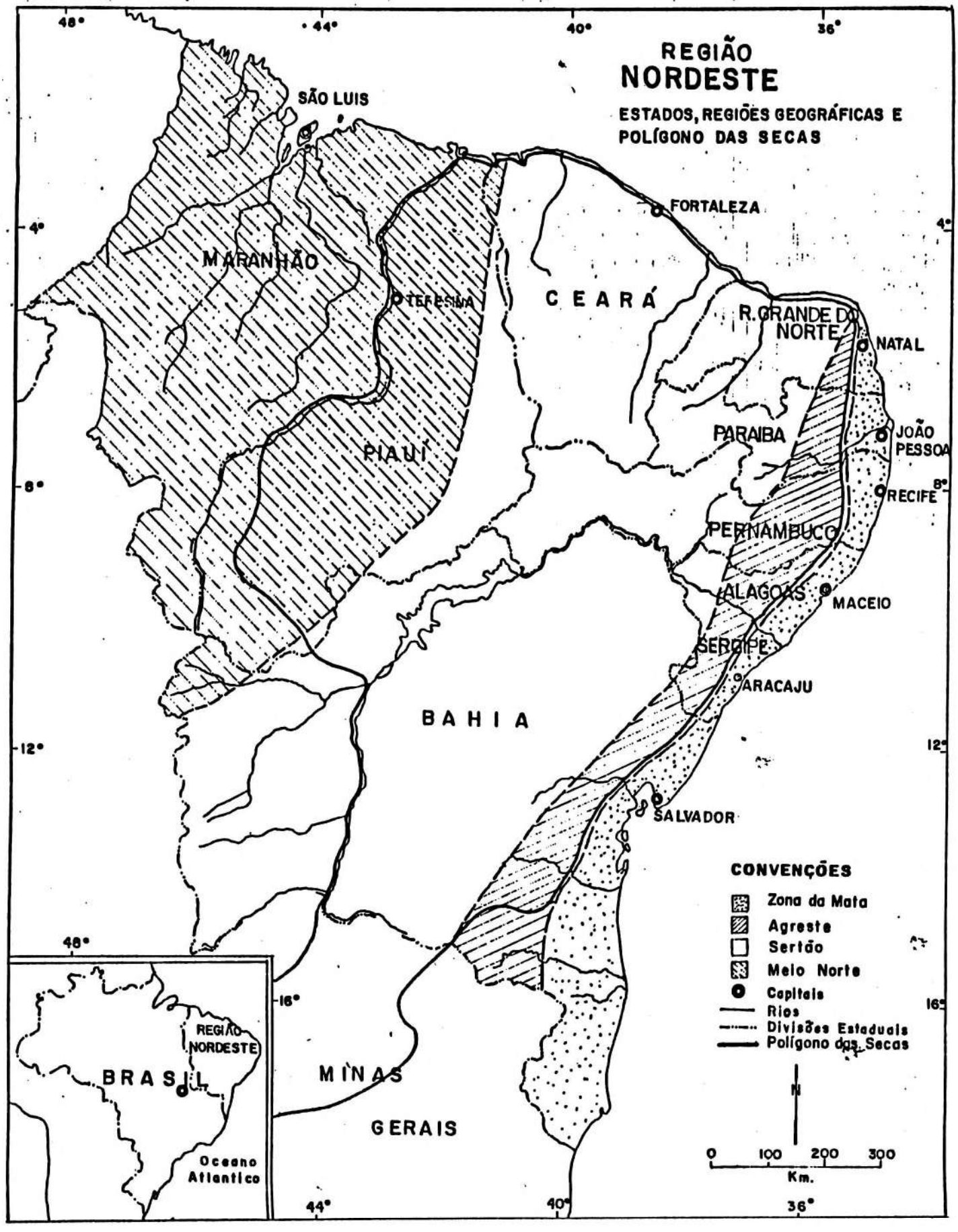
SÉCULOS	Nº DE SECAS	ANOS
XVI	04	1559
		1564
		1584
		1592
XVII	06	1603
		1609
		1614
		1645
		1652
		1692
XVIII	10	1710-1711
		1721-1725 (ou 23-27)
		1736-1737
		1744-1746
		1754
		1760
		1766
		1772
		1777-1778
		1790-1793
XIX	07	180.-1804
		1810
		1816-1817
		1824-1825
		1844-1845
		1877-1879
		1888-1889
XX	13	1900
		1903-1904
		1908
		1915
		1930-1932
		1942
		1951-1953
		1958
		1970
		1976
		1979-1983
		1987

		1990-1993
TOTAL	40	

Fonte: TOMAZ POMPEU, 1953; PAULO DE B. GUERRA, 1981; PHELIPE GUERRA,1909 E MINTER-SUDENE, 1983; FUNCEME, 1994.

A Apresentação

O 'ACONTECIMENTO' DA SECA NO NORDESTE
(O ESPAÇO)



"Ninguém morre tão pobre que não deixe alguma coisa", diz Pascal. Ao que Benjamin(1) completa que *também deixa recordações - só que estas nem sempre encontram um herdeiro*. Pois sendo esta a história de uma perda, de uma longa e lenta perda, urge imediatamente um narrador, antes que até as recordações fiquem tão longe, no mais recôndito esquecimento, que nem mesmo a deusa Mnemosina possa trazê-las de volta à luz. Porque a *pobreza é feito incêndio*, como dizia um velho contista do Ceará, Moreira Campos, a tudo devasta, e o que ainda possa sobrar de recordações, a quem vai interessar?. Pode ser que fiquem os registros, os números frios e mortos - e nem sempre reais - que facultarão a avaliação do contrato, demonstrando a forma e a quantidade dos que ficaram de fora. Mas o gosto dos sentimentos, doce ou amargo, quem vai saber? E o sentido dos gestos, quem vai poder ver? Tem uma categoria de gente, sim, afora os artistas propriamente ditos, que se interessa em recolher esses vestígios pouco perceptíveis e por demais desinteressantes da vida. Entre estes é que me incluo enquanto pelejo para contar a história motivo destas linhas, tentando juntar as pontas de um tempo-presentificado, cujo passado os homens desterraram e o futuro a Deus pertence, tempo-fora, daqueles que ficaram nas bordas da História; tempo-emergencial, que põe na boca de dona Fransquinha, **mendiga do sertão**, palavras assim: *"meu marido é da mergência"*, referindo-se à ocupação circunstancial do marido no Programa de Emergência do governo em razão da seca. Portanto, se foram destruídos os narradores arcaicos - o marinheiro mercante que vinha de longe trazendo coisas para contar, e o lavrador sedentário bom conhecedor das histórias e tradições de sua terra, assim como posteriormente, quando se tornaram mestres e aprendizes volantes, também foi destruída a sua 'academia', qual seja, a sua condição de artífice(2) - creio poder dizer que nos tempos modernos alguém se dispõe e está apto a fazer aquele papel de narrador: é o cientista social, ou seja, o historiador, o antropólogo e o

sociólogo, assim em conjunto. E fazer isso diante da grande opositora do momento, aquela que tomou o lugar da narrativa, a comunicação de massa (a informação) no que ela tem de 'pronta verificabilidade', de 'inteligível por si mesma', sendo este o ponto principal do confronto. E quem sabe até utilizando-se dela, recolhendo devagar os pedaços que ela é capaz de espalhar pelo mundo todo na sua pressa, que foi o que fiz um pouco aqui, catando um e outro fragmento dessa passagem nos velhos jornais da cidade. Porque tal foi o papel do narrador: "o *narrador colhe o que narra na experiência, própria ou relatada, e transforma isso outra vez em experiência dos que ouvem sua história*"(3). Benjamin diz que a narrativa está desaparecendo porque a experiência caiu na cotação. Mas disse isso já tem mais de meio século. Naquele tempo a experiência se transformara totalmente em experimento, a tradição fora substituída pelo laboratório, a evocação pela descrição. Extinguira-se o tempo épico. Mas agora já se começou a escuta dos combatentes que voltaram silenciosos dos campos de batalha, dos mais diversos campos. É o tempo da história dos 'povos sem história', de uma nova oralidade marcada pelas 'histórias de vida', pelos 'depoimentos de história oral'. Quem sabe aí não recuperemos a experiência, mesmo que já tenha desaparecido a imediaticidade do trabalho e da comunicação artesanal que a ligava à narrativa? Posso dizer que os cientistas sociais são uma nova comunidade de ouvintes, que queremos reabilitar o dom da escuta paciente, essa que nada pretende abreviar; que ainda somos - como os poetas, viu, Paul Valèry? - daqueles para quem "*não acabou o tempo em que o tempo não vem ao caso*". Suponho que já se tenha ido ao limite máximo do que Benjamin chamou de 'experiências desmoralizadoras': "*as estratégicas pela guerra de posições, as econômicas pela inflação, as físicas pela batalha de material bélico, as morais pelos detentores do poder, as do corpo pela fome*"(4) . Chegou-se hoje a formular o conceito de 'pobreza absoluta'! Essa que se evidencia na brutalidade que o doído

filósofo provavelmente não imaginava que chegasse a tanto, estampada assim, numa nota de jornal: *"Manifestação no Lago do Arouche - administração pública trata população de rua como lixo. Cerca de 200 pessoas participaram ontem à tarde, no Lago do Arouche (centro de São Paulo), de um ato ecumênico em memória de Ricardo da Silva Soares, de 12 anos, atropelado há uma semana por um caminhão da Administração Regional da Sé enquanto dormia. Realizado no mesmo local onde o garoto foi morto, o ato se transformou em manifestação de repúdio à 'operação limpeza' promovida pela prefeitura na área central da cidade. Segundo o Padre Júlio Lancelotti, vigário episcopal do Povo da Rua, a Regional da Sé tem recolhido os pertences de moradores das ruas, além de expulsa-los dos baixos de viadutos e praças(. . .) Um manifesto 'em defesa da vida e cidadania do povo da rua' foi encabeçado pela assinatura do cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e endossado por mais de 15 entidades de direitos humanos. O documento atribui a morte do menino 'à intolerância da administração pública, que trata a população de rua como lixo"*(5). O menino Ricardo morrera no dia 9 de setembro de 1994, ao ser esmagado pelo caminhão da Prefeitura que recolhia o lixo do Lago do Arouche. O caminhão manobrava quando passou por cima da cabeça do menino, que dormia sob uma árvore da praça, enrolado em um cobertor e em pedaços de papelão! O motorista fugiu. Fugiu?! Fugiu para onde?! Haverá um lugar em que crime assim seja prescrito?! Impossível. Alcançou-se a completude do mal. Agora chega. É hora de voltar. A ciência social vai fazer a narrativa desta trágica e duradoura viagem. E eu vou aqui contar só um pedacinho dela. Como os antigos narradores, *carregando consigo a sua utilidade: ora uma lição de moral, ora uma indicação prática, ora um ditado ou forma de vida*, enfim, restabelecendo *a sabedoria do lado épico da verdade*(6), que as especializações técnicas, os discursos neutros, as regras do método (sem pré-conceito) impingiram ao conhecimento do homem,

condicionando-o às mesmas leis explicativas do universo natural. Se me permitem, vou no *rumo de uma estética cognitiva para a sociologia*, conforme aponta Eduardo Diatahy B. de Menezes(7) na sua guerra sem trégua ao realismo científico. A este, o autor contrapõe o 'realismo simbólico' - (segundo ele, na falta de um termo melhor para o enfoque metodológico que conduzirá à 'estética cognitiva') - erigido na base mesma das principais correntes da gnosiologia contemporânea, a partir da qual é possível cogitar-se a possibilidade de rompimento da dicotomia entre a ciência e a arte, na medida em que - tal como o reconhecem aquelas correntes científicas - todos os modos de conhecimento são simbólicos, assim refletindo uma perspectiva particular e parcial. Deste modo, a estética cognitiva produz um discurso capaz de aclarar as ciências sociais, uma vez que a estética consiste essencialmente em analisar os sistemas simbólicos. E dado que, ainda segundo aquele autor, toda descrição ou representação, pelo fato mesmo da maneira como classifica e é classificada, pode criar e marcar conexões, analisar objetos e organizar o mundo, tem-se que artistas e cientistas põem-se igualmente como criadores, não apenas por causa de suas atividades artesanais, mas também em um sentido cognitivo e ontológico. A ciência social vai assim, como uma forma artesanal de comunicação, igual à narrativa, mergulhar no que há de inacabável e de inesgotável da coisa humana, indicando também o pecado e o perdão - com licença para o sentimento religioso que os termos expressam, afinal também presente na prática da ciência - e daí retirando não o 'em si', o puro dado, como se fosse um relatório ou uma informação, mas uma re-criação, ou uma re-descoberta do mundo. Dois elementos importantíssimos estarão, portanto, incluídos nessa nossa tarefa da ciência: de um lado, uma grande paciência com o tempo, aguardando sua maturação, atenta aos seus desdobramentos; e de outro, uma imensa deferência para com a alteridade, uma completa abertura para o fato de que é uma ciência nossa, apta a explicar *a relação* constituída pela

diversidade de muitos *outros* que somos todos nós, e não a ciência de uns sobre os outros. Sua obra será o desvendamento dos mistérios que constitui sermos um *nós*. Talvez possamos fazer a ciência como Goethe fez a poesia. Disse ele que jamais contemplou a natureza com objetivos poéticos. Os desenhos de paisagens, primeiro - e a sua atividade como naturalista, depois - o levaram a observar contínua e minuciosamente os objetos naturais e, pouco a pouco, aprendeu a conhecer bem a natureza, mesmo em seus mínimos detalhes, de modo que, se - como poeta - teve necessidade de alguma coisa, dispôs dela ao alcance da mão, e não lhe foi fácil pecar contra a verdade(8). Assim, tal o poeta-narrador, o cientista social não vai se eximir da obra narrada: ali ele deixará seus caracteres, como *na tigela de barro se finca a marca das mãos do oleiro*, porque narrar é já obrar.

Pois faz é muito tempo, sim, que eles vêm desgarrando do sertão. De primeiro, vinham e voltavam quando chovia. Agora não voltam mais, não. Estão ficando por aí. Tem deles que até têm sorte, arranjam um emprego, às vezes até no próprio governo, mas é um e outro, e isso em outros tempos, porque agora não tem mais chance, não. Não vê a dona Francisca Matias, essa que limpa lá na Unidade de Abrigo, onde vai dar quem não se arranjou de jeito nenhum e é recolhido da rua pelo poder público? A Francisca Matias se encostou ali pelos idos de 70, vinda da região de Sobral com destino ao Pará, e acabou arranjando uma colocação na Ação Social, as assistentes sociais gostaram dela, e ela foi ficando, ficando, fazia um cafezinho aqui, um mandado ali, e a chefe mandou contratar. Depois arrranjou também para o marido, na Secretaria de Educação, para trabalhar de vigia. Tem outros casos, mas são esporádicos, exceções que confirmam a regra. Que regra? Vou já dizer, tenha paciência. É como estou dizendo, é coisa de outros tempos, de quando o Estado mantinha uma relação com os indivíduos muito mais assistencialista do que é hoje, uma forma privada, como se o Estado pertencesse ao governante, entende? Ou ao chefe, em

escala menor. Por isso que a assistente social gostava da pessoa e dava o emprego. E vai dizer que isso acabou? Acabou não, mas mudaram algumas coisas. Pois dava até mais do que o emprego. A própria dona Francisca chegou inclusive a morar nas instalações do órgão do governo, não foi? Como ainda hoje tem o seu Bento, empregado da Defesa Civil que funciona junto da Unidade de Abrigo e cria até porco sob um dos galpões desativados, lá atrás. O seu Bento leva quase a vida que levava no sertão. E a dona Francisca Matias só saiu de lá porque quis, porque queria ter a sua própria casinha, que comprou pela Cohab. E antes, quando aquilo ali era a Hospedaria Getúlio Vargas e pertencia ao governo federal, na época da Guerra, teve também migrante que naquele tempo saía dos sertões do Ceará em busca do Norte, para o Amazonas e o Pará, mas aqui mesmo parou empregado pelo Ministério do Trabalho, ao qual era ligada a Hospedaria, igual como dona Francisca, porque era de serventia do encarregado do setor. O Sr. Expedito, agora aposentado, foi um caso assim, da época do 'exército da borracha'. Isso era antes, muito bem. Mas dizer que acabou, que o governo não dá mais as coisas, sei não . . . Não, não é que tenha acabado; agora, que está diferente, que tem outro modo, isso tem. Isso a gente vai ficar toda hora vendo no caminho dessa história. E tem mais outra coisa, no meio desse mundão letrado, completo de equipamento para tudo que é serviço de gente, o que é que vai fazer um analfabeto lá das brenhas? Até o serviço de bater roupa, serviço de mulher, que já deu para alimentar muito menino quando o pai não encontrava trabalho, também ficou mais rareado, porque os mais abastados usam logo a máquina de lavar e os mais pobres vão pagar de que jeito a diária de uma lavadeira? Quer saber qual é a regra, essa da qual dona Francisca Matias, seu Bento, seu Expedito e outros de que não se ouviu falar, são exceções que a confirmam? Pois bem. Quem melhor a expressou foi o Antônio Mulato, **mendigo do sertão** de Brotas, em Miraíma, que é o ponto de partida dessa história que inicio a contar.

Disse assim o Antônio Mulato, quando chegou a Fortaleza no ano de 1993, a propósito de fugir da seca que já durava três anos, mas que vinha mesmo era pela razão que ele próprio sabia: porque *se acabou-se o patrão*, nas palavras lá dele. E não é de hoje que vem se acabando esse patrão. Trata-se do pequeno produtor, ou até médio, um pobre proprietário de terra em que se encostavam os mais pobres ainda, sem terra nenhuma, esses que chegam à capital protagonizando a 'história social da mendicância no Ceará', a história-tema dessas linhas. A regra é essa, de novidade nenhuma: chegou o tempo em que o trabalhador foi destituído não mais apenas dos meios de trabalho, mas do próprio trabalho. Tempo de não-trabalho, sua ausência em duas pontas do mundo: onde ele foi negado como último resultado da acumulação primitiva - primeiro se destituem os meios de produção, depois o próprio trabalho - e onde ele consubstanciou o ponto limite da concentração, onde ele desapareceu por ter se cumprido todo, absoluto. Feliz de quem escapou pelo meio . . . tem seu lugarzinho garantido, sua gravata, seu retorno à casa depois do trabalho . . . Talvez estes prometam a síntese, uma outra possibilidade histórica, isso se forem capazes de deixar aberta a porta de casa para que os demais também possam entrar. Mas essa já é outra conversa. Estas linhas são para contar a história daqueles que não chegaram, sequer, a botar o pé na calçada, dos destituídos logo no começo, que então tiveram de ganhar a estrada e caçar o que comer, como se fora uma estranha forma de economia extrativa na cidade. Neste caso, 'acabou-se o patrão' é igual a 'acabou-se o trabalho'. Isso porque sempre se tratou de um trabalho muito precário, que só com muita dificuldade conseguiu alguma matéria social ou política capaz de substanciar formas de organização, fosse um sindicato, uma cooperativa, uma associação de qualquer tipo, ou até mesmo um saque em ano de seca. Trabalho preso a uma terra vulnerável às intempéries do dono e também da natureza. Trabalho em 'estado de natureza', se posso dizer assim. Que não sustenta o trabalhador,

como uma planta de galho fraco, que por pouco se quebra. Assim, olhe, do ponto de vista sociológico, aquela forma de trabalho cujo vínculo social é tão sem consistência que é mesmo que nada, não gera direitos e por isso deixa o trabalhador à mercê de tudo. Se aquilo que Simão Azis(9) mostra quanto ao processo de formação do proletariado brasileiro, que foi feito dentro de uma ordem unilateral de direito privado em que o poder de mando patronal fixa todas as regras do trabalho, corresponde muito bem à realidade, você imagine como não foi no campo, onde o coronelismo abarca todas as dimensões da vida do trabalhador, mais alimentado ainda pela prática da lealdade também muito unilateral, pois que o coronel do sertão é como um pai autoritário que bota o filho fora de casa quando este não corresponde a seus desejos. O que tem de consistente nesse universo simbólico do trabalho é uma forma moral, que é como um ímã todo tempo chamando o pobre para esse mundo de ordem pelo trabalho. É como mostra Alba Zaluar(10): que o trabalho, apesar de todos os transtornos, se mantém ainda presente na utopia popular que associa o ideal de justiça a uma nação de trabalhadores. Tão presente e forte que Dona Raimunda, **mendiga da favela**, cuja vida já se consolidou na prática da mendicância, ainda diz, embora talvez sem muita convicção, mas diz como uma memória, como uma matriz de significado, que é só o filho conseguir um emprego de carteira assinada para ela deixar aquela vida. Ou o mendigo que, no Parque da Criança, vende ervas espalhadas em pequenos montes no chão em redor de si, no meio das quais o pires espera a esmola e ele diz que aquilo ali de *vender ervas é só um 'bico', que a profissão mesmo que Deus lhe deu foi pedir*. Ou seja, há aí uma identidade anterior com o trabalho, mesmo que já não mais de forma pura, estando sua ação representada por elementos oriundos de um campo histórico comum de significados - que os foi transmutando na ordem mesma dessa escala de desvalorização: a profissão, o 'bico', o pedido - embora a hierarquia entre eles, em razão da

própria história, já tenha sido completamente invertida. Fora disso, dessa matriz simbólica, o resto é tudo fraco. Mas pudera! Ia tirar sustança de onde se tem um passado de fraqueza crônica? O pior é que tal estado de abatimento não vem ocorrendo apenas com o trabalho da terra, ou com o trabalho desqualificado. É uma coisa geral. Quando estava começando a parte de campo desta pesquisa e fui procurar informações com os técnicos do governo sobre o trabalho de assistência que desenvolvem com as populações pobres, vi-me diante de um episódio que ilustra isso muito bem. Em meio à conversa, ao apresentar para uma funcionária a hipótese da pesquisa segundo a qual as pessoas são historicamente destituídas, antes, dos meios de trabalho, e, depois, do próprio trabalho, ela achou então que eu deveria trocar de objeto, que muito mais adequado e conveniente objeto para a comprovação daquela hipótese era a categoria do funcionário público estadual. Naturalmente era uma brincadeira, mas por todo o tempo da conversa ela não falou de outra coisa senão da degradação de seu próprio trabalho, referindo-se com amargura à perda da dignidade. Dizia que antes, quando um técnico aceitava um cargo de chefia, fazia-o seguro de que não precisaria *engolir sapo*, nas palavras lá dela, manteria sua dignidade e, à menor pressão, entregava o cargo. Agora, não. Aceita-o para melhorar o salário, a comissão agora já tem que ser incorporada ao orçamento doméstico, é dinheiro para pagar a escola do filho e, inclusive, comprar comida. Depois contou que, de uns tempos para cá, costuma fechar a porta de seu gabinete, que dá de frente para a sala de recepção dos indigentes que procuram os serviços da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social em busca de ajuda. Fecha a porta porque não aguenta ver tanta miséria aumentando a cada dia mais. Não é algo do plano do absurdo que a assistente social do governo feche a porta no ato mesmo da assistência social? O problema da sociedade contemporânea é muito mais do que a simples extinção dos postos de trabalho. Diz respeito também, como analisou Clauss Offe(11), à

ausência de uma infra-estrutura moral efetiva de normas de solidariedade e de obrigações em relação ao trabalhador que, no limite e face à lógica individualista predominante, pode levar à escolha racional de uma posição oportunista diante das políticas sociais (entre os setores assistidos) - diz aquele pensador - e, entre os propriamente excluídos, quem sabe? - digo eu - leve à reelaboração da máxima "*é melhor pedir do que roubar*" - passível de punição - por outra muito mais apropriada aos novos tempos: "*é melhor pedir do que trabalhar*". Olhe que não sou eu quem está justificando o crime. Vai negar que essa dedução não se adequa? E aqui nesse chão do Ceará, tem ainda por cima a seca inscrita no destino como uma deficiência física de nascença. Evidentemente um mal congênito que poderia ter encontrado alternativa não fosse o criminoso interesse de alguns, posto que uma adversidade natural só se transforma em flagelo social quando as condições sociais, políticas e econômicas o favorecem. E mesmo que a seca não signifique exatamente a falta de chuva, mas a irregularidade da mesma, não se fazendo coincidir com o ciclo biológico das plantas e dos animais, o fato é que estes não sobrevivem de jeito nenhum. Morrem e acaba a fonte de trabalho e de sobrevivência do pobre, deste de quem falo aqui em carne e osso batizado por Antônio Mulato, mas que são muitos, fragilmente agarrados na estrutura do latifúndio-minifúndio. Quer dizer que não adianta afirmar e repetir que não é a natureza seca a determinante da miséria. Mas é preciso reconhecer que a seca produz e re-produz a miséria, na medida em que compõe um contexto de significados motivador das ações sociais. Neste sentido ela re-cria a realidade imediata, sendo portanto dotada de função objetiva e representativa. Neste quadro, algumas categorias são mais vulneráveis que outras, havendo por outro lado aquelas que até tiram muito proveito. O capitalismo, quando é de sua conveniência, não hesita em estimular as mais atrasadas formas de produção. Pois aqui se chegou, inclusive, a criar uma 'indústria da seca'. Pelo lado do proprietário da terra a coisa

bem que é muito boa, porque o fundo de acumulação é dado pela cultura de subsistência do morador, do meeiro ou do posseiro, que viabilizam um baixo custo de reprodução da força de trabalho(12). Mas pelo lado do trabalhador, a única coisa que está em questão é a subsistência. Quando esta não é mais atingida, vai fazer o quê? Quando acaba o pasto, depois que é feita a 'retirada' do gado para as serras ou as praias, o jeito é desgarrar, migrar, retirar também, procurar qualquer jeito de não morrer de fome. Pelo lado do proprietário de terra, houve foi escassez de trabalhador nos primeiros tempos da agricultura de mercado, coisa de que os proprietários cearenses viviam reclamando, chegando mesmo a cogitarem da importação de mão de obra européia, a exemplo do que se fazia no sul. Se não se fez isso é porque não tinham o poder de competir com os produtores daquela região, para quem o governo oferecia um bom dote com o destino de importar trabalhador(13). Porque diz que até as aves tinham de arribar, que mais antigamente não era raro se ver nos arrabaldes da capital, bandos de papagaios, jandaias e pombas asa branca que, forçadas pelo instinto de conservação, deixavam os sertões em busca das praias. Que dirá gente. A criatura desta terra do semi-árido teria de ser como as plantas xerófilas, possuir um reforço nas paredes celulares e poder armazenar no corpo mais água que os demais mortais, para então sobreviver à pirataria de água e tudo o mais que ela favorece de vida, feita em anos e anos, impunemente, por aqueles que podem monopolizá-la através das grandes empresas e dos grandes projetos estatais de modernização agrícola. Porque aqui a água até nos centros urbanos é razão de monopólio. E para não falar de um certo engarrafador na atualidade, basta lembrar a seca de 1877, quando *"no dia 6 de abril espalhou-se na capital que a água do reservatório do Bemfica, propriedade da empreza - Ceará Company Limited - era insufficiente para o abastecimento da cidade por mais de sessenta dias. Uma commissão composta do presidente da Camara Municipal, do architecto da mesma Camara e do*

gerente d'aquella empreza, examinando o reservatorio, verificou que nos tanques havia 4 pés d'água, 6 pés menos que no anno anterior. À vista disso, resolveu-se suspender o privilégio da empreza, permitindo-se aos particulares abrir cacimbas e vender agua"(14). Vai ver então que até temos um reforço poroso por dentro, que acumula também paciência, se se levar em conta nossa aparência ressequida e tamanha resistência! Diz Rodolfo Teófilo(ob.cit.) que "*o Ceará é como a fênix da mitologia: vive a ressurgir das suas próprias cinzas; é a erva de Jericó dos sertões combustos da terra das secas*". Requereu muito sacrifício, sim senhor!, muito suor perdido, o que houver hoje de benefício para o pobre. Aqui no Ceará não é brincadeira. Dizendo desse jeito até parece que a natureza é que é a responsável por tudo. Não é não. Mas que tem uma guerra danada do sujeito com a natureza, isso tem. É a natureza semi-árida do nordeste, em cuja área de sertão, de clima seco e quente, e sujeito a estiagens, está inteiramente assentado o Ceará. Basta ver no mapa(15). Quer dizer que nestas condições naturais desfavoráveis, o sofrimento dos cearenses pobres se agrava mais ainda em face da estrutura econômica, social e política vigente. Porque esta, sim, não oferece trégua. Defeito adquirido pior do que o congênito, porque se esconde neste. A inclemência da natureza, pelo menos, se cresta num ano, no outro favorece com abundância. E assim, antigamente, a volta das chuvas era a volta da fartura, como se o trato fosse diretamente entre o homem e a natureza, tanto que não poupava nem ricos nem pobres. Na História da Secca do Ceará(ob.cit.), Rodolfo Teófilo diz que "q*uatro quintos da população da província, pode-se dizer, vivem à custa do orvalho abençoado do céo. Na mais angustiosa espectativa vivem todos. O rico teme o flagello, receiando perder seus capitaes, amedrontando-se com a peste, companheira da seca. O pobre, o desventurado jornaleiro, acovardando-se ante a calamidade, atterrado ante a idéia de mendigar e de, morto à fome, ser atirado à vala commum."* Depois deixou de ser

assim, a estrutura econômica e social aperfeiçoou-se de tal forma desigual que os elementos da natureza parece terem-se tornado indiferentes aos destinos dos homens. É de se pensar que a guerra contra a natureza, nas condições sociais em que a vem fazendo esse povo, certamente demarcou o contorno de sua história, incrustou sinais próprios em sua cultura. E podia ser diferente? Esse sentido de ave de arribação, aqui, dele ninguém podia se livrar, não senhor. Tem sido como uma sina. A sina de perder, muito antiga e devastadora, ainda que encontre lá suas rochas de resistência. Não é como uma finalidade imanente, não me compreenda assim, embora que, de tão perpétua, até dê essa impressão. É uma sina socialmente inscrita no destino daquelas criaturas, assim determinada, historicamente construída. Não é coisa do outro mundo, não senhor!, é deste mesmo. Uma sina estruturada com um sentido perceptível na aparência desordenada dos fatos, o qual venho me esforçando para re-encontrar e poder aqui dizer. Aí vão me perguntar: "e por que chamar de sina à história?" Porque é assim que fala o povo daqui como a dizer que, se a história é feita com a razão, a sina tem também o sangue, a seiva do pé de juazeiro que faz sombra e verde no meio marrom da caatinga ardente e ali permaneceu quando tudo - o gado, as gentes, as pequenas vilas - foi tangido pela História e chegou na cidade - aquela *estranha senhora que hoje sorri e amanhã te devora* - explodindo ali como mais uma dimensão, entre tantas outras, do chamado 'problema urbano'(16). Se a história ressalta os movimentos, a sina deixa a marca, finca as passagens no interior da gente. A sina é mais fiel ao tempo. A sina é como se fosse a indagação no olhar longínquo do homem cearense de Morada Nova, migrante da penúltima seca, a de 1983, que desde então trabalha em São Paulo, pelos três turnos, num restaurante chinês, no mesmo lugar onde mora (mora?) e durante um pequeno intervalo de domingo senta no banco de alvenaria à entrada do metrô da Liberdade, ali onde os japoneses negociam perpetuando sua cultura e o nordestino fica

mudo, isolado, ausente. Ao ouvir fragmentos de conversa e identificar uma conterrânea prestes a retornar, se achegou mais perto no banco e contou: veio de lá do Ceará procurar um jeito de manter a família, nesses oito anos foi vê-la três vezes, da última vez a mulher ficou grávida e ele não conhece o menino mais novo, manda todo mês o dinheiro pelo correio. Penso com meus botões: cidade-dormitório longe da peste! Quase arranjava outra mulher em São Paulo, vive muito sozinho, mas imaginou nos bichinhos lá tão longe, iam viver de quê se o que ele manda já não dá? Ia assim levando, até quando Deus desse bom tempo . . . É como disse: a sina é mais fiel ao tempo. Por isso quero ressaltá-la como uma forma de experienciar a história, um modo de ver, ou como um dado de re-interpretação, um importante dado constitutivo do 'acontecimento' seca, que tem o seu lugar relativo no conjunto de processos onde *"agem e padecem substâncias em interação, homens e coisas"*(17). Um dado tão relativo que é capaz de ser alterado. Senão, se não se acreditasse poder mudar a sina, o que iria fazer do cearense um corredor de mundo? Diz Paul Veyne que não existe uma categoria particular de acontecimentos - a história política, por exemplo - que seria a História e se imporia à nossa escolha, assim como não é possível mostrar tudo na história porque não há um fato histórico elementar. O acontecimento seria formado por dados pertencentes a categorias heterogêneas - o social, o político, o religioso etc. - como um 'fato social total' no sentido maussiano. Resta ao historiador construir a 'intriga' a partir da qual os fatos têm suas ligações objetivas e a sua importância relativa, pois que estes não existem isoladamente, e no tecido da história compõem uma *"mistura muito humana e muito pouco 'científica' de causas materiais, de fins e de acasos, numa palavra, uma fatia de vida que o historiador recorta a seu bel prazer"*. E quanto mais abrangente for o recorte, mais ampliada a visão, mais demarcado o 'fato social total '. Pois vai querer aqui emprestar à seca esse caráter de 'acontecimento', ou de 'fato social total'? Vou. Vai dizer

que a seca é assim tão determinante? Determinante não é. Mas de tão abrangente e tão presente, configurativa ela é. Ela faz a marca distintiva da história de meu povo. Ela detém um elemento agregador de sentido, é uma espécie de pressuposto ou referência para as ações sociais as mais diversas. Claro que tal qualidade é ideologicamente atribuída, não é uma qualidade natural, sendo precisamente nesta condição que motiva e dá significação às ações. Nesse enquadramento é que suponho poder detê-la aqui, dando uma cor local à questão ampla desta pesquisa, qual seja, o processo de dissolução do trabalho até o ponto que estou considerando de limite, que é a mendicância. Ou seja, tomando de empréstimo a Paul Veyne, quero extrair do 'acontecimento' seca a 'intriga' passível de oferecer uma compreensão ao dado mendigo da pobreza no Ceará que esta pesquisa pretendeu apanhar. A seca é um fenômeno natural, meteorológico, pode muito bem desse modo ser descrita; mas é também o mostrador do tempo da miséria nesse lugar e, assim, é útil ao historiador, sim senhor!, porque remete a séries temporais: referindo-se a ela pode-se dizer antes e depois como a um acontecimento histórico. É como uma guerra, abrasa como uma bomba, desencadeia-se sobre o homem e a natureza, tudo sofre suas consequências. É até certo ponto previsível e comporta uma estratégia. Tem motivado a criação de instituições, desenhado uma certa maneira de fazer a política, inspirado uma produção artística, esta tese de doutorado, feito surgir algumas atividades e impresso uma determinada mentalidade na gente do lugar, tal como a distinguiu o poeta popular Patativa do Assaré, admitindo que pudéssemos ser *nordestinos, sim, mas nordestinados, não.* Porque a seca também mostra que não existe a seca, é assim um momento de politização dos trabalhadores, *"a seca revela, mostra o que está por trás, a seca tira a máscara da situação mostrando a pobreza que já existe sem a seca, a seca piora o que já está ruim"*(18). Gera também 'políticas de combate à seca', embora ainda nas primeiras décadas do século, quando da seca de 1932, o

Ministro da Viação do governo Getúlio Vargas, José Américo de Almeida(19), já dissesse que *"a seca não passa de desemprego rural, cessando as chuvas cessam as atividades agrícolas"*, justificando assim a instalação da primeira 'frente de trabalho', e nem assim combatendo a seca, quem sabe porque, como mostrava o programa eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 1989, o problema do Nordeste nunca foi a 'seca', mas a 'cerca'. E nos nossos corações a seca também se intromete: escrevo agora em ano bom - ano terminado em quatro, na tradição popular, é ano que promete chuva - e quando o ano é bom muda muita coisa e só quem viveu aqui sabe o significado da água para nós. Muda a aparência do lugar. Desaparece a luz do céu, algo muito estranho às nossas vistas, e escorre água sob os nossos pés, sempre molhados de calor. Mas é muito mais que isso, muda lá dentro, no interior da alma, a gente parece que se alivia de uma condenação, mesmo pressentindo que é por pouco tempo. Desaparecem das paradas obrigatórias nos sinais de trânsito os fugidos da seca - são uns mendigos diferentes, os 'mendigos sazonais', vestidos assim de sertanejos, roupas de algodão, sandália japonesa, chapéu de palha e um saco às costas, que eles enrolam na abertura para segurar com uma mão só à altura do peito, como se carregassem a enxada. A outra mão eles estendem, o gesto pedindo sem falar. Na maioria homens e meninos, em bando. Esses homens e meninos são os anjos da nossa agonia: quando desaparecem é porque nossa pena foi mitigada, nós respiramos certos de que a terra vai cumprir o seu destino natural de alimentar os filhos. Até quando Deus der bom tempo. Depois . . . o sol volta a arder como se nada tivesse acontecido. A natureza parece que, sadicamente, brinca com a gente, prometendo o que sabe que não vai oferecer. No fim ficamos todos de mãos estendidas para o céu pedindo chuva, mas a grande mãe má só nos oferece um seio seco. E como ninguém, só nós sabemos o sentido da palavra inclemência. Talvez por isso sejamos o único povo no mundo a pedir perdão quando nega uma

esmola.(20). Enfim, a seca tem sido simultaneamente o símbolo e o vetor de diferenciação social e econômica do Nordeste. Portanto, é aquilo que dizia, não é determinante, mas é configurativa. Tampouco é uma totalidade em si. Aliás, como indica o conceito de 'acontecimento', nem existe por si mesma, é precisamente aquilo que dizemos ou que fazemos dela. Mas não é isso tomar um corte conceitual por uma forma substancial? - pergunta que se faz o próprio Paul Veyne ao definir o acontecimento. E responde assim: que não se cria um fato descobrindo-o, que toda descrição implica escolha, muito frequentemente inconsciente, dos traços que serão decretados pertinentes, que não se pode esquecer nunca, quando se começa a escrever, que a crônica dos acontecimentos não é a única maneira de escrever a história e que nem mesmo constitui um aspecto indispensável; enfim, que os acontecimentos não são totalidades, mas sim nós de relações, que as únicas totalidades são as palavras que os nominam! E quantos nós será preciso desfazer a fim de contar os anos de vida de dona Petronila, **mendiga do abrigo**, que para preencher a ficha de inscrição quando deu entrada na Unidade de Abrigo só soube dizer que *"na seca de 32 tinha nove anos de idade"?* Quais experiências oculta esta lembrança da seca para estar assim tão imiscuida na contagem do tempo da própria existência daquela mulher? Quantos e quantos nós . . . Eu própria sou nascida numa seca, a de 1951, e por ter sido magrinha quando era menina, muitas vezes era chamada de 'seca do 15' pelos irmãos quando queriam briga. Hoje já não se ouve mais essa expressão de desprezo, não só porque as magras estão em voga, mas porque a experiência da fome perdeu sua ligação direta com os tempos secos contrapostos aos tempos de fartura dos períodos invernosos. Agora é uma fome urbana, sentida não mais diante da raiz que não brotou no chão estéril, mas frente aos barris de lixo exposto na parte traseira das internacionais vitrines de comida dos supermercados. Sem dúvida, um pedaço (magro?) de mim também motiva esta pesquisa. Ela segue assim nessa

tarefa de desatar os nós que puder. E talvez possa muito pouco. Vou então na partida tomando de empréstimo um jeito que a História tem de compreender a realidade, também porque a noção de acontecimento é de inspiração maussiana, no que tem de similitude com o fato social total. Paul Veyne chega a dizer que *"a teoria do fato social total significa muito simplesmente que as nossas categorias tradicionais mutilam a realidade"*. Por seu lado, Marcel Mauss pareceu prever e ter-se sentido tentado a responder à objeção dos historiadores de que a sociologia faz abstração demais, separa demais os diversos aspectos das sociedades. Diz o velho Mauss(21) que o *princípio e o fim da sociologia é perceber o grupo inteiro e seu comportamento global,* que neste sentido, *o estudo do concreto, que é o estudo do completo, é possível e mais cativante e explicativo em sociologia.* Mas se o princípio e o fim da Sociologia é a percepção do grupo inteiro, é necessário que se diga que é também o seu principal problema. O que vai se compreender por 'grupo inteiro'? Por um 'concreto' que é igual a 'completo'? Mauss orienta como proceder com o estudo do grupo inteiro: "o*bservando reações completas e complexas de quantidades numericamente definidas de homens, de seres completos e complexos; descrevendo também aquilo que eles são em seus organismos e em sua 'psychai', ao mesmo tempo que descrevendo esse comportamento dessa massa e as psicoses que a ela correspondem: sentimentos, idéias, volições da multidão ou das sociedades organizadas e de seus subgrupos. Também vendo corpos e reações desses corpos, cujas idéias e sentimentos são de ordinário interpretações e, mais raramente, os motivos"*. É uma interessante lição de método. Permanece, porém, o problema de como definir o que seja o 'grupo inteiro'. Não se está mais diante de um 'objeto' da antropologia, como isto foi entendido classicamente, ou seja, em que as linhas de diferenciação entre o 'nós' e o 'eles' eram claramente demarcadas. Não só o aumento da complexidade social, mas sobretudo uma postura anti-colonialista não permite mais que o

cientista social se ponha tão à vontade diante do que chamou de 'populações primitivas' no período clássico, ou, mais recentecente, de 'populações marginais'. Agora já se fala em 'populações excluídas'. Tantas denominações revelam que a tarefa científica da classificação não é tão pacífica como parece. O caso desta pesquisa é exemplar. Afinal, com que atributos poderei cercar o 'grupo inteiro' dos mendigos, senão a partir de uma relação de oposição aos trabalhadores, lançando mão de possíveis sinais exteriores de identificação? Esse problema tive de enfrentar já na fase de seleção para o doutorado, quando fui indagada sobre como iria identificar empiricamente o universo da pesquisa. Respondi com tranquilidade que o faria simplesmente diante de 'uma mão estendida', o mais certo e aparente dos sinais da mendicância. Aliás, o mesmo método utilizado pelos guardas romanos no século XVII, quando das batidas na Piazza Navona, onde os mendigos costumavam encontrar-se com os operários que procuravam trabalho, e para distinguir uns dos outros, os guardas olhavam as mãos dos detidos: os que as tinham calejadas eram liberados, os demais eram presos. A julgar apenas por este indício das mãos, muitos erros devem ter sido cometidos, porque em Roma como no Ceará, e no século XVII como no século XX, não é uma questão simples distinguir um mendigo de um trabalhador. Foi isso que descobri ao longo dessa pesquisa, quando perdi totalmente a tranquilidade do início. A primeira dificuldade se instalou no momento em que, na condição de socióloga, 'desci a campo' para a 'coleta de dados', e vi-me diante de um empecilho aparentemente de pouca monta, mas que me fez mudar completamente o enfoque metodológico. Ia com a disposição de 'mapear' o universo pesquisado, no sentido de distinguir precisamente as formas em que se dá a mendicância, prevendo que chegaria a estabelecer algumas categorias morfológicas características da atividade aqui no Estado do Ceará. Por mais que tenha ido prevenida quanto ao esperado uso restrito do código verbal por parte do universo empírico

(naturalmente em referência ao meu próprio) - supondo que poderia encontrar quase uma 'língua estrangeira' - e assim municiando-me de atenção antropológica quanto aos *imponderáveis da vida real* como teria orientado Malinowiski(22), e também querendo a todo custo resistir a um enfoque cartesiano que parece ter vindo grudado aos meus neurônios - ainda assim ia pensando em estabelecer uma amostragem com um número definido de 'casos' para cada 'categoria' de mendigos identificada. Foi aí que me enganei e dei graças a Deus! Porque aconteceu o seguinte: tendo iniciado a pesquisa com os chamados *'mendigos sazonais'* - denominação dada pelos órgãos governamentais àqueles que descem do sertão nos períodos de estiagem prolongada, como tecnocraticamente se supõe, e que eu mesma, para fins dessa escrita, defini como **mendigos sertanejos** - e com eles ter desfrutado de um largo campo comunicativo (claro que depois de passar pelo lento processo de estabelecimento da recíproca confiança que toda pesquisa enfrenta), vi-me diante quase que de um impasse, qual seja: à medida em que avançava na direção das demais categorias - pela ordem, começando pelos **mendigos do sertão** e seguindo pelos **mendigos da periferia, mendigos da rua** e, finalmente, **mendigos do abrigo** - aquele campo comunicativo ia-se restringindo, chegando praticamente a zero na última. Presa a uma tradição positivista da sociologia, estava quase considerando a pesquisa inviabilizada por falta de 'discurso'. Foi quando um colega antropólogo da Universidade Federal do Ceará, João Pompeu de Souza Brasil me deu um sopapo: "*E você quer evidência maior para a comprovação de sua hipótese?*". Claro! estou, afinal, fazendo a narrativa de uma perda, de uma longa perda. Esqueceu? A partir dai o enfoque passou a ser prioritariamente o do processo e não o da forma. Em todo o desenvolvimento da pesquisa a escolha dessa perspectiva foi-se revelando muito mais fecunda e real, conduzindo-me sucessivamente ao encontro daquelas quatro categorias, naquela ordem de sequência, à qual corresponde o

processo geral de dissolução econômica e social das condições de trabalho no Estado do Ceará. O início da pesquisa de campo pelos 'mendigos sazonais' tivera um motivo puramente circunstancial e pragmático: devia abordá-los antes que as chuvas chegassem e eles desaparecessem. Agia assim porque vinha com uma disposição mental prévia de poder classificar sociologicamente o que pressupunha já classificado no próprio real. O contato com aquela categoria de mendigos é que me fez perceber que dali se desencadeava um movimento amplo que já vinha de longe e se estendia para o futuro. Desse modo, as categorias formuladas são muito mais categorias históricas do que propriamente sociológicas. Ou seja, dizem respeito, antes, a determinados tempos da história cearense do que a tipos característicos tidos como universais do fenômeno da mendicância, tais como a profissionalização, a picardia etc. A tônica do tempo tal como foi dada na pesquisa tem um 'cronômetro' muito específico no nosso caso, que é a seca. Os repetidos tempos da seca são assim o contraponto que possibilitam, no bojo da tarefa generalizante da sociologia, os elementos de particularização próprios da História, de modo que chegue aqui não a algo como um 'estudo de caso' sobre mendigos, mas à escrita de alguns capítulos, digamos com sincera modéstia assim, da história social da mendicância no Ceará. Modéstia, sim, porque a maior lição que aprendi foi o significado do tempo para a pesquisa sociológica. Na verdade, vi-me diante de um movimento da história que vem de longe e ainda está por se completar, e que os quatro anos de doutorado em que me ocupo da questão da mendicância só são suficientes para esboçá-la. Nesse período de atenção concentrada sobre as manifestações do fenômeno, tenho-me deparado com situações as mais diferenciadas que só um grande esforço etnográfico poderia dar cabo. Mas seria preciso muito mais: para além de uma descrição completa da forma, necessitar-se-ia de uma longa espera, a fim de alcançar as transformações no interior, as mudanças de qualidade, os modos como os pobres - no caso,

os pobres mendigos - irão emergindo das grandes ondas da História. Persistem velhos preconceitos, velhos estereótipos fixando sua imagem. Porém, não será de surpreender se forem eles os próximos 'novos personagens a entrarem em cena'(23). Por sinal, já começaram a dar mostras, embora ainda muito tênues, de que se auto-reconhecem como categoria coletiva. Ensaiam já as primeiras formas de organização, ainda que sob assessorias externas, principalmente da Igreja(24), assim como exprimem um certo senso político nas próprias expressões verbais do pedido. Quando hoje, por exemplo, um mendigo em Fortaleza bate às portas pedindo esmolas munido de um recorte de jornal mostrando o texto de uma reportagem sobre moradores de rua, parecendo muito mais reivindicar do que pedir, suponho tratar-se dos indícios de uma outra consciência, que é capaz de perceber a dualidade da sociedade e manifestar isso através da linguagem - mesmo que possa parecer uma estratégia astuciosa, ou uma espécie de 'marketing dos miseráveis'(25). O mesmo posso dizer da velha mendiga que uma vez me respondeu que pedia esmola para botar os netos na escola e eu fiquei procurando um sentido naquilo além da rima: pedia esmola ou pedia escola? Não, é bem essa a sociedade partida - dual, como retomamos na academia(26) - iluminada de um único lado e com o outro totalmente nas trevas, essa que conta a história de uma garota que corre para o estacionamento de carros do Hospital Geral de Fortaleza sempre que é dia do pagamento na Prefeitura e a escola fecha a fim de que os professores saiam ao banco. A menina diz que, *como não tem merenda, a tia não briga se a gente vem pedir, não*. Então é isso, os pobres já entenderam de uma vez que o sol não nasceu para todos, que não são mais os filhos de Deus - em nome de quem pediam - mas os enjeitados dos homens, e com estes é preciso falar a mesma língua. E é o que estão iniciando a fazer, rompendo a duplicidade da língua - um primeiro e fundamental passo: afinal, linguagem não é já pensamento? Talvez já comece a ser possível dizer desses desterrados o que José de

Souza Martins(27) disse dos camponeses e índios: que estes não foram apresentados à sociedade pelos sociólogos mas por si mesmos, falando através de suas lutas e confrontos, como sujeitos e agentes de conhecimento e de História. É verdade que a sua passada é trôpega e curta, vem alquebrada do desterro, muitas vezes puxada por um par de muletas, mas vem e segue. E como alertou Florestan Fernandes(28), no Brasil não há solução possível sem que a classe trabalhadora se una aos setores mais miseráveis e espoliados da sociedade. Como? A Central Única dos Trabalhadores ainda não descobriu. Mas já sabe que é um erro ignorar a legião de desempregados, ou vê-los apenas como objeto de campanhas de solidariedade, que eles são trabalhadores que precisam de organização, mesmo que isto exija um discurso renovado e reivindicações específicas(29). Sei é que é preciso estar atenta aos sinais que eles mesmos estão emitindo, coisa que me fascina e amedronta na tarefa desta pesquisa. Finalmente, devo dizer que o privilégio metodológico dado ao processo e não à forma não me afastou da reflexão sobre tipos, ou sobre uma certa 'morfologia da mendicância', de modo que um corpo de hipóteses sociológicas quanto à formação das identidades sociais não deixa de estar presente nesta escrita. No momento, quando tento demonstrar o meu particular procedimento intelectivo na direção da construção do 'objeto da pesquisa', é necessário dizer que aquela perspectiva processual e não morfológica escolhida, igualmente me conduziu a uma atenção especial em relação aos 'espaços' de ocorrência da ação dos mendicantes. E no que se refere à formação das identidades, foi importante perceber naquela construção, a correlação existente entre estas e os espaços onde aqueles tempos eram vivenciados. Muito mais do que um mero cenário da ação, neste caso, o espaço é também constituinte desta ação, de modo que a 'identidade' que dela advém, é também um elemento do espaço. Dizendo de outra forma, os termos geográficos aqui indicados - sertão, periferia, rua e abrigo - contêm em si o próprio

desenrolar do tempo nessa sequência histórica, que por sua vez, determina as 'identidades'. Ou seja, o espaço como que 'desenha' aquelas categorias - **mendigos do sertão, mendigos da periferia, mendigos da rua** e **mendigos do abrigo** - nesta ordem de tempo, fazendo emergir os protagonistas que as encarnam, na medida em que, ao penetrar o 'habitat' de cada uma delas, vejo progressivamente aumentar minha dificuldade de acesso e visualização. Para além de uma compreensão racional do processo de espoliação do trabalho, tido como hipótese fundamental desta escrita, foi essa experiência com o 'espaço' que me revelou o enredo das perdas. E se posso já adiantar mais sobre aquelas identidades, digo que não é como muitos sempre me perguntam, de como é que estudo a identidade dos mendigos se eles a perderam. Maria Elizabete Mota(30), antiga mendiga das ruas de São Paulo que migrou da Bahia, faz versos que não me deixam mentir:

"Eu sou a luz da candeia
sou a flor que semeia
sou a mão cheia".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) BENJAMIN, Walter - 'O Narrador', Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

(2) Idem.

(3) Idem.

(4) Idem.

(5) Idem.

(6) Jornal O Estado de São Paulo, 16 de setembro de 1994.

(7) MENEZES, Eduardo Diatahy B. de - "Rumo a uma Estética Cognitiva para a Sociologia". Notas do Curso: Tópicos Avançados em Teoria Sociológica, mimeo - Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1994.

(8) Citado em LUKÁCS, Georg - Ensaios sobre Literatura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

(9) SIMÃO, Azis - Sindicato e Estado, São Paulo, Dominus editora, 1966. Cit. em Maria Célia Paoli, Trabalhadores e Cidadania - Experiência do mundo público na história do Brasil moderno, Estudos Avançados, vol.3, no.7, set/dez-1989, USP.

(10) ZALUAR, Alba - "Imagens da pobreza na cidade", mimeo, ANPOCS, Minas Gerais, 1990.

(11) OFFE, Claus - Capitalismo Desorganizado, São Paulo, Brasiliense, 1994.

(12) OLIVEIRA, Francisco de - Elegia para uma Re(li)gião - Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classe, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

(13) Jornal Cearense, Fortaleza, 11 de dezembro de 1857. *"O Brasil inteiro sente essa falta, e para supril-la o governo tem um credito de seis mil contos, e uma grande sociedade central no Rio se tem encarregado da introdução de colonos europeus nas provincias do Sul. para nos não chegão esses beneficios; é inutil pensarmos nelles. Contemos somente com nossas forças e dupliquemo-las com a industria. Nos não temos mais escravatura, ou pouco tivemos".*

(14) TEÓFILO, Rodolfo - História da Secca do Ceará (1877-1880), Rio de Janeiro, Imprensa Ingleza, 1922.

(15) CPT/CEPAC/IBASE - O Genocídio do Nordeste (1979-1983), São Paulo, Edições Mandacaru, s/d.

(16) OLIVEIRA, Francisco de - "O que é o urbano no Brasil: curto ensaio". O autor entende o 'problema urbano' não epifenomenamente, mas no sentido de que a composição do urbano como problema, na versão do capitalismo brasileiro, resulta numa forma de estruturação oligomonopolista fortemente interpenetrada pelo Estado, forma esta que confere um aspecto muito particular à luta de classes, em que o conflito aberto não se dá como na forma clássica - entre burguesia e proletariado - mas colocando como contendores o conjunto das classes sociais urbanas não proprietárias de meios de produção contra o próprio Estado. A cidadania resultante daí é uma cidadania medíocre, polarizada entre os escassos cidadãos-proprietários e a massa imensa dos não-cidadãos.

(17) VEYNE, Paul - Como se Escreve a História - Lisboa, Edições 70, 1971.

(18) O Homem e a Seca no Nordeste - Realidade, Desafios e Esperanças, CNBB Nordeste 2, 1982.

(19) CAMARGO, Aspásia - O Nordeste e a Política. Diálogo com José Américo de Almeida, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

(20) Afirmação proferida pelo Professor Roberto da Matta, no Curso 'Cinco Lições de Brasil', USP/1992. Sua explicação, porém, é no contexto da 'cultura pessoalizada' e não como entendo aqui, como uma evidência de antigas experiências comungadas.

(21) MAUSS, Mauss - Sociologia e Antropologia II - São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

(22) MALINOWISKI, Bronislaw - Os Argonautas do Pacífico Ocidental, Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

(23) SADER, Eder - Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980), Rio de Janeiro, Paz e Terra,

1978. A expressão vem desse título e refere-se a "(...) novas configurações dos trabalhadores (que) não consiste num fenômeno extensivo ao conjunto dessa classe mas, antes, a uma parcela que constituiu nos movimentos sociais com novos padrões de ação coletiva que nos permitem falar da emergência de novos sujeitos políticos". O uso da mesma aqui tem um sentido muito mais restritivo, é claro, e sugere um grau muito maior de virtualidade do político, se posso falar assim.

(24) A pobreza é classicamente um assunto das Igrejas. Mas refiro-me aqui à perspectiva secular e combativa da igreja católica, ligada à Pastoral do Povo de Rua, em São Paulo. No Estado do Ceará, o trabalho dos religiosos com os mendigos - incluindo católicos, protestantes e espíritas - ainda se mantem na forma caritativa tradicional.

(25) "O marketing dos miseráveis" - artigo do jornalista Fernando Costa, publicado no jornal O Povo, Fortaleza-17 de janeiro de 1995.

(26) A expressão 'sociedade dual' retorna aos meios acadêmicos - acompanhada agora de 'populações excluídas'- diferentemente de como foi utilizada nos anos 60-70 sediando a teoria da modernização. Então, se preconizava a necessidade de uma *decolagem*, termo introduzido por W.W.Rostow em 1956, para expressar a hipótese de que o processo de crescimento econômico podia ser encarado como desenvolvendo-se num intervalo de tempo relativamente breve, de duas a três décadas, durante as quais a economia e a sociedade se transformariam de tal modo que o crescimento econômico se tornaria subsequentemente automático. Nesta perspectiva, tinha-se da pobreza uma visão residual, perfazendo a dualidade tradicional-moderno que, hipoteticamente, de um ou de outro modo, seria sanada por cada país. Hoje não se fala mais em 'fazer crescer para integrar' e o sentido do dual é o de um fosso na estrutura, pois que as evidências são de que o desemprego estrutural vem se concentrando nas regiões, nos setores econômicos, em grupos étnicos e etários, gerando

subculturas baseadas em formas empobrecidas de economia informal ou economia paralela, seccionando assim as sociedades em grupos produtivos de um lado e, do outro e em processo de expansão, grupos de pobres assistidos pelo Estado (nos casos diversos dos Estados-de-bem-estar), ou simplesmente ao deus-dará nas economias de capitalismo selvagem.

(27) MARTINS, José de Souza - "Tempo e Linguagem nas Lutas do Campo", in A Chegada do Estranho, São Paulo, Hucitec, 1993.

(28) FERNANDES, Florestan - "Memória", in Teoria e Debate, no.13, Jan/Março-1991.

(29) De Fato - Revista da CUT, ano 1, no. 2, Fev/1994.

(30) MOTA, Maria Elizabete Lima - Declaro que estou em tormento, poesias da sargeta, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.

O Cenário

Como então eu vinha dizendo, a história que vos narro é essa de um itinerário de perdas. E uma vez que a verdade do processo social é também a verdade dos destinos individuais, esta é a história dos entes perdedores. Se perderam tudo? Ah, muito, mas ainda sobrou alguma coisa, não se espante se lhe disser. O quê? Olhe, vi com esses olhos que a terra haverá de comer, um mendigo dizendo de outro que recolhia lixo de dentro de um camburão à porta de um edifício em São Paulo: *"Um home desse num é um miserave, o home cata lixo pra comer!"(1)* A expressão verbal talvez diga pouco para quem não viu a expressão de seu rosto e a entonação de sua voz. O que dizia o mendigo com os gestos e a frase dramática é que seu companheiro se recusava a morrer, por mais absurdo que pareça alguém procurar a vida no próprio refugo dela. Mas é um primeiro passo para a reivindicação radical da própria existência por parte de quem foi denominado 'excluído'. As ciências sociais não podem ficar surdas a esse apelo, ele é talvez mais importante do que o inventário das perdas, porque o que interessará - com certeza - será o modo necessário como essas criaturas se relacionam com as coisas e com os acontecimentos daquele itinerário, no centro do qual se realiza tal destino e através de que elas atuam e se debatem. Assim, o drama dos protagonistas aqui apresentado é também o drama das instituições no quadro das quais eles se movem, o drama do ambiente em que eles travam as suas lutas - se emudecem ou gritam - e de outros seres ou coisas que servem de mediação às suas relações recíprocas. É certo que os objetos do mundo que circunda os homens não são sempre e necessariamente ligados às experiências humanas, podendo ser meros cenários das atividades e dos destinos deles. Mas podem ser, sim, instrumentos da atividade e do destino humano, assim como pontos cruciais das experiências vividas pelos homens em suas relações decisivas. Pois que, se o modo de existir não é ele que conforma o jeito de ser? Seres perdedores é o que são? Como escrever então a história, essa dos mulatos-antônios corridos do sertão, entre os

quais um amealhou de porta em porta, pedindo a um e a outro, uma meia dúzia de redes puídas mas que assim mesmo terá sido de serventia para a mulher e os meninos que já estavam dormindo no chão; o outro viu prostituída a filha e o filho trombadinha; e o outro foi atropelado por um carro em alta velocidade, cujo motorista fugiu e o deixou sem a perna, e tendo sido recolhido à Santa Casa de Misericórdia, dali seu destino foi a rua, até que, por acaso, uma assistente social do governo o viu deitado perneta no banco da praça e o recolheu na Unidade de Abrigo da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado? Se algum chegou mais longe, pode ser que tenha morrido de sezão no Amazonas, ou conseguido um emprego na construção civil em São Paulo, e até coisa melhor, de garçom numa cantina italiana, e venha mandando de vez em quando uma ajuda inestimável para a família no interior do Ceará, essa fonte invisível de circulação de dinheiro que vem de longo tempo e permanece(2). . . Por isso que estou repetindo como uma ladainha o que disse Antônio Mulato, o **mendigo do sertão**: é porque se acabou-se o patrão, o patrão se acabou-se, se acabou-se o patrão . . . Parece que ninguém quer escutar, e assim fica aquele homem postado e com a mão estirada, qualquer hora perde a fala, e aí, sim, vai espantar e amedrontar! Pois agora vou mostrar as pegadas desse itinerário de perdas que, de tão antigo, muitos até digam que é sina aqui nesse lugar de nome Ceará. Chegam a dizer, inclusive, que está inscrito no próprio nome, cuja etmologia dá como sendo uma espécie de caranguejo que anda para trás. É coisa que vem de muito longe, trata-se de uma história que tem o começo em tempo muito distante. Pois é do ano de 1583 que se tem a primeira notícia de êxodo em ano seco, narrada pelo padre-jesuíta Fernão Cardim(3), *". . . pelo que desceram do sertão apertados pela fome, soccorrendo-se aos brancos quatro ou cinco mil índios. Porem passado aquelle trabalho da fome, os que poderam se tornaram ao sertão, excepto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade".* Foi feito o

quê nesses séculos todos? Naquele tempo, quando o camponês ainda era índio(4), e índio não aldeado, acontecia que, nos anos de crise, movido pela necessidade, recorria ao gado - que não reconhecia como propriedade privada, uma vez que considerava o gado solto como propriedade comum da tribo - fazendo com que os Governadores ou Capitães-Mores mandassem para o interior os 'bandos' encarregados de exterminar tais inimigos da propriedade. Momentos houve em que a premência das crises climáticas os levou a formarem verdadeiras confederações de tribos que invadiam as fazendas de criar, depredando tudo, dando origem às grandes batidas para a destruição total dos índios, como aconteceu no decênio 1660-1670, período em que de São Paulo vieram 'Mestres de Campo' especializados em batidas(5). Narra o Barão de Studart que na seca de 1766 foi expedida uma ordem Regia ao Governador de Pernambuco, ao qual o Ceará esteve econômica e administrativamente subordinado até o final do século XVIII, para que "*os vadios e facínoras que viviam a vagabundear pela Capitania se ajuntassem em povoações por mais de 50 fogos, repartindo entre elles com justa proporção as terras adjacentes, sob pena dos refractarios serem considerados salteadores e inimigos communs e como tais punidos severamente*"(6). Desta feita foram criadas as vilas de Sobral, São Bernardo das Russas (Russas), São João do Príncipe (Tauá) e Quixeramobim. A Corte lusitana começava a perceber que o extermínio puro e simples não era o melhor negócio e teria de tomar medidas de disciplinamento pelo trabalho. Responde assim D. João VI à solicitação da Câmara da Paraíba de que fossem enviados escravos para a lavoura da cana, pois que os nativos vinham morrendo de fome desde o ano de 1723, pela grande esterilidade das secas: *"D. João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Sr. de Guyné e da conquista, navegação, commercio de Ithiopia, Arabia, Persia, da India &. Faço saber a vós João de Abreu Castelo Branco, Capitão mór da Capitania*

da Parahiba que se vio a conta que me destes em carta de sinco de julho do anno passado da esterilidade que fora continuando nas terras desse governo depois de partida a frota, reduzindo os povos dellas ao mais lastimavel estado que se pode imaginar, perecendo por causa muito numero de pessoas, desamparando os senhores os seus escravos, na impocibilidade de os não poderem sustentar, seguindo-se a cecca que houve uma immendice, de lagarta que consumiu as plantas todas e da providencia de que uzastes para remediar a toda essa capitania mandando buscar com o vosso dinheiro a Bahia e Pernambuco farinhas para o seu sustento, experimentandosse alem desses damnos as desordens de se fazerem continuos furtos com repetição de muitas mortes a que acudistes com as providencias de mandares passar os bandos cuja copia me remettestes com as pennas que nelles exprimistes, e que a causa da indigencia e miseria desses povos he a ociosidade ou preguiça dos moradores despresandosse ainda os mais vís ladrões de trabalharem a terra. Me pareceu louvarvos o zello com que procedestes, porem, sou servido ordenarvos suspendais daqui em diante a execução dos bandos que mandastes lançar e procedais contra os vadios e ociosos na forma do que dispõe a ordenação do Reino no Lo. 5o. ff 68 e vos recomendo procurais quanto vos for possivel inclinar os moradores a cultura da terra, e que se apliquem a usar algum officio para que se evite a ociosidade de que procede a sua ruina. El Rei Nosso Senhor o mandou por João Telles da Silva a Antonio Roiz da Costa, Conselheiro do seu Conselho Ultrao. e se passou por duas vias. Miguel de Macedo Ribeiro a fez em Lisboa occidental a vinte e quatro de mayo de mil setencentos e vinte e cinco."(7) A disciplina pelo trabalho, porém, não poderia ser feita por obra e graça do decreto real, já ensaiando o que no período do Império viria a constituir o Código Criminal - que considerava como crimes policiais a prática da vadiagem e da mendicância - transportando para a colônia brasileira um uso que já vinha se desenvolvendo

na Europa desde o final do século XV, ou seja, uma legislação que intentava controlar o que se chamavam as 'classes perigosas'. Aqui era preciso a matéria de trabalho, que foi seguindo muito fraca, fraquinha. No começo dos tempos coloniais, aos portugueses não interessava, sequer, ocupar a região, que nada oferecia. Só em fins do século XVII, com o intuito de fugir da guerra contra os holandeses, é que começaram a penetrar no interior do Ceará, com suas famílias e seus gados, saindo do litoral. As primeiras sesmarias foram doadas por volta de 1680, tendo aí o início da ocupação pela pecuária, conforme o padrão de divisão colonial do trabalho. Ou seja, segundo Fernando Novais(8) um padrão articulado em dois setores: o exportador - que atendia diretamente à demanda da metrópole - e o de subsistência - que atendia à demanda interna do exportador, no qual se relacionavam a agricultura e a pecuária. Coube ao Ceará a provisão alimentar do setor exportador. Para se ter uma idéia da atividade produtiva aqui existente, o aproveitamento do próprio sal, quando a indústria das carnes secas se desenvolveu - (eram as charqueadas: o abate e a salga das carnes a serem exportadas para as capitanias de Pernambuco e Bahia, iniciadas em 1720 e prósperas até o final do século, quando o Ceará teve de enfrentar, além das secas, a concorrência da pecuária sulina, que introduziu a mesma forma de beneficiamento das carnes verdes) - sofria a pressão dos monopólios do reino, que defendiam o sal vindo da metrópole, proibindo a fabricação das salinas do Rio Grande do Norte e do Ceará, fato que concorreu para o desinteresse pelas terras secas do litoral nordestino. Ou seja, era proibido aos nativos um tipo de atividade vinculada diretamente à produção de mercadoria. Seu destino era ficar na periferia do processo, na economia de subsistência, onde o trabalho, embora indispensável à acumulação do capital, não conseguia se completar como valor. Joaquim Alves(ob.cit.) referindo-se à fome causada pela falta de alimentos à época das secas, diz que a cultura dos cereais era trabalho pouco digno e que só a cultura da cana

enobrecia o homem, donde a escassez da produção da farinha de mandioca, do milho e do feijão, elementos indispensáveis à alimentação do sertanejo. Por isso as ordens régias falavam constantemente sobre a necessidade de se impor ao rurígena e à indiada vagabunda(sic), o trabalho da terra para a produção da farinha, uma vez que sua falta ocasionava graves distúrbios que exigiam medidas das autoridades, as quais, para evitar extorsões e elevação dos preços, assumiam o controle ou o racionamento dos produtos. Trata-se daquilo que José de Souza Martins(ob.cit) expressa como 'relação tradicional', não necessariamente referindo o passado, mas no sentido de que, principalmente nos países capitalistas pobres, o mercado funciona contraditoriamente, nem sempre destruindo relações sociais para libertar as possibilidades nelas contidas, porém impedidas de fluir livremente, mas também recriando relações sociais tradicionais. E delas se nutrindo. É essa forma social que vem de tão longe vulnerando o trabalhador do campo, preso por um tudo-nada ao proprietário da terra. Quer ver como é? Assim:

"- Por falar em deixar morrer . . . O compadre já soube que a dona Maroca das Aroeiras deu ordem pra, se não chover até o dia de São José (do ano seco de 1915), abrir as porteiras do curral? E o pessoal dela que ganhe o mundo . . . Não tem mais serviço pra ninguém.

Escandalizado, indignado, Vicente saltou de junto da jurema onde se encostava:

- Pois eu, não! Enquanto houver juazeiro e mandacaru em pé e água no açude, trato do que é meu! Aquela velha é doida! Mal empregado tanto gado bom!

E depois de uma pausa, fitando um farrapo de nuvem que se esbatia no céu longínquo:

– *- E se a rama faltar, então, se pensa noutra coisa. Também não vou abandonar meus cabras numa desgraça dessas . . . Quem comeu a carne tem de roer os ossos . . .*

O vaqueiro bateu o cachimbo num tronco e pigarreou um assentimento. Vicente continuou:

- Do que tenho pena é do vaqueiro dela . . . Pobre do Chico Bento, ter de ganhar o mundo num tempo destes, com tanta família! . . .

(. . .)

Agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar.

Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse.

Depois, o mundo é grande e no Amazonas sempre há borracha . . .

Alta noite, na camarinha fechada que uma lamparina moribunda alumiava mal, combinou com a mulher o plano de partida.

Ela ouvia chorando, enxugando na varanda encarnada da rede, os olhos cegos de lágrimas.

Chico Bento, na confiança de seu sonho, procurou animá-la, contando os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte.

A voz lenta e cansada vibrava, erguia-se, parecia outra, abarcando projetos e ambições. E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do Amazonas, vencia a natureza bruta, dominava as feras e as visagens, fazia dele rico e vencedor.

Cordulina ouvia, e abria o coração àquela esperança; mas correndo os olhos pelas paredes de taipa, pelo canto onde na redinha remendada o filho pequenino dormia, novamente sentiu um aperto de saudade, e lastimou-se:

- Mas, Chico, eu tenho tanta pena da minha barraquinha! Onde é que a gente vai viver, por esse mundão de meu Deus?

A voz dolente do vaqueiro novamente se ergueu em consolações e promessas:

- Em todo pé de pau há um galho mode a gente armar a tipóia . . . E com umas noites assim limpas até dá vontade de se dormir no tempo . . . Se chovesse, quer de noite, quer de dia, tinha carecido se ganhar o mundo atrás de um gancho?

(. . .)

Mas foi em vão que Chico Bento contou ao homem das passagens a sua necessidade de se transportar a Fortaleza com a família. Só ele, a mulher, a cunhada e cinco filhos pequenos.

O homem não atendia.

- Não é possível. Só se você esperar um mês. Todas as passagens que eu tenho ordem de dar, já estão cedidas. Por que não vai por terra?

- Mas meu senhor, veja que ir por terra, com esse magote de meninos, é uma morte!

O homem sacudiu os ombros:

- Que morte! Agora é que retirante tem esses luxos . . . No 77 não teve trem para nenhum. É você dar um jeito, que, passagens, não pode ser . . .

Na porta, o homem ainda o consolou:

- Pois se quiser esperar, talvez se arranje mais tarde. Imagine que tive de ceder cinquenta passagens ao Matias Paroara, que anda agenciando rapazes solteiros para o Acre!

Na loja do Zacarias, enquanto matava o bicho, o vaqueiro desabafou a raiva:

- Desgraçado! quando acaba, andam espalhando que o governo ajuda aos pobres . . . Não ajuda nem a morrer!

O Zacarias segredou:

- Ajudar, o governo ajuda. O preposto é que é um ratuíno . . . Anda vendendo as passagens a quem der mais . . .

Os olhos do vaqueiro luziram:

Por isso é que ele me disse que tinha cedido cinquenta passagens ao Matias Paroara! . . .

- Boca de ceder! Cedeu, mas foi mão pra lá, mão pra cá . . . Quase não deu interesse . . .

Chico Bento cuspiu com o ardor do mata-bicho:

- Cambada ladrona!" (O Quinze - Raquel de Queiroz)

Na ficção como na vida, Chico Bento veio foi a pé. Na travessia de Quixadá a Fortaleza, por cento e oitenta quilômetros, o retirante foi extraviando a família assim: a cunhada virou mulher da vida, perambulando pelas estações de trem; o filho mais velho morreu envenenado de comer uma raiz, a de mucunã a mais mortal, coisa que era muito comum nas épocas de seca; o outro se perdeu na estrada; e o mais novo ele deu a uma moça encarregada do abarracamento em que foi viver em Fortaleza, até embarcar com a mulher e os dois filhos que sobraram, em direção ao Maranhão. Seu destino, se fosse na vida real, seria o que foi o dos emigrantes cearenses que correram para o Maranhão na seca de 1877, como se vê do Jornal 'Constituição', de 26 de junho daquele ano: *"Os emigrantes cearenses no Maranhão. - Do expediente do governo da província vê-se que o Sr. Vice-Presidente officiou á commissão de soccorros da capital declarando - que do 1o. de julho proximo*

vindouro em diante tinha resolvido fazer cessar o fornecimento de viveres aos emigrantes cearenses. A nosso ver nada justifica o acto do Sr. Vice-Presidente, porquanto existindo ainda n'esta capital muitas dezenas d'esses infelizes sem empregos ou modo de vida, muios dos quaes, apezar dos soccorros que recebem, vivem pelas ruas esmolando o pão da caridade publica, parece que se lhes faltar a pouca alimentação que dá o governo terão, necessariamente, de morrer de miseria, ou de augmentar o grande numero de esmoleiros, pesadissimo imposto que ja paga a população d'esta capital. É verdade que o Sr. José Vaz se tem tornado cruelissimo inimigo da emigração cearenses, e tão cruel - que já tem reenviado ou deportado alguns para o Ceará a pretexto de rixosos e desordeiros." Assim, igual a Antônio Mulato e a outros em todos os tempos, "*Chico Bento vagueava à toa, diante das bodegas, à frente das casas, enganando a fome e enganando a lembrança que lhe vinha, constante e impertinente, da meninada chorando, do Duquinha (o filho pequeno) gemendo:*

- Tô tum fome! Dá tumê!

Parou. Num quintalejo, um homem tirava o leite a uma vaquinha magra.Chico Bento estendeu o olhar faminto para a lata onde o leite subia, branco e fofo como um capucho . .

.

E a mão servil, acostumada à sujeição do trabalho, estendeu-se maquinalmente num pedido . . . mas a língua ainda orgulhosa endureceu na boca e não articulou a palavra humilhante. A vergonha da atitude nova o cobriu todo; o gesto esboçado se retraiu, passadas nervosas o afastaram. Sentiu a cara ardendo e um engasgo angustioso na garganta". Aí veio Antônio Mulato, descendo lá das bandas da serra de Uruburetama, de um lugar chamado Brotas, no município de Miraíma, quando foi da seca de 1990-1993, porque também findou seu patrão, e proferiu a palavra que vinha se conservando, se

aperfeiçoando, se aprontando nas mentes e nas bocas desse povo. Desengasgou, foi isso, virou pelo avesso como quem conserta uma tripa de boi morto para comer assada na brasa, apesar daquele horrível mau-cheiro que embola os estômagos dos mais sensíveis: pediu um auxílio pelo amor de Deus. Pronto! Rompeu-se o pacto instaurador do humano e da vida em sociedade pela via do trabalho!. Ficou o quê no lugar? É como perguntam: "o que é da dignidade desse homem?". Aí eu respondo: "comeu a tripa fedorenta assada pelo avesso". É a sina . . . Terá perdão esse homem, pois que, segundo disse São Cipriano, *"assim como a água apaga o fogo a esmola apaga o pecado"?* Sei não. Sei é que não quero ser seu juiz mas também não esconder que meu coração não o condena. É lícito pensar assim numa tese de doutorado? Pois não posso escapar e vou com esses sentimentos pelo meio da história para responder o seguinte se me indagarem quem são os mendicantes: individualmente, crianças é o que foram um dia; tiveram lá suas idiossincrasias, suas circunstâncias familiares, como a **mendiga de rua** Conceição foi menina viçosa das coxas grossas, seu orgulho, bem cuidada pela mãe muito católica quando chegou na capital, lutando para preservar aqueles valores que trazia do sertão e que se estiolavam diante da exuberância da menina e das tantas tentações da cidade. (Estou falando assim já para prevenir o encurralamento que vez e outra querem me fazer quando discorro sobre a pesquisa motivo dessas notas e escuto a indagação cretina de como se explica que, havendo tanta gente pobre, só alguns é que lançam mão da mendicância ou resvalam para a rua, ao mesmo tempo em que, contrariamente, muita gente mais ou menos também acaba no mesmo destino. Ficam dizendo que muitas das pessoas que vivem na rua abandonaram seus empregos e suas famílias, fizeram uma opção, estão ali por vontade própria. O que eu devia fazer era não dar importância para semelhante opinião, mas dou pela razão de que ela expressa uma crítica burra ao que julgam ser uma visão determinista da história. Porque muitos até chegam a

completar que, diante dessas evidências da realidade, tem-se que a condição econômica não é determinante. Explico que as pessoas não escolhem cair na rua, elas como que escorregam para a rua. Vão paulatinamente acumulando perdas até que tudo perdem - trabalho, casa, documentos, saúde, referências afetivas. Um ou outro caso, muito raro e de entendimento psicológico e não sociológico, pode ser identificado como alguém que 'optou' pela rua. Essa pessoa, contudo, mantém vínculos com a casa, recebendo alguma forma de assistência doméstica e assim vivendo como drama pessoal a relação dicotômica entre a casa e a rua, até que seja definitivamente absorvido por uma ou por outra, geralmente 'vencendo' a rua. O pior é quando essa opinião é proferida nos meios acadêmicos: aí se está a dizer que as derivações teóricas do postulado marxista estão completamente ultrapassadas, e a evidenciar muito mais uma disputa ideológica do que um debate científico. Enfim, filisteísmos inevitáveis). Agora, se perguntam assim, socialmente, como categoria, respondo que foram trabalhadores, e o que são hoje de avesso, de não-trabalhadores, não é por nada não, é aquilo mesmo que o Antônio Mulato disse, porque *"se acabou-se o patrão"*. Tem uma hipótese sociológica geral essa história: é a pressuposição teórica clássica de que o engajamento da força de trabalho no processo produtivo responde ao chamamento do capital, estando dialética e contraditoriamente relacionado ao exército industrial de reserva e, portanto, condicionado a determinadas conjunturas econômicas e políticas. Prevalece aqui a idéia de que o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo se fez mediante a expropriação do trabalhador a tal nível que se torna difícil distinguir dentre eles os que ocuparão um espaço na produção das riquezas, das quais não usufruirão, e aqueles que irão mendigar as sobras das sobras das sobras. Este limite, por sinal, é tão tênue quanto antigo. Respondo então que o meu entendimento da mendicância é o de que se trata de um limite objetivamente posto pelo processo histórico da divisão social do trabalho no modo de

produção capitalista. Portanto, uma categoria social originada na construção das classes, incluída no que já ficou sobejamente conhecido como 'lumpemproletariado', *o último resíduo (que) mora no inferno do pauperismo, abstração feita dos vagabundos, dos criminosos, das prostitutas, dos mendigos e de todo esse mundo que se chama de classes perigosas*(9). Se foi assim na história inteira do capitalismo, por que haveria de ser diferente aqui? E aqui, para além da incúria dos homens, ainda tem a inclemência da natureza. Não senhor, aquela é uma lei geral que vai promovendo algumas diferenças sociais, dependendo de como o mecanismo da acumulação encontrou aquele determinado povo e como este pode reagir - quer tenha sido imergindo na História, assimilando ou se destruindo no seu turbilhão, quer tenha sido recriando a Cultura e assim se defendendo. De um modo ou de outro, não se preocupem os justos quanto aos sujeitos que ainda hoje movimentam o tão tenebroso perigo - (das classes perigosas, livrai-nos Senhor!) - porque aqueles lá não detêm o mal em si, nem tampouco o bem. Como Jean Valjean, o personagem de Victor Hugo em Os Miseráveis, é como se *carregassem dois alforjes, num dos quais guardam os pensamentos de um santo, e no outro o terrível talento de um forçado: e tanto num como no outro, metem a mão consoante a ocasião*. Sociologicamente falando, isso aponta para a segunda hipótese geral dessa narrativa: a de que, sendo o trabalho o elemento de primazia normativa da forma social moderna, de modo a poder compor a partir daí uma 'identidade do trabalhador', tem-se que, na ausência do trabalho, e por oposição àquela, não se estabelece uma 'identidade do mendigo' como estrutura anterior à ação. Ou seja, não existe uma identidade própria e particular da categoria social do mendigo, mas simbolizações formuladas mediante uma mesma matriz identitária - alocada no mundo do trabalho - e diferenciadas conforme as circunstâncias culturais e históricas daquele mundo. Em tudo isso, o geral e certo é que, tal o significado de riqueza que é conhecido na sociedade

moderna, onde ela foi se acumulando, também se acumulou a pobreza, numa direta e cruel proporcionalidade. Diz que Alexis de Tocqueville, quando fez uma visita a Manchester, em 1835, saiu de lá dizendo que *daquele esgoto imundo jorrava ouro puro, que ali a humanidade atingia o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, a civilização fazia milagres e o homem civilizado tornava-se quase um selvagem*. Pois é assim. Aqui de onde falo, o muito capucho de algodão que o Antônio Mulato colheu para a fortuna dos exportadores, não lhe sobrou um fio que fosse para tecer sua rede de dormir. Estava já era dormindo no chão se não corresse a pedir esmola na capital. E tanta ordenha que fez o José Ferreira, hoje ele queria era ser um animal bem tratado daqueles, para não ter que sair por aí esmolando um prato de comer. A fórmula de nossa riqueza-e-pobreza foi aqui, no Estado do Ceará, um complexo pecuário-algodoeiro, que tem sobrevivido apesar de toda a precariedade, e mesmo configurando o quê, na concepção de Rejane Carvalho Vasconcelos(10), representa um quadro de crise, marcado "*de um lado, na não efetivação de um processo de modernização e aumento da produtividade que possibilite a exclusão dos parceiros e substituição das vias tradicionais de extração de trabalho excedente; e, por outro lado, na deterioração crescente das condições de reprodução dos parceiros*". Com efeito, a base daquela matéria de trabalho - primeiro a criação de gado, no início da colonização e se arrastando lenta como o passo do boi, e depois a agricultura comercial do algodão lá por bons idos do século XIX - que poderiam ter feito frente às características naturais, começou muito pouco favorável para o trabalhador, mesmo considerando que no Ceará o trabalho-mercadoria já nascera livre, se posso falar assim, porque o regime de escravatura não era de muita utilidade para a forma de acumulação exercida aqui. Primeiro porque a pecuária não usava mão de obra intensiva, e depois, com a cultura comercial do algodão, a mais bem sucedida entre nós, já não era mais historicamente oportuno e nem

econômico comprar negros, os proprietários preferiam o 'alugado', servindo-se dos escravos para a venda nos períodos mais dificeis, depois de esgotados o gado e as obras de ouro. Diz que na seca de 1877, rara era a semana em que não entravam bandos de cativos do interior, que os italianos - mascates que em tempos normais viviam de vender quinquilharias no centro - compravam por pouco mais ou nada, trocavam por um saco de farinha, e tornavam a vender por altos preços às casas negreiras que os remetiam para os mercados do sul. Naquele único ano, só pelo porto de Fortaleza, saíram da província 1.725 escravos(11). Por isso que nossa população escrava não foi muito significativa, prestando-se ao serviço doméstico ou à agricultura de subsistência. Tanto é que até os libertamos mais cedo, coisa de que ainda hoje muito nos orgulhamos. Diz assim o Anuário do Ceará, de 1951: *"A 1o. de janeiro de 1883, Redenção abolia pela primeira vez em todo o país os escravos e proclamava a liberdade da raça negra no Brasil".* Vai ver que isso podia ter sido a nossa chance . . . E até que era, pensando assim de um jeito que o trabalho livre era um passo adiante na História, bem que era. Mas não vingou. Por quê?(12). Vai ver, então, essa liberdade não fez muito jus à bandeira . . . Nestas condições, o Estado tinha era que ser o mais encarniçadamente oligárquico, nas palavras de Francisco de Oliveira, na sua elegia da re(li)gião. Quem é que havia de se lhe opor? Os cangaceiros, sim, mas só com a cara e a coragem. Porque um chão de trabalho capaz de congregar não havia assim de imediato. Olhe que até o vaqueiro, que era o braço de mais serventia e prestígio nas fazendas de gado, nem esse conseguiu uma alforria e nem se estabeleceu como classe, e nem podia. A pecuária, se por um lado favorecia uma melhor qualidade de vida ao trabalhador livre, em comparação a outros bens coloniais, como o açúcar ou o tabaco, uma vez que produzia alimento para os povoadores ao associar o criatório de animais, inclusive os de quintal, como aves e suínos, à plantação de roças(13), por outro lado era uma atividade de pequena

demanda de mão de obra. Era à base de um homem para cada duzentas e cinquenta cabeças de gado, segundo cálculos de Celso Furtado(14). Se considerar que os currais variavam de 1.000 a 2.000 cabeças e havendo fazendas de 20.000 cabeças, isso o que dava era um estirão de solidão, pois que o número de vaqueiros por fazenda era de, no máximo 40 homens, o que veio marcando com o tempo essa fisionomia carregada do sertanejo vestido no jibão de couro que era para se defender dos espinhos e dos galhos secos da caatinga. Associação ia fazer com quem? Com os bois? Não tinha como se fortalecer em nenhuma união, valente como fosse, na falta das águas e com o gado morto ou transportado para outras plagas, só tinha que debandar. Sua valentia se alquebrava nas travessias ou ia servir de inspiração ao poeta dos seringais(15) quando conseguia sobreviver migrante no norte.

"(. . .) Quando a sós, da floresta em meio a arena assoma,
ao frio da manhã sem trazer uma capa.
À destra um arcabuz lembra a figura guapa,
o másculo perfil de um gladiador de Roma . . ."

Referindo-se à atividade camponesa no século XVIII, Raimundo Girão(16) diz que *"toda a vida girava em torno da sua própria finalidade, o gado. A lavoura nada mais servia que para atender, supletivamente, às necessidades de quantos nela se ocupavam"*. E olhe que esse sentido prioritário à vida do gado não se desfez posteriormente, quando outra atividade econômica foi introduzida na província: é de chamar a atenção no noticiário dos jornais do século XIX sobre a seca, a preocupação com a extinção do capim de alimento do gado e as raras referências à fome humana, a não ser quando esta constituía ameaça de desordem das turbas(sic). Ainda hoje, quando se assiste a um processo de re-pecuarização da economia

rural propiciado pelos incentivos fiscais, é notória a utilização das melhores terras para a plantação do capim para o gado: os agricultores que fiquem com as terras ruins e, sem acesso a quaisquer recursos, vejam-se em condições cada vez mais deterioradas de vida. É essa história antiga que faz com que um dos protagonistas desta saga que vos narro, o **mendigo do sertão** Zé Ferreira, ao se deparar com uma bela plantação de capim, suspire tão fundo desejando ser um boi . . . Quem já viu um homem desejando ser boi, coisa mais esquisita? Pois eu vi, com esses olhos que a terra há de comer. Segundo Gustavo Barroso(17), ao sertanejo pobre abriam-se duas carreiras, a de vaqueiro e a de agregado: *"sendo agregado ou morador arrastará vida miserável, sem casa, sem terra, sem gado, (. . .) Ao vaqueiro abre-se outra perspectiva. Guardará a fazenda, tirará sortes, poderá fazer um dia sua independência".* Assim, no contexto dessa prioridade, a grande maioria da população dedicava-se à agricultura de subsistência e ao artesanato, ou senão, ficava a vagar errante(18). Quando veio, na segunda metade do século XIX, o chamamento da Revolução Industrial para a produção de matéria prima destinada à indústria têxtil inglesa, aliada à conjuntura favorável dos anos 40 daquele século em razão da liberação do mercado europeu, e da guerra civil norte-americana no período de 1861 a 1865, e o algodão foi transformado em produto de exportação, virando mercadoria(19), foi então que essa população viu-se incorporada à força de trabalho, incluindo aí as mulheres e as crianças, principalmente no período da colheita. *De um anno para outro, a provincia cobriu-se de algodoaes: derribavam-se as mattas secullares do littoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho n'outra deixava após si ruinas ennegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do preciso arbusto; era uma febre que a todos hallucinava, a febre da ambição*(20). (Leia-se: a febre do mercado). Segundo Sílvia

Porto Alegre(21), tudo indica ter sido a agricultura comercial que tenha acelerado os contratos de parceria e arrendamento, formas que se mantiveram dominantes até mais ou menos o final dos anos sessenta de nosso século. O bom é que agora ia ser possível o ajuntamento de gente e a caracterização mais explícita das formas de exploração, o quê, depois de um século, iria favorecer o surgimento da organização sindical rural. Tinha ficado mais fácil ver que o sobretrabalho vinha extraído no chão da roça de subsistência, na forma de engajamento do trabalhador na produção agrícola comercial. Nesta, o proprietário 'dava' a terra em troca de trabalho, quer este aparecesse em forma de uma dada proporção do produto, ou em forma de uma quantidade de tempo trabalhado diretamente para o proprietário, modalidade certamente muito mais imediata, e portanto mais eficaz, do ponto de vista do proprietário: *"entre os donos da terra e seus moradores, convencionou-se (no Cariri), que estes têm obrigação de trabalhar nas roças daqueles durante determinados dias da semana, três ou quatro, por exemplo (. . .)"*(22). Em expedição científica ao Ceará no ano de 1859, Freire Alemão(23), referindo-se a um proprietário de Icó, Senhor Firmino, Major da Guarda Nacional, diz que este tem *"estabelecido em suas terras 360 moradores que não pagam arrendamento; mas diz ele (o Major) que quando precisa de trabalhadores eles se prestam de graça dando só alimento, e que às vezes reúne 200 ou 300 homens".* Pinheiro(ob.cit.) caracteriza isso como o que se chama 'morador de condição', uma forma de controlar o acesso à terra ao trabalhador pobre e submetê-lo à produção mercantil, tal como propõe o Jornal Araripe, de 1859: *"Entendem-se mui livrimente os vadios que não podem ser coagidos, sem ofensa de sua liberdade, ao serviço ou ao emprego de suas faculdades nativas. Afim de que dahi tirem a subsistencia por meio de uma ocupação honesta e util, que converta-os antes em homens honrados do que em dyscolos, que solapão por seos vicios a sociedade (. . .), à seo turno reflictão tambem os senhores de*

engenho, que a constituição tem-lhes garantido o pleno uso de suas propriedades, e que por tanto fica-lhes perfeitamente livre o direito de dar rancho ou morada em suas terras a quem milhor lhes parecer, e, neste presupposto, cuidem de ser mui escrupulosos na admissão de moradores em suas propriedades, não recebendo-os ahi sem uma previa syndicancia a respeito não so de motivo que os leva áquelle passo da transferencia do domicilio, como ainda das qualidades pessoaes do pretendente, seo modo de vida anterior, e em que alli vem occupar-se, impondo-lhe alem disso a condição de preferir a outro qualquer o seo serviço quando d'elle tenha necessidades, no que não pode haver oppressão, por quanto sendo elle dado ao serviço por aluguel, ser-lhe-a indifferente que trabalhe ao seo proprietario antes de que a outro. Si este concede habitação nas suas terras, si n'aquellas não molhadas, dá agoa de regra para as plantações do seo morador, não he muito que este tambem de-lhe aquelle preferencia, quando ha precisão, e mediante o competente salario estipulado ou de costume." O aprimoramento desta relação de trabalho ao longo dos anos se deu ao ponto de que, segundo Rejane Carvalho Vasconcelos(ob.cit), em 1972, os trabalhadores que permanecem nas grandes propriedades, já cadastradas pelo Incra como 'empresas rurais', cada vez são menos 'parceiros' e mais 'moradores'. Na verdade, reserva de trabalho cativa utilizada pelos proprietários sob o regime de pagamento por dia de serviço ou empreita. Entre os pequenos proprietários ainda prevalece a parceria pela forma do produto, em que a moeda permanece completamente ausente. Vão tirar dinheiro de onde aqueles que, fora da economia monetarizada, precisam de bens que só o mercado oferece, seja um metro de pano, o querosene, até um vidro de remédio - pois que o 'remédio do mato' ninguém quase que conhece mais - como é o caso, por exemplo, do jeito como vivem os **mendigos do sertão,** que em época de bom inverno plantam nas terras alheias em troca tão somente da rama do milho e do feijão para o gado

do proprietário?. Seus pais ainda mantiveram vínculo ou até possuíram uma pontinha de terra, onde deitaram raízes. Seus filhos as comeram e, se não morreram envenenados, largaram-se por aí filhos de ninguém, vieram para a cidade só com a herança da língua: se os pais foram os mestres do pastoreio, os heróis vaqueiros, os filhos puseram-se a 'pastorar' os carros que nos tempos antigos foram os bois dos senhores. Quando muito, alistaram-se nos Programas de Emergência do governo, a construir cercas que se estendem pelas várzeas, tabuleiros e brejos onde antes existia pasto livre para os parceiros, posseiros e arrendatários botarem seus rebanhos caprinos ou ovinos para pastar. Em consequência disso, só o prejuízo, obrigando-os a se desfazerem até mesmo dos animais de trabalho(24). Sendo assim, não se admire se um dia de ano seco, como aconteceu em 1993, absolutamente destituídos, os homens de mãos estiradas, postados sob os semáforos da capital do Ceará, peçam esmola e envergonhem o Governador por atitude tão vil, obrigando-o a mandar que seu Prefeito tome imediatamente uma providência e este, não sabendo como, apresente a idéia de que o Governador mande instalar semáforos em Miraíma, a cidade de onde procedia mais da metade dos mendigos chamados 'migrantes sazonais', segundo dados do levantamento feito pela Secretaria do Trabalho e da Ação Social sobre a situação migratória em Fortaleza no período de junho a julho de 1993. Claro que idéia tão estapafúrdia é apenas o desabafo desesperado de um governante acuado por uma situação de calamidade. Mas não deixa de simbolizar o desfecho da ação histórica do Estado ao intermediar a troca entre o trabalho e o capital na nossa forma de capitalismo, que ao longo dos anos acumulou uma dívida insanável perante aquele. O que é pior para nós é ser ela uma idéia grotesca, porém, repleta de sentido, na medida em que representa de forma crua a certeza por parte dos órfãos da cidadania de que, sozinhos como ficaram, despejados sem preparo no tempo da modernidade, a mais imediata possibilidade de

sobrevivência encontrada foi ali mesmo, no centro novo, no coração do futuro, no ponto obrigatório de parada da indústria automobilística! Dali os mendigos saem indubitavelmente com uma 'diária' suficiente para oferecer uma refeição de carne à família quando retornarem à casa na próxima quinzena. Não ia advinhar, no dia 27 de novembro de 1876, a negra Florinda, preta de dezenove anos, bonita figura, comprada em Quixeramobim ao Sr. Manoel Esteves da Costa por Olimpio & Irmão, o destino de seus descendentes quando fugiu do proprietário, constando que tenha estado em Maranguape, Pacatuba e Acarape procurando esmolas para se alforriar, sendo prometida uma boa gratificação a quem a pegasse e entregasse nesta cidade ao Sr. Barão de Ibiapaba ou ao abaixo assignado(25). Também não sabia que o Estado se preocupava com o seu futuro, ela nem teria precisado pedir esmola para comprar sua liberdade, porque a Companhia de Trabalhadores do Ceará, já há vinte anos se organizara para introduzi-la, e aos seus, no mercado de trabalho - (a quê acrescentar livre é preciso esclarecer que, se não é redundância é hipocrisia) - pois que o Artigo 295 do Código Criminal, o qual dizia respeito ao 'código do bom viver', indicava que aqueles que fossem presos acusados de vadiagem seriam obrigados a assinar um documento perante o delegado de polícia em que se comprometiam a engajar-se numa atividade útil(26). Era um período em que o Ceará reestruturava a agricultura de exportação, enfrentando grande dificuldade de articulação da mão de obra, uma vez que perdia seus já insuficientes escravos com o tráfego interprovincial - diga-se: venda de escravos, troca como de qualquer outra mercadoria, amparada pela lei da propriedade e obedecendo às circunstâncias de mercado(27) - tendo sido despachados pela secretaria de polícia e embarcados para os portos do sul, um total de 2.846 escravos, durante o quinquênio 1872-1876(28). E não só do ponto de vista econômico, relativo ao número de braços, era preciso uma providência, como também do ponto de vista social, pois que o desmonte do

sistema escravo com a venda das 'peças', causava sérios transtornos à ordem pública, fazendo com que muitos escravos fugissem em busca de seus laços familiares e afetivos desfeitos, ficando a vagar pelo interior da província. Os jornais dão as notas desse esfacelamento:

"200:000

Fugiu do abaixo assignado seu escravo de nome Anastacio, côr branca, com barba, 24 annos bem apessoado, cabellos um pouco crespos, comprado a Antonio Carneiro Monteiro 3o. do Tamboril, onde reside, fugio desta cidade em 1872, levando em sua companhia a cabocla de nome Bernardina ainda moça e que já o acompanhava.

Foi visto o anno passado com a mesma companheira em S. Rosa, termo do Ipu onde Bernardina tem uma irmã casada, dahi seguirão para o Tamboril tendo se demorado algum tempo na serra das mattas, d'onde sahirão para pedra Branca, onde fora preso e logo solto, constando ter dahi seguido para o termo da telha.

Quem o capturar e o vier entregar ao abaixo assignado nesta capital, será gratificado com 200:000 rs, alem das despesas de conducção.

Fortaleza, 20 de outubro de 1876

Arcadio L d'Almeida Fortuna"(29)

"Escrava Fugida

Desapareceu da caza do abaixo assignado no dia 31 de Dezembro p.p. uma escrava de nome Benedicta, cabra, cor afogueada, idade trinta e tantos annos, altura pouco mais que regular, falta pouco, e tatara e gaza e tem o braço direito meio pegado, proveniente de queimadura em pequena. Esta escrava foi dos Arraes dos Inhamum. Dias

antes de fugir dizia que hia morrer por este mundo, porque seus ex-senhores a não quizerão embarcar junto com uma filha, que embarcarão para o Rio de Janeiro. Gratifica-se bem a quem a pegar e entregar ao mesmo abaixo assignado.

Fortaleza, 21 de fevereiro de 1877

João Antonio do Amaral"(30)

A criação, em setembro de 1857, da Companhia de Trabalhadores do Ceará - Auxiliadora da Agricultura e Obras Públicas, que exercia o recrutamento forçado para o trabalho, foi uma medida tomada no sentido de conter a dispersão da mão de obra na Província. Era dotada de uma organização militar, estando dividida em companhias, cujos comandantes tinham a patente de Capitão. Cada município sediava uma Companhia, subdividida em esquadras, sediadas estas nos distritos e sendo comandadas por um Sargento. Deveriam ser recrutados todos os homens livres, com exceções relativas à idade, saúde, propriedade ou atividade útil (achar-se engajado por contrato escrito como fâmulo ou para qualquer serviço útil) . Pinheiro(ob.cit.) apresenta uma boa seleção e análise de seus artigos, de que nos valemos aqui:

Art. 7 - Todos os demais individuos que não estiverem em alguma daquelas circunstancias (isentos) serão alistados em cada districto, ou lugares delles em que o devão ser, na fórma deste Regulamento.

Art. 36 - Os trabalhadores inscriptos e sujeitos ao serviço, estejão ou não contractados ou em serviço não poderão sahir do seo districto sem licença do commandante de sua secção, ou da do lugar onde estiverem servindo, ou do de companhia.

Art. 37 - Aquelle que sem a referida licença se apresentar em outro districto, deverá ser preso pelo commandante de secção do lugar ou pelo da companhia, e remettido para o seo, ou para aquelle onde estiver trabalhando, podendo ser alem disso preso até por três dias.

Art. 38 - Todo trabalhador que sahir de seo districto para outro com licença, a qual servirá de guia, será considerado addido à secção do lugar para onde for, para o que apresentará a mesma licença ao respectivo commandante.

No que diz respeito às relações entre locador e locatário, aquele autor menciona que a mediação entre ambos dar-se-ia por intermédio do Juiz de Paz, "um típico representante dos interesses dos grandes proprietários". No capítulo que trata da punição aos proprietários pelo não cumprimento das cláusulas do contrato, ele mostra o caráter frouxo das determinações, por ficarem estas na dependência do Juiz de Paz, que aplicaria ou não a lei, mesmo sendo constatada a transgressão:

Art. 31 - (. . .) os locatários que não satisfizerem seus empenhos para com os trabalhadores, que engajarem, deverão ser chamados perante o juiz de paz do districto onde celebrou o contrato, (. . .) e este lhes poderá impôr a multa ou pena de que trata a 2ª parte do artigo seguinte (. . .), além da obrigação de pagar ao locador o que lhe estiver a dever.

Qualquer semelhança formal com a Poor Law inglesa, não é mera coincidência mas uma manifestação do que José de Souza Martins(31) caracteriza como a 'esquizofrenia da nossa história': um capitalismo assentado sobre uma noção de riqueza como extorsão e

especulação, e não como trabalho; sobre relações hierárquicas do mando e do medo, em que as oligarquias defendem o contrato social, mas fundam seu poder sobre relações derivadas da servidão. Assim, uma forma de capitalismo completamente diferente daquele capitalismo baseado na abstração do capital e suas relações juridicamente igualitárias; que por isso faz periodicamente renascer no Brasil a escravidão, e isso ainda hoje, como vivem noticiando os jornais . Pois que, se em 1662 a Inglaterra decretava a servidão paroquial, nós aqui também o fazíamos, tínhamos cá o nosso 'juiz da roça', duzentos anos depois!. Só que a lei inglesa também obrigava a que a paróquia mantivesse seus súditos em casa, oferecendo-lhes o trabalho. Protegia desse modo o seu tecido social contra o poder dissoluto do mercado que ainda apontava longe. No século XIX, vendo que não resistiria àquela força, alterou suas leis, abandonando a obrigatoriedade do trabalho no campo e dispensando, em 1813, das regras do aprendizado (que era de oito anos, pelo Statute of Artificers, de 1563) as indústrias mais novas, como a indústria do algodão. Quando os sindicatos ingleses já eram reconhecidos como instrumento de proteção ao trabalhador, em 1870, decretávamos aqui o recrutamento obrigatório para o trabalho no campo . . . justamente, e não por acaso!, o do plantio do algodão!. E nas condições de uma oferta de trabalho quase que completamente circunstanciais. Sim, porque foi só a guerra civil americana acabar, que nosso algodão começou a baixar. Narra assim Rodolfo Teófilo(ob.cit.) esse período: *"Negociantes e lavradores tentam arcar com a crise, abrindo novos e immensas lavras que produzem 7.906.944 kilogrammas; mas o preço baixava sempre; o prejuízo foi immenso. Empenharam os ultimos recursos e atiraram-se à lucta; a safra seguinte deu 7.382.748 kilogrammas, e o preço a baixar sempre! Estavam os lavradores vencidos, pobres e endividados. O ricaço de hotem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura*

necessidade de trabalhar a 500 réis diários, que a tanto desceram logo os salarios - (já haviam ido a 1$280 diários). Restava algum gado que foi vendido para se pagar a ultima parte da illusoria opulencia, que durou tão pouco! Della ficaram apenas alguns prédios no sertão". Quando em 1877 desceu a grande seca sobre o sertão, foi a vez da inclemência da natureza, e não havia lei no mundo que mantivesse o homem no seu lugar. Correram cento e vinte mil para Fortaleza, cuja população era de apenas quarenta mil habitantes! Referindo-se à abolição da lei de Speenhamland na Inglaterra - (lei do abono mínimo ou do 'direito de viver'-1795 a 1834) - Polany(32) diz que *"se ela significava a miséria da degradação abrigada, agora o trabalhador era um homem sem lar na sociedade".* Eu aqui pensando sobre a 'miséria desabrigada' do meu povo, não sai da minha lembrança os versos de Manuel Bandeira:

ANDORINHA lá fora está dizendo:

- "Passei o dia à toa, à toa!"

Andorinha, andorinha, minha cantiga é mais triste!

Passei a vida à toa, à toa . . .

Como é que ia aplicar a lei do trabalho na terra seca e de repente desabitada do sertão? Corre corre para a cidade que o rei mandou distribuir muito dinheiro e roupa com a pobreza, partamos todos, em inúmeras caravanas, para a Terra Prometida. Com efeito, a Corte brasileira enviou navios de gêneros alimentícios para alimentar os que ficaram sem a lei do trabalho no sertão. Os particulares também ofereceram suas reservas, dizem que os de bom coração, para atenuar a fome devastadora. Mas a Terra Prometida ficava cada vez mais longe. Trabalho, onde é que tem trabalho? Na Amazônia diz que corre melhor sorte,

corre para o Amazonas a primeira leva de retirantes, no começo por conta própria, em número menor, depois foi o próprio Imperador quem mandou, o Governador do Ceará diz que não gostou da ordem, mas ordem é ordem: foi assim que a partir de 13 de agosto (vixe-maria, que dia azarado!) de 1877 começou a emigração em massa com o apoio oficial: foi iniciada a doação de passagens aos retirantes nos vapores ingleses e brasileiros com destino ao Pará e Amazonas, mediante a quantia de seis mil réis por pessoa, além de mil réis diários pela demora que tivesse no Maranhão. Foi um sonho tão grande de libertação que até agora ainda perdura nos corações dos nordestinos. Não vê a dona Francisca Matias que nos anos 70, agora deste século, ainda correu de Sobral seco para o eldorado de águas do Pará? Só que ficou mesmo aqui em Fortaleza porque teve a sorte de ser admitida para trabalhar no governo. Mas o que foi feito daqueles outros, a história do Brasil já conhece. É de se supor que aqueles que embarcaram por conta própria, porque tinham algum recurso, tiveram destino melhor. Ou outros . . . Diz que no dia 10 de setembro daquele ano da grande seca, estava previsto o embarque de duzentos e sessenta cearenses pelo vapor nacional de nome Pernambuco, da Companhia Brasileira. As lanchas os conduziam para bordo, deixando em terra as bagagens que iriam de outra viagem. Chegados os retirantes à proa do navio, o comandante de bordo determinou que só havia lugar para cem. Enfileirados, contou até o número cem e ordenou que o excedente voltasse para a lancha pelo portaló de proa. Conta assim Rodolfo Teófilo(ob.cit.)*: "Ignoravam os miseros o que os esperava. Humildes, obedeceram, recolhendo-se à embarcação que os tinha conduzido ao vapor. Suspendem-se então as escadas, a lancha se afsta do navio, que, movendo as rodas, aprôa para o norte. Foi uma confusão terrível! O desespero esmagava os corações d'aquelles desgraçados, que, nas amarguras de um pranto sem consolo, gritavam acenando uns para a lancha, outros para o vapor: - Meu filho que vai! meu pai! meu marido que ficou! minha mãe!*

meu irmão! - Só se ouviam prantos e gritos de desespero! O commandante do vapor, da caixa da roda, olhava para aquella scena angustiosa com uma frieza, com uma indifferença de bruto". A emigração consentida prosseguiu e, no segundo ano da seca, sendo já de mais de cem mil o número de indigentes abarracados no perímetro urbano da capital, o governo criou uma comissão especial para organizá-la. Mesmo assim, a 20 de abril, tendo de se retirar sem carga a embarcação de nome Laura, aproveitou-se a ocasião para fazer embarcar trezentos sertanejos para o Estado do Pará. O piloto não conhecia a costa e graves acusações foram feitas à comissão de emigração por esse tipo de improvisação, quando o pior ainda estava por acontecer: uma semana depois da partida o barco naufragou, já nos mares do Pará, matando cento e setenta pessoas que não puderam ser identificadas por seus familiares porque a comissão havia deixado de tomar os nomes aos viajantes. Como você vê, não é exagero meu, essa é mesmo uma história de perdas, de destruição de laços, de um esfacelamento social . . . Primeiro, assasinaram os índios; depois, venderam os escravos; mais tarde, expatriaram os trabalhadores livres. E querem condenar o resultado? Mas também vou dizer uma coisa, não ficou tudo por isso mesmo não, teve reação também. Primeiro daquele jeito espontâneo, desorganizado, que alguns chamam pré-político. Depois, não. Há coisa de pouco menos de duas décadas, a partir de 1979-80, a seca aí já começou a ser um momento de politização dos trabalhadores rurais, já havia uma novidade que eram as comunidades de base e os sindicatos de agricultores com caráter mais combativo, com a consciência da necessidade de auto-representação face aos proprietários e ao Estado. Mas olhe que, antes de se chegar a isso, muito pecado ainda se pagou, muita desgraça esse povo amargou sem que lhe sobrasse nada, só o comprido da estrada para percorrer atrás de rumo na vida. E quem que ia dar esse rumo? Sempre aquela perseguição individual, particular, de se afirmar pelo trabalho, de chegar a um lugar onde pudesse viver

com a família, botar raiz. Para os proprietários é que era diferente, não tinha esse sentido social, de re-composição, era só o interesse no controle e no ganho. E isso é novidade? Claro que os interesses são diferentes! Sim, mas estou dizendo que a particularidade daqui é que temos uma dificuldade maior na construção da esfera social, porque não existe a matéria do trabalho enquanto esfera econômica de onde esse social possa emergir. Aqui se criou a lei do trabalho sem ter o trabalho. Talvez mais por isso é que a expressão sobre ele, quando vem da parte da classe proprietária e de seus representantes, chegue tão carregada de moralismo - o trabalho afasta do pecado, ou numa versão secular deste, do crime; ao passo que, quando é feita pelos trabalhadores, parece mais a referência a uma graça alcançada, a graça de estar vivo e ter saúde para trabalhar. É o fato de ter a lei sem ter o trabalho que faz aumentar a dificuldade do trabalhador - (Trabalhador?: por pouco não é uma abstração!) - em publicizar-se, construir-se enquanto ser coletivo. Com o destino da ave de arribação, no que deu foi nessa emigração consentida, organizada pelo próprio Estado. No primeiro momento, aparentemente, tida como uma saída emergencial. Você imagine o pânico de uma cidade ser de repente invadida por cem mil miseráveis! Não era do interesse de ninguém despovoar a província, até porque a agricultura comercial continuava precisando de braços. Mas no desespero, o importante era aliviar de imediato a capital do grande contingente populacional, tratá-la segundo os preceitos médico-higienistas que marcavam a visão do social naquele momento(33). De que jeito manter a cidade sadia, formosa, com aquela procissão de gente suja, esquálida que não parava de chegar? E tinha o risco real de uma epidemia, sim senhor. Foi o que aconteceu, aliás, é o que sempre acontece, ainda hoje vem sempre uma doença junto com a seca(34). Pois tivemos cá a nossa noite de São Bartolomeu, tivemos uma hecatombe, a nossa causada pela varíola - em um único dia, a 10 de dezembro de 1878, houve mil e quatro mortes, que ficou então sendo

conhecido como 'o dia das mil mortes'. (Um parêntese, por favor: olhe, não é que eu tenha o gosto pelo mórbido, não senhor, mas permita-me transcrever mais uma vez as impressões de Rodolfo Teófilo sobre a seca de 1877 porque quero me solidarizar à sua indignação e ao seu desejo de que a tradição sobre os acontecimentos calamitosos deva assombrar as gerações futuras: *"Na história de cada povo ha sempre uma pagina ennegrecida pelo soffrimento; a geração que nos succeder terá de meditar sobre tamanha desgraça, procurará desviar-se do peso que nos esmagou, mas talvez em balde!"*. Ele conta assim sobre 'o dia das mil mortes': *"O dia 10 de dezembro foi de verdadeiro terror. Haviam fallecido de varíola 1.004 pessoas na capital e seus suburbios!! N'este dia recebeu o cemitério da Lagôa-Funda 812 cadaveres, que se deviam sepultar até às 6 horas da tarde! Por fatalidade faltaram 12 homens da turma encarregada dos enterramentos. Redobrou-se a actividade do administrador do lazareto, mas foi humanamente impossível dar sepultura a todos os cadaveres. Os trabalhadores, quando deixaram o serviço às 6 1/2 horas , estavam extenuados e no cemiterio ficavam 230 cadaveres insepultos! A variola havia chegado ao auge do furor! O panico estava disseminado pelos habitantes da cidade, o lucto cobria todas as familias e a tristeza morava em todas as habitações!")*. Se o quadro sanitário era assim tão feio, como cuidar da higiene do espírito? Esse era o grande desafio, porque só tinha um caminho imediato de fazê-lo: o trabalho. Ou então mandar sair, botar no navio e entregar a Deus. Foi assim no começo: o governo do Ceará se encarregava de embarcar, mas o que aconteceria depois não era mais da sua alçada. Depois, como na seca de 1898, eram os governos de fora que vinham organizar a coleta de homens para levar às lavouras de seus estados. E aqui, ia tirar trabalho de onde e para tanta gente? Um serviço muito rendoso passou a ser o transporte e o sepultamento das vítimas da varíola, feito pelos próprios retirantes pela quantia de mil réis pelo adulto e quinhentos réis pela criança. Diz

que, no começo da epidemia, havia muita repugnância do povo por este tipo de trabalho, mas que aos poucos foi desaparecendo a ponto de os retirantes instarem com os comissários para que lhes dessem a preferência. Mas isso era um trabalho de circunstância, passou. Que outro tipo de serviço poderia vir para ficar, e como? A Constituição do Império - Art. 179, & 31 - garantia recursos públicos para o socorro da população, porém, nada mais edificante do que oferecer-lhe trabalho em bens úteis, em vez de mantê-la ociosa à custa de esmolas! Essa era tarefa assumida pelo poder público, mas em muito contou com a participação dos particulares, que providenciavam empreendimentos - é como se diz - sem que visassem os lucros, só pelo propósito de darem trabalho aos retirantes. O primeiro donativo neste sentido veio da casa comercial Albano & Irmão, cujo presidente, "*condoído das misérias de seus comprovincianos (. . .) e convencido de que seria de subida utilidade dar trabalho a milhares de mulheres que viviam ociosas, arriscou parte de seus capitaes, dando-lhes algodão para fiarem e linhas para fazerem rendas. Recebido o fio, era-lhes de novo entregue para o tecimento das redes. Muitos contos de réis foram empregados n'esse serviço, sem o menor interesse pecuniario, antes com prejuizo do capital empatado*"(35). A recomendação governamental de que se apontasse o trabalho como meio de sobrevivência foi tomada tanto na capital quanto no interior. Nesta, uma vez que os indigentes se achavam arranchados sob a sombra das árvores, instituiram-se recursos para a construção de palhoças, sendo esse um bom começo para a urbanização de Fortaleza, pois não? O trabalho era todo feito pelos próprios retirantes, aqueles considerados 'válidos', que recebiam ração e dinheiro e empregavam-se em desmatar o Cocó (em torno do qual depois de muitos anos se construiu a bela Aldeota - *aldeia aldeota estou batendo na porta pra lhe aperriar pra lhe aperriar),* tirando madeiras para levantar os seus ranchos, em lugar de sua escolha - coisa que muito se modificou com o passar do tempo, vindo a se chamar 'invasão

urbana pelos sem-teto' - e em breve viam-se arraiaes de migrantes em Pajehú, São Luiz, Jacarecanga e São Sebastião. Além da construção dos abarracamentos, os retirantes válidos foram ocupados na limpeza das praças e ruas da cidade. Naqueles tempos de tanta assepcia como era na aproximação do novo século, uma capital, principalmente do porte e nas circunstâncias da nossa, também não poderia prescindir de um asilo de loucos e outro de mendigos: para o primeiro, tivemos a doação generosa de um terreno próximo à povoação de Arronches pelo comerciante Manoel Francisco Silva Albano; o segundo teve sua pedra fundamental lançada no Outeiro da Prainha. Ambos seriam construídos pelo trabalho dos retirantes, e com o donativo de particulares, complementado pelos socorros públicos. A capital também beneficiou-se do trabalho dos retirantes no calçamento das ruas. Segundo a narrativa de Rodolfo Teófilo, a edificação de parte de nosso patrimônio público urbano custou aos fugitivos da seca um considerável sacrifício. Conta ele que os comissários distribuidores de socorro tinham ordem de dar ração ao retirante unicamente no dia da chegada. No dia seguinte, se queria ter direito a socorro, deveria ir à pedreira do Mucuripe, a uma légua distante, carregar pedras, e se "uma viagem de duas léguas, com um peso de 15 kilogrammas, pouco mais ou menos, aos hombros seria nada para um organismo são e vigoroso, para um enfermo, que tinha os membros tolhidos do cançasso de tantos dias de jornada, era bastante para acabar de extenual-o". Ele mesmo diz que chegou muitas vezes a presenciar estas cenas: *"Quantas vezes o desgraçado esgotava o resto de forças, que lhe alimentava a vida, sob a carga que o governo lhe puzera às costas, e ainda em caminho, cahia para nunca mais se levantar! O cadaver era levado para o cemiterio e no dia seguinte os jornais noticiavam mais um obito produzido pela fome".* No início a mulher era sustentada pelo Estado nos abarracamentos, ou seja, não tinha que trocar a ração por um dia de trabalho. Depois precisou fazer uma viagem de 12 quilômetros carregando pedra

do Picy para o calçamento da estrada do Soure, a fim de ter direito a ser alimentada. Para aqueles que permaneceram no interior, o governo mandava orientar o trabalho para o reparo dos edifícios públicos e para a construção de cadeias, escolas e açudes. Quem se dê ao cuidado de contar essas obras feitas no interior do Ceará com a verba dos socorros públicos, como eu me dei, no período relativo ao primeiro ano da seca de 1877(36), vai encontrar, entre muitos serviços feitos em cemitérios e igrejas - o que não era indicado pelas normas governamentais, mas certamente também não era proibido, remetendo à conclusão de Pinheiro(ob.cit.) quanto à forte participação da religião entre os instrumentos iniciais de organização e controle do trabalhador pobre e livre - um número idêntico de açudes e de cadeias. Para ser mais precisa, trinta e seis unidades de cada um, mais meia dúzia de casas para escola primária! A admiração é tão somente por causa da coincidência dos números, porque o resto não é de se admirar. Sendo sobejamente conhecido o fato de que esses açudes acabaram apropriados de forma privada pelos proprietários da terra, e sendo também conhecido o pouco caso dado à escolarização de nossas crianças, o que restou mesmo ao trabalhador pobre e livre foram os cemitérios e as cadeias, os lugares absolutamente adequados ao cumprimento de seus destinos. De admirar seria se não fosse assim. Sim, porque, mais uma vez lembrando Pinheiro(ob.cit.), a segurança pública era um importante componente da organização das relações de trabalho, sendo portanto a principal preocupação dos governantes, uma vez que sempre associavam o crime à ociosidade. Aquelas obras, porém, apesar de tão eficientes no controle das relações de trabalho, pareciam de pouca utilidade, deixando insignificantes melhoramentos na província, se fosse considerado seu custo para o Estado. Como já vinha de longe a reivindicação por parte dos proprietários de que o governo oferecesse uma infraestrutura para o escoamento da produção algodoeira, considerou-se que uma obra de grande utilidade neste sentido seria a

estrada de ferro de Baturité, já esboçada pela iniciativa privada e obstada por falta de recursos, sendo já credora do Banco do Brasil. O interessante no entendimento do governo da província, é que se tratava de uma obra para tirar os retirantes da ociosidade e que sairia por um terço do preço do que teria se executada em períodos normais. É clara a indicação desse 'senso de oportunidade', digamos assim, na proposta apresentada pelo Conselho de Estado ao governo imperial: *"A experiência de outros paises que, como essa região do Imperio, estão sujeitos a secas periodicas, tem mostrado não haver meio mais eficaz para minorar os efeitos de tais flagelos, como o da construção de vias-férreas, por onde, quando se manifestem, os habitantes do interior possam receber os socorros de toda a parte, ou como recurso extremo, buscar na imigração lenitivo aos seus padecimentos"*(37). Mas é como dizia Rodolfo Teófilo, as estradas de ferro encurtam a via dolorosa da fome, mas não minoram os efeitos da seca. Com efeito, até recentemente, por ocasião da seca de 1983, o trem ainda era o principal meio de transporte dos mendigos do sertão, quando a RFFSA liberava um carro para trazê-los à capital e levá-los de volta ao sertão, após o recolhimento das esmolas. Depois, nem isso. Mas serviu a estrada de ferro, sim, aos interesses para os quais fora realmente criada: de subsídio em subsídio, transportou a um baixo custo tarifário a riqueza do algodão para os pontos de comercialização, como o demonstram as palavras de um seu chefe de tráfego, ainda em 1925: *"O público não compreende que uma estrada de ferro, ainda mesmo da União, deve ser uma indústria de transporte como outra qualquer e não uma sociedade de beneficiência ou uma instituição fundada pelo governo para beneficiar comerciantes"*(38). Referia-se ao fato de que, enquanto o custo de manutenção na época subira em 700%, continuavam vigorando as tarifas de treze anos atrás(39). Outros serviços a estrada de ferro prestou à economia da seca no Ceará. Em 1920, quando por resolução do Ministério da Viação e Obras Públicas

passou a ser subordinada administrativamente à IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - serviu para facilitar o transporte de materiais destinados à construção de açudes e barragens; posteriormente, quando se deu o recrutamento de operários no período da guerra, foi obrigada a transportar os migrantes, a cargo do Serviço de Mobilizaçao de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA - desta feita ligada ao Ministério da Mobilização Econômica; finalmente, nos dias recentes, para que serviu a estrada de ferro foi para orientar dona Fransquinha, ao final do dia, no caminho de volta para o Depósito onde estava arranchada (mendiga do sertão) na seca de 1993, e ao percorrer as ruas de Fortaleza pedindo esmola ficava toda ariada mas ainda bem que tinha a linha do trem que ela seguia e não tinha outra, dava direitinho no lugar do Depósito, assim como também serviu, no começo do dia quando tudo ainda estava deserto, ao alívio fisiológico de sua companheira de mendicância, dona Conceição, que não se acostumava nunca com a imundície da fossa do rancho, que aquilo era um buraco nojento que só os homens é que podiam frequentar. No ano da encampação pelo Império, porém, a 1o. de junho de 1878, o caráter de utilidade pública que pretendia obter o governo da província era bem mais imediato e emergencial: controlar pelo trabalho uma população devastada pela fome. E assim instruía seus administradores: *"Nos trabalhos do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, serão empregados de preferencia, segundo a aptidão e a preferencia do serviço, os habitantes da provincia que estiverem soffrendo os effeitos da secca, e como taes soccorridos pelo Estado. Alem da alimentação fornecida pelo Estado, concederá o director e engenheiro em chefe a cada um dos operários uma gratificação diaria de 200 a 800 reis, segundo o merito de cada um".* Segundo Rodolfo Teófilo, ao baixar essas instruções o governo procurava levantar o espírito abatido de tantos desgraçados, despertando o amor ao trabalho, porque, ao contrário da ração que apenas abrigaria o faminto das privações da

penúria, parecendo ao indigente a esmola que degrada e avilta, sem despertar-lhe a emulação, a remuneração em dinheiro traria ao operário a consolação de que ele não era um mendigo, e assim ressuscitaria os brios e a dignidade manietados pelo infortúnio e com eles maior soma de amor ao trabalho. Mas para surpresa de todos, os retirantes abrigados em Fortaleza nos abarracamentos do governo não quiseram retornar aos sertões para o trabalho dignificante! Havia um mês que fora promulgado o Decreto no. 6.918, do dia primeiro de junho de 1878, que autorizava o crédito para o resgate da estrada de ferro e para as obras de prolongamento, mas o governo do estado continuava na peleja com os retirantes, firmes na determinação de não arredarem pé de Fortaleza. A única coisa que os demoveu da recusa foi um fato aparentemente inusitado. Passando alguns em frente ao Cruzeiro da Sé, isso a 5 de julho de 1778, a metade do segundo ano seco, perceberam que o quadro representativo do martírio de Cristo estava chorando. Proclamou-se ali um milagre feito com as lágrimas do Crucificado. A ocorrência imediatamente fez aglomerar-se em torno da Praça da Sé uma multidão de doze mil retirantes que confirmavam a visão das lágrimas na face da imagem, identificando nelas um castigo divino. Foi então que uma velha de mais de oitenta anos relembrou uma profecia antiga, proferida por Frei Vidal, da qual aquelas lágrimas eram o sinal. A profecia anunciava que chegaria o tempo em que ninguém haveria de saber onde tinha sido a cidade do Forte; que viria a guerra e depois a peste; que o rio sobre o qual passava aquela igreja, por castigo de Deus, ao juntar-se ao mar, inundaria a cidade e a todos afogaria. Antes, porém, do castigo, viria um aviso para que os fiéis servos de Deus se retirassem da maldita cidade. Era aquele o aviso: a imagem de Cristo chorando a desgraça dos pecadores. Todos então de joelhos rezaram o terço e bateram no peito pedindo misericórdia, procurando abrandar com a oração a cólera dos céus. Conta-se que ao final do dia cerca de doze mil retirantes deixaram Fortaleza, com destino a Pacatuba,

onde se construiria o caminho do trem. Com efeito, a profecia de Frei Vidal, missionário de grande popularidade no sertão durante o final do século XVIII, ainda corria de boca em boca e, inclusive, era divulgada pelos jornais naquele ano de seca, contribuindo mais ainda para a migração dos sertanejos. Dizia a profecia que em 1877 os homens perderiam as cabeças; em 1878 haveria pasto e pouco rastro; em 1879 haveria cidades em que, matando uma rez, não tinha quem lhe desse cabo; em 1880 nem um pingo d'água cairia; finalmente, em 1881 haveria tanta abundância que os velhos desejariam ser moços e os moços meninos. Por conta disso, as pessoas ao se despedirem dos parentes e amigos na retirada da seca, diziam entre si: *"até 81!"*, certos de que o ano da fartura as juntaria outra vez, quando reporiam os laços naturais que a tradição ensinara, indiferentes ao enunciado da nova era. Por que recusavam-se aqueles sertanejos desvalidos a abrir os trilhos de ferro para o futuro? Pressentiriam que ao final da linha ter-lhes-ia sobrado apenas o semáforo na capital, espaço único do moderno onde com certeza poderiam recolher por conta própria sua 'diária'? E para onde teriam ido com muito sacrifício, no caminhão da feira, como vos contarei logo mais, porque de tanto transportar o rico algodão o trem ficara pobre-pobrezinho e não tinha mais força de andar. Sim, porque naquela época ainda eram os 'pobres do rei', e no rei confiavam, *"o rei era muito rico e não ia deixar morrer de fome a sua pobreza"*, diziam com toda certeza. O trem era obra do demo, botava fogo pelas ventas, tinha raiva dos matutos, havia que se fugir dele. Foi então que, já tão perto de perder o Império, o rei, de pena que ficou de seus súditos fazendo viagem tão longa em chão deveras carrasco, mandou encampar a estrada de ferro, aumentar-lhe o comprimento da linha: "*sabem o que são oitenta léguas de jornada, com fome e sede, sob um sol que calcina e sobre o solo que escalda, tendo como alimento raízes venenosas e como bebida uma mistura de sais calcáreos e férricos?* - perguntava Rodolfo Teófilo, querendo assim que nos colocássemos

no lugar de cada um daqueles retirantes. Foi isso, *"Dom Pedro II encurtou aos retirantes oitenta léguas da estrada da fome"* - concluia o condoído cronista. Porque o Imperador também mandou fazer doação de comida, o que os novos homens, aqueles que vinham chegando com a re(s)pública, não acharam mais conveniente dar. Na palavra do rei, sim, se podia confiar. Só assim é que foram ao trabalho, metamorfoseados em 'cassacos' que é como ficaram sendo conhecidos os trabalhadores da construção de estradas de ferro por essas bandas nordestinas. Hoje já não se servem mais do trem, da única obra de utilidade pública, como na época dizia o presidente da província e pela qual tanto lutou. Servem-se da cadeia, ah, da cadeia se servem, sim, hoje os 'pobres de ninguém', órfãos do rei que empenhara o último brilhante da coroa para não vê-los morrerem à mingua. Foi aí que o santo chorou, dando o sinal do grande castigo que estava para ser cometido(40). São agora os enteados da república, 'pobres de ninguem', e farão daqui em diante muita força para responder-lhe ao chamamento da cidadania como é da lei dela. Mas o problema é esse que eu já disse: o de uma lei sem a devida matéria(41). Isso é muito claro na forma como o governo trata a seca na virada do século, no contexto da indefinição política dos rumos republicanos. Na de 1898, enquanto os deputados disputavam no Congresso o poder de torná-la ou não realidade através da liberação dos fundos de socorro garantidos pela Constituição da República, dependendo da posição que ocupavam em relação ao governo estadual, se contra ou a favor, este preferia deixar os retirantes que chegaram à capital entregues à caridade pública, ou senão ao governador do Pará, que aqui cuidava diretamente da emigração para aquele Estado, através de um agenciador que por cada cabeça embarcada recebia de seu governo uma comissão de mil réis. A pressão da opinião pública contra a omissão do governo cearense, fez com que este tomasse a providência de 'fechar os portos' à emigração, instituindo o imposto de um conto e quinhentos mil réis,

cobrado por cabeça como cobrava ao gado saído do Ceará. Sendo inócua a medida, por não representar nenhum prejuízo por parte do agenciador, o governo criou uma 'folha corrida' passada em Fortaleza, ao preço de vinte mil réis, que o que fez foi favorecer ao cartório local, de propriedade de um amigo do governador, o Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly. É o que conta a crônica da seca. Na seca de 1900, sendo presidente da República o Dr. Campos Salles, o primeiro da era republicana a se deparar com uma seca, depois de muito se pleitear o envio da verba constitucional de socorro, consentiu ele na abertura de um crédito de dez mil contos de réis, fazendo acompanhar ao Congresso uma mensagem na qual estabelecia que o mesmo fosse exclusivamente para passagens aos retirantes para fora do Ceará. Houve discussões no Congresso e o crédito foi votado sem a cláusula do presidente. Dos dez mil contos foram gastos com o Ceará apenas oitocentos, ficando os retirantes espalhados sob a sombra das árvores de Fortaleza, ao abrigo mais uma vez da caridade pública. Na visão de Rodolfo Teófilo, um sanitarista, isso foi o que teve de bom, porque sem a aglomeração dos abarracamentos seria menor o risco das epidemias. Esse argumento é que ele quis fazer valer, mas não valeu, junto ao governo durante a seca de 1915, quando o Dr. Benjamin Barroso decidiu construir abrigos coletivos para os retirantes, como outrora, alegando que assim poderia fiscalizar a distribuição dos socorros, e sua mulher, virtuosa primeira dama, velar pela honra das famílias expatriadas, cujas donzelas não deixavam de estar passíveis à concupiscência dos agentes da verba. Certamente uma justa preocupação, uma tentativa de nossas avós de deter o mal futuro, que acabaria incluindo Fortaleza na rota da prostituição infantil, agora que o Estado, cansado de pelejar com uma empresa qualquer, agrícola ou industrial, que lhe dê rendas, resolveu tirar proveito do sol e transformar Fortaleza hoje na meca do turismo internacional. A tentativa feita pelo governador, de tratar os retirantes como se fizera no século passado, em

conjunto, como filhos deficientes que precisavam de atenção especial sempre que sofriam uma crise aguda, depois de passada uma década e meia de indefinição da República, foi vã. Uma outra forma de relação começava a se desenvolver, pois eram outros os tempos. Desta vez o governador ainda foi pessoalmente receber na Estação Central de Fortaleza a primeira leva de retirantes da seca de 1915, vinda de trem, da cidade de Iguatu, agora o local de concentração dos migrantes, uma vez que era o ponto final da linha de ferro. Assim oficialmente recebida, foi abrigada no Passeio Público, sob as árvores da praça, enquanto se construía o abarracamento no Alagadiço, um quadrilátero de quinhentos metros de superfície em que se aglomeravam sete mil pessoas sob a sombra de velhos cajueiros, o qual viria a se transformar em breve em um foco de infecção, como era a previsão do sanitarista Rodolfo Teófilo, que assim descreve as condiões de higiene do local: *"Via-se aqui e ali, uma ou outra barraquinha coberta de esteira ou de estopa, mas tão miserável era a coberta que não impedia que a atravessassem os raios do sol. A cozinha era também ao tempo. Em algumas dúzias de latas, que haviam sido de querosene, ferviam em trempes de pedra grandes nacos de carne de boi, misturados a maxixes, quiabos e tomates, que subiam e desciam ao sabor da fervura. Achei esquisitas as verduras e mais ainda os tomates. Pendia de um galho de cajueiro um quarto de boi. Pude então avaliar a péssima qualidade da carne, só digna de urubus. Informaram-me que aquela era boa comparada a outras que mandara o fornecedor. Disse-me pessoa idônea que as reses que morriam, de magras ou do mal, eram mandadas para o 'Campo de Concentração'. (. . .) Uma coisa que muito deve interessar à saúde daquela população era o local onde se depositavam as matérias fecais. Fui vê-lo. Ficava à sotavento do abarracamento, no fundo do cercado, ao poente, a pequena área coberta de pequenos arbustos, onde os famintos, numa promiscuidade de bestas, defecavam, ficando as fezes expostas às moscas. Aquele atentado*

à sã higiene não podia deixar de ter consequências desastradas. Visitei as aguadas. Eram as mesmas de Fortaleza, buracos à flor da terra, ao tempo". Por mais que as condições fisicas aí descritas não diferissem tanto de épocas anteriores, assim como não se adequassem ao ideário republicano de civilidade - ciência e progresso - o fato é que alguma coisa já havia mudado, talvez muito longe, mas chegara aqui alguns resquícios do que tivesse de bom e de ruim nas mudanças. A guerra total promovia o primeiro ensaio de descolamento definitivo do humano de seu original estado de natureza, fazendo emergir no meio à pancadaria, como num flagelo, a nova forma social assentada no mercado quase-absoluto, sob a transparência das classes. E essa transparência era o que tinha de bom, porque dava aos homens a dimensão do tamanho e da forma da luta que eles deveriam travar dali em diante com o império das coisas, cada vez mais expostas nas prateleiras intercontinentais do grande mercado da nova era. Nós aqui prestaríamos a nossa fundamental contribuição, formaríamos inclusive um eficiente exército para ajudar na conquista - o 'exército da borracha' que marchou para os seringais da Amazônia - embora tivéssemos já um lugar reservado nas bordas do mega-parque. Foi aí que pressentimos que não éramos mais apenas os 'retirantes', aqueles que tão somente se retiram do seio seco da natureza enquanto Deus não manda chuva para outra vez intumescê-los de seiva e vida, como também se fazia com o rebanho, para sempre assim, entregues simplesmente ao amparo do rei sob os improvisados abarracamentos. Foi na seca de 1915 que apareceu a expressão 'flagelado' em lugar de 'retirante' e foi também quando denominamos de 'campo de concentração' ao antigo abarracamento. Muito mais que denominações em voga por conta de uma conjuntura de guerra, dávamo-nos conta de que um processo social tomava corpo em lugar daquele que parecia vir apenas da natureza, pondo uma marca definitiva como era posta no gado para dizer quem era o dono: não éramos mais os 'retirantes',

sujeitos da ação; éramos os 'flagelados', sofríamos a ação. De quem era a ação? De algo que nos encurralava nos 'campos de concentração' da cidade para depois nos levar de volta ao sertão como peões das obras que o Estado prestava à Propriedade. Senão, sermos detidos nas instituições urbanas de disciplinarização e controle, que já eram muitas, dado o aumentado número de miseráveis que perambulavam pelas ruas: Dispensa dos Pobres, Asilo de Mendicidade, Patrocínio dos Menores Pobres, Escola para Menores Pobres, Dispensário Infantil, Patronato de Maria Auxiliadora para Moças Pobres, Asilo Bom Pastor. Sim, porque Fortaleza já não era mais a mesma, tornara-se a sétima capital do país, um empório impulsionado pelo crescimento dos negócios de exportação e importação. Éramos, a partir de agora, uma espécie diferente de pobre, e assim em quantidade tão grande, o começo de um problema de polícia. Mesmo que todos os despossuídos que vagavam pela cidade não fossem delinquentes, eram considerados potencialmente perigosos porque viviam no ócio. Era preciso uma ação para controlá-los e a primeira coisa a fazer era distinguir o verdadeiro do falso pobre, os mendigos, os vagabundos e os flagelados que permaneceram na capital em razão da seca de 1915. Em uma operação policial dessa natureza, realizada no ano de 1918, foram identificados 97 mendigos 'verdadeiros' - (recolhidos ao Asilo de Mendicidade, em cumprimento do acordo entre esta instituição e a polícia) -, inúmeros vagabundos contumazes que abusam da generosidade pública(sic) - *(que tiveram de ser detidos)* e 1.123 flagelados que, recolhidos e medicados, foram enviados de volta às suas glebas nativas, pelo trem, como consta do 1o. Relatório do Delegado de Polícia da Capital e Delegado da 1a. Região Policial do Estado, Bacharel Waldemar Cromwel do Rego Falcão(42). Alguma coisa estava acontecendo que mudava o entendimento sobre a pobreza no Ceará. O próprio Rodolfo Teófilo, o humanista que presenciara a seca de 1887 e sobre ela escrevera com o coração cheio de condescendência, não tinha mais perdão para os flagelados de agora,

referindo-se à mendicância como um vício: *"(. . .) Pela manhã subia a onda de famintos e se espraiava pelas ruas da cidade a pedir esmolas. Centenas de mulheres, grande número delas trazendo uma criança escanchada no quadril, percorriam as ruas esmolando. A vida de pedintes as havia desbriado. Estendiam a mão à esmola com o maior cinismo. Não guardavam o óbolo sem primeiro examinar o valor dele. Essas infelizes expunham as crianças para mais tocarem a piedade pública. Não se importavam que os filhos, expostos o dia inteiro ao sol, adoecessem e morressem. (. . .) Consideram a morte de um filho pequeno uma grande felicidade. É um anjo que sobe ao céu e vai rogar pelos pais que ficam degradados na terra das secas."* O humanista não poderia ter ouvido a consciência de outra época, que ainda estava por vir mais de meio século depois, de que, abocanhado pelo latifúndio e sob a 'custódia' do Estado, o homem do campo não era dono, sequer, de sua própria morte. Essa consciência foi ouvida no começo dos anos 80, vinda nas palavras do agricultor Luís Balbino de Oliveira(43): *"Naquele tempo a gente se sentia culpado pela morte das crianças. Tinha noite que, com minha mulher Tereza, ficava conversando que a gente poderia ter saído para procurar outros meios. O problema que a gente sentia era o problema de todos: a fome, o trabalho duro, a opressão e principalmente a falta de comida, porque no dia que a gente almoçava não jantava. No dia que jantava não almoçava. Assim nem as crianças e nem os adultos aguentavam. Agora é que sabemos que as crianças morreram em consequência da fome, da desnutrição e da poluição das águas. Mas as crianças que a gente perdeu nunca vai esquecer e não sabe como conseguimos sobreviver".* A fome tem que ter raiva para interromper, diz a canção, e os poderosos já podiam pressentir essa raiva, raiva perigosa que era capaz de se manifestar de uma hora para a outra. Era preciso então controlar. Primeiro, convoca-se a polícia na cidade, ela sabe separar os bons dos maus pobres e como tratá-los. Depois, matando dois coelhos de uma

cajadada só, pensa-se numa ação institucional que não só controle socialmente o pobre, evitando que as 'classes perigosas' invadam e transtornem a urbes - (como já era a providência em 1913 do Governador Franco Rabelo, cuja gestão faz reforçar a Guarda Cívica de Fortaleza com novos distritos e postos policiais, não só para policiar os subúrbios, mas também para *ultimar a eliminação da mendicidade e vagabundagem nas ruas e praças da cidade*(44) - mas que também lhe tire grande serventia na produção das riquezas. Afinal, como é sabido, 'o ócio é o pai de todos os vícios'. A ação institucional, então, trata de 'fixar o homem ao campo', expressão sob a qual ficou conhecida a medida mais eficaz da forma de acumulação do capital vigente na região, tendo sido explicitamente esboçada por ocasião da seca de 1932 - que passa por ser a maior da história, uma vez que o sertão estava mais povoado, mais constituído como economia e socialmente menos organizado para se defender, e, portanto, tendo mais a perder - quando foram criadas as 'frentes de serviço', segundo seu idealizador, o então Ministro da Viação, José Américo de Almeida, justamente com o objetivo de não desorganizar mais ainda aquele sistema(45). Conta José Américo de Almeida que, em viagem de socorro ao Ceará no período daquela seca, a primeira coisa que fez foi suspender o embarque de um navio do Lóide, cheio de migrantes, assim como embargar a saída de pessoas do interior, abrindo grandes campos de assistência onde os sertanejos se concentravam aguardando que fossem feitos projetos para execução de obras, principalmente de estradas e açudagem, sendo então transferidos para os diversos pontos do sertão onde as mesmas se realizariam, aqui para nós e o povo da rua, geralmente no interior dos grandes latifúndios. Pelo Decreto 566, de 14 de abril de 1932, *a Interventoria Federal, capacitando-se da necessidade de um apparelho administrativo organizado para executar e dirigir os serviços de soccorro aos flagellados, criou no Estado, em caracter provisório, o Departamento das Seccas para centralizar e uniformizar aquele serviço. O quadro da*

nova repartição foi também organizado com funcionários de outras para evitar despesas de pessoal. A emigração dos flagellados ficou subordinada ao ajuste prévio entre o Departamento das Seccas e o Governo, autoridades estaduaes, empresas, firmas industriaes e particulares idoneas para onde se destinassem os mesmos e a que pudessem interessar a emigração, de modo que lhes assegurassem a manutenção, fixação de salários normaes e demais garantias dos interesses dos emigrantes. O Departamento, por intermédio de representantes nos Estados, tinha também o encargo de fiscalizar a execução dos compromissos assumidos em defesa dos flagellados. Após a criação do Departamento das Seccas, tratou logo o governo de concentrar os flagellados em pontos diversos, afim de soccorrel-los com efficiencia e no tempo opportuno. Foram criados, sob a fiscalização do Departamento das Seccas, sete concentrações, depois reduzidas a cinco: Burity, no município do Crato; Quixeramobim, no município do mesmo nome; Patu, no município de Senador Pompeu; Cariús, no município de São Matheus; Ipu, no município do mesmo nome; Urubú e Octávio Bonfim, no município de Fortaleza. As verbas para alimentação vinham do Ministério da Viação, e as despesas com pessoal, quer com os funcionários do Departamento, quer das concentrações e os honorários médicos, e bem assim o material de expediente foram pagos com o producto da venda dos couros dos bois consumidos nas concentrações. O Estado, na possibilidade de sua força econômica e financeira também contribuiu com numerário para o serviço de soccorros aos flagelados, abrindo vários créditos extraordinários(46). E o que faziam os flagelados nessas concentrações? Quem responde é o próprio Ministro da Viação, José Américo de Almeida, seu idealizador: *"Nada. Eles esperavam que os projetos fossem feitos para que eu os fosse transferindo e mandando para as obras públicas. Não encontrei obras projetadas, não havia onde empregar essa gente. Para iniciar obras, precisava de projetos"*(47). E as

obras foram projetadas: estradas na maioria das vezes no interior das grandes fazendas, e açudes sobre terras que não foram desapropriadas. Quer dizer, diferentemente de 1887, construímos outra espécie de cadeia - da seca fez-se a riqueza, por obra e graça do Estado. Havíamos sido assim apanhados formalmente por ele para a consecução do projeto oligarca, ficando definido de fora para dentro o nosso papel. Tanto é assim que, ao cabo de vinte anos, ainda não tinha sido realizada a desapropriação das terras onde se construíram os açudes, como é a queixa do próprio Ministro que os mandara construir, quando nos anos 50 retornou ao governo com Getúlio Vargas. Dessa forma, manteve-se privado um grande patrimônio que não poderia ser público (embora devesse) em decorrência justamente do modo como agia o Estado, através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS. Como bem analisa Francisco de Oliveira(ob.cit.), o investimento em obras de açudagem feito pelo DNOCS acabou reforçando a estrutura arcaica ao favorecer, de um lado, a expansão pecuária dos grandes e médios fazendeiros, que agora dispunham de água a custo zero, e de outro, ao reforçar a existência do 'fundo de acumulação' representado pelas culturas de subsistência dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes, mais facilmente desenvolvidas nas vazantes dos açudes. Aquele autor caracteriza como 'Estado capturado' ou 'Estado oligárquico' a essa forma de ação do Estado existente no Nordeste e sobretudo no Ceará, onde não havia nenhuma outra atividade produtiva senão aquela determinada pela estrutura típica do latifúndio-minifúndio. José Américo de Almeida orgulha-se de ser o primeiro dirigente a criar uma frente de serviço, porque, como ele mesmo diz, *"a seca não passa de desemprego rural, cessando as chuvas, cessam as atividades agrícolas"*. Não levava em conta o Ministro que este tem sido um dos principais elementos de acumulação capitalista no Nordeste, oferecido com muita fartura ao que Francisco de Oliveira caracteriza como um verdadeiro mecanismo de 'acumulação

primitiva'(48). E veja que não se trata apenas de uma oferta elástica de mão de obra. Além disso, o mecanismo atua na própria remuneração do trabalho, por um lado, do ponto de vista monetário, afora as formas de pagamento na 'folha' que significam sobrevantagens para o proprietário, também implicando no rebaixamento das diárias e até na demissão de antigos trabalhadores, trocados pelos da 'emergência', pagos diretamente pelo governo(49) e, por outro lado, do ponto de vista ideológico, gerando uma ambiguidade na natureza da remuneração, que passa a ser um misto de salário e de ajuda, aumentando com certeza a dificuldade de emancipação do trabalhador, no sentido de fazer com que este emerja coletivamente enquanto classe. Porque, se o salário é a representação quantitativa de uma forma social, a ajuda é algo que se presta ao indivíduo em particular, em razão de uma determinada circunstância. Sendo assim, acaba por não constituir um radical rompimento com o mundo da ordem - isso ao nível das consciências individuais, e numa dimensão problemática da análise relativa à constituição das identidades - a passagem do estado de 'alistado da emergência' para o de **mendigo sertanejo**, em que a impossibilidade de se alistar - geralmente por falta de vagas - ou porque *"o dinheiro da 'mergência' é tão pouquinho, mulher, que o jeito é eu ir procurar um adjutório, que é pro mode melhorar a sorte do marido, né?"*(50), torna-se um motivo muito comum para que o trabalhador desça para pedir esmola na cidade. Deste modo, tão grande é a dificuldade de explicitação da condição objetiva de classe, que levou cinquenta longos anos, para que a luta sindical incluisse no seu programa os problemas afetos ao trabalho nas emergências do governo, o que só veio acontecer no início de 1980(51). Até aí prevalecia a imediaticidade do político nas relações de trabalho, nas quais o Estado, aparecendo como a face direta do poder, obstruía o surgimento da dimensão social capaz de organizar um espaço civil para o exercício do mesmo. Por toda a primeira metade deste século pouca variação se registrou

na partitura: continuamos a tocar pela eterna batuta do governo orquestrador dos capitais, do norte ou do sul. A nota 'grave' continuava sendo a arregimentação de abundante e muito em conta mão de obra nordestina, em que os períodos de seca eram sempre os momentos sonantes, perfazendo a harmonia de um réquiem da morte-vida severina. A próxima seca, a de 1942, tendo coincidido com o período da guerra, proporcionou ao Estado(Novo) brasileiro a oportunidade de prestar relevantes serviços à causa aliada enviando o 'exército da borracha' para o trabalho dos seringais na selva amazônica. A necessidade de borracha na conjuntura da guerra, juntamente com o bloqueio do fornecimento por parte da Malásia e demais países do oriente, motivou o interesse dos Estados Unidos pela Amazônia, que inclusive já havia sido explorada por americanos como sendo a mina de 'ouro negro', até por volta de 1910(52) - quando entrou no mercado a borracha oriental - para atender à demanda da indústria automobilística daquele país e da Europa. Mas agora era a guerra e o interesse dos Estados Unidos voltou-se para materiais estratégicos, como era o caso da borracha, tentando obter o controle de compra dos mesmos. Desta vez tudo foi feito de modo muito organizado, de governo para governo, ave maria, no contexto mesmo da razão bélica. O plano migratório foi elaborado com a participação de teóricos americanos, respaldados na racionalidade fordista-taylorista do trabalho, incluindo a tarefa disciplinar como um valor prioritário na organização da produção. Assim, criou-se, a 30 de novembro de 1942, um órgão ligado ao Ministério da Mobilização Econômica, com o objetivo só de prestar esse serviço de arregimentar trabalhador, o SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, o qual, em dezembro do mesmo ano, assinou um acordo com o governo americano - o Acordo de Washington - através da Rubber Reservy Corporation, destinado ao recrutamento e encaminhamento de 50.000 trabalhadores para a Amazônia, que deveriam entrar em Belém até 31 de maio de 1943.

Como diz Maria do Socorro Vieira(53), a mobilização foi geral, e o SEMTA aparelhou-se dos diversos serviços, como saúde, hospedagem, comunicação e outros, a fim de servir com eficiência à causa da guerra, proporcionando ao flagelado/migrante um sentimento de proteção que, aliado ao imaginário do desejo de melhores dias e à marca paternalista do Estado Novo, gerou, por assim dizer, uma 'febre social' de, enfim, "livres e ricos!", a qual demorou para ser debelada, mesmo depois que muitos souberam que, febre mesmo, era a malária, muitas vezes fatal. Mas pelo menos até o ano da queda de Berlim, em 1945, enquanto durou o acordo entre os dois governos, a assistência à migração dos flagelados da seca mais pareceu a condução de um povo sagrado para seu lugar no paraíso. A imprensa de Fortaleza alardeava *a excelente perspectiva de um grande progresso que se abria a cada indivíduo, sob a total segurança oferecida pelo SEMTA aos trabalhadores e às suas famílias, proporcionando-lhes a oportunidade de povoar uma enorme região brasileira.* Além da participação da imprensa, o plano de migração contava com um aparato especializado de propaganda, que era levada a toda região interiorana do Estado, sob a direção do pintor, retratista e desenhista Jean Pierre Chablot, o qual, com certeza, emprestou sua criatividade à construção do sonho no coração cheio de aflições e desejos das gentes do Ceará seco. *"Vida Nova! Na Amazônia!" "Amazonas, fuja da Seca!"* E ilustrações, muitas ilustrações, dando o tom do contraste entre as cores da floresta e as da seca: o verde das matas exuberantes na parte superior; o cinza e o preto, o cardeiro e a carnaúba na parte inferior; de baixo para cima o caminho redentor, porque *migrar para a Amazônia é* (também) *ajudar o Brasil a construir uma nova ordem econômica.* Pois então? Preste atenção no cartaz de convocação e guarde no fundo do coração com muito zelo que é para manter o sonho:

Queres migrar para a Amazônia? Alista-te no SEMTA que te dará:

 # passagem com pouso e alimentação

 # equipamento

 # contrato de trabalho

 # assistência médica e religiosa

 # amparo à tua família

Tudo isso foi confirmado por um ex-soldado da borracha, entrevistado por Maria do Socorro Vieira(ob.cit.): *"A gente comia bem, a gente merendava, era bom. Tinha médico para tudo, examinava o camarada na hospedaria toda hora. Tinha enfermeira, tinha médico, tinha tudo. O médico passava a injeção, passava o remédio. Não faltava nada, não. Toda hospedaria que nós ia tinha médico e enfermeira. Na viagem a gente era bem atendido, passava bem, muito comer. A gente almoçava carne, era peixe. Mudava de comer. Tinha muito leite com café, pão com manteiga, era bem tratado".* Era o aperto de mão que o Tio Sam dava no Jeca (tão bem tratado!) por sobre as duas Américas, conforme ilustração de uma das conferências que o SEMTA promovia, esta sobre *"O Acordo de Washington e as condições excepcionalmente favoráveis aos seringueiros brasileiros".* Foi-se o Jeca, com merenda, médico e enfermeira . . . contribuir na união dos mercados (oh!, dos povos, desculpe!). Acreditou na oferta anunciada no boletim do SEMTA:

"Uma vez chegado aos locais de trabalho, que são cuidadosamente escolhidos pelas condições de salubridade, e ainda contando com assistência médica e material que

lhe proporcionam os órgãos brasileiros encarregados da colocação dos nossos homens, o trabalhador tem direito:

1) a 60% da borracha que produzir. É preciso notar que um trabalhador extrai no mínimo quatro quilos de borracha por dia. A borracha está cotada de treze a vinte cruzeiros, conforme o tipo. Tomando por base o tipo mais baixo, ele produzirá diariamente CR$ 52.000. Dessa quantia, 60%, ou seja, CR$ 31.200 lhe pertencem.

2) 50% da castanha colhida.

3) 50% da madeira que derrubar.

4) Direito livre à caça e à pesca.

5) 5)As peles dos animais silvestres são propriedade exclusiva do trabalhador.

6) Direito a um hectare de terra para plantio".

A imprensa mostrava outras vantagens, tais como: garantia de contrato com um dono de seringal, com duração mínima de dois anos; assistência às famílias dos trabalhadores casados, cuja subsistência fica a cargo do SEMTA, que lhes fornecerá alimentação, medicamentos e roupa; um risco mínimo de ser vitimado pelas doenças típicas da região, considerando que a Amazônia não é mais aquela das primeiras colonizações, e dispõe de um gigantesco aparelhamento de saúde pública. Quanto à viagem era também muito bem assegurada, as turmas de 300 ou mais homens partiam diariamente das hospedarias do SEMTA, nos caminhões do SEMTA, seguidos do transporte de víveres do SEMTA, e assim só tinham é que partir *"alegres e cheios de esperança no futuro melhor que os espera no Eldorado amazônico, respondendo com demonstrações de entusiasmo os gestos dos que ficavam, prorrompendo em 'vivas!' ao Brasil, proporcionando às pessoas presentes momentos de vibração e contentamento"*, conforme noticiam os jornais(54). Sei não . . . O

que foi feito dessa gente quando acabou a guerra? Sabe-se é de uma caravana de deputados cearenses que seguiu para um lugar de nome Belterra, no Pará, para ver de perto uma propriedade que vivia às custas da União depois que a Ford se desinteressara pelos seringais, onde diz que havia falta de tudo, do leite dos meninos à farinha dos grandes, e mais de sessenta pessoas desejavam retornar. O número desse volta, nem os malefícios adquiridos, não foram ao certo conhecidos. A peleja dos cantadores é que contou em versos as vantagens e as desvantagens dessa odisséia:

"Eu andei pelo Amazonas
Já conheço outro terreno
Portanto sou diferente
Desse meu irmão Heleno
Que só conhece Monteiro
Um município pequeno" - Canta Severino

"Não saio do meu terreno
Pra andar no terreno alheio
Como você, que varou
O Norte de meio a meio
Saiu daqui na desgraça
Na mesma desgraça veio" - Responde Heleno

Acabada a guerra, acabada a regalia. Os pousos com que contava o SEMTA para alojar os trabalhadores que chegam a Fortaleza a caminho da Amazônia, como falava a imprensa da época, e que eu falo agora em linguagem do desejo como sendo o ponto de onde partiram os cearenses na busca de seus sonhos - (obras adequadamente construídas para esse fim, contendo uma parte Hospitalar, outra de Alojamento e Adminsitração, parte Esportiva e parte Cívico-Religiosa, onde mil ou mais homens poderiam ser abrigados comodamente, repouso composto de alojamentos, cozinha, refeitório, armazém e depósitos, administração, enfermaria e serviço médico, quadra de esportes, cinema, capela, cantina, barbearia, sala disciplinar, instalações sanitárias, instalações de luz, etc(55) . . . abastecimento de água pela mesma adutora que abastece Fortaleza) - é o mesmo para onde, tragicamente, desiludidos e mutilados, retornaram depois: as tais hospedarias públicas. Dentre elas, a mais famosa, a que perdurou no tempo, ainda agora presente na lembrança do migrante nordestino como a principal referência de chegada em Fortaleza, a Hospedaria Getúlio Vargas, hoje 'Unidade de Abrigo' do Departamento de Assistência Devida da Secretaria do Trabalho e da Ação Social do Estado do Ceará. Pois não foi para lá que se dirigiu dona Francisca Matias com a família, quando fugiu do sertão de Sobral na seca de 1970?! Pois foi. Dona Francisca Matias veio para fazer o percurso de sempre, o percurso de seus antepassados, como se o tempo estivesse parado: chegar em Fortaleza e se acomodar na Hospedaria aguardando receber as passagens para o Belém do Pará. Era o mesmo o tempo do sonho, este sim imutável, não o da economia ou o da política. A lei do latifúndio agora era de novo prender o trabalhador no campo. Assim, encerrado o acordo do governo brasileiro com os Estados Unidos para a extração da borracha, em 1945, logo depois que acabou a guerra, o Governador do Ceará, Faustino de Albuquerque, achou por bem proibir o êxodo para o Amazonas, convocando os promotores públicos do interior do Estado para processar os

aliciadores de camponeses. Alegava o Art. 207 do Código Penal Brasileiro, que prevê multa ou detenção de dois meses a um ano para aqueles que aliciarem trabalhadores com o fim de levá-los a outras localidades do território nacional. Pouco tempo depois, em 1949, na Câmara Municipal de Fortaleza, os políticos solicitavam ao Governador que impedisse a migração, mesmo reconhecendo o determinante da miséria da vida camponesa, mas já temendo o desfalque de mão de obra para a agricultura. Apesar disso, nesse mesmo ano, o representante de um proprietário do Alto Amazonas estava aqui arrebanhando pessoas entre 20 e 30 anos, com passagens pagas, tendo nessa leva embarcado 400, sem nenhum contrato de trabalho e com o salário a ser estipulado na chegada(56). E independentemente dos planos governamentais de ora mandar embora a população, ora retê-la, bem como dos interesses particulares de proprietários forasteiros em levar vantagem da fartura de braços, o fato é que a migração em massa persistiu ainda por muito tempo, pelo menos até o final de sessenta, espedaçando ou não o desejo de centenas e centenas de cearenses. Quantos foram se extraviando no caminho da terra prometida, perdendo os laços, o nome, os afetos, os documentos, a esperança, o endereço - como a mendiga do abrigo Marieta, que já na volta de Goiás com a família, se perdeu desta e foi depois 'coletada' em uma operação cata-mendigo na rodoviária de Fortaleza, sozinha, ainda mocinha, e nunca mais ouviu sequer falar de seu povo, vivendo desde então na 'Unidade de Abrigo', antiga Hospedaria Getúlio Vargas? O que se sabe é que, em São Paulo, a Hospedaria de Colonização Bandeirante recebeu, em 1954, inúmeros pedidos de migrantes, feitos pelos fazendeiros de Goiás, a fim de serem aproveitados como mão de obra, conforme noticia em Fortaleza o jornal O Democrata, de 5 de outubro de 1954. Ou então, segundo o mesmo jornal, de 24 de abril de 1952, que a Hospedaria dos Imigrantes, também em São Paulo, encaminhava diversas pessoas para o interior, no trem que se destinava a Sorocaba. O movimento migratório foi

assim se consolidando nas nervuras da sociedade, tomando talvez a forma de uma atividade econômica, com seus financistas, seus empresários de transporte, seus informantes. Via-se em 1948 um anúncio assim, publicado no jornal O Democrata, de 8 de julho daquele ano, mesmo contra a ordem da Secretaria de Polícia do Ceará dada aos delegados do interior para proibirem as saídas dos 'paus de arara' que se destinavam ao sul:

"Caminhão novo e adaptado para longas viagens, guiado por motorista experiente e responsável, partirá no dia 25 do mês em curso, com destino ao Estado de São Paulo. Conduzirá passageiros custando cada passagem 500 cruzeiros. Os interessados deverão entender-se com o Sr. Manoel Serafim Filho, no Campo de Aviação, no. 1639".

Foramos saudados por uma seca à entrada dos anos cinquenta. Oito anos depois tivemos outra. As pessoas com alguma posse, mesmo arranchadas na Hospedaria Getúlio Vargas, viajavam dali com recursos próprios, conseguidos quer pela venda de bens, quer tomados de empréstimo a juros, em direção à região Sul. Os despossuídos aguardavam que algum rico proprietário mandasse buscá-los, ou então que o Governo do Estado, em pânico com o aumento de seu número, providenciasse passagens, agora também para Brasília que estava no chão esperando pelos peões. Estes iam em maioria para o Norte. Na seca de 1951 o governo estadual firmou um convênio com o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional, para o fornecimento de passagens para o Amazonas. Na seca de 1958 foi a vez do Ministério da Aeronáutica, na pessoa do Ministro Brigadeiro Correia, que autorizou o deslocamento de dois aviões C-59, com 259 retirantes para Belém. Além destes, 400 seriam embarcados em navio para o Sul. E não eram só estes. A Hospedaria Getúlio Vargas estava

com uma superpopulação de seis mil pessoas - quando sua capacidade de acomodação era de pouco mais de mil - muitas vivendo da mendicância, dormindo sob os cajueirais do sítio em torno dos pavilhões da Hospedaria - (os mesmos cajueiros onde passou a viver o Sr. João Alves, mendigo de abrigo nesta pesquisa, migrante índio de alguma tribo perdida do Iguatu, que percorreu o céu e a terra até ser recolhido, quase morto, à Unidade de Abrigo do Departamento de Assistência Devida, da Secretaria do Trabalho e da Ação Social do Estado do Ceará) - à espera de transporte para o Norte, Sul ou Brasília, mesmo sabendo que na congênere de Belém, a Hospedaria Tupanã, um número de mil nordestinos passavam necessidade por falta de verbas a serem aplicadas no atendimento das necessidade básicas. Mesmo assim, a maioria preferia migrar a voltar para o sertão(57). Algo porém mais abrangente do que a seca estava alterando o comportamento social dos pobres do Ceará nesses anos de 1950. Os que desejavam migrar não desistiam de fazê-lo mesmo nos períodos invernosos. Permaneciam renitentes à sombra dos cajueiros da velha Hospedaria que já não mais os podia abrigar, dizem que por falta de verbas. Ou por que eram outros os interesses?. . . Em 1957 a Hospedaria estava com um débito em torno de um milhão de cruzeiros com o comércio local, decorrente da alimentação dos migrantes. Como relata Gisafran Jucá(ob.cit.), tão precária era agora a assistência prestada pela instituição aos flagelados, que estes chegaram a invadir a administração, em 1958, em razão da demora na instalação de 857 barracas cedidas pelo Exército para acomodar os que ficavam fora do prédio. Os tempos eram mesmo outros, os pobres estavam se tornando comprovadamente perigosos - estariam se organizando? - todo cuidado era pouco. Em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de março de 1952, o governador Raul Barbosa já fazia menção a esses perigos, considerando que *por várias vezes o governo do Estado tivera de cooperar com a direção daquele estabelecimento oficial no sentido de provê-lo de gêneros*

alimentícios e de vitualhas (sic), *a fim de garantir uma ração mínima de alimentos aos que ali se encontravam hospedados, evitando movimentos de rebeldia e de desconfiança na atuação dos poderes públicos(58).* O reconhecimento de que *uma numerosa população adventícia afluía constantemente à capital, ficando exposta, nos arrabaldes, nas areias, sem tecto, sem higiene e sem alimentação, tornando-se perigosa à saúde e à ordem públicas e à propriedade*(59) fora já selado nos meios oficiais. Demandavam-se providências. Desde 1946, acentuara-se o combate à mendicância pelas autoridades policiais de Fortaleza, com repressão para aqueles que estivessem ganhando dinheiro sem trabalhar, proibidos de apelarem à caridade pública. A imprensa conclamava dramaticamente pela imagem da cidade: *os forasteiros hão de perguntar a si mesmos se não teremos recursos para obstar que a miséria saia à rua com seus trapos, a sua imundície, à caça de esmolas,* e sugeria a presença da polícia a fim de debelar o mal ocasionado pelos falsos mendigos e encaminhar os verdadeiros à assistência devida. Sensível a esse apelo, a Secretaria de Polícia baixou uma portaria determinando a retirada dos mendigos e flagelados da área urbana para locais mais distantes, pois vinham enfeiando dolorosamente com suas tétricas figuras a paisagem humana e social de Fortaleza, como noticia o jornal O Povo, de 27 de outubro de 1951. Neste mesmo ano, em face do *afluxo de flagelados para a capital, sendo grande a população marginal em Fortaleza, perambulando pelas ruas da cidade, pedindo trabalho e suplicando esmolas e assistência dos poderes públicos* (diga-se) *passagens para os Estados do Norte e do Sul do país*(60), o governo começa a aparelhar-se institucionalmente para a ação de assistência social. Cria um órgão específico para atendimento social às vítimas da seca, o Serviço de Socorro e Assistência às Vítimas da Seca - SSAVS, que passou a atuar principalmente no remanejamento dos migrantes para terras agrícolas pertencentes ao Estado nas

proximidades da área urbana, oferecendo aí trabalho na construção de açudes, estradas de rodagem, broca e destocamento de terrenos aráveis e plantio de mandioca, agávea e capim elefante. O produto dessa plantação foi dirigido à 'granja modelo' da Secretaria da Agricultura e Obras Públicas, como abundante forragem para o gado. Várias obras públicas foram construídas no período, como o açude no 'Campo Agrícola do Itaperi', (agora Campus da Universidade Estadual do Ceará), *construção sólida, possuindo cento e oitenta metros de parede, sangradouro de alvenaria e cimento e regular bacia, construído exclusivamente com o braço dos homens amparados pelo Estado, os quais, em pequenas e improvisadas padiolas, transportavam o barro próprio para a parede*(61). Entre outras obras, destacam-se as realizadas no Educandário Eunice Weaver, destinado à guarda e educação dos filhos de leprosos, onde se fez limpeza dos prédios, reconstrução das cercas, estocamento e plantação de um bananal. Igualmente cria o Serviço Social do Estado - SSE, a título experimental, ressentindo-se de um aparelhamento especializado com função específica de encontrar a solução mais justa e mais humana para os casos que chegam ao conhecimento do governo. Já sob a assessoria de assistentes sociais, o órgão tinha a finalidade de dar orientação segura e técnica à aplicação de auxílios. Até aí o governador do Estado, Dr. Raul Barbosa, tinha por rotina receber pessoalmente no Palácio, às quartas feiras, as diversas reivindicações dos habitantes tanto da capital como do interior, entre as quais as mais frequentes era o trabalho, que a linguagem agora especializada do SSE caracterizou como 'desajustamento econômico por falta de emprego, por crise de habitação, e por insuficiência de salário'. Os outros eram os 'desajustamentos de saúde' e 'desajustamentos morais'. Assim, os "casos sociais com providências tomadas" abrangiam um diversificado conjunto de soluções, tais como o encaminhamento para emprego e para serviço de saúde, medicamentos, roupas, redes, mantimentos, passagem, palhas de coqueiro

para a cobertura das casas e até enxovais de recém-nascidos. No ano da seca, o trabalho do Serviço Social do Estado se deu muito em colaboração com o Serviço de Socorro e Assistência às Vítimas da Seca, quando aquele encaminhava os desempregados para as obras públicas que este desenvolvia na cidade. Também organizou um atelier de costura para proporcionar trabalho às mulheres pobres, cujas roupas confeccionadas destinavam-se aos flagelados do SSAVS, com o apoio do Serviço Social da Indústria, Legião Brasileira de Assistência, Banco de Crédito Comercial e algumas firmas particulares, como a Costa Lima & Mirtil, A.D.Siqueira & Cia., Carlos Jereissati & Cia. Sinais ainda muito difusos de um novo tempo que procuraria estabelecer um tratamento social à pobreza, em distinção à forma assistencial-policialesca de antes, é o fato de que o Atelier de Costura passou a funcionar no prédio onde fora o Albergue Noturno Menezes Pimentel (hoje Arquivo Público do Ceará), inaugurado em 1945 pela Secretaria de Segurança do Ceará, divulgado pela imprensa da época como um dos melhores em todo o Brasil, fazendo crer que assim o Chefe de Polícia começava a resolver o problema social da mendicância. Como ressalta Gisafran Jucá(ob.cit.), *"o temor contínuo do 'falso mendigo' e a decisão de afastá-lo da paisagem urbana solidificaram-se em Fortaleza. A localização do Albergue Noturno nas proximidades da Praça do Ferreira, na travessia do Pajeú, incomodava os residentes nas imediações. As familias reclamavam do barulho noturno e de palavrões proferidos nas portas daquele abrigo. Ali dormiam pessoas com doenças consideradas perigosas ou portadoras de defeitos físicos, que não possuíam noções de higiene. A saída sugerida seria instalar em suas dependências, ou nas proximidades, os agentes da repressão à mendicância, para afastar os malfeitores ou prostitutas que buscavam acomodação"*. Esse fora até então, e sem nenhuma ambiguidade, o entendimento que se tinha da pobreza, no contexto do qual o candidato ao governo estadual em 1946, Desembargador Faustino de

Albuquerque, formulara sua plataforma política: eliminação da mendicância de rua pela hospitalização dos mendigos doentes ou inválidos, e encaminhamento ao trabalho útil e remunerador dos mendigos válidos. Com efeito, sua gestão foi dirigida a *limpar a paisagem social de Fortaleza desse cancro, um dos aspectos de nossas ruas que mais depõem contra os nossos foros de povo civilizado, constituindo-se um dos principais problemas de nossa administração*(62). A grande expectativa em torno do plano, elaborado com a participação de médicos reconhecidos em Fortaleza, devia-se a que, pela primeira vez, contava-se com o apoio direto do governo federal, através da cessão das instalações da Hospedaria Getúlio Vargas. Ora! se ali fora de tanto sucesso o abrigo aos soldados da borracha, se há tão poucos anos houvera tanta fartura, por que iria ser diferente agora? Assim, todos os mendigos verdadeiros - (aqueles incapacitados para o trabalho, porque os outros, os capazes, eram encaminhados à polícia) - ali seriam internados, ficando os hóspedes sob o controle do Departamento Nacional de Emigração, e o governo do Estado, através da Secretaria de Polícia e Segurança Pública e do Departamento Estadual de Saúde Pública, responsável pela alimentação e assistência médica. Demonstra Gisafran Jucá(ob.cit.), que apesar do otimismo quanto a estas medidas, a imprensa também emitia suas dúvidas, não só em relação aos parcos recursos financeiros liberados pelo governo do Estado, como também referentes à inexistência de funcionários devidamente habilitados. Não sabiam aquelas autoridades que todo o aparato federal que emprestara tanto sucesso à Hospedaria Getúlio Vargas devia-se a que sua criação tinha o objetivo de arrebanhar mão de obra viril e bem disposta para os postos de trabalho que o capital solicitava longe do Ceará? Pois imagine se ia agora ter de despender recursos para acolher e cuidar daqueles infelizes impotencializados!. Estes que esperassem pelos reinos dos céus. A primeira tentativa de assistência institucional propriamente dita só se daria no governo seguinte, do Dr. Raul

Barbosa. Assim é que esvaneceu-se logo o projeto do governador Faustino de Albuquerque. Tentaram-se algumas alternativas pontuais para apoiar o combate à mendicância, que apenas tiveram resultados passageiros, como era de se esperar. Uma delas foi a instituição de uma taxa sobre os ingressos de cinema, mas que não pode ser aplicada porque a Prefeitura já cobrava 10% para aquele fim. Outra foi a organização da 'Campanha do Asilo', através da qual pouco mais de meia centena de jovens, divididos em oito grupos de oito componentes cada, recolhiam alimentos, medicamentos, roupas e calçados pela cidade. A proposta da Igreja era que o governo concedesse subvenções a associações filantrópicas particulares. Em todo caso, prosseguiu a operação determinada a separar os verdadeiros e os falsos mendigos, instalando-se o Serviço de Investigação e Sindicância Domiciliar. As pessoas que viviam a perambular pelas ruas de Fortaleza, sem profissão definida ou sem qualquer ocupação remunerada, assim como as famílias dispersas em miserável condição de vida, eram todas recolhidas, medicadas e alimentadas até que se recuperassem e se lhes dessem um destino: eram levadas de volta para o interior ou, senão, um trem da Rede de Viação Cearense as transportava para os campos agrícolas de Santanópole, Crato e Iguatu, onde se reclamava da falta de braços para as atividades do setor(63). Falou-se que mudara o aspecto da cidade em decorrência de tais medidas, dissolvendo-se o *enxame de pedintes, verdadeiros ou simulados, que estendiam a mão ao transeunte, e até, às vezes, em súplicas berrantes, que ofendiam o amor próprio do nosso povo*(64). Falou-se, falou-se. Mas quem não sabia que a precariedade do trabalho agrícola, mais a escassez das chuvas iam de novo expulsar muitos do campo? Corriam para a cidade, e quando não conseguiam ultrapassá-la em direção ao norte ou ao sudeste, restavam nas ruas disputando com os vendedores ambulantes os espaços da expulsão. Divulgava o jornal O Povo de 5 de agosto de 1948, que estes ainda resistiam à perseguição contínua, insistindo

em sobreviver da venda de bugigangas em diferentes pontos do centro de Fortaleza, depondo contra a cidade(sic). Na verdade, e talvez sem nenhuma consciência disso, teimando em demarcar um limite que foi fluido desde o começo dos tempos, entre o trabalho de mascate e a mendicância, afinal egressos, biscateiros e mendigos, do mesmo ponto de partida(65). Os novos tempos, contudo, teriam que especializá-los, cada um no seu papel e na sua forma, embora a sociedade já começasse a expressar explicitamente o reconhecimento de que eram, uns e outros, os filhos gestados numa mesma placenta abortiva. O **mendigo do sertão** Zé Ferreira que venha nos contar as agruras de seu desempenho tanto numa quanto na outra dessas atividades. E quando uma criança-vendedora em qualquer cidade desse país hoje pede: *"tia, compra pra me ajudar"*, repõe-nos a dor de nosso nascimento pela fenda nutrida do mundo, nós os bem- nascidos, benza Deus que é para não botar quebranto. E até compramos como se pedíssemos: *Senhor, livrai-nos da culpa desse pecado que não cometemos.* Mas quem cometeu? O Coronel Cordeiro Neto, prefeito de Fortaleza em 1958, falou por todos nós: *"O comércio ambulante, por contingências insuperadas, instala-se nas calçadas e nas coxias das nossas ruas centrais. É um comércio que tanto afeta e depõe contra a cidade, e é explorado politicamente. Contudo, não deve ser encarado como um caso de polícia, mas estudado e resolvido em moldes profundamente humano. É, antes de tudo, um fenômeno social, próprio de uma cidade que ultrapassou de modo inesperado e sem base a sua capacidade de crescimento e meios de vida. O sol nasce para todos: os pobres mercadores também devem ter o direito de comerciar. Nunca, em tempo algum, se negou esse direito aos pequenos, aos humildes. A natureza do negócio que eles exercem é própria das condições em que vivem. Como "quem não pode não se estabelece" os sem-recursos tomaram conta do comércio de rua, comércio ambulante que sempre gozou de ampla liberdade para agir*

em todo o perímetro urbano. O que se condena é a facilidade com que os vendedores ambulantes tornam o seu comércio fixo, com estacionamento permanente às portas dos estabelecimentos comerciais que pagam pesados impostos"(66). De quem é a culpa? Ainda pergunta? Ora! "Não se estabelece quem não pode"! Em todo caso, nessa segunda metade do século já se dera a certeza de que tínhamos diante de nós 'um problema social'. E a sociedade toda se perguntava: Como combater o mal? Como combater o mal?. Diz assim de Fortaleza o cronista Pádua Campos, no ano seco de 1951: *"Cidade dos Mendigos. (. . .) A seca parcial que, este ano, atingiu o Ceará, agravando as condições de miserabilidade de sua gente, muito contribuiu para que a cidade se enchesse de tantos párias, numa clara advertência quanto ao sombrio de nossa situação presente, saturada, já, no que respeita à fome da grande maioria da população, lado a lado com a ganância voraz e nunca satisteifa dos negocistas sem patriotismo. E como combater o mal com eficácia? Dando asilo ao pedinte? Seria esta uma forma de combate sem significação, pois que se cinge a remediar apenas os sintomas da anomalia, quando a sua cura estaria em que se evitasse que a pessoa chegue até ao extremo de mendigar. Entre nós, porém, não se faz uma cousa nem outra. Os mendigos - verdadeiros e falsos - vivem a perambular pela cidade, recolhendo níqueis, sem que nenhum poder deles tome conhecimento. E o sertão, abandonado à própria sorte, morrendo aos poucos pela pobreza, continua enviando para aqui os seus inválidos, ao mesmo tempo que enxota para as plagas do sul os melhores elementos que possue, aptos a trabalhar e produzir"*(67). De fato, algo novo e muito abrangente estava acontecendo naqueles anos cinquenta. Ocorria uma outra voragem, outros ventos que não só os da seca arrastavam as levas de sertanejos para as capitais: eram os ventos áridos da expansão capitalista na região Nordeste(68). Foi assim que, ao final de duas décadas, pelos anos 70, a questão regional do Nordeste não era mais a da estagnação

de sua economia, uma vez que a região acompanhara razoavelmente as taxas e o estilo de expansão capitalista no Brasil, havendo no campo a mesma mecanização e desemprego que existia no país como um todo. Já na seca de 1951, a mendicância passou a ser identificada diretamente com o êxodo rural, falando-se então nos *"deslocados da seca"* como entes confusamente pressentidos que brotavam da nova ordem que aqui começara a se instalar. Não eram mais os 'retirantes' apartados temporariamente do seio estéril da natureza, e também não eram mais os 'flagelados' açoitados nas vastidões dos latifúndios pela aragem da seca. Eram agora os 'deslocados da seca' que corriam para a cidade porque tinham ouvido falar pelo rádio que aqui havia recursos, des-locados em busca de se alocarem. Onde? Houvera muitas placas, sim, nas fachadas das indústrias novas, nas obras da constução civil, solicitando: Precisa-se de. E vinham chegando às carradas. Diz que os próprios prefeitos do interior, acossados pela vaga, alugavam caminhões e mandavam soltar aqui. A Hospedaria Getúlio Vargas sofreu horrores nessa época. O Sr. Expedito, hoje funcionário aposentado daquela instituição, contou que não tinham mais como acomodar o número excessivo, que era um verdadeiro exagero. Em novembro de 1958, esse número ultrapassou os onze mil. Foi aí que o Ministro Lúcio Meira, da Pasta da Viação, encaminhou ao Presidente da República uma exposição de motivos, na qual sugeria providências. O Presidente então, em despacho do dia 5 de novembro daquele ano, na mesma exposição de motivos, determinou que dali em diante todos os navios que atracassem no porto do Mucuripe estariam obrigados, isso mesmo, obrigados, a conduzir flagelados da referida Hospedaria(69). Em um desses navios, o Almirante Alexandrino, dona Maria Paula de Souza, durante a viagem, deu à luz duas meninas gêmeas. Somente uma continuou a viver e a mulher flagelada viu ser jogado ao mar o corpo de uma das crianças. O que se diz é que não chorou porque já estava acostumada a sofrer e que falava

bem baixinho enquanto balançava a sobrevivente: "Se tu tem que sofrer tudo que tuas irmãs sofreram, acho que Deus devia era te matar também". Mas a menina passava bem e seus oito irmãos queriam que ela vivesse para brincar com eles. Alexandrina foi o nome que a mãe lhe deu em homenagem ao navio Almirante Alexandrino que, segundo diziam os flagelados, viera para tirá-los do inferno(70). Ninguém sabe se por onde andou alguma vez encontrou seu pedaço de céu. Sabe-se é de uma certa dona Alexandrina que desceu de Quixadá no ano seco de 1981, e que com o marido e quatro filhos - o mais novo dos quais um menino com vinte dias de nascido era a principal preocupação da mãe, uma vez que, naquele mesmo dia, acabara a lata de leite que uma moça lhe dera e dali em diante ele teria de comer angú de água com farinha - eram os primeiros *"migrantes a fugirem da seca para viverem como favelados"*, conforme noticiou o jornal O Povo do dia 16 de agosto de 1981. Havia quatro meses que chegaram a Fortaleza e formavam um núcleo de casebres contrastante com os edifícios da rua Luiz Ribeiro, no Monte Castelo, encostado no muro da Fábrica Iracema, antiga Brasil Oiticica. O sr. Francisco Mateus, marido de dona Alexandrina, agricultor, desempregado, que mantem a família com a venda de papel, papelão e alumínio velho que cata no lixo, teve muito medo de construir o barraco naquele terreno, *"mas o rapaz daquela casa azul - diz apontando para uma residência próxima ao barraco - disse pro mode eu fazer um lugarzinho para a família. Então a gente arrumou material e fez isso aqui":* dois pequenos cômodos feitos com pedaços de tábuas, flandres, papelão, palha e pano velho retirados do lixo. Pensou em fazer uma cozinha, mas ainda não tem material e também receia que, de uma hora para outra, apareça alguém por aqui e mande desmanchar seu lar. Afinal, desconhece se o terreno é da prefeitura ou se é propriedade de particulares. Antes, a família de dona Alexandrina esteve no prédio da antiga Hospedaria Getúlio Vargas, onde naquele período de oitenta veio a funcionar o Centro de

Reintegração do Mendigo. Lá recebeu medicamentos, comida e até uma proposta para a ajuda de construção de uma casa: *"A dra. Margarida perguntou se eu queria cinco milhões para comprar material para levantar uma casinha"* - diz o marido de dona Alexandrina à reportagem.*"Ela disse que eu pagava só um milhão. Mas eu pensei e tive medo de não poder pagar. Agora estou arrependido. Se tivesse aceito, hoje eu tinha um cantinho para a família. A doutora disse até onde eu podia levantar uma casinha. Era perto de um rio que eu não sei dizer onde fica".* Onde poderia mesmo ficar o lugar de dona Alexandrina, a que nasceu no mar? Me diga! E quem vai saber? Além dos navios, também apelou-se para os aviões. Foi. Eram aviões gigantes Geobs Masters que estavam servindo ao Ano Geofísico Internacional em Fernando de Noronha. Então houve uma solicitação diplomática para que estes aviões fossem cedidos por alguns dias para o transporte de flagelados, uma vez que cada um deles poderia transportar, de uma só vez, trezentas pessoas, o que iria num instante desafogar a Hospedaria(71). O que foi feito de tantos 'des-locados'? Teriam encontrado local? O Sr. Fernando Negrão, Diretor da Divisão de Hospedagem do Instituto Nacional de Imigração e Colonização dizia que na Ilha das Flores era um bom começo, ali seriam entrevistados individualmente, receberiam excelente tratamento e teriam cada um de seus problemas resolvido. De lá da Ilha das Flores é que definiriam seus destinos: os chefes de família poderiam escolher entre São Paulo e Paraná; já para o Rio de Janeiro só poderia ir aquele que tivesse parente estabelecido e em boa condição financeira. Brasília, nem pensar!, só recebia os solteiros e assim mesmo ja estava saturada(72). Afinal, eram muitos. Entre os meses de janeiro e junho do ano de 1958, a Hospedaria registrou um movimento de entrada de 23.300 flagelados, dos quais 10.218 viajaram, 1.344 desistiram, 571 morreram e 11.177 continuavam aguardando embarque(73). Saíam de uma guerra para entrar em outra. As impressões de um repórter à margem da Rede de Viação Cearense eram de que (. . .) *"os*

vagões conduziam, na ida como na volta, contingentes de flagelados, que vinham de deixar os seus roçados e demandavam novas paragens. Em cada estação aumentava o número dos delocados da seca. Ouvia-se a cada instante, o tilintar da vasilha acompanhada da súplica: uma esmola . . . Inconformados com a indiferença dos viajantes, penetram nos carros da composição exibindo nas faces e nas vestes o estigma dilacerante da miséria e da fome. Tem-se a impressão que viajam nos trens refugiados de guerra, egressos de um campo de concentração, tão grande é o alvoroço"(74). Quanto aos que ficaram, iam pouco a pouco ocupando os subúrbios da capital, ali escondendo sua fome sem gemer, estóico exército perfilado aguardando ouvir o apito das fábricas para entrar em marcha - era a então denominada 'pobreza envergonhada', aquela que, no dizer do Padre Leopoldo Fernandes, sofria mais do que os mendigos *"que tinham sua válvula de consolação na pequena moeda recebida na mão, e no desafogo da voz que sabe bradar aos transeuntes"*(75). Por isso acorria o padre em sua defesa: *"Pobreza envergonhada (. . .) A designação não é humilhante como pensa certa gente, mas é triste. Jesus Cristo beatificou a pobreza, e ele mesmo foi pobre, tão pobre que uma toca que não falta à raposa quando quer dormir, faltou ao filho de Deus. A pobreza é, realmente, uma bem-aventurança, uma glorificação para o homem de alma sadia. Houve quem a considerasse como esposa de Jesus Cristo que, morrendo, a deixou viúva até que apareceu em São Francisco de Assis o modelo de homem que deveria ser seu segundo marido. Agora está novamente viúva, e esta sua viuvez a vai arrastando por caminhos bem árduos, onde as dificuldades se multiplicam, os desgostos a devoram e a consome um tédio inexorável. É que o mundo a quer assim, e tudo tem feito e está fazendo para exilá-la do seio da sociedade que lhe desconhece sua marca divina que a transfigura na própria imagem de Deus, e olha para suas gloriosas cicatrizes com a mesma repulsa com que contempla uma*

abjeção moral"(76). O fato é que a manifestação dessa categoria social suscitava a preocupação dos governantes e uma outra postura no seu trato. Já o Secretário de Segurança Pública do Ceará, coronel Murilo Borges, prometia diminuir o número dos que sempre incomodavam a tranquilidade da cidade, mas agora numa *"ação mais discreta e humanitária, sem criar ambiente de terror"*(77). Mediante uma parceria entre a Prefeitura de Fortaleza, a Secretaria de Polícia e o Serviço Social do Governo do Estado, instituiu-se um programa que fazia a apreensão diária de uma cota de cinco mendigos a serem remetidos ao Abrigo Menezes Pimentel por um período de três a cinco dias, o tempo em que eram tratados e entregues de volta à família, enviados a seus municípios de origem, internados em asilos, ou hospitalizados em caso de doença. Alguns trechos centrais da cidade foram interditados aos mendigos, como os perímetros compreendidos entre as ruas Conde d'Eu, a rua 24 de Maio, e da av. Duque de Caxias até o Passeio Público, com o objetivo de *"esconder a miséria que parte dos nossos subúrbios e vem mostrar-se no centro da cidade"*(78). Porém, a decisão de estender a busca de mendigos aos diversos bairros de Fortaleza(79), demonstrava que a questão já não era mais percebida como uma simples questão de estética urbana, mas um problema social que se espalhava. Tanto é assim que agora a campanha também incluía a ajuda institucional para que tivessem uma oportunidade de trabalho, quer no setor privado, nas residências ou nas repartições públicas(80). Por outro lado, havia já algum indício de organização civil, tendo a Câmara Municipal de Fortaleza recebido um memorial do presidente da Associação de Assistência aos Moradores Abandonados pedindo recursos para a conclusão de sua sede própria(81), assim como emitido um projeto de lei relativo à liberação de um auxílio de vinte mil cruzeiros para a Sociedade de Proteção à Pobreza Envergonhada(82). Portanto, coisas novas aconteciam, mudavam as mentalidades, ah, isso mudava. Quando dona Darcy Vargas

veio ao Ceará inspecionar as obras de assistência social mantidas pela LBA, na seca de 51, saiu daqui deveras impressionada, e, segundo ela mesma, *"levando no coração a imagem do sofrimento"*, ao verificar pessoalmente, *"a fibra do sertanejo que, resignado, sofre confiante nas providências de seus irmãos de outras regiões do país"*(83). O que já corria na boca do povo, porém, é que *"barriga seca não espera por promessa"*, que é como se despediam os homens de suas esposas, os filhos de suas mães, os pais de seus filhos, deixando-os em completo abandono e inconsolável pranto, não havendo, contudo, nesse precipitado gesto, qualquer laivo de ingratidão, pois que os filhos da seca preferiam tentar recursos em outras terras a perecerem de fome no torrão natal(84). As manchetes dos jornais no ano seco de 1958, anunciavam um grande espanto: *"A massa humana amontoada na Hospedaria Getúlio Vargas já não suporta mais". "Grupos numerosos acorrem aos jornais para reclamar providências". "Passeata da fome vai bater às portas do palácio do Governo". "Agitam-se as concentrações de flagelados, cidades são invadidas, postos de abastecimento são assaltados e saqueados, reinam a intranquilidade e a incerteza"*. O maior de todos os espantos, porém: *"É a primeira vez que se registram fatos dessa natureza"!* Era a primeira vez, sim, que tinha alguma visibilidade política as manifestações organizadas de resistência, tanto por parte de grupos mais bem situados socialmente, como também dos próprios flagelados, que começavam a desconstruir a lógica binária 'bom e mau' versus 'assistência e policiamento' - embora não a rompendo de todo. Essas manifestações surgiam no bojo de um movimento mais amplo de reivindicação não mais apenas de combate às secas, mas já na direção mais propriamente de um planejamento social(85) que levasse em conta o problema da desigualdade regional, tirando o Nordeste de sua estagnação secular, incluindo-o no processo de desenvolvimento brasileiro sediado no Centro-Sul. Tinham como pano de fundo as grandes mudanças estruturais que ocorriam

naqueles anos, marcadas pelo crescimento urbano e pela rápida industrialização, que ampliavam o mercado para os produtos agrícolas e a pecuária e levavam a uma alteração nas formas de posse e de utilização da terra. Esta passou a ser mais rentável, ocasionando a expulsão dos antigos posseiros e a elevação dos preços dos arrendamentos. O movimento de reação não tardou. Teve início com o surgimento das Ligas Camponesas, como posteriormente, em sua explicitação de classe nos anos 60, ficaram conhecidas as primeiras reações dos foreiros das plantações de cana em Pernambuco, ao fim de 1955; mas a evidência cotidiana e imediata dessa brotação política vinha diariamente estampada em notícias assim: *"Operários do serviço de emergência localizado neste município (de Saboeiro) invadiram um fornecimento local , de onde carregaram todo o estoque de gênero alimentício ali existente. Desde ontem, ondas sucessivas de famintos avançam sobre esta cidade, ameaçando saquear o comércio local, sem que haja sido adotada, até agora, qualquer providência para debelar a aflitiva situação"*(86). Os des-locados - não propriamente da seca, mas da nova ordem capitalista moderna - queriam a definição de seus espaços. Na terra, no alimento e no voto do analfabeto, reivindicado por estes tempos. Não faltou quem dissesse que aquilo era coisa de comunista. Pois aqui bem pertinho, no município de Sobral, no dia 18 de junho de 1951, foram presos quatro deles entre os flagelados, insuflando-os ao roubo e à desordem, distribuindo boletins subversivos à ordem. Foi isso mesmo. O Delegado de Sobral mandou uma escolta de soldados trazê-los à Fortaleza, e mandou junto um ofício explicando, além da razão pela qual foram presos os quatro comunistas, o perigo que se constitui a liberdade e permanência dos referidos indivíduos naquela cidade. Os presos eram: Francisco das Chagas Aldemiro, criminoso e sentenciado; Lauro Alves, Francisco de Paula Vaz e Hermes Pessoa Cunha Filho. Dos quatro, o primeiro era, segundo o ofício do Delegado Regional de Sobral, o mais perigoso,

sendo em sua casa que se realizavam as reuniões e se traçavam os planos subversivos à ordem pública(87). Tamanho era o perigo que a revista Life se encarregou de dizer ao mundo que Francisco Julião e os camponeses brasileiros eram *"a combinação revolucionária potencialmente mais explosiva da América Latina . . . A conjunção dos dois elementos não é obra de Castro ou do comunismo. Foi determinada por velhos e simples fatores - a miséria e a compaixão"*(88). É como disse Inaiá de Carvalho: *"a imagem tradicional de uma região de retirantes, vítimas da seca e da inclemência do campo, cedeu lugar às preocupações com um Nordeste transfigurado em um barril de pólvora, prestes a explodir na violência das tensões sociais"*(89). Mas aí tinha que salvar antes que explodisse. Foi o que se fez. Em 1955, na cidade do Recife, o Partido Comunista Brasileiro propôs um Congresso de Salvação do Nordeste, que se realizou com um grande envolvimento popular e de intelectuais, contando com o apoio de diversas tendências políticas, de governadores nordestinos, de parlamentares, e ainda sob a mensagem de saudação especial do Presidente Juscelino Kubitscheck. As conclusões desse Congresso apontaram a luta pela industrialização e pelo planejamento para o desenvolvimento regional, na direção das quais se nortearia a linha de ação da Sudene no momento de sua criação, quatro anos depois. O teor do Congresso de Salvação estava na crítica às políticas hídricas do Dnocs(90) e na exigência de outras formas de intervenção estatal que configurassem uma proposta de desenvolvimento para o Nordeste, cujo fundo político punha no primeiro plano do confronto as representações de duas frações de classe em luta pela hegemonia - a oligarquia agrária nordestina e a oligarquia industrial do sudeste. Os des-locados, porém, não estiveram ausentes da acomodação das novas forças, começando como estavam, a se constituírem publicamente como classe, manifestando já o reconhecimento do seu outro. Luiz Gonzaga e Zé Dantas espalharam o eco das novas vozes cantando:

Seu doutor, os nordestinos

têm muita gratidão

pelo auxílio dos sulistas

nesta seca do sertão.

Mas, doutor, uma esmola

para um homem que é são

ou lhe mata de vergonha

ou vicia o cidadão.

Dê serviço ao nosso povo

feche os rios em barragem

dê comida a bom preço

não esqueça a açudagem

livre assim nós da esmola

que no fim dessa estiagem

lhe pagamo inté os juro

sem gastar nossa coragem.

Anos depois, em 1990, não morto de vergonha e nem de vício - quem sabe?, agarrado como podia a uma forma de sobrevivência que lhe indicou lá seu modo de viver intuitivamente penetrado pela política - um casal de mendigos bate às portas das residências em Fortaleza pedindo - ou reivindicando? - uma ajuda mediante a apresentação de um recorte de jornal em que era a matéria viva da reportagem sobre população de rua. Eram já outros tempos, podíamos aí contabilizar o que fora perdido, mas também o que seria salvo.

Ganhos? Inclusive a voz que se ouviu cantar nos anos 90 dos jovens Skank dançando em ritmo reggae o cansaço pela ubiquidade da brasileira miséria:

Senhoras e Senhores!

- Na bateria, Haroldo Ferretti; no teclado, Henrique Portugal; no baixo, Lelo Zaneti; na guitarra, Samuel Rosa; e na voz, Samuel Rosa e Chico Amaral:

ESMOLA

Uma esmola pelo amor de Deus
Uma esmola, meu, por caridade
Uma esmola pro ceguinho, pro menino
Em toda esquina tem gente só pedindo

Uma esmola pro desempregado
Uma esmolinha pro preto pobre doente
Uma esmola pro que resta do Brasil
Pro mendigo, pro indigente

Ele que pede, eu que dou, ele só pede
O ano é mil novecentos e noventa e tal
Eu tô cansado de dar esmola

Qualquer lugar que eu passe é isso agora

Eu tô cansado, meu bom, de dar esmola

Essa quota miserável da avareza

Se o país não for pra cada um

Pode estar certo

Não vai ser pra nenhum

Não vai não, não vai não, não vai não

No hospital, no restaurante

No sinal, no Morumbi

No Mário Filho, no Mineirão

Menino me vê, começa logo a pedir

Me dá, me dá, me dá um dinheiro aí!

Daquele 1955 e seu Congresso de Salvação, havia surgido a proposta de desapropriação das terras a jusante dos açudes e barragens públicas, evidenciando que a questão da água não era mais apenas um problema da natureza a ser resolvido pela técnica. Festejávamos na época as primeiras experiências de chuvas artificiais - dizendo-se por aqui que, se havia Deus para dar as chuvas, também havia a inteligência dos homens para obtê-las - assim como a instalação da primeira estação meteorológica pela Universidade Federal do Ceará, que dali em diante poderia advertir em tempo sobre a aproximação das estiagens(91). Era mesmo uma outra espécie de conhecimento sobre o sentido das águas que chegava e que corria até bem além do maior leito seco do mundo - o

Jaguabire, essa nossa façanha - encontrando-se com as enxurradas que desciam de lá do outro lado da nação brasileira. Tansmutaram-se as águas, de agora em diante eram outras que iriam rolar. Pois foi aí que a menina gaúcha - conforme ela mesma me contou, quando anos depois veio viver no Ceará e só então soube o significado daquilo(92) - ouviu falar pela boca do pai, militante trabalhista, de um certo povo que vivia com graves problemas de falta de água. Era que a Confederação Nacional dos Círculos Operários, reunida em assembléia geral, após telegrafar a Juscelino alertando-o para que fossem postas em prática todas as providências necessárias para a extinção definitiva das secas do Nordeste, mesmo à custa da completa paralização de outros empreendimentos supérfluos de embelezamentos e comodidades, decidiu que os estados do sul entrariam em contato com os seus respectivos Círculos Operários para, numa tarefa conjunta, conseguirem auxílios em dinheiro, roupas ou alimentos, a fim de aliviar a situação no Nordeste(93). De trabalhador para trabalhador, uma clara manifestação da solidariedade de classe. Muitas outras mobilizações da sociedade civil aconteceram naquela década, como o Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em 1956, em Campina Grande, Paraíba, que tratou de reivindicar um tratamento especial para o Nordeste, através das reformas sociais, e os Encontros reunindo políticos, empresários e intelectuais, em Salgueiro, em 1958, e Garanhuns, em 1959, este promovido pela Confederação Nacional da Indústria, com a participação do Presidente da República. Mas o Nordeste ainda doía como a Espanha de Unamuno . Conta-se que uma criança aqui em Canindé, em meio ao suspiro da morte perguntou: *"mãe, no céu tem pão?"*. E diz que a mãe respondeu que sim. O Ministro da Viação José Américo de Almeida, na seca de 1951, chegou a pensar que só a Igreja teria meios de atender à obra de assistência social de que necessitava o povo naquelas circunstâncias. E, naquela ocasião, a primeira providência que tomou foi entregar a cada bispo da região uma quantia farta em dinheiro para que fizesse a

distribuição da caridade(94). Talvez tivesse razão, sim, porque há um momento crucial que escapa aos aparelhos administrativos, ao planejamento e às obras, aquele que repõe a tensão mais anterior da moral natural: é o momento puro e simples da misericórdia pelos que estão morrendo à míngua, este que *"nos inspira uma repugnância natural por ver perecer ou sofrer qualquer ser sensível e principalmente nossos semelhantes"*(95). Os anos cinquenta pareceram querer pular sobre isso, era uma outra razão que se queria fazer prevalecer. Não que fossem desaparecer de todo as motivações primitivas, quer ligadas à Igreja ou não. Por muito tempo, e ainda hoje, continuamos a ler as páginas da história da pobreza escritas pelas senhoras caridosas, pelas instituições filantrópicas e pelos grupos remanescentes das ordens mendicantes. Mas havia uma passagem, uma mudança que tomava corpo a partir daquela segunda metade do século. A reportagem do jornal O Povo, em 28 de julho de 1976, diz tudo isso assim: *"Pão dos Pobres: enquanto não chega o INPS"*. Desde 1975 já fora instituída em todo o país a Renda Mensal Vitalícia, que correspondia a meio salário mínimo regional e chegava em carnet pela rede bancária. Fazia jus ao benefício aquela pessoa com mais de 75 anos de idade, ou sem limite, no caso de ser inválida, que tivesse contribuído para a Previdência Social por um período corrido de 12 meses, ou 24 alternados. Além do dinheiro, o beneficiário também tinha direito à mesma assistência dos demais segurados do Instituto. O benefício era pessoal e cessava com a morte. No Ceará, existiam 60.860 pessoas recebendo essa renda no ano de 1976. Pois muitas vezes, estas pessoas eram os mesmos pobres inscritos na distribuição semanal de esmolas, uso tradicionalmente conhecido como 'pão dos pobres' das paróquias de Nossa Senhora das Dores, em Otávio Bonfim, e Coração de Jesus, no centro de Fortaleza. Dona Jacira era a encarregada da distribuição na paróquia de Otávio Bonfim. Diz que para ali se deslocavam pobres de todos os pontos da cidade, inclusive da Aldeota. Dona Jacira, quando ouvia

alguém pedir: *"Dona Jacira, me dá o da dona Raimunda, que num tá podendo andar"*, ela entregava sem titubear, mesmo diante da possibilidade de que dona Raimunda não existisse. *"Afinal* - ela explica - *era tudo para eles mesmo"*(96). Claro, essa dimensão do mundo não se orienta pela lógica biunívoca da burocracia do carnet de pagamento - isto é, quando a corrupção ainda não tomou posse - sendo muito mais abrangente, tocando elementos arcaicos de motivação da dádiva. Pois a partir daqueles anos cinquenta, era como se a História fosse substituir esses sentimentos. E até se estabeleceu uma meta quantitativa, seriam cinquenta anos em cinco, diretamente do atraso para o progresso, da natureza para a civilização. As indústrias novas em folha, propagandeadas nos semanários ilustrados e noticiários de cinema, os automóveis nacionais rodando na rua, o imenso canteiro de obras em Brasília - uma arquitetura que passava por ser a mais moderna do mundo, e um presidente sorridente com um capacete operário na cabeça inspecionando tudo pessoalmente. E o povo pobre e esperançado chegando, chegando(97). Quem não acreditou? Relembrando o período, Celso Furtado observa que naqueles anos pareceu possível uma arrancada recuperadora, que tirasse a diferença que nos separava dos países adiantados(98). O pulo durou quarenta anos e por pouco não nos despedaçamos inteiros. Como se diz: nem mel nem cumbuca. Nem INPS e nem pão dos pobres. A reinvenção da solidariedade, hoje, no movimento geral e abrangente da sociedade brasileira que se mostra na Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, demanda mais esforço - *"é preciso separar o trigo governamental estocado nos armazéns, do pão da solidariedade da sociedade civil"*, como disse o Betinho(99). O importante é que retoma agora aquele sentido fundamental: porque parte da ética, porque desta vez deixou de ser uma reivindicação por caridade pública para ser a própria política, forma motivada na moral natural e disposta a propor um novo contrato, a inventar um novo conceito de

cidadania(100). É, enfim, um movimento de solidariedade à vida pode representar uma luz no fim do túnel. Mas naqueles anos passados era tamanha a euforia desenvolvimentista, que até os céus se empenharam. Você me acredite que, depois da seca de 1958, tivemos chuvas por toda a década seguinte, a próxima só aconteceu em 1970 e aí o sertão já tinha mudado completamente, *"tinham-se aberto as comportas que represavam a população sob o guante das velhas estruturas agrária e industrial e, como uma onda gigantesca, praticamente toda pessoa válida foi incorporada ao mercado de reserva de mão de obra para os novos empreendimentos capitalistas na região"*(101). Os des-locados da seca haviam, enfim, encontrado os seus lugares por indicação da Sudene: o capital vinha da dedução do imposto de renda das empresas mais importantes do sudeste, e até de multinacionais, e aqui os alocava bendizer a custo zero, uma beleza, emprego para todos, ninguém precisava mais correr mundo afora em pau-de-arara para se defender da fome da seca e encontrar um meio de vida. Agora, o excedente populacional se convertia maciçamente em reserva de força de trabalho dentro da própria região. Aquele povo viu aquela fartura - era tanto trabalho!, eram tantos projetos! - e até acreditou no milagre, um milagre nordestino, assim diz Francisco de Oliveira: o de que, em 1972, 89% do aumento do emprego assalariado ocorrera na faixa dos que ganhavam até um salário mínimo!(102). Nunca ouviu falar que de esmola grande o cego desconfia? Pois que desconfiasse! Nessas condições, vai fazer diferença - me diga - a não ser de tipo estatístico, entre quem trabalha e quem deixa de trabalhar? Digo assim em relação à marcada tendência para piorar a distribuição de renda, que já no começo da década de 70 era mais concentrada nas cidades nordestinas do que no campo(103). Mas diferença fez muita do ponto de vista das representações, pois cada vez foi ficando mais longe aquela certeza de que a fome era só uma ingratidão da natureza. Isso a gente vê até na mudança dos nomes que as populações

despossuídas foram recebendo ao longo dos anos: de 'retirantes' desde o começo das notícias sobre as secas, passaram a 'flagelados', na seca de 1915; que passaram a 'deslocados da seca', na seca de 1951; que passaram a 'migrantes' nestes anos 70 e nos próximos 80; e que passarão a 'mendigos sazonais' na seca de 1989-1993. São estes os que tiveram de fazer o percurso de volta ao se depararem com a tabuleta virada em que agora está escrito: Não temos vaga. Sua versão minoritária assistida pelo Estado passou a ser 'cliente' na Unidade de Abrigo do Departamento de Assistência Devida da Secretaria do Trabalho e da Ação Social do Estado do Ceará, no lugar onde era a Hospedaria Getúlio Vargas. Ao passo que a maioria é hoje a 'população de rua' em qualquer pedaço do território nacional. E assim, nacionalizado e público, idêntico a todos os outros, eis que o nordestino pobre do campo conheceu a sua outra face, a sua verdadeira face. Isto acontecendo - ainda que a seca continue a ser um dado muito forte e muito presente na representação que ele tem de si mesmo - a identificação com o pobre brasileiro que ele se vê na condição de fazer a cada estação de tempo e lugar, acaba sendo a enunciação de um novo patamar político, potenciador de uma negação da negação. Porque agora é uma negação radical e não mais aparente da pobreza que está se desenvolvendo. Ou seja, identificando-se cada vez mais genericamente com o brasileiro pobre, o pobre nordestino do campo já não o faz afirmando esta condição particular que só aparentemente negava a pobreza como totalidade. Até há bem pouco tempo atrás, corria entre nossa gente uma brincadeira em relação à nossa forma craniana achatada como sendo o resultado de longos e contínuos toques da mão pesada do pai aconselhando o filho*: "Cresce, menino, e vai-te embora para São Paulo".* Agora não nos iludimos mais, sabemos por experiência própria o teor do pertencimento à grande nação brasileira dos 'sem-terra', dos 'sem-teto' e dos 'sem-trabalho'. Os anos 70 vieram três vezes em seca: em 1970, em 1976 e em 1979 indo até 1983. Mas dali em diante não se

distinguiam tanto como antigamente os períodos de estiagem dos demais. A sociedade estava coberta pelo Grande Plano de Integração Nacional que não admitia dúvidas. E o Milagre estava ali para provar: punha-nos a todos nós sob a ação de suas graças, comensais de um bolo que crescia muito e aguardássemos ser servidos, façam favor. Pobreza? Psiu! Ninguém nunca ouviu falar, imagina!. Todos os dias, a feliz esposa de João, que fora trabalhar em Itaipu, repetia nacionalmente pela televisão: *"João disse que a gente se sente grande trabalhando numa coisa grande"*. Quanto aos trabalhadores nordestinos da região da seca - aí não se falava mais tão retumbantemente em flagelado da seca, e isso talvez fosse já um sinal que emitia o trabalhador do campo na sua constituição de classe - seriam recrutados pelas firmas empreiteiras para a construção da Transamazônica, cujo contrato com o governo federal previa que elas fossem as responsáveis pela fixação dos primeiros núcleos de colonização e integração, devendo oferecer as benfeitorias de água e luz, construção de residências para engenheiros, demais empregados e suas famílias, construção de escolas primárias, postos de saúde, agências do Banco do Brasil, postos de comunicação, posto do Ministério da Agricultura, posto de reserva de material agrícola, postos da Cibrazém e da Cobal, olaria e serraria(104). Para a consecução da obra de integração, o governo federal fez uma modificação no procedimento de aplicação dos Artigos 34/18 - (mas o Engenheiro Elizeu Rezende, diretor geral do DNER que projetara a grande via, assegurava que a Transamazônica não retiraria recursos do Nordeste) - de modo que uma parte dos incentivos deixaria de ser aplicada pela iniciativa privada, passando a ser pelo governo federal da seguinte forma: 6% para construção de rodovias e 24% para obras de infraestrutura visando a colonização e a expansão da fronteira agrícola nordestina. Riqueza havia muita! O Dr. Elizeu Rezende dizia que os vários projetos ao longo da estrada representavam um enorme potencial econômico. Diamante e minério de ferro eram

encontrados ali em quantidade superior ao quadrilátero férrico de Minas Gerais, além de que terras fertilíssimas serviriam para colônias agrícolas na região do Xingu, nas proximidades de Altamira. E concluia com entusiasmo que *"o homem nordestino será o construtor da grande rodovia de integração"*(105). O rádio levava muitas notícias ao sertão sobre o Plano de Integração Nacional, cujo projeto principal, do ponto de vista da absorção de mão de obra nordestina, era justamente a Transamazônica. Consta que em diversos municípios da zona norte do Estado do Ceará, como em Massapê, levas e levas de minifundiários e trabalhadores rurais estavam liquidando seus poucos haveres por pouco mais ou nada, fretando paus-de-arara e se largando para o Norte, em meio ao desconforto e à incerteza, havendo caminhões que conduziam, de uma só vez, até oitenta passageiros, o que oferece uma idéia, por si só, dos sofrimentos enfrentados no curso da viagem. Mas lá se iam, aventurando e enfrentando as regiões desconhecidas, numa cega procura da sorte, como redivivos argonautas em busca do velocino de ouro(106). Houve a celebração de um convênio entre o governo estadual do Ceará e a Superintedência de Desenvolvimento da Amazônia, com o objetivo de organizar a emigração nesse período, o qual previa que viajassem apenas as pessoas que tivessem parentes nos estados do Norte, sob a garantia dos órgãos de segurança do governo federal, que fazia sérias exigências quanto ao transporte das mesmas. Mesmo assim não faltaram denúncias sobre o tráfego clandestino. No município de Jaguaruana, a Polícia Federal instalou inquérito para apurar denúnucias de que vários caminhões estariam levando carradas e carradas de agricultores pobres sob a promessa de que o governo oferecia terra e trabalho aos emigrantes(107). Terra e Trabalho! O sonho começava a ser esboçado e a magia dessas palavras seria posteriormente expressa na luta do Movimento dos Sem Terra, que cansou de esperar promessas. O Plano de Integração Nacional também se realizava localmente, através de inúmeros projetos

executados no interior das regiões. Foi assim que, em agosto de 1970, desceu ao sertão do Ceará uma comissão de senadores para um contato pessoal com os técnicos e trabalhadores do Projeto de Irrigação de Morada Nova, dada a importância do mesmo, enquadrado que estava como etapa fundamental no Plano de Integração Nacional(108). Pois então? O combate à seca não era uma coisa diferente do Grande Plano, fazia parte, entende? Bastava inscrever os objetivos, assim: *"Fazer observações aos trabalhos de combate à seca, pela Sudene, e encaminhar as medidas que se enquadram no esquema geral do Plano de Integração Nacional"*(109). Pronto. Seguiram-se muitos projetos. A partir da seca de 1970, o governo instituiu o Proterra e o Programa Especial para o Vale do São Francisco. O primeiro pretendia promover uma reforma agrária pacífica no Nordeste através da compra de terras aos fazendeiros, de modo espontâneo e ao preço de mercado. Dizem que esse programa transformou-se em um grande negócio agrário para os fazendeiros, que assim podiam se desfazer de suas terras inférteis por bom preço, além de terem valorizadas aquelas propriedades que conservavam. Dizem também que depois, sob pressão dos fazendeiros, o Proterra transformou-se claramente em um instrumento de modernização agrícola, sendo no período de 1971 a 1977, a principal fonte de crédito rural subsidiado para os latifundiários(110). Em 1974 surgiu o Polonordeste - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - que se assentava nos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, criados e implementados pelo Banco Mundial em diversos continentes, atuando em áreas especiais cujos efeitos podiam se irradiar por outras. Esses Programas - conhecidos como PDRIs - propunham conjugar os esforços de vários órgãos estatais para promover, através da oferta de crédito, obra de infraestrutura e assistência técnica, a modernização da agropecuária no meio de produtores familiares capitalizados que pudessem vir a ser a tão aguardada classe média rural, totalmente

integrada ao mercado. Com o Polonordeste a estratégia esteve voltada para os médios produtores de alimentos de certas regiões, usando métodos modernos e fortemente subsidiados, como o caso do feijão em Irecê, na Bahia(111). Quando caiu a seca de 1976 foi a vez do Projeto Sertanejo que, sendo próprio para atuar na área do semi-árido no sentido de proporcionar-lhe meios de enfrentar as estiagens, principalmente pela associação entre agricultura irrigada e agricultura seca, também esteve em plena vigência durante a seca de 1979-1983. Pretendia abranger do pequeno produtor sem terra, ao pequeno produtor com terra, passando pelo médio produtor até chegar também ao grande. Como? Que critérios poderiam definir tamanha abrangência? O Ministério do Interior e a Sudene(112) faziam um cálculo mirabolante assim: *"tendo como meta os quatro estratos - (I-Pequeno produtor sem terra; II-Pequeno produtor com terra; III-Médio produtor e IV-Grande produtor) - as ações concentrar-se-ão nas propriedades dos agricultores pertencentes aos estratos III . (. . .) Os agricultores pertencentes aos estratos I e II poderão ser beneficiados pelo crédito fundiário, quando passarão a integrar o estrato III (. . .) mediante a incorporação de outras áreas (. . .) e, em tais condições terem acesso aos demais benefícios".* Alguém ouviu falar nos resultados miraculosos desse processo de ascensão social? A que se destinava esse Projeto senão a reforçar a estrutura das propriedades rurais do Nordeste? Me diga. O fato é que, não chegando as chuvas em 1979, os trabalhadores que plantavam roça, sua ou cedida, viram-nas quase que completamente perdidas: do feijão perderam 67%, do milho 72%, do arroz 81%, do algodão 65% e da mamona 90%(113). Em vista disso tiveram foi que se alistar nas frentes de serviço, o último ganha-pão, numa proporção que passava bem longe muito longe, de qualquer batente que os levasse para o patamar médio do Projeto Sertanejo: dos alistados em 1979, 20,1% eram pequenos proprietários - dentre os quais 59,9% possuiam menos de 20 ha, e 32,3%

possuiam entre 20 e 100 ha - ao passo que 75% eram não proprietários, incluindo aí meeiros, posseiros, assalariados etc(114). Por fim, apareceu o projeto Nordeste, implantado por imposição do Banco Mundial com a finalidade de incorporar os projetos anteriores, já considerados falidos. Este era muito mais ousado nos seus objetivos, propondo-se a erradicar a pobreza absoluta do Nordeste. Trouxe como novidade a destinação de recursos para os pequenos produtores - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, PAPP - de forma a integrar num todo os diversos problemas relativos à terra, crédito, financiamento, recursos hídricos etc. , através do planejamento participativo que envolvia os agricultores em associações criadas por eles mesmos. Muitas foram as críticas a essa metodologia do Projeto Nordeste, dizendo-se que ela correspondia à necessidade de legitimação do Estado em período de crise, quando os trabalhadores começavam a romper os laços de dominação tradicional e se colocavam como novos atores políticos, construindo suas próprias mediações. Segundo esta visão, o próprio mecanismo do planejamento participativo seria utilizado na cooptação dos movimentos sociais, já que a participação dos trabalhadores ficava relegada a certos espaços do micro, previamente concedidos pelo Projeto(115). Certamente, do ponto de vista da estratégia global de modernização do capitalismo no campo, tantos projetos certamente tiveram sua eficácia. E no meio deles, da eficiência que eles prometiam e divulgavam, dava para visualizar, assim à primeira vista, coisas como seca, miséria, fome, igual ocorria antes?. Procurando muito ainda se podia encontrar uma notícia assim: *"O menor de seis anos, Francisco Milton de Lima, é mais um que morre de envenenamento por macaxeira e seu irmão de quatro anos, Francisco Alberto, tem poucas possibilidades de escapar por haver também provado da auforbiácea, no bairro das Encruzilhadas, em Itapipoca. Os dois garotos são filhos do agricultor Manoel Araujo Lima - Manoel Tapera - que trabalha na propriedade de dona Dorlica Teixeira,*

arrancando mandioca para a ração do gado e, em face do estado de penúria da família, com algumas batatas de macaxeira alimentou os filhos. Manoel Araujo ganha uma diária de 2,00 para manter-se com a esposa, dona Raimunda Gomes, e seus dez filhos. Três vezes por semana ele arranca mandioca para ração do gado. No domingo, vendo a família com fome e sem ter outra alternativa, o agricultor reservou algumas batatas e levou para casa. Depois que os filhos se alimentaram, no dia seguinte, dois deles foram atacados por uma crise de desinteria seguida de constantes vômitos. Levados para o hospital da cidade, os médicos constataram envenenamento, tendo falecido o primeiro e o outro continua às portas da morte. O restante da família foi medicado e está fora de perigo"(116). Além disso, fazia-se uma cuidadosa vigília para que as imagens da pobreza não perturbassem os propósitos do Plano. O repórter Souza Mendes, em Fortaleza, era um que mantinha esta atenção, preocupado porque havia por aí afora, *circulando no exterior, até em boca episcopal, uns certos boatos visivelmente intencionais para humilhar o nosso país, reduzi-lo à republiqueta de semi-antropófagos africanos. É essa estória de torturas a presos políticos, de genocídio praticado contra nossos pobres bugres remanescentes.* E aí ele ficava a imaginar qual seria a nossa imagem lá fora, *se essa gente ou agentes da esquerda-volver de repente passassem a explorar, para seus fins inconfessáveis, o drama pungente da fome circulando nas ruas de nossas cidades ricas.* E concluía com convicção que era preciso que se evitasse isto, quanto antes. *"A miséria* - ele dizia - *ainda que ocasional, é péssima propaganda para um país como o nosso, exatamente agora que procura dar saltos mais seguros para deixar de ser o país dos coitadinhos"*(117). Mas não tenha dúvida de que a modernização da agricultura, de vários modos, rendeu seus resultados perniciosos ao sertanejo: na perda do acesso à terra nos casos dos posseiros e meeiros, na espoliação comercial, no aumento da renda da terra, na monetarização crescente da economia(118). E

quanto mais esse processo se intensificou, tanto mais os camponeses se tornaram vulneráveis às secas, até ao ponto em que, hoje, corridos para a capital a mendigarem o de-comer, são designados os 'mendigos sazonais', como se a miséria social ocorresse por estação. Porém, ninguém se iluda: o 'mendigo sazonal' Antônio Mulato sabe - e esse conhecimento que ele adquiriu é agora a sua grande fortuna - que desceu lá de Brotas, no interior de Miraíma, para a cidade de Fortaleza, não porque veio a seca de 1989 até 1993, mas porque se acabou o patrão, nas palavras lá dele, lembra que eu duzia?. E isto muda fundamentalmente tudo. Tudo agora está inequivocamente explícito. E não foi por outra razão, senão porque o processo já se mostrava quase todo, que o pescador de açude no município de Senador Pompeu, Antônio Sabino dos Santos, no ano seco de 1976, ao ficar doente e não tendo dinheiro para comprar os remédios e nem mais o seu patrãozinho de quem se valer no sertão, correu à capital supondo que aqui encontraria recursos, conforme ouvira falar que era agora o preto no branco, uma ordem diferente, uns direitos novos. Mas - assim explicou dona Isaurina, sua mulher, que o acompanhava - como não tinha documentos e não contribuía para o INPS ou o Funrural, não conseguiu internamento nos hospitais de Fortaleza. Desiludido, Antônio Sabino encontrou uma pousada na estação do trem da Vila Manoel Sátiro, onde entre dois pilares armou sua rede e foi viver da caridade pública, enquanto esperava não se sabe se o trem para regressar, ou a morte. Em todo caso, esta chegou primeiro. Morreu na manhã do dia 17 de julho de 1976. Dona Isaurina não o viu expirar. Havia saído momentos antes para pedir auxílio e, ao regressar, só teve uma preocupação: a de conseguir uma vela para colocar na mão do finado. Mas nem isso obteve. Afinal, que passageiro lembraria de levar consigo uma vela para defunto a uma estação de trem? Às nove horas da manhã seu corpo deu entrada como indigente no Instituto Médico Legal, acompanhado de uma guia expedida pela Delegacia do 10. Distrito Policial, de

plantão. Só a polícia é que poderia sepultá-lo. Ficou lá a velha rede armada entre os dois pilares da estação, que o fotógrafo João Guilherme flagrara uma semana antes, reveladora de um momento da vida do sertanejo nordestino que foge e que procura. Estampou no jornal aquela imagem de tantas evocações e escreveu: (. . .) *"Embaixo, a lata vazia. Em cima, um homem vazio . . . de esperanças. O trilho, a solidão dos caminhos . . . o drama que se revive . . . a família que se desagrega. Uma imagem que poderia ser poética - o homem, a rede, o sono, a estação, o trem . . . - mas não o é. Ah, se fosse outra a sensação. Ah, se fosse outra vida".* E conclui o fotógrafo: *"Ainda assim, vale a espera, mesmo que seja ela a de uma simples ilusão"*(119). Poucos anos depois dessa morte, logo na seca seguinte, tão incisivamente estava feito o corte que o governador do Ceará, coronel Virgílio Távora, em reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, no dia 18 de dezembro de 1981, apresentou moção ao Banco Central para que fosse permitido aos bancos que operavam na região seca excederem o limite fixado para as operações, face à precária situação das empresas em decorrência da longa estiagem. A proposição do governador foi aprovada(120). Quer dizer que agora os flagelados da seca eram as empresas? Que inexorabilidade era aquela que a tudo e a todos arrastava para o desígnio da natureza seca? Ah, homens mentirosos . . . E burros! Não vêem que assim condenam os pobres mas também a si mesmos? Vão talvez fosse o último esforço - ou ingênuo, alguem vai querer saber - naquele ano de 1976, por parte da Arquidiocese de Fortaleza, ao se aliar ao Estado e às classes proprietárias, a fim de que fosse encontrado não um paliativo para a situação, mas um lugar para o mendigo na sociedade. Sim, porque então a iniciativa religiosa parecia querer preservar o sentimento de compaixão que o Estado-beneficente não podia abranger. E a Igreja pôs-se à frente, como que fazendo uma passagem, ao imprimir o tom piedoso à forma secular de assistência do então Programa de Recuperação Social do Mendigo -

PRESME - em promoção conjunta com a Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social do Estado do Ceará, e o Clube dos Diretores Lojistas. Por meio das diversas atividades paroquiais desenvolvidas pelos organismos integrados na Arquidiocese, entre os quais, o Serviço Social, a Cáritas, a Campanha da Fraternidade e o MEB, esforçava-se na busca de solução tendo em vista a assistência, mas, mais que isso, a promoção do próximo marginalizado. Reconhecia, entretanto, ser vasto o campo e a necessidade de que seus recursos fossem multiplicados. Daí a ação conjunta com as instituições seculares(121), mas sem deixar de levar em conta que, à luz da fé cristã, o mendigo era um irmão que jazia à beira da estrada e perante o qual não era lícito passar indiferente: sua presença haveria de despertar o coração de bom samaritano que pulsa dentro de cada um. E mesmo reconhecendo que existiam mendigos aptos a exercer atividades, não o fazendo por preguiça, sabia que outros sofriam de limitações e deficiências, não devendo ninguém apressar-se no julgamento quanto à veracidade ou não de sua condição(122). *"Estive nu . . . estive com fome. . . estive doente. . . tudo quanto tiverdes feito a um destes meus pequeninos, a MIM o tereis feito"*(Mt 25,35-45), citava em carta o arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, aos vigários das paróquias, instruindo-os para que aderissem ao Programa. E dizia que, entre os numerosos problemas sociais que nos afligiam, merecia atenção especial o dos mendigos, pois que (. . .) *" a pobreza, em sua expressão extrema de miséria, trabalha tantos irmãos nossos, filhos como nós do Pai Celeste"*(123). Embora a expressão mundana de 'falsos mendigos' também ali estivesse presente, como a por dúvida sobre o merecimento do cuidado dos homens, sendo mesmo definida tecnicamente pelos profissionais da assistência social como *"aquele que se aproveita da caridade pública, que não necessita de viver pedindo mas o faz por comodidade"*, ainda assim esse mendigo não era considerado digno de menos cuidado. Ao contrário, este é que precisava ser incentivado

a participar de atividades produtivas tanto em benefício de sua família quanto da sociedade. Recuperar era a palavra chave, e o esforço de promover o mendigo, um só que fosse, devia ser dispensado por todos(124). O PRESME ficava assim, entre o céu e a terra, em busca 'não de esmola, mas de um lugar para o mendigo na sociedade', como era seu lema. Era como que uma forma intermediária, como se não tivesse sido ainda dada a certeza de quem era o débito, se era de Deus ou se era de César. E, no meio a essa ambiguidade, o Programa iniciou uma campanha contra a doação de esmolas que, principalmente no início dos anos 80, pretendeu mobilizar toda a população de Fortaleza. Era feita através de propaganda educativa no rádio, televisão e jornais, assim como de out-doors espalhados na cidade pelo Clube dos Diretores Lojistas, que também instruía seus associados para que as telefonistas estivessem a postos e atendessem ao telefone com a seguinte mensagem: *"Não dê esmolas, colabore com dona Luiza Távora no combate a esse mal social"*. (Em tempo: dona Luíza Távora era a mulher do governador Virgílio Távora). Os empresários de ônibus também foram convocados a contribuir, proibindo que os motoristas permitissem o ingresso gratuito nos coletivos dos mendigos que pediam esmola aos passageiros através de cartões impressos(125). O bispo auxiliar de Fortaleza, Dom Edmilson Cruz, entretanto, mesmo considerando que a doação de dinheiro de forma indiscriminada poderia ser um mal, era de opinião que se devesse descer às raízes da questão, ligadas a fatores de ordem social e econômica. Não queria mostrar-se um contestador, dizia, mas considerava seu dever de pastor chamar a atenção para o fato de que o problema dos mendigos tinha raízes profundas na sociedade. *"A grande maioria* - completava - *não é mais de pobres, mas de empobrecidos"*. E mostrava-se preocupado quanto aos resultados de uma campanha que pretendia excluir de vez a caridade, entendida como todo gesto de bondade, amor, afeição e exemplo(126). 'Dar ou não dar esmola: eis a questão' parecia querer reviver aqui a grande

polêmica herética do século XIV europeu entre católicos e protestantes, quando o espírito do capitalismo se encarregava de aprimorar a separação entre os dois reinos, fazia da pobreza um problema social e mal deixava antever o sentido da previdência como estado de bem estar. Naqueles idos de 1532, um inquisidor de Lyon, o prior dominicano Nicolas Morin, dissera que sua cidade teria mais a temer de um bando de hereges e infiéis do que de uma multidão de estrangeiros pobres(127). Mas passados quase cinco séculos não se podia mais admitir a dúvida: que mandássemos sem nenhum remorso a grande fatura ao real credor. E estando estabelecida a assistência como um direito civil e público, provavelmente, a prática da dádiva teria já se transformado em questão de puro fórum íntimo. Entretanto, quisemos nós grotescamente - (devia soar muito esquisito a pessoa ligar para uma loja e a telefonista responder dizendo: *"Não dê esmola, colabore com dona Luiza no combate a este mal social". . .)* - fazer a re-edição da História. E todos fomos chamados a participar. Nas paróquias, a Arquidiocese fez distribuir folhetos explicativos à comunidade: *"A mendicância não diz respeito somente ao mendigo. Diz respeito a mim, a você, a todos nós. É um desafio à administração pública e à comunidade. Você já refletiu sobre o problema? Sabe que circunstâncias levam o homem à mendicância? Nós somos responsáveis? E ele? Muitos mendigos sofrem de limitações e deficiências físicas ou mentais que os impedem da prática do trabalho. Estes, carecem de assistência em termos de ajuda financeira para alimentação e orientação para o atendimento de suas necessidades básicas: tratamento de saúde, problema de habitação, documentação para aposentadoria etc. Outros, contudo, são potencialmente aptos a exercer atividades lucrativas e não o fazem pela falta ou insuficiência de acesso aos bens, serviços, recursos de saúde, alimentação, trabalho, habitação e educação. São aqueles que necessitam de estímulo para se engajar no processo de recuperação social, através de treinamentos*

profissionalizantes, financiamento de recursos para uma ocupação rentável, programas de educação sanitária, familiar e social etc. A mendicância é, portanto, um problema social cuja solução depende da participação de todos"(128). E muitos participaram: além da Arquidiocese e da Secretaria de Cultura e Promoção Social, o Presme contou com a representação de vários outros órgãos, como o Juizado de Menores, o INPS, a Secretaria de Segurança Pública, a Fundação do Serviço Social de Fortaleza, o Clube dos Diretores Lojistas, a Emcetur, o Movimento de Promoção Social, a LBA e a Fundação do Bem Estar do Menor do Ceará(129). O Programa foi desenvolvido sob a coordenação de uma assistente social da Arquidiocese, tendo por base o princípio de que, conforme era o lema, não se devia dar a esmola, mas oferecer uma oportunidade de promoção social ao mendigo. Como? Não dando esmola indistintamente e encaminhando os mendigos aos serviços do Presme. Dizia-se que *"ninguém era tão pobre que não pudesse dar e nem tão rico que não pudesse receber"* e as colaborações eram entregues na Arquidiocese ou na Secretaria de Cultura em forma de dinheiro, víveres, roupas, ou de ajuda voluntária. A contribuição mais valiosa, porém, era a oferta de trabalho(130). Dependendo das condições físicas dos necessitados, estes eram encaminhados às empresas de construção civil e às locadoras de mão de obra que se dispunham a recebê-los. O atendimento acontecia por duas vezes na semana, na Cripta da Catedral de Fortaleza, onde se procedia à seleção dos casos e se faziam os encaminhamentos devidos às instituições especializadas, como Unidades Hospitalares, de Amparo ao Menor, à Invalidez, assistência alimentar temporária, financiamento de material para construção e recuperação de casas em convênio com outras instituições, treinamentos em atividades que favoreçam a iniciativa profissional, financiamento de instrumental de trabalho e pequenos negócios e, também, a orientação social através de palestras e reuniões de grupo com o objetivo de conscientizar o mendigo

de sua condição humana e de sua responsabilbidade de recuperação(131). Eram imensas as filas no portal da Igreja da Sé à espera da providencial ajuda. Mulheres grávidas, homens deformados ou de aspecto doentio, e meninos, muitos meninos. Alguns pediam emprego, mas quase todos desejavam mesmo era a parcela de alimentos. A verba para isto, que vinha da Secretaria de Cultura e Promoção Social, entretanto, era pequena, e para suprir a deficiência tentava-se a obtenção de víveres junto ao INAN. Havia os mendigos mais carentes que iam para o Centro de Triagem de Mendigos, na antiga Hospedaria Getúlio Vargas(132). Após alguns meses de trabalho, o Presme tinha traçado um perfil da mendicância em Fortaleza e constatava que *"o problema atingia uma clientela altamente diversificada em termos de graus de marginalização, havendo entre a mesma uma parcela em atividade de mendicância por fatores circunstanciais, portanto removíveis e condicionados a um atendimento de emergência ou a uma qualificação profissional. Em contraposição, o grande número de mendigos tem uma situação mais complexa, a requerer uma forma de ajuda signitivamente ampla"*(133). A amplitude do social não coubera na unidade doutrinária da fé . . . A onipotência de Deus era a impotência dos homens . . . E agora? Assim, sem o milagre da multiplicação dos pães na Terra, findo o ano de 1977, a Igreja teve de fazer sua escolha: viu que precisava restringir-se ao nome do programa que instituíra - Presme: Programa de Recuperação Social do Mendigo. Porque tendo feito o balanço das ações assistenciais em dezembro daquele ano, a cúria metropolitana de Fortaleza contabilizou um número de 3.769 famílias atendidas. O trabalho desenvolvido com as mesmas foi distribuído entre ajuda alimentar, atendimento para material de construção, atendimento com instrumento de trabalho e pequenos negócios, atendimento médico-odontológico e medicamentos, e encaminhamento de carenciados para instituições sociais ou locais de emprego. Na programação educativa foram realizadas

palestras - (em número de 50, com o objetivo de descondicionamento(sic) -, treinamento sobre higiene ambiental e corporal, curso de corte e costura, e formados um grupo de lazer a cargo de voluntários vicentinos e uma colônia de férias no Centro de Triagem de Mendigos destinada a 100 menores. Quanto à parte social o PRESME realizou as festividades comemorativas da Páscoa, do dia das mães, festa junina, almoço do ancião no Palácio da Abolição (a sede do Governo Estadual) e natal. Durante a Festa da Amizade, uma promoção para arrecadar fundos destinados às instituições filantrópicas, o PRESME armou um stand e uma barraca no Clube Militar onde foram expostos trabalhos manuais confeccionados pelos mendigos nos cursos oferecidos no Centro de Triagem(134). No ano anterior, em seis meses de atuação, o Programa atendera a 100 familias, em sua maioria com ajuda alimentar(135). Então, a assistente social da Arquidiocese explicava que, embora a campanha fosse destinada ao mendigo, como o especificava o próprio nome, o que vinha sendo feito atingia a uma quantidade bem maior de pessoas carentes, além do pedinte, em razão de ser o número daquelas bem maior que o de mendigos. *"Os carenciados* - dizia - *não têm coragem de sair pedindo, já o mendigo se acomodou a esta situação. Agora o que temos de fazer é despertar nestes a sua situação"*(136). Um ano e meio depois o Programa estava sendo suspenso por esta mesma razão, como noticiava o jornal O Povo, no dia 30 de dezembro de 1977: *"Foi suspenso, por algum tempo, o serviço de atendimento ao mendigo que vinha sendo realizado na Catedral de Fortaleza. O motivo da suspensão desta atividade é por não estar o Serviço de Promoção do Mendigo atendendo a seus objetivos, ou seja, a assistência ao mendigo, um trabalho que tem como finalidade a conscientização do pedinte para um trabalho mais proveitoso. Segundo informação da direção do Serviço Social, o maior número de casos ali registrados era mais de pessoas carentes do que mesmo de mendigo, e como o trabalho se dirige a este último, as coordenadoras acharam*

por bem suspender esta atividade, por alguns dias". A partir de então informava-se que, quando fosse retomado o trabalho, a ação seria dirigida para o mendigo propriamente dito, mudando o procedimento de abordagem e atendimento: o contato seria feito no próprio local de atuação do pedinte e a mobilização estaria a cargo de um corpo de voluntários formado por universitários. Do seu ponto de mendicância ele deveria ser encaminhado ao Centro de Triagem de Mendigos, órgão da Secretaria de Cultura e Promoção Social, para os serviços rotineiros de assistência, como higiene, alimentação e medicação(137). No ano seguinte, em 1978, a sistemática de assistência já apresentava características completamente outras. A situação da pobreza mendiga já não queria conter nenhuma ambiguidade sobre ser um problema da alçada de Deus, dos governos ou de ambos: era dali em diante uma questão puramente civil, da competência exclusiva dos órgãos governamentais. A caridade cristã que fosse feita à parte, a seu próprio modo. Naquele ano, queixando-se das dificuldades enfrentadas, entre as quais a falta de um prédio que servisse como albergue noturno para abrigar os mendigos(138), o Programa contou com a colaboração dos grupos da Campanha da Fraternidade, cujo tema de mobilização era 'Trabalho e Justiça para Todos'. Mas quando chegou a seca de 1979 - que se prolongou até 1983 - os problemas de sempre se acentuaram e a ação assistencial do Estado não podia mais ser protelada diante da evidência do inquestionável problema social. Fizeram-se algumas reformas administrativas e agora o atendimento ao mendigo saíra do birô da Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, estando a cargo da Fundação do Serviço Social do Estado do Ceará - Funsesce. Funcionava no mesmo prédio da velha Hospedaria Getúlio Vargas, que para esse fim sofrera uma reforma, e não mais se chamava Centro de Triagem do Mendigo, mas Centro de Reintegração Social. O novo Centro definira que a partir dali seu alvo eram os 'mendigos visíveis' - "atender o carente não é nosso objetivo"(139), explicava a assistente social

encarregada - e sua finalidade era "desenvolver e orientar programas promocionais junto a mendigos, estimulando-os a se engajarem no processo de reintegração social"(140). O que poderia significar aquela expressão 'reintegração social'? Quanto de desejo, de inocência, ou de ignorância, ou de má fé? Mas era o propósito que conformava a ação diária dos servidores do Centro, a partir de uma base considerada plenamente legítima e factível: todo mendigo recolhido era submetido a uma profissionalização(sic) visando o mercado de consumo(sic), que se aplicava à confecção de artefatos de tecidos - como colchas, almofadas, bolsas e sacolas - feitos com pontas cedidas aos mendigos pelas indústrias têxteis de Fortaleza, durante os cursos que eram ministrados no próprio Centro. E para aqueles egressos do interior, uma atividade especial que combinava com suas aptidões camponesas, qual seja, um projeto de horticultura na ampla área em torno do Centro, que o abasteceria, e cujo excedente seria levado para a comercialização. Só depois de engajado na família ou em alguma atividade produtiva é que o mendigo era desligado do órgão(141). Os idealizadores do projeto, porém, deviam conhecer as insanáveis contradições que minavam seus planos de transformar os mendigos em produtores profissionalizados voltados para o mercado de consumo, não só relativas ao próprio mercado e suas leis de competição, mas também por uma razão de natureza antropológica elementar: o fato de que os mendigos vinham de uma convivência diária com a população e não seria possível retirá-los de vez da rua. Por isso idealizaram uma forma de mantê-los vinculados ao público, assim como produtivamente ocupados, através da venda de café ou pequenos objetos - por sinal, um antigo anseio deles, talvez um primitivo anseio, desde os tempos em que mendigos e mascates se misturavam, compartilhando a praça, a língua e os costumes. O problema é que tal alternativa batia de frente com o problema já enfrentado pelos vendedores ambulantes. De que modo poderia a Prefeitura autorizar o comércio aos mendigos se não o fazia para os

biscateiros? Abria-se uma fenda na ação institucional de assistência oferecida pelo Estado . . . diante de seu efetivo interloculor, sua excelência o Mercado. Fazer o quê? E mais uma vez fazia-se um apelo à sociedade, esta sim, a verdadeira responsável pela persistência dos mendigos. Afinal, por que as pessoas haviam de manter sempre o velho e prejudicial hábito de dar esmolas? Era aí que residia o problema, nesses residuais sentimentos cristãos que estavam sempre atrapalhando a emancipação dos homens pobres. A coordenação do Centro sugeria à comunidadede que canalizasse para ali as suas doações, onde se faria um uso adequado delas, *"ao contrário do mendigo* - dizia-se entre as coordenadoras - *acostumado a pedir e que, muitas vezes, gasta o dinheiro ganho em bebidas alcoólicas"*(142). E mais uma vez se retomou a campanha contra a doação de esmolas em Fortaleza - o lema agora era *"Vamos salvar o mendigo"* - que pretendia abranger colégios, clubes de serviços, indústria e comércio, através de palestras, cartazes, versos de cordel etc. Fora dos motivos religiosos, a campanha era agora tratada em outros termos, solicitando assim à população: *" em vez de oferecer qualquer quantia em dinheiro a um mendigo, que não vai resolver a situação deste, envie sua colaboração para a sede do Centro de Reintegração Social, na rua Olavo Bilac, antiga Hospedaria Getúlio Vargas, onde está sendo desenvolvido um trabalho em prol da reintegração do mendigo, e onde há condição de se prestar uma assistência completa"*(143). Paradoxalmente, à mesma sociedade fazia-se o apelo que comparecesse com trabalho voluntário, ajudando na ação de assistência: *"As pessoas que queiram trabalhar como voluntárias, que se dirijam ao Centro de Reintegração Social onde poderão tomar conhecimento do trabalho ali desenvolvido e se integrarem à equipe. Estas voluntárias serão mobilizadas para um trabalho de recreação junto aos filhos dos mendigos que participam dos grupos de produção"*(144). Quer dizer, mesmo independente da instituição religiosa, a assistência prestada pelo poder público continuava impregnada de

ambiguidades. Algum dia conseguiríamos tê-la limpidamente como um direito civil?. A bem da verdade, o Estado brasileiro, de um modo geral, nunca desenvolveu uma tradição de responsabilidade na área social, como direito de cidadania, preferindo habitualmente deixar que a própria sociedade tomasse lá suas iniciativas de solidariedade, o que, felizmente, não nos faltou. Aliás, pode-se até dizer que a tivemos evoluindo para as formas de reivindicação de atendimento governamental aos pobres, e - quem sabe, muito mais do que isto - estimulando o sistema social e político a assimilar as lutas que serviriam para ampliar o próprio conceito de cidadania em anos posteriores. A 'operação recuperação' - como se denominava o procedimento da ação assistencial do Centro de Reintegração Social - começava fazendo o recolhimento de todos os mendigos da cidade e, após uma triagem, prestando-lhes a devida assistência. Oferecidos os primeiros serviços - higiene, medicação, alimentação, orientação psicológica etc. - a providência seguinte era cadastrar o mendigo e fornecer-lhe um cartão, o que promovia um vínculo constante com a instituição, possibilitando a manutenção da assistência. Não era simples a definição operacional de 'mendigo visível', principalmente em período de seca, mas esse critério, juntamente com o fornecimento de um cartão de identificação, já demonstrava uma tentativa mais racional de institucionalização da assistência social. Entretanto, se naquele momento essa ação já era mais ou menos claramente reconhecida como tarefa técnica do governo, por outro lado não se desprendera ainda do caráter autoritário do mesmo - ao contrário, reforçava-o(145) - o que se revelava não só no discurso oficial que a explicava, como principalmente na execução das tarefas que a compunham. A primeira destas tarefas, o recolhimento dos mendigos, por exemplo, era feito em forma de 'blitz', como qualquer operação policial, por pessoal treinado da Secretaria de Segurança Pública, em carros do Detran e da própria Secretaria de Polícia, ou em ambulâncias do Instituto José Frota. Realizava-se

periodicamente mas nunca de forma sistemática ou em data prevista, justamente para evitar que os mendigos se escondessem a fim de não serem recolhidos. A avaliação técnica desta ocorrência era de que resistiam ao recolhimento apenas os mendigos profissionais; os outros, *"os mendigos ocasionais, dão é graças a Deus quando são recolhidos"*, dizia Maria Nazaré Barros, uma das coordenadoras do Centro(146). Contudo, o próprio Centro reconhecia que era muito mais demorada a reintegração daqueles mendigos, porque tornava-se muito difícil convencê-los a trabalhar para receber um salário mensal de apenas quatro mil cruzeiros, quando já estavam habituados a faturar mais de trinta mil com as esmolas(147). Como analisa Aldaíza Sposati(148), a mediação dos serviços públicos tem papel relevante para os espoliados, significando muitas vezes o fim da purgação a que são sujeitos em sua situação de vida, mas a presença dos mesmos não significa necessariamente a ruptura com a situação política de subalternidade, pois, ao invés de consolidarem direitos, esses serviços são, via de regra, operados como favores fugazes do Estado aos mais espoliados. Aqueles mendigos que o dissessem!. E por isso se escondiam, ah, como se escondiam. Mas como dizia a superintendente da Fundação do Serviço Social do Estado do Ceará, Idelzuite Carneiro, o problema não era recente e nem fácil de ser resolvido. A Funsesce, segundo ela, vinha fazendo um trabalho muito importante com o objetivo de livrar a cidade da presença dos pedintes, um trabalho que pretendia não apenas limpar as ruas, como também dar condições para que o elemento se enquadrasse dentro da sociedade(149). Ruas limpas. Elementos enquadrados. Muito bom. Mas havia um problema, uma pedra no sapato. Primeiro era que a seca evoluia já para o quinto ano e a cidade não parava de receber os agricultores de todo o sertão. Chegavam empoeirados nos trens, nos ônibus e nos caminhões. Em cada dobra de rua estava lá um magote com a mão estirada. Fediam a sol. De que jeito podia limpar? Nesses anos 80 eram poucas as ilusões de que

fora do Ceará seria possível escapar. Também não havia nenhuma grande obra para onde o governo pudesse mandar as carradas de matuto, como tantas vezes já fizera. Tempos de recessão, de desemprego. E aqui uma longa seca de cinco anos. Os que não morreram - e diz que foram muitos, tantos que se pegou a chamar de Genocídio do Nordeste, um número em torno de 700.000 pessoas mortas de fome e de fraqueza naquele

período de 1979 a 1983(150) - foram se espalhando pelas periferias urbanas resistindo como fosse possível. Mas diz que, apesar da vida miserável - é como conta Irmã Cleide Fontes, da Pastoral da Diocese de Crateús, deste Estado do Ceará - o povo insistiu com coragem nas ruas, nas repartições municipais, exigindo emprego e comida. Quando as autoridades não o recebiam, procurava armazéns e mercados, lançava mão daquilo a que tinha direito. Muitos resistiram à morte através desses atos, dos gestos de solidariedade e partilha fraterna de muitos irmãos(151). Sei é que o governo do Ceará precisou ampliar mais a sua definição de categorias despossuídas que devia assistir. Veio então a CAGES - Coordenadoria de Assistência a Grupos Especiais - que abrangia desde cegos, presidiários, custodiados, mendigos e migrantes. Estes últimos eram os 'visitantes ilustres', recepcionados em dois postos de atendimento, um na Rodoviária de Fortaleza, e outro na Estação Central da Rede Ferroviária. Estavam a um passo da 'mendicância ocasional' e a dois da 'mendicância profissional' e era preciso ampará-los antes que perdessem a vergonha e caíssem no vício. Por isso, duas vezes por dia, às dez horas da manhã e às quatro da tarde, um veículo do Centro de Reintegração Social os transportava daqueles pontos de desembarque diretamente para o Centro, a sempre Hospedaria Getúlio Vargas. Lá eles eram cadastrados e encaminhados para a resolução de seus problemas(152). Não sei muito bem como, não sei que tipo de resolução, se no último ano antes de vir a seca, em 1978, ao cadastrar 103.761.185,2 ha da área total de 154.227.100 das terras nordestinas, o INCRA

encontrara resultados que davam conta da nossa grande concentração fundiária. Os dados eram estes(153):

Minifúndios	14.231.327,1 ha
Empresa Rural	3.048.345,0 ha
Latifúndio por exploração	71.673.726,6 ha
Latifúndio por dimensão	9.343.627,1 ha
Outros	5.428.159,4 ha

E como diz Daniel Rech(154), Assessor Jurídico da CPT Nacional, concentração é muito mais do que uma categoria espacial: corresponde a um processo político no qual uma classe assalta a outra com as bênçãos do Estado e de seus aparelhos. Pois assim, que solução haveria para os problemas daqueles pobres? Corria uma idéia desde aquela ocasião quando se começou a questionar o mal causado pela doação de esmolas, e que cada vez se aperfeiçoava mais: era a de que a reintegração social deles seria feita através do mercado - de trabalho e também de produção. O jornal noticiava assim: "A VITÓRIA NO MERCADO DE TRABALHO. São promovidos cursos profissionalizantes para especialização em couro, palha, rede e pequenos trabalhos artesanais. É importante ressaltar que essas pessoas não têm nenhuma qualificação profissional. Como fruto desses cursos, a Funsesce concedeu 41 créditos rotativos aos mendigos para que montassem pequenos negócios. Foram lançados no mercado de trabalho 70 mendigos que fizeram os cursos profissionalizantes"(155). Veja que durante o período em que se preparavam para a vitoriosa entrada no mercado, eram assistidos por uma bolsa de trabalho, recebendo uma quantia em dinheiro ao final de cada dia. Já profissionalizados, a Funsesce não só financiava o material de trabalho - que após um certo período de carência era devolvido em parcelas minímas, evitando que assim o crédito se transformasse em esmola - como também

comprava toda a produção(156). Dessa política é que vinha a indicação dos coordenadores da CAGES no sentido de que a população, ao invés de dar esmolas, adquirisse os trabalhos feitos nas oficinas do Centro de Reintegração Social expostos nas feiras de artesanato do bairro de Fátima e da Praça Portugal(157). Mas, vai ver, houve algum problema com essa ação de enquadramento social pela via do mercado(158), vai ver o espaço era por demais estreito, ou já estava ocupado por grandes fabricantes, profissionais especializados, enfim. O fato é que a ação da CAGES teve de ser ampliada a outros grupos, porque cada vez aumentava o número e a variedade daqueles que era preciso enquadrar. Uns eram os cegos. Essa clientela tendeu muito a aumentar, pois no período da seca se agravavam os problemas de desnutrição das pessoas, a ponto de comprometer seriamente seus tecidos oculares. Constatou-se que nessa época, inúmeros eram os casos de 'cegueira noturna' entre jovens e adultos durante meses e meses(159). Outro grupo eram os dos presidiários, uma vez que a humanização dos presídios compunha outra importante tarefa da CAGES. No antigo presídio do Amanari, depois Colônia Agrícola São Miguel, foi inaugurado o Centro de Recuperação Luiza Távora, assim como também foram implantadas atividades agrícolas, como cultivo de milho, feijão, algodão e horticultura. E para o Instituto Penal Paulo Sarasate foram designadas pela Funsesce quatro assistentes sociais, uma estagiária e dois técnicos de esporte, no sentido de proporcionar toda a assistência social e de lazer. Também estavam sendo instaladas algumas indústrias - de móveis, de colchões, cerâmica e olaria. No presídio feminino instalava-se a indústria de confecções. Como se vê, todo o espírito da assistência estava voltado para o trabalho, inclusive, também nos presídios foram implantados cursos profissionalizantes. A Coordenadoria de Assistência a Grupos Especiais queria com isso oferecer aos presidiários condições de uma especialização para quando saíssem do presídio(160). Mas quão difícil era aquela tarefa! Ah, sem dúvida. E a clientela

também! Imagine você que os detentos do IPPS fizeram uma greve de fome e pararam toda a produção da fábrica de rede que também existia lá dentro. Sim, da fábrica Luiza Távora. Uma fábrica que já produzira, só no ano de 1980, 19.515 redes, produção totalmente comercializada e cujos lucros haviam sido revertidos aos próprios presos. Pois eles reclamaram da alimentação no presídio e pararam a fábrica(161). Mas justiça seja feita, de uma coisa ninguém pode acusar as autoridades governamentais: tanto para os pobres quanto para os ricos elas sempre estabeleceram a mesma lei, que é a lei de mercado. E isso dentro da proporcionalidade certa, destinando aos ricos um mercado rico, e aos pobres, um mercado pobre. O problema é como diz a dra. Celene, assistente social da Coordenadoria, *"é devido esses presidiários, mendigos e deficientes se sentirem marginalizados, e normalmente o são, pela sociedade e pela família, já criando dentro deles um espírito de inferioridade que dificulta o relacionamento."*(162). E em razão desta e de outras dificuldades - entre as quais a deficiência quantitativa(sic) da equipe, a escassez de verba para a aquisição de passagens que normalmente eram fornecidas aos migrantes para que voltassem às suas cidades de origem, assim como a execução de obras de restauração do prédio do Centro de Reintegração, a velha Hospedaria Getúlio Vargas, em razão do que até mesmo o posto médico teve de ser desativado, e, finalmente, o acúmulo de doentes e demais mendigos que lotaram a casa - viu-se suspenso o trabalho de assistência(163). Nenhuma novidade. Como afirma José Álvaro Moisés: *"os serviços de assistência social, mais do que reconhecer direitos de cidadania, (continuam) trabalhando com a velha concepção segundo a qual aos pobres cabe atendê-los circunstancialmente, mas nunca enfrentar as raízes que geram a sua própria situação"*(164). E quando, de circustância em circunstância, chegamos aos anos 90, outra vez abertos numa seca (que durou até 1993), éramos já totalmente modernos. Conta-se de uma grande batalha havida aqui, no ano de

1985, contra a dinastia dos coronéis, a partir da qual tudo mudou. Tanto que daí em diante o governo do Ceará era também o 'governo das mudanças', como se fosse um Ceará de antes e outro de depois. Diz que o assistencialismo foi uma das coisas que ficou no passado. O que tinha de ter agora era cada pessoa participando diretamente da construção de seu futuro - ser um cidadão(165). A ação do governo era no sentido de apoiá-las nesse empreendimento, contribuindo para a geração dos mecanismos de ocupação e renda. A assistência social ficou restrita aos indivíduos comprovadamente impossibilitados ao trabalho. Para estes, agora denominados os 'clientes' - (e que eu me pus a chamar os **mendigos de abrigo**) - a Secretaria do Trabalho e da Ação Social destinou a Unidade de Abrigo, lá no local da velha Hospedaria Getúlio Vargas. Inclusive as crianças não mais esperavam a morte para comer pão no céu, como as de antes, ao descobrirem a capital moderna e suas padarias: "*lá no sertão não tem água e nem comida. Aqui é melhor. A gente pede pão na padaria e às vez dão*"(166). Logo na seca de 1987, o Governo das Mudanças criou o Projeto São José, na verdade uma reforma daquele PAPP - (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor), para mandar uma chuva esparsa de dinheiro - 40 mil reais no máximo - caído diretamente sobre as comunidades dos sertanejos, que para recebê-lo deviam formar uma associação de pequenos grupos, fosse de pequenos produtores rurais, de pescadores, de artesãos, de donas de casa, de mães, de pais, de jovens, ou outro grupo de pessoas, desde que reunidas em torno de um objetivo comum(167). Isso para que o matuto não ficasse só a esperar o inverno que São José sempre mandava avisar se vinha ou se não vinha, justo no dia 19 de março, o seu dia. Através do Projeto São José a comunidade podia desenvolver uma grande variedade de negócios. No setor produtivo, por exemplo, podia abrir uma olaria, uma casa de farinha, uma pequena indústria artesanal. O Projeto também permitia que fosse proposto o desenvolvimento da oferta de serviços

essenciais, como educação e saúde para a comunidade, mediante reforma ou ampliação de escolas, creches, postos médicos e compra de equipamentos, desde que não pertencesse à rede pública municipal ou estadual. E caso interessasse à comunidade, também podiam ser encaminhadas propostas de ações para atender à infra-estrutura, como oferta de água potável ou eletrificação para a produção(168). A novidade do Projeto São José, ressaltada pelos servidores responsáveis por sua execução, reside no fato de que ele obriga à associação comunitária dos interessados, o que - no entendimento daqueles técnicos - coloca a assistência pública em outro patamar político. Do ponto de vista econômico, porém, é provável que daí não surja um nível de acumulação capaz de fazer face à concentração capitalista no campo. Tanto é assim que, mesmo com aqueles pobres sendo transformados em empresários, a seca de 1990 foi só o mote para que aparecessem aos bandos pedindo esmola a um e a outro. Aí o governo criou um outro programa de geração de ocupação e renda, destinado a desempregados e subempregados sem nenhuma forma de organização. Este é afeto não mais ao âmbito do planejamento, mas da ação social, sendo executado pelo Departamento de Atividades produtivas da Fundação da Ação Social. Seu valor não ultrapassa dois mil reais para o financiamento de pequenos negócios, tais como confecção, artefatos em couro ou alumínio, produção de alimentos, fabricação de produtos de limpeza, marcenaria, serralheria, pesca etc. Mas persistiam aqueles pedintes contradizendo o caráter moderno, manchando o novo perfil econômico e social do Ceará. A capital já se transformara na meca turística do Nordeste, quiça do mundo. mas era também a terceira cidade brasileira em número de favelados - 313 núcleos de miseráveis e uma população de 544.730 famílias em extrema carência, significando 30,4% da poulação, segundo dados do IBGE, de 1991(169). Foi aí que o governador muito se incomodou: afinal como compatibilizar características tão díspares? Era o auge da seca, o ano de 1993,

e as ruas exibiam sem nenhum pudor a cara daquela cifra. Os 'mendigos sazonais', como eram chamados pelos assessores governamentais, ocupavam as esquinas da Aldeota principalmente, lugar de rico mercado, plantados cardeiros espetando a sensibilidade dos (infelizes?) motoristas. Conta um mendigo que tinha deles que, quando

paravam no sinal, dentro daqueles carros bonitos, quando viam os pedintes baixavam a cabeça na direção como se estivessem dormindo. Às vezes o sinal abria e eles estavam lá com a cabeça enfiada(170). Não era para um governo desse tomar uma atitude? Pois aí o governador mandou retirar todos aqueles homens e meninos de sob os sinais de trânsito no cruzamento das grandes avenidas, mandou chamar o prefeito da cidade deles, que espantasse, que desse seu jeito. Que jeito? O prefeito deles perguntou. Desse seu jeito. Aí o prefeito viu uma idéia luminosa brilhando na sua mente, luminosa como o raio ardente do sol da seca quando batia no ferro do trilho de trem abandonado há anos, desde o tempo em que não teve mais algodão para transportar e ele não tinha de onde tirar recursos. Já sei - saltou o prefeito - diga lá para o governador que mande instalar um sinal de trânsito em Miraíma! Dir-se-á no futuro - e não terão sido os cínicos, nem os subversivos - que os anos 90 abriram um novo mercado, como já agora anuncia a imprensa do Ceará nesta chamada de matéria: MIRAÍMA EXPORTA PEDINTE PARA AVENIDAS DA CAPITAL(171). Um mercado ao contrário, avesso, fruto de uma des-produção, como explica Manoel Alves, agricultor sem-terra, pai de quatro filhos menores: *"além do mais, os serviços que estão sendo feitos não têm futuro, os açudes e cacimbas são todos nas terras de proprietários, a gente faz um açude e quando ele tiver água o dono não deixa a gente pescar nem uma piaba"*(172). Pois fazia para mais de dez anos que aquele mercado existia. Começara mesmo na seca de 1979-1983, consolidando-se mais na de 1990-1993. Tinha já, inclusive, uma marca - era o 'pombal', e seus praticantes os 'pombalinos' - porque se caracterizava por

uma rotina de arribação semanal, ou quinzenal. É o tempo de juntar alguns quilos de mantimentos e dinheiro - 'mercadoria' e 'diária', como eles próprios chamam, adequando com naturalidade a linguagem do mercado - levar para a família no interior e retornar para mais uma estadia. Aqui, como se fora uma atração atávica, uma ligação indestrutível e remota, o eco inolvidável do tempo, arrancham-se em três depósitos

de material de construção, todos situados em torno da estação de trem de Álvaro Weyne, nas proximidades da velha Hospedaria Getúlio Vargas . . . A tendência desse 'mercado' é crescer, não só em número de pedinte exportado - conforme declarou Raimundo Matias, 37, agricultor do distrito de Brotas, em Miraíma, 'mendigo sazonal' desde 1993, *"a firma é grande e cabe todo mundo"*(173) - mas numa nova qualidade. Inclusive, incorporando elementos da cidade, os

falsos retirantes, que assim se travestem porque já descobriram o filão, e estão explorando a boa fé dos fortalezenses, segundo Sâmia Benevides, da Divisão de Estudos e Informação, da Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social - são os moradores das favelas que há muito tempo já não têm ligação com o interior, se misturam aos flagelados e até respondem como estes(174). O agricultor Raimundo Miguel da Mota, um exemplar original, diz-se decepcionado com a gente que se aproxima dele perguntando de onde ele veio e querendo saber como é a vida lá para responder a mesma coisa quando lhe perguntam. De acordo com Raimundo, os homens se misturam porque assim ganham mais dinheiro(175). Por seu lado, o agricultor do município de Santa Quitéria, Antônio José de Mendonça, acompanhado da mulher e cinco filhos, demonstra o que já aprendeu na cidade: "*Agora, eu fico mais distante da mulher, que fica com uma parte dos meninos. Desse jeito o ganho é melhor*"(176). Realmente, como diz Raimundo, uma vantajosa mistura que os leitores vão querer saber a composição. É o que eu estou pelejando para

mostrar nesta narrativa que vos faço. Se vossa paciência ainda não esgotou, concedei-me só mais uma ou duas partes, por favor.

REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

(1) Depoimento recolhido em vídeo pela produtora Olhar Eletrônico-Instituto Itapu de Cultura - "Do outro lado da rua", São Paulo, 1992.

(2) "(...)Centenas de famílias vivem aqui com os recursos que o Amazonas envia todos os annos e esse dinheiro se distribue no commercio. Tendo faltado, por completo, este anno, o manancial da borracha, isto, por si só, influiria para a grande crise q'está havendo. Accrescente-se a isso os prejuizos com a criação que começou a morrer desde dezembro por falta de chuvas, as perdas da lavoura e o panico que em seguida se estabeleceu, e a conclusão a tirar só pode ser de que o Estado navega em pessimas agoas". Jornal Unitário, Fortaleza, 26 de março de 1908. Em pesquisa recente sobre a migração, Juraci Maia Cavalcante constatou o mesmo processo de circulação de dinheiro, que os migrantes cearenses mandam de São Paulo para suas familias no interior, através dos serviços do Correio e do sistema bancário.

(3) Citado em Joaquim Alves - História das Secas (séculos XVII a XIX), Fortaleza, Edições do Instituto do Ceará, 1953.

(4) MARTINS, José de Souza - A Chegada do Estranho, São Paulo, Hucitec, 1993. Em "Tempo e linguagem nas lutas do campo", refere-se à memória como acumulação de experiência e de informação, energia, projetos e possibilidades.

(5) ALVES, Joaquim - História das Secas (séculos XVII a XIX) - ob.cit.

(6) STUDART, Barão - Datas e Fatos para a História do Ceará, Fortaleza, Tipografia Studart, 1869.

(7) PINTO, Irineu Ferreira - "Datas e Notas para a História da Paraiba - I Vol. Imprensa Oficial, Paraíba do Norte, 1908.

(8) NOVAIS, Fernando A. - Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), São Paulo, Hucitec, 1979.

(9) MARX, Karl - O Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

(10) CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly - A Seca e os Movimentos Sociais, Coleção Mossoroense, Série C, Vol. DOC, 1991.

(11) TEÓFILO, Rodolfo - A Seca de 1915, Fortaleza, Edições UFC, 1980.

(12) O pensamento de Francisco de Oliveira, principalmente expresso na obra A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, São Paulo, Estudos Cebrap 2, Out/1972, traz as indicações para a resposta à essa questão. Para ele, a contribuição fundamental que a economia de base agrário-exportadora presta à expansão capitalista se dá no fato de que esta se compõe de um "complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia", o que se viabiliza pelo congraçamento de uma oferta generosa de três fatores: a mão de obra, a terra e o Estado viabilizando o encontro dos dois (terra e trabalho) através da construção da infraestrutura. O autor lança mão do conceito de 'acumulação primitiva' em Marx para caracterizar essa forma de expropriação

camponesa, estabelecendo, porém, uma redefinição: em primeiro lugar, no nosso caso não se trata de expropriar a propriedade da terra, mas sim o excedente que se forma pela posse transitória da mesma; e, em segundo lugar, é um modo de acumulação de natureza estrutural e não apenas genética, posto que não se dá apenas na gênese do capitalismo. Ao contrário, é ele próprio um capitalismo que "cresce por elaboração de periferias". Desse modo, passa a ser justamente o mecanismo mais adequado ao processo de acumulação e concentração da riqueza, agora centrado numa base urbano-industrial nucleada no sudeste, uma vez que à pouca produtividade do setor agrícola vai corresponder a maior produtividade da indústria, escondendo sob a aparente dualidade de setores tidos como 'primitivo' e 'moderno' uma dialética 'combinação de desigualdades' (conforme expressão de Trotsky). Essa relação é que possibilita o crescimento industrial e de serviços, por um lado incrementando o 'exército industrial de reserva' das cidades, e por outro, favorecendo a reprodução da força de trabalho urbana, ao fornecer excedentes alimentícios obtidos a baixo custo.

(13) LEMENHE, Auxiliadora - "A economia pastoril e as vilas coloniais", Revista de Ciências Sociais, No.13, Fortaleza, UFC, 1982.

(14) FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

(15) MENDES, Lamartine - "O Seringueiro", Jornal O Povo, 23 de outubro de 1943.

(16) GIRÃO, Raimundo - História Econômica do Ceará, Instituto do Ceará, Fortaleza, 1947.

(17) BARROSO, Gustavo - Terra do Sol, Rio de Janeiro, Benjamin Aguilar, 1913.

(18) PINHEIRO, Francisco José - A organização do mercado de trabalho no Ceará (1850-1880), Tese de Mestrado, Recife, 1990.

(19) Para o Brasil como um todo, no período de 1861 a 1870, o algodão figura em 2o. lugar na pauta de exportação brasileira, sendo esta, porém, uma situação efêmera. O impulso posterior se deveu ao mercado interno, com a expansão da indústria têxtil no país. Neste século, os dados são os seguintes: nos anos 1925-1929, a participação do algodão na exportação brasileira é de 2,1%; nos anos 1935-1939, passa para 18,6%. No período que vai de 1929 a 1940, a participação do Brasil na área plantada de algodão, em todo o mundo, cresceu de 2% para 8,7%. Dados apresentados em FAUSTO, Boris - História do Brasil, São Paulo, Edusp, 1995.

(20) TEÓFILO, Rodolfo - História da Secca do Ceará, ob. cit.

(21) ALEGRE, Sílvia Porto - Arte e Ofício de Artesão - história e trajetória de um meio de sobrevivência, Tese de Doutorado, USP, 1987.

(22) PINHEIRO, Irineu - O Cariri - seu desenvolvimento, povoadores, costumes, Fortaleza, 1950.

(23) ALEMÃO, Freire - Os manuscritos do botânico Freire Alemão, Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional, 1964.

(24) Depoimento dado no I Encontro de Dirigentes Sindicais - Fetraece, Maio/1980.

(25) Jornal O Retirante, Fortaleza, 20 de novembro de 1876.

(26) PINHEIRO, Francisco José(ob.cit.)

(27) No romance A FOME, obra naturalista de Rodolfo Teófilo, cujas cenas, segundo ele mesmo, são cópias fiéis do original, um capítulo é inteiramente dedicado à descrição do comércio de escravos no Ceará.

(28) TEÓFILO, Rodolfo - História da Secca do Ceará(ob.cit.)

(29) Jornal O Retirante, Fortaleza, 20 de outubro de 1876.

(30) Jornal O Retirante, Fortaleza, 21 de fevereiro de 1877.

(31) MARTINS, José de Sousa - "Antropologia e barroco na cultura latino-americana", in A Chegada do Estranho, São Paulo, Hucitec, 1993.

(32) POLANYI, Karl - La grand transformación - los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo, México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

(33) PONTE, Sebastião Rogério - Fortaleza Belle Époque (1860-1930), Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1993.

(34) Epidemias ocorridas no Estado do Ceará - Jornal O Povo - Fortaleza, 06 de junho de 1995.

Ano	Doença	Nº de mortos
1617	Varíola	*
1622	Varíola	*
1791	Impaludismo	*
1824-25	Varíola	1/3 da População
1851	Febre Amarela	503 pessoas
1877-78	Varíola	50 mil pessoas
1900	Peste Bubônica	*
1919	Gripe Espanhola	*
1938	Malária	*
1992-93-94	Cólera	45 mil - 380 mortes
1994	Dengue	800 mil

* Dados não disponíveis

Fonte: "História da Saúde Pública no Estado do Ceará" - José Policarpo Barbosa.

(35) TEÓFILO, Rodolfo - História da Secca do Ceará, ob. cit.

(36) Cálculo feito conforme tabela apresentada em A História da Secca do Ceará, de Rodolfo Teófilo.

(37) Citado em AZEVEDO, Jandira Carvalho - Histórico da Rede de Viação Cearense, Fortaleza, 1959.

(38) 'Exposição de Motivos' - Engenheiro Chefe de Tráfego, no ano de 1925, cit. em AZEVEDO, Jandira Carvalho, ob.cit.

(39) Essa situação ilustra muito bem o que Francisco de Oliveira, trata teoricamente como sendo o 'Estado oligárquico' ou 'Estado capturado pela oligarquia', em Elegia para uma Re(li)gião - Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classe, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

(40) MARTINS, José de Sousa - "A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção", in Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, vol.5, no.1-2, 1994. Analisa o fenômeno extra-sensorial da visão do demônio na Cerâmica São Caetano, em 1956, por parte das operárias de um dado setor, como sendo a invocação do imaginário arcaico para explicar/resistir à tensão entre padrões tradicionais e a racionalidade técnica do trabalho fabril. Não sendo o caso de uma análise aprofundada do episódio 'choro do santo' aqui relatado, creio poder sugerir que a leitura sociológica do mesmo remete para uma situação semelhante de tensão entre o velho e o novo, em que ainda se poderia acrescentar o sentimento de insegurança provocado pelo desconhecido, como pretendi demonstrar no texto.

(41) MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de - "O juiz e os meninos de Natal", Jornal O Povo, 21 de maio de 1995. Apresenta esta questão relacionando-a ao problema atual dos

'meninos de rua', concluindo que "o direito mais perfeito pode_tornar-se a injúria mais grave".

(42) Citado em PONTE, Sebastião Rogério(ob.cit.)

(43) Citado em CPT.CEPAC.IBASE(ob.cit.)

(44) Conforme Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1o. de julho de 1913, pelo Presidente do Estado Tenente Coronel Marco Franco Rabelo. Citado em PONTE, Sebastião Rogério(ob.cit.)

(45) CAMARGO, Aspásia - O Nordeste e a Política: diálogo com José Américo de Almeida, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

(46) Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Federal, Cap. Carneiro de Mendonça. 22/Set/1931-5/Set/1934. Imprensa Oficial do Ceará, 1936.

(47) Fala de José Américo de Almeida em entrevista a CAMARGO, Aspásia(ob.cit.)

(48) OLIVEIRA, Francisco de - A Economia Brasileira - crítica à razão dualista, São Paulo, Estudos Cebrap 2, Out/1977.

(49) Denúncia sobre o Programa de Emergência de 1979, citada em VASCONCELOS - A Seca e os Movimentos Sociais(ob.cit.): "O preço médio da diária em Aracati antes da Emergência era CR$ 70,00 e com a Emergência passou a CR$ 54,00". A autora observa que a avaliação da injustiça tem por parâmetro a própria legislação fixada pelo Estado que estabelece salário mínimo reajustável semestralmente em função das taxas de inflação.

(50) Fala de dona Fransquinha, mendiga do sertão, protagonista nesta pesquisa.

(51) I Encontro de Dirigentes Sindicais, Fetraece, Maio/1980.

(52) Até 1850 a exportação da borracha era insignificante. Na década de 1881-1890 figurou em 3o. lugar entre os produtos exportados brasileiros, com 8% - (o açúcar correspondia a

9,9%) - ocorrendo aí a formação de um pólo econômico regional, com o crescimento do Pará e de Manaus. Dados de FAUSTO, Boris(ob.cit.)

(53) VIEIRA, Maria do Socorro Gomes - O Soldado da Borracha - discurso da migração numa economia de guerra, Monografia de Bacharelado, UFC, 1993.

(54) O Estado, 17 de Maio de 1943. Cit em VIEIRA, Maria do Socorro(ob.cit.)

(55) O Povo, Julho/1943, cit. em VIEIRA, Maria do Socorro(ob.cit.)

(56) JUCÄ, Gisafran Nazareno Mota - "Verso e Reverso do Perfil urbano do Recife e de Fortaleza(1945-1960)", Tese de Doutorado, USP, 1993.

(57) Idem

(58) Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual do Ceará, em 15/03/1952, pelo Governador do Estado, Dr. Raul Barbosa, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1952.

(59) Idem

(60) Idem

(61) Idem

(62) Jornal O Povo, 27 de fevereiro de 1948.

(63) JUCÁ, Gisafran N. Mota(ob. cit.).

(64) Jornal O Povo, 23 de julho de 1949.

(65) A hipótese de que há uma gênese comum, compartilhada principalmente através da linguagem, entre mascates e mendigos, é desenvolvida por Bronislaw Geremek, em Os Filhos de Caim - Vagabundos e Miseráveis na Literatura Européia (1400-1700), São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

(66) Jornal Tribuna do Ceará, 16 de julho de 1958.

(67) Jornal O Povo, 2 de julho de 1951.

(68) A expressão é de Francisco de Oliveira, em "Anos 70: as Hostes Errantes", São Paulo, Novos Estudos Cebrap, Vol.1, no.1, Dez/1981.

(69) Jornal O Povo, 6 de novembro de 1958.

(70) Jornal O Povo, 12 de novembro de 1958. Rio (Asapress), Jornal do Brasil.

(71) Tribuna do Ceará, 1o. de agosto de 1958.

(72) Jornal O Povo, 12 e 21 de junho de 1958.

(73) Jornal O povo, 8 de novembro de 1958.

(74) Jornal O Povo, 2 de julho de 1951.

(75) FERNANDES, Leopoldo - "Grito do pobre", Jornal O Povo 30 de julho de 1951.

(76) Idem

(77) Jornal O Povo, 11 de julho de 1955.

(78) Jornal O Povo, 9 de agosto de 1956.

(79) Correio do Ceará, 25 de agosto de 1956.

(80) Jornal O Povo, 11 de julho de 1955.

(81) Jornal O Povo, 20 de julho de 1954.

(82) Lei Municipal No. 810, de 24 de maio de 1954, citado em JUCÁ, Gisafram. Ob.Cit.

(83) Jornal O Povo, 31 de julho de 1951.

(84) Jornal O povo, 3 de julho de 1951.

(85) Francisco de Oliveira , em Elegia para uma Re(li)gião -ob.cit., demonstra que o planejamento se dá mediante o andamento e o estado da luta de classes no interior da estrutura do Nordeste algodoeiro-pecuário. Nesse caso, "a ação 'planejada' do Estado ocorre somente quando a luta de classes chega a um ponto de ruptura, em que não apenas a estrutura existente não tem mais condições de continuar a reproduzir-se, como se vê seriamente ameaçada pela emergência política dos agentes que lhes são contrários".

(86) Jornal O Povo, 21 de novembro de 1958.

(87) Jornal O Povo, 18 de junho de 1951.

(88) Revista Life, 10/07/1961, cit. em CARVALHO, Inaiá Maria Moreira - O Nordeste e o Regime Autoritário: discurso e prática do planejamento regional, São Paulo, Hucitec-Sudene, 1987.

(89) CARVALHO, Inaiá Maria Moreira - O Nordeste e o Regime Autoritário, ob.cit.

(90) A fala de José Américo de Almeida, in CAMARGO, Aspásia(ob.cit.) é ilustrativa da polêmica a esse respeito: (. . .) "Quando se criou a Sudene, Celso Furtado tinha a idéia de que a água não valia. Ele subestimava a água. Achava que a responsabilidade das crises do Nordeste era a superpopulação. Ele me procurava e eu dizia: 'Não, você não tem razão. Há uma área do Nordeste que só pode ser salva com água'. Depois ele foi lá, e eu disse: 'Agora mesmo eu acabei de saber que uma indústria de suco de caju do Ceará deixou de funcionar porque *não choveu na época própria'. Mas ele ainda assim achava que era a superpopulação. Quando há grandes safras, o que se verifica no Nordeste é a falta de braços para a colheita. Na Europa, por exemplo, as pessoas vão de um país para o outro fazer a colheita. Mas Celso Furtado achava que o açude não representava nada. Afinal, hoje ele deve estar convencido do contrário. A solução é a água, a açudagem".*

(91) Jornais O Povo e Tribuna do Ceará, 4 de junho de 1958.

(92) Trata-se da Profa. Ângela Therrien, da Faculdade de Educação da UFC, também assessora de movimentos rurais no Nordeste.

(93) Jornal O Povo, 6 de junho de 1958.

(94) Jornal O Povo, 21 de junho de 1958.

(95) ROUSSEAU, J.J. - "Discurso sobre a Desigualdade", em Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

(96) Jornal O Povo, 28 de julho de 1976.

(97) SCHWARZ, Roberto - "Uma geração que reinventou o Brasil", Folha de São Paulo, 8 de outubro de 1995.

(98) Idem.

(99) SOUZA, Herbert de - "A Campanha contra a fome na campanha eleitoral", Folha de São Paulo, 9 de setembro de 1994.

(100) Parecendo não reconhecer esse sentido ético, tem surgido entre os cientistas sociais uma certa decepção com o que chamam 'refluxo dos movimentos sociais' a partir da segunda metade dos anos 80, principalmente urbanos, em razão do cálculo custo-benefício, em que o resultado não pareceu muito favorável aos integrantes da luta social, ao perceberem que o saldo de suas mobilizações não apenas era pouco significativo, como se desfazia com o tempo, em meio às mudanças de governo, à inflação, ao abandono ou degradação dos serviços públicos. É o que Elimar Nascimento ("Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários", Anpocs, 1994) chama de 'espaço societal regulado', como sendo o resultado da incapacidade industrial de criar mais emprego - mesmo com o crescimento da produtividade e da produção - da menor permeabilidade do espaço de representação para os mais pobres, e da suspensão das políticas públicas por parte do Estado.

(101) OLIVEIRA, Francisco de - "As hostes errantes", ob.cit.

(102) Idem. Para este autor, a marcante tendência de piorar a distribuição de renda no Nordeste - (em 1972, 69% da força de trabalho urbana ocupada ganhava até um salário mínimo, segundo dados da PNAD) - é o resultado da conjugação de vários elementos: estruturação oligopólica, subsídios à formação de capital, elevação do patamar tecnológico das inversões, ampliação das fronteiras de recrutamento da mão de obra,

importação de capitais, tendência à permanência da população dentro da região e grande migração do campo para as cidades.

(103) Idem.

(104) Jornal O Povo, 3 de agosto de 1970.

(105) Idem.

(106) Jornal O Povo, 21 de agosto de 1970.

(107) Jornal O Povo, 26 de agosto de 1970.

(108) Jornal O Povo, 3 de agosto de 1970.

(109) Idem.

(110) CERQUEIRA, Paulo César L. - "A seca no contexto social do Nordeste", em O Genocídio do Nordeste - 1979-1983. Ob.cit.

(111) Idem.

(112) Sudene/Minter: Projeto Sertanejo, Recife, Sudene, 1977.

(113) CAVALCANTI, Clóvis - "O flagelo das secas nordestinas: condições sócio-econômicas observadas em 1979", cit. em CERQUEIRA, Paulo César - Ob.cit.

(114) Idem.

(115) CARVALHO, Horácio Martins de - "A ideologia do planejamento participativo", Salvador, Cadernos do CEAS, Abril/1987.

(116) Jornal O Povo, 4 de agosto de 1970.

(117) Jornal O Povo, 16 de agosto de 1970.

(118) CERQUEIRA, Paulo César L - "A seca no contexto social do Nordeste", ob.cit.

(119) Jornal O Povo, 10 de julho de 1976.

(120) Jornal O Povo, 18 de dezembro de 1981

(121) Jornal O Povo, 20 de outubro de 1976

Então o fim da história é mesmo aqui? Assim? Sem mais nenhum apelo? É. É aqui o último ato do drama, o derradeiro tranco do escorrego, aqui nesses velhos galpões reformados onde hoje funciona a Unidade de Abrigo, na Avenida Olavo Bilac-1280, e que era antes uma hospedaria gigante, muito conhecida do povo, com capacidade para receber até mil e duzentos migrantes. Sim, aquela chamada Hospedaria Getúlio Vargas, fundada no tempo da guerra, durante o primeiro governo daquele que lhe dá o nome. Na época de sua fundação, tinha por finalidade oferecer pouso provisório, na travessia daqui para o Norte, aos flagelados nordestinos que iam compor o 'exército da borracha' - não por coincidência também o 'exército da reserva'. Pois aqui eu vim assistir à última parte do drama em quatro atos, que passo agora a vos contar, protagonizados nessa ordem de sequência histórica:

1o. Ato - **Mendigos do Sertão**

2o. Ato - **Mendigos de Favela**

3o. Ato - **Mendigos da Rua**

4o. Ato - **Mendigos do Abrigo**

A Unidade de Abrigo é uma divisão operativa do programa de assistência social desenvolvido pelo governo estadual, que acolhe idosos e deficientes especiais abandonados, ou membros de famílias que não podem arcar com sua manutenção, oficialmente denominados de 'clientes'. A Divisão está ligada ao Departamento de Assistência Devida, da Secretaria do Trabalho e da Ação Social. Por si sós, todas essas denominações já dizem muita coisa, porque, como se sabe, a linguagem não é apenas uma questão de nome, é também de batismo, e é no batismo que se criam e se confirmam os sentidos e o poder que deles emana. Mas digo isso só de passagem, só porque é de chamar a atenção que a 'assistência devida' seja feita numa 'unidade de abrigo' por uma instituição que no nome é primeiro 'secretaria do trabalho' e depois 'da ação social' e que funciona no mesmo local

(121) Idem

(123) Idem.

(124) Jornal O Povo, 1o. de maio de 1977.

(125) Jornal O Povo, 28 de abril de 1981.

(126) Jornal O Povo, 4 de maio de 1981.

(127) Citado em DAVIS, Natalie Zenon - Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

(128) Jornal O Povo, 1o. de maio de 1977.

(129) Jornal O Povo, 19 de junho de 1977.

(130) Jornal O Povo, 1o. de maio de 1977.

(131) Idem.

(132) Idem.

(133) Jornal O Povo, 30 de julho de 1977.

(134) Jornal O Povo, 30 de dezembro de 1977.

(135) Jornal O Povo, 19 de março de 1977.

(136) Idem.

(137) Jornal O Povo, 30 de dezembro de 1977.

(138) Jornal O Povo, 8 de março de 1978.

(139) Jornal O Povo, 17 de abril de 1980.

(140) Idem.

(141) Idem.

(142) Jornal O Povo, 23 de março de 1980.

(143) Idem.

(144) Idem.

(145) Não é o caso, neste texto, de uma discussão sobre políticas sociais governamentais, mas é bom reconhecer que, entre estas, a de assistência social, como mostra Evaldo Vieira, em Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel, São Paulo, Cortez, 1983, "revela, em seu nível lógico e em seu nível histórico, as transformações havidas nas relações de apropriação econômica e no exercício da dominação política, presentes na sociedade brasileira".

(146) Jornal O Povo, 17 de abril de 1980.

(147) Tribuna do Ceará, 17 de janeiro de 1981.

(148) SPOSATI, Aldaíza - Vida Urbana e Gestão da Pobreza, São paulo, Cortez, 1988.

(149) Tribuna do Ceará, 18 de outubro de 1982.

(150) O Genocídio do Nordeste, ob.cit.

(151) Idem.

(152) Jornal O Povo, 23 de janeiro de 1981.

(153) RECH, Daniel - "O genocídio no meio de nós", em O Genocídio do Nordeste, ob.cit.

(154) Idem.

(155) Jornal O Povo, 23 de janeiro de 1981.

(156) Tribuna do Ceará, 28 de abril de 1981.

(157) Idem.

(158) Aldaíza Sposati, em Vida Urbana e Gestão da Pobreza, ob.cit., faz menção à oferta de "um serviço pobre para os pobres" referindo-se à obra do prefeito Reynaldo de Barros, de São Paulo, 1980-1983, desenvolvida na periferia da cidade. A má qualidade da construção das creches e dos conjuntos do Promorar apontada pela população era entendida pelo prefeito como ação de subversivos, pois a população pobre, acostumada a viver em chão de terra, não tinha desses luxos, como ele mesmo dizia. Semelhantemente, a

O Drama Em Quatro Atos

política do 'enquadramento social através do mercado' no nosso caso, seria algo como 'um mercado pobre para os pobres', em que, por um lado, o fracasso da experiência está já inscrito nas condições reais de falta completa de capacidade de competição, e, por outro lado, esse fracasso é entendido como sendo de responsabilidade pessoal do pobre.

(159) A 'cegueira noturna' foi um dos males identificados por ocasião da pesquisa de O Genocídio do Nordeste, ob.cit., e se caracteriza não pela perda total da visão, mas por um embaçamento que se acentua no final do dia, como uma das consequências da desnutrição.

(160) Jornal O Povo, 23 de janeiro de 1981.

(161) Idem.

(162) Idem.

(163) Tribuna do Ceará, 24 de junho de 1982.

(164) MOISÉS, José Álvaro no Prefácio a Aldaíza Spasati, Vida Urbana e Gestão da Pobreza, ob.cit.

(165) Secretaria do Planejamento e Coordenação / Diretoria de Programas Especiais - Projeto São José, Manual de Operações, Fortaleza, 1994.

(166) Declaração de André, mendigo de nove anos de idade. Jornal O Povo, 30 de dezembro de 1993.

(167) Projeto São Jose - Manual de Operações. Ob.cit.

(168) Idem.

(169) Jornal O Povo, 9 de junho de 1994.

(170) Fala de um 'mendigo sazonal' - Diário do Nordeste, 27 de setembro de 1995.

(171) Diário do Nordeste, 8 de setembro de 1993.

(172) Idem.

(173) Diário do Nordeste, 27 de setembro de 1995.

(174) Diário do Nordeste, 21 de agosto de 1993.

(175) Idem.

sobre tudo parou, é assim um tempo amplo, nem parece coisa de quatro anos ou nem isso, porque muitas das medidas são experiências de meio expediente. Vão ficando as estátuas dos gestores nos pátios, as placas de inauguração afixadas nas paredes. Olhe uma bem aqui na entrada da sala da administração:

Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social
Departamento do Serviço Social
Serviço de Recuperação do Mendigo
Centro de Triagem
Edifício Recuperado e Ampliado por iniciativa do
Governador
Eng. César Cals de Oliveira e do Secretário de Cultura,
Desporto e
Promoção Social Dr. Ernando Uchoa Lima
Inaugurado em 17 de outubro de 1972

Veja só! Naquele tempo a secretaria que cuidava dos mendigos era a de cultura, desporto e promoção social . . . Pois é, vai entender! Era preciso um estudo específico sobre os diversos sinais deixados pelos governos para explicar porque cada medida tomada parece conter a Obra completa e acabada, o Tempo todo poderoso do governador fulano de tal . . . O que não é o caso aqui. Depois que a Hospedaria Getúlio Vargas serviu aos fins para os quais foi construída, e desta vez sim, cumprindo totalmente seu destino que era ser ponto de apoio para a migração dos 'soldados da borracha', acabada a circunstância da guerra, ficou de pé aquele prédio e sua fama de inegável abrigo, enquanto os governos sucediam os

planos e as reformas para seu uso. Hoje ela está assim bem desfigurada do que era antes, não é mais aquela arquitetura homogênea parecendo um curral de gado mas que servia para arrebanhar gente. O prédio foi quase todo compartimentado e agora abriga outras atividades oficiais, como a Defesa Civil, o SOS Criança, esta Unidade de Abrigo. O resto são os velhos galpões em ruína. Mas tem uma unidade lá dentro, não digo no interior geográfico, mas lá dentro do sentido. Tudo aqui tem um jeito de despedida, de coisa perdida. Aqui parece o lugar do despejo, o campo da sucata, da inutilidade. Aqui a gente é como se encontrasse a própria impotência. Para onde se vira é deparando com a intransponibilidade. E foi de início um lugar de onde se saía para transpor!: a caatinga, as dificuldades, a seca, o infortúnio . . . E isso você pensa que acabou no coração do povo? Acabou não. Veja aquela mulher que entra. Ela vem lenta, olhando em redor, para sob um cajueiro, no que pensa assim de pé junto daquele tronco?, avança, veja, subiu a calçada, chegou à nossa frente: - "*boa tarde! a senhora deseja alguma coisa?*". Deseja, sim, deseja uma ajuda. É uma mulher ainda nova, talvez tenha cinquenta anos, muito alta e muito branca, pernas e braços roliços, um vestido de estampa clara, inteiro, um pouco abaixo do joelho, justo no corpo forte. Diz que é lavadeira de roupa mas o ganho está pouco. A assistente social explica que ali não se dá mais esse tipo de ajuda, sente muito mas não pode fazer nada, ali agora é para quem de todo não pode mais trabalhar. A mulher não sai. Lenta. Branda. Pensativa. Conta que já estivera ali no ano de 1954, com o irmão. Não era aqui a Hospedaria Getúlio Vargas? Era. Pois eu vim do sertão e daqui o meu irmão embarcou para o Amazonas, tinha vinte anos. Nunca mais deu notícia. Todo dia a mãe esperava que voltasse. Nunca voltou. Até hoje. Até que a mãe deixou de esperar. . . Aqui não deixa de ser um lugar de acolhimento, não. Lá por trás mora o Sr. Bento. Trabalha na Defesa Civil e ocupou uma ponta do prédio com a família já faz mais de vinte anos. Lá ele planta uma

fruteira, tem uma pequena criação de porco e galinha, os filhos brincam, a mulher varre, vive como se fosse numa chácara própria. Assim como vivia dona Francisca Matias até comprar sua casa em Maracanaú, de onde vem agora todos os dias no trem para fazer o expediente da limpeza na Unidade de Abrigo. Tem disso pelo outro lado das paredes brancas azulejadas onde o Estado abriga higienizados os pedaços com defeito da cidadania que ele jura que ajudou a construir. Mas foi daqui mesmo, desse canto de chão oficial, que partiram para o Pará as levas de trabalhadores que ainda hoje o governo se bate para libertar: agora mesmo o Presidente Fernando Henrique Cardoso criou um *'grupo executivo de repressão ao trabalho escravo'*, formado por integrantes de cinco ministérios brasileiros - do Trabalho, da Justiça, da Agricultura, da Indústria, Comércio e Turismo e do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Amazônia Legal - prometendo que não será só mais um grupo de discussão, mas de ação. O Presidente esclarece o que é trabalho escravo, e saber, ele sabe: "*é aquele que tira a liberdade de ir e vir do trabalhador. Isso acontece, principalmente, no sul do Pará. Mais de 80% das denúncias que chegam ao Ministério do Trabalho são do Pará. Em fazendas que fazem desmatamento, por exemplo, o trabalhador escravo é vigiado 24 horas por dia, por jagunços muito bem armados. Além disso, é obrigado a comprar do dono da fazenda tudo o que precisa para sobreviver. Na maioria das vezes, não sabe nem o preço dos produtos que compra. Aí, o que acontece é o seguinte: a dívida dele vai aumentando, não recebe nada no fim do mês e é obrigado a continuar trabalhando para pagar a dívida*"(4). Estaria esclarecido o sumiço, em 1954, aos vinte anos de idade, do irmão da mulher lavadeira de roupa de quem a mãe desistiu de esperar o retorno? Que alforria é possível agora, Sr. Presidente, assim tão tarde, quando, quem sabe?, *jaz morto e arrefece o menino de sua mãe?* Não, é bem esse o Estado, esse que se deixou capturar e tão eficientemente arregimentou os trabalhadores, até facilitou o

pulo do 'gato' que os levou para o Amazonas, comprou passagem, deu hospedagem . . . Agora vai fazer o quê? Cadeia para quem é do mal, papinha para quem é do bem. E isso nos recintos os mais higienizados possíveis, pelo menos é para isso que os governos se esforçam: algemados ou incapacitados na cadeira de rodas, o importante é que esses que, por razões as mais diversas, se desprenderam da massa de trabalho(5) sejam tratados como 'cidadãos'. Por isso que aqui continua sendo o que sempre foi, um lugar de acolhimento. Quando um desgarrado bate numa dessas portas em busca de abrigo, dirigindo-se diretamente ao Estado-Assistência, não está mais do que, naturalmente, cumprindo o percurso que lhe foi destinado, como a parte que não deu liga e escorregou da massa homogênea simulacro da classe trabalhadora que esse mesmo Estado tão competentemente pasteurizou. Se não baterem aqui, vão bater em porta de quem, se até a Igreja já mudou de disposição, sindicato não tem e as casas de família só tem gente à noite, na hora de dormir? Permanecendo bonzinhos e dóceis, poderão viver aqui para sempre. Se não, a porta da rua é a serventia da casa. Nesse caso, agirá o Estado-Policial, sua outra face. Quem escolhe é o cliente. A política assistencial do governo tem respeito, sim, por um dos direitos mais fundamentais do homem, que é o livre arbítrio. Imagine se vai obrigar alguém a escolher o caminho que não quer seguir! Os miseráveis que chegam aqui, quando por uma ou outra razão se recusam a ficar, passam pelo mesmo procedimento burocrático de liberação: no item dos prontuários relativo à saída está escrito que *fulano de tal, por livre e espontânea vontade resolveu sair.* A vontade da pessoa é prontamente respeitada: é o seu momento de escolha, a chance por excelência do exercício de cidadania dos indivíduos até ali destituídos, agora senhores definitivos e exclusivos de sua própria carência. E que escolham bem porque não haverá outra chance: a decisão de sair é irreversível, e não saem enganados, cada um que sai recebe o aviso de que não poderá mais retornar. Ora! quem mandou desprezar

assim, seres ingratos, a magnanimidade do Estado-Assistência? O Sr. João Alves e o Sr. Liberalino - **mendigos de abrigo** - aprenderam isso muito bem e expressam assim a lição: o primeiro diz no piscar de olho ladino que conservou do menino de Iguatu que queria ser cantor, foi para o Rio de Janeiro e chegou até aos palcos argentinos, mas acabou combalido, sozinho e à míngua, à sombra dos cajueiros da antiga Hospedaria Getúlio Vargas, como seus avós e seus pais que ele perdeu de vista. Aqui já era a Unidade de Abrigo e ele foi se encostando na seção de produção, fazendo um trabalhinho aqui e outro ali, desses que eles fazem com sucata, até que surgiu uma vaga e ele entrou definitivamente para o quadro de clientes. Hoje o Sr. João faz de tudo para agradar aos funcionários, não exige nada, é bem-agradecido e diz como quem é muito esperto: *arranjei aqui essa 'sopa', né?, muito manera, não é de perder a 'boca'*... Assim também o Sr. Liberalino, outro que correu o Sul em busca de um alimento, aprendeu que a 'sopa' é líquida demais e escorrega pela urina. E diz: *aqui eu tô mais por fora do que azelha de caneca.* Falando assim, o que estão é re-conhecendo a natureza da única relação possível com o Estado e sua radical solidão diante do mesmo, esse Estado que não se quer paternalista, mas que pai mesmo tem sido é dos outros, dos cidadãos de verdade e não só de falar, os proprietários, não sabe? Estes não vêm para cá, vêm? Aqui é o lugar do não, e quem fala assim é um terapêuta ocupacional da Unidade: *"o que resta a uma pessoa que vem para cá é a escolha de outro não, ela escolhe ficar na rua e não ter alimento e dormida, ou vir para cá e não poder determinar nada de sua vida; aqui ela tem alimento mas não pode ter preferência por nenhuma comida, tem a dormida mas a qualquer hora pode ser removida da cama que ocupa.* Sua conclusão: *na rua eles não têm nada, mas podem procurar"*(6). Sendo assim, isso aqui fica mais assemelhado a uma tumba do que a um abrigo, se aqui o homem é esvaziado de seu milenar bornal de caçador e caçar foi o que mais ele teve de aprender na

vida. Caçava e corria para descansar e se proteger no abrigo. A terapia ocupacional seria então a tarefa do esvaziamento? Muito esquisito. Isso aqui é algo como uma 'instituição total', como a definiu Erving Goffman(7): do tipo em que a autoridade visa manter uma total regulamentação da vida diária de seus habitantes. Essa característica, porém, não traz interesse por si, senão na medida em que pode revelar a relação entre o dentro e o fora da instituição, mostrando no rigor de seus rituais de poder, os limites que governam o exercício do poder na sociedade como um todo. Os pobres caçadores feridos vieram então para cá esperar a morte? E quem os feriu assim com tanta gravidade? Psiu. Vem chegando um. Atenção. Prepare-se a equipe técnica, convoquem-se os chefes. Como? Não estão? Quem responde? Dois homens o trazem de carro. O velho estava abandonado há uma semana na rua, dormindo no estabelecimento comercial de um deles. O comerciante dava-lhe comida, os que passavam por ali também davam e isso não era problema. O problema apareceu quando o velho, cada vez mais triste e encolhido, ameaçou se matar dentro da loja. O comerciante viu então que precisava dar um jeito naquela situação: já pensou se numa bela manhã de boas vendas o homem amanhece morto dentro do seu negócio? Além do mais o velho é um ser humano, um irmão, precisava dar um jeito, sim. Foi quando o amigo disse que tinha aquele abrigo do governo e ele estava ali. Fato consumado, sem um telefonema prévio, sem uma consulta se podia? Não está certo. Não é este o procedimento. A assistente social se obriga a atender, faz perguntas que o comerciante responde: o velho foi abandonado pela mulher e pelos filhos, veio do Maranhão, trabalha com mecânica de automóvel, precisa se recuperar de uma operação que fez na barriga para então procurar serviço, sabe trabalhar, sim, é melhor chamá-lo aqui para que ele mesmo responda. E grita logo da porta para o velho que permanece do lado de fora, sentado no banco da calçada, aguardando com uma sacola na mão, o selo sobre seu destino. Convoque-se a sub-chefe

porque a chefe saiu para uma reunião. Esta repete as perguntas que agora o próprio velho responde, confundindo os dados. De propósito? Quem vai saber? Ah!, o senhor é que abandonou sua mulher e seus filhos há muitos anos, essa de quem está falando e que não foi buscá-lo no hospital, de onde o senhor saiu para a rua, é coisa recente, estou entendendo. Não está vendo? Não cuida da vida enquanto é tempo, não liga para a mulher, não liga para os filhos e agora se vê assim, não pode nem cobrar nada de ninguém. Escutem aqui vocês que ainda são novos, têm saúde, prestem atenção no exemplo. O comerciante diz que ele não, que a primeira coisa que pensa é no seu futuro e no de sua família, ave maria de abandonar meus filhos. Mas ia fazer o quê com aquele homem querendo morrer dentro do seu estabelecimento? O senhor precisava ter dado antes um telefonema, do jeito que o senhor agiu criou um problema para a instituição, a instituição não pode ir assim botando para dentro, segue-se a rotina técnica, tinha que fazer uma visita ao local, avaliar. A sugestão da sub-chefia era que ele retornasse com o velho, deixando o endereço, para que no dia seguinte fosse feita a visita de praxe e aí, ser tomada uma decisão. A instituição estava ali para abrigar, sim, mas com dignidade, dando condições para que o cliente pudesse se reabilitar. Ali a pessoa tinha que se enquadrar dentro dos moldes, e será isso possível para quem vem da rua? Tudo isso teria de ser pensado. Ali teria que respeitar os horários certos de comer, de dormir, não iria poder sair, enfim, deveria acatar as normas da casa. O comerciante, seu amigo e o velho abandonado concordavam balançando com a cabeça, unânimes, um dizia e o outro repetia que, sim senhora, era muito melhor do que ficar na rua, que ali, pelo menos, teria um lugarzinho para estirar a rede, o velho trazia sua própria redinha, está aqui dentro da sacola, quer ver? Mas não pode. Tem as camas certas. O velho suspende o gesto que começara de abrir a sacola para mostrar a rede, olha em volta sem compreender. Não pode ir chegando e pendurando a rede, isso era antigamente, não adianta

ter rede, está dito, agora os galpões foram reformados, separados em quartos e, em cada quarto, feitas duas camas de alvenaria, que corresponde justamente ao número de pessoas que se pode receber por quarto. Tudo muito direito, organizado. Mais se aflige o comerciante. Repete. Pede. Ia fazer o quê com aquele homem querendo morrer dentro do seu negócio? Tinha ido ali por um gesto de humanidade também, afinal, tratava-se de um ser humano, de um irmão. O senhor já disse isso. Disse e repete. Não havia percebido o comerciante que seu gesto de humanidade era um ato privado, de sua própria alçada. A instituição de assistência não existia para responder pelos atos humanitários dos indivíduos, desse seu jeito. Que jeito? - não sabia. Todos em volta aguardam o desfecho: o comerciante e seu amigo, o velho abandonado, a equipe técnica de servidores e a pesquisadora. Não se encontrando a chefe para decidir, a sub-chefe resolve fazê-lo, o que enuncia pausadamente, com muita propriedade: "*saiba o senhor que obrigada pelas circunstâncias, correndo o risco de ser desaprovada pela direção, e só porque o senhor já está aqui, infelizmente ele vai ser empurrado para dentro, já que empurrado para fora não pode ser*". Como, infelizmente? Ora!, felizmente a sub-chefia tomou uma decisão. O comerciante se mostra aliviado, sai com pressa. Só então é que a técnica se dá conta, transtornada, de que não fizera a identificação do comerciante, nem nome e nem endereço, nada. A quem poderiam dirigir-se? Há que haver entre o órgão do governo que presta a assistência e o cliente que a recebe, um terceiro elemento que faça a intermediação, não é uma relação direta, não senhor. Em uma sociedade moderna e democrática que se preze, o Estado não age diretamente na direção do indivíduo, tem que existir uma sociedade civil organizada. E, se não existe, o novo governo manda criar as associações para que elas respondam burocraticamente pela sociedade civil. Mudou aquela forma anterior de operação caça-mendigo, massiva e irregular, que existiu até pelo metade dos anos oitenta. A política social

agora é mais voltada para o exercício da cidadania, isso é preciso estar dizendo o tempo todo para que a população se convença de que mudou a ideologia: esta é muito mais moderna, especializada. E, afinal, onde já se viu cidadão assim desgarrado que tem que laçar feito uma caçada? Não, cidadão tem uma identidade, uma origem, seja qual for. A instituição precisa de um nome, de um endereço. Não tem? Perdeu? Arranje-se uma maneira, porque a instituição não pode receber aleatoriamente qualquer um que venha chegando. O intermediador pode ser uma figura difusa, vinda da sociedade de um modo geral, lá de onde, também difusamente, solto, sem canto e cifra certa, veio o cliente: pode ser o hospital em que se tratava sem ter para onde ir ao receber alta, uma comunidade de vizinhos através da associação de bairro, uma paróquia, um parente sem posse, ou uma pessoa isolada como neste caso. Assim, ficou o velho lá, referência de ninguém. E agradece em nome de Deus, enquanto responde à ficha de inscrição, já que não sobrou quem por ele respondesse, como era a exigência da instituição. De repente interrompe a tarefa burocrática e pede licença para ir até à parede coçar as costas. A técnica suspende as anotações e todos o acompanham com a vista. Ele levanta a camisa e faz diversas vezes um movimento longitudinal, levantando e abaixando os pés, atritando a pele grossa das costas no reboco áspero da parede. Depois volta se dizendo aliviado, que não aguentava mais esperar. Aquele gesto era conhecido - quem nunca o vira? - e um porco não o teria feito com mais vigor na estaca da cerca enlameada. Mas alguma coisa fazia parecer que ali era de caso pensado. Porque, olhe, só pode é sair uma ira muito avinagrada lá de dentro quando um homem se depara assim frente à frente com o espelho da sua nulidade, pois o que todo aquele aparato refletia era a sua própria negação. É assim mesmo no Estado-Assistência, embora se queira fazer pela retórica o milagre da cidadanização. Com frequência reporta-se ao princípio segundo o qual o Estado tem o dever de socorrer o pobre. Porém - como bem

o esclarece Simmel(8) - este dever não corresponde, para o pobre, a nenhum direito de socorro, uma vez que o direito que equivale àquele dever do Estado não é o direito do pobre, mas o direito que tem todo cidadão a que a contribuição que paga em forma de impostos seja de tal modo aplicada, que os fins públicos da assistência aos pobres sejam realmente conseguidos, a fim de resguardar a segurança da sociedade. Ou seja, a ação social de assistência não tem no pobre o seu fim último, mas o manuseio de certos meios objetivos, materiais e administrativos, destinados a suprimir os perigos e danos que aquele significa para o bem comum. Esse é o caráter da moderna assistência do Estado aos pobres, que se aplica abstratamente ao indivíduo e à sua condição pessoal. Por isso vai agora para a higiene o velho mecânico de costas encardidas, um pobre que o Estado acolheu. Vai lavar seus gestos a fim de se habilitar à Assistência Devida que, supõe-se, ele fez por merecer por ter sido trabalhador um dia, ou melhor, por ter permanecido honestamente na pobreza. Porque aqui é um abrigo mas não é de ociosidade ou punição simplesmente, não. Continuamos a nos pautar pelo trabalho, é certo que agora com uma função terapêutica, mas é trabalho em todo caso. O senhor verá como - e é possível que tenha uma visão diferente da nossa - mas será solicitado a participar, temos certeza de que, aos poucos, acabará se acostumando. Acostumando? Cansando? Driblando? Temendo? Os sentimentos não interessam, contanto que se mantenha a rotineira funcionalidade que ali se processa como resultado de tantos esforços de higienização e disciplinamento dos corpos, coisa absolutamente necessária ao controle da sociedade do trabalho, cuja preservação é a única finalidade. Afora isso, pouca coisa está em jogo, uma vez que o próprio mercado de trabalho já se encarregou de depositar ali suas peças imprestáveis. Imprestáveis diga-se do ponto de vista do mercado, ávido em extrair o máximo de excedente de cada uma dessas criaturas, pois poucas são as que se encontram de fato impossibilitadas. Aliás, velho aqui

nem é muito velho, percebeu? É muito heterogêneo o grupo de clientes, muitos são mesmo pessoas novas, em idade produtiva, embora um tanto estragada, misturadas aos doentes entrevados, ou mentais, que permanecem dormindo nos alojamentos ou à toa no galpão da televisão, indo e vindo, calados ou falando sozinhos, o que dá no mesmo. Com estes a comunicação já é quase impossível, quer pela perda da lucidez ou da memória, quer pela dificuldade de articulação da fala trôpega. Alguns foram recolhidos das ruas há mais de dez anos e vivem ali um tempo parado e mesmo, até à morte, que também demora para chegar. Têm uma longa sobrevida, uma vez que são clinicamente assistidos. Suas feridas já não sangram tanto, as venéreas não escorrem mais dos ventres, os membros amputados já não fazem mais falta, o sono já voltou aos insanos. É verdade que ficaram as cicatrizes muito feias, mas todos convivem indiferentemente com elas. O importante é que o mal ali estacionou. Assim como o bem. Nada está para acontecer, a não ser a prevista atividade médico-assistencial por parte dos funcionários, que muito pouco altera a rotina diária. Na sala de produção, porém, o tempo resiste em parar, mesmo se desenrolando tão lento. Alguma coisa ali quer ser produzida a todo custo. É possível perceber o quê? O ambiente é uma sala quadrada e espaçosa, ligada por uma porta à sala de terapia, ambas abertas para o pátio de entrada da construção, para além da qual um grande terreno arborizado faz as vezes de estacionamento. Os clientes não costumam desfrutar daquele pedaço de natureza, tristes lembranças antepassadas talvez o impeçam, pois foi ali o pouso dos flagelados, sob os cajueiros do que eram os arredores da Hospedaria Getúlio Vargas que, naquele tempo, de certo só ofereciam a sombra e os galhos para espichar a rede, ou o chão refrescado pelas folhas quando nem rede havia. Diferente de agora que tem a hora certa para comer e a cama de tijolo firme para dormir, mesmo que sob muitas condições.Os vigilantes da Unidade de Abrigo é que gostam de ir ali tomar o vento que os frondosos galhos oferecem, já que a

atividade da vigília não necessita ser contínua, haja visto outros mecanismos mais duradouros de controle exercidos lá no interior da instituição. Na sala de produção estão dispostas as mesas daqueles estranhos trabalhadores, cada um ocupando sempre o mesmo lugar. De um lado do quadrado, na parte do fundo, a mesa da assistente social encarregada do setor: em frente, no lado oposto e vizinha à porta de entrada, a mesa de sua assistente; no centro, entre as duas posições de comando, as diversas mesas dos clientes. Nas paredes altas, em pedaços de cartolina colorida, máximas escritas em letra grande de forma, pretendem decorar o ambiente, mas principalmente avisar de uma certa visão que coordena altaneira e persistente o desenrolar dos feitos ali possíveis. Nas duas laterais o mesmo estímulo:

"Não há limite
para nenhuma
atividade humana
salvo aquele
que o homem
impõe
a si mesmo".

Ao lado deste, um aviso para que os frequentadores daquele lugar não esqueçam a vida:

"Se todos os teus esforços
forem vistos com indiferença
não desanime, pois

todos os dias

o sol ao nascer

dá um espetáculo extraordiário

no entanto

a maioria da platéia

continua dormindo".

Um pouco abaixo, o manifesto de resistência de dona Adélia, uma preta velha que vivia na rua, tida como louca, contam que batendo com um pedaço de pau em quem passava, e hoje está aqui quietinha fazendo o seu trabalho - *o que não faz o trabalho com uma pessoa?!* - fazendo respirar, satisfeita com sua própria conquista, a assistente social encarregada do setor. Dona Adélia é doce no seu canto, costurando rodinhas de pano que depois serão

presas uma à outra, formando coloridas mantas. Levanta o olhar quando alguém se dirige a ela, o que as assistentes sociais fazem com muito carinho, chamando-a Adelita ou Adelinha, e mostra um sorriso lento e mudo. Estando em um de seus momentos de comunhão com os espíritos, quando então sai de seu costumeiro mutismo, dona Adélia formulou a rima de sua experiência e de sua força:

"Não há bem que

sempre dure

nem mal que nunca acabe,

é com esta fé

que me mantenho em pé" - Adélia

Porém, sozinho no centro da parede de fundo, à vista de quem entra, um quadro em cartolina branca com letras vermelhas, expressa a ordem maior de tudo, pondo coisas e pessoas nos seus devidos lugares:

"Dai a César

o que é de César

e a Deus

o que é de Deus".

A lista nominal dos clientes, com sua respectiva atividade na sala de produção e a indicação da assistente social à qual está afeto seu acompanhamento individual, vem logo abaixo dessa lei de justiça dos céus, não vá dizer que propositadamente, mas numa coincidência que jamais espantaria àqueles que sabem que o coração tem razões que a própria razão desconhece. Trabalham com pontas de tecido doadas por uma fábrica, com as quais fazem algumas espécies de artesanato, principalmente tapetes e colchinhos, um trabalho manual a que facilmente se adaptam mesmo as mãos mais calosas ou trêmulas. As sessões de trabalho obedecem ao horário regulamentar que todos cumprem normalmente. Aqueles que querem continuar trabalhando além do horário estipulado, fazem-no fora da sala de produção, o que não é muito comum. A atividade produtiva na sala é necessariamente assistida pelo técnico, no mais das vezes pela auxiliar da assistente social encarregada, que trabalha os dois expedientes. A chefe vai apenas no período da manhã, até às quatorze horas. Quando ocorre de a auxiliar não poder permanecer na sala até à hora estipulada, esta é fechada e os clientes devem suspender seus trabalhos. Por uma medida de

segurança, assim como se recolhem as tesouras a cada final de sessão do trabalho, uma vez que ali convive a essência das 'classes perigosas'? Por sinal, os técnicos recebem uma taxa adicional em seus vencimentos referente ao risco de vida, que varia de vinte a quarenta por cento dos salários, de acordo com o grau de periculosidade a que se supõem expostos. Ou haveria outro motivo, não aparente, situado na própria natureza do trabalho assistencial, definido em si mesmo, cuja razão de ser se encontra antes no resultado que se procura obter do que no direito do pobre a ser assistido? Veja o trabalho do Sr. Liberalino: que sentido vindo assim de fora poderá emprestar à sua vida assistida? Lá está ele, um homem forte, um índio de farta cabeleira lisa e negra, sentado à mesa baixa que é para dar melhor posição no movimento que faz com as mãos. Sobre esta, centenas de tirinhas coloridas de tecido de nylon que ele, uma a uma, vai introduzindo nos poros de uma estopa grande. A cada tirinha introduzida dá um nó apertado, de modo que o colchinho vai sendo composto de duas versões: o lado direito um fofo aconchego de cores entremeadas, uma vez que as tirinhas são amarradas muito juntas, ficando as duas pontas soltas e com o mesmo tamanho; pelo avesso, o desenho de uma rosácea de cor negra que corresponde justamente aos nós dados com as tirinhas pretas, preparado antes da composição colorida. O colchinho é a especialidade do Sr. Liberalino, produto para venda, que ele anuncia por quinze cruzeiros reais. Precisa de dinheiro porque pretende fazer uma visita a Sobral, sua terra natal. Mas antes, com certeza, emprega-lo-á na compra de fumo para a confecção de seus cigarros pé-duro. Não que os prefira, mas porque são mais baratos. É o cigarro de todos eles, de homens e mulheres. Compram os pacotes de fumo desfiado e fazem os cigarros com as sobrinhas de papel dos expedientes burocráticos. Um pequeno pedaço de papel rasgado em forma retangular, uma porção de fumo em fios bem mexidos com os dedos e o toque ideal de saliva passado com a ponta da língua à moda pincel na borda do papel para fechar o rolo:

está pronto o cigarro, costume de quase todos, que se deliciam em roda no pátio, ou isolados num canto, soltando baforadas de cheiro forte. Melhor é o papel de seda, que se deixa envolver mais delicadamente pelo fogo. Mas é muito mais difícil de conseguir. Outro dia o terapêuta ocupacional escondia bem humorado umas folhas que tinha para fazer os trabalhos de arte, porque o Francisco da Silva estava fazendo fartas doações para a confecção dos cigarros. O Chico, como é chamado o **mendigo do abrigo,** tem uma perna amputada e vive cuidando da sala de terapia. Sentado na cadeira de roda, ele varre, espana, arruma repetidamente a coleção de discos e revistas velhas que ficam sobre uma estante. Parece ter emprestado àquela atividade todo o sentido de sua vida. Surrupiando o papel de seda para os companheiros, cúmplice, ele talvez amplie esse sentido, ao distribuir porções de poder que traz lá de dentro do escritório, do íntimo da gaveta do senhor a que só ele tem acesso. Tem o cigarro então um grande significado social para aquele grupo, sua queima efêmera é, no entanto, matriz de sólidos laços, pode ter certeza de que é mesmo muito mais do que o desfrute de um prazer, ou vício, individual. Pois é principalmente pelos cigarros que eles trabalham, pelos cigarros eles dão seus reinos. O Sr. Liberalino tinha-os em vista ao por seu colchinho à venda por quinze dinheiros, antes mesmo de concluí-lo. Quem o compraria? Oferecera-se esta pesquisadora, pelo seu senso cristão e pela matreirice antropológica: afinal, missionários e antropólogos sempre souberam trocar muito bem quinquilharias pela confiança dos nativos. Ledo engano! Logo que concluiu seu trabalho o Sr. Liberalino mudou o preço, o colchinho custava agora sessenta cruzeiros reais. O efeito inflacionário teria acometido inclusive o produto daquele trabalho de fins terapêuticos, aquela não-mercadoria? Ocorreu que a assistente social encarregada do setor de produção, sendo uma artista plástica com vendas no exterior, para onde exporta trabalhos manuais executados por populares com sobras de tecidos, baseados em desenhos de sua autoria,

estipulou o novo preço para a trabalho do Sr. Liberalino. Contrariamente à determinação da chefe, sua assistente era de opinião que se deveria estabelecer um preço mais acessível para as peças produzidas pelos clientes, uma vez que eles não respondiam por nenhum custo, devendo prevalecer seus desejos, no caso, o desejo pelo cigarro, porque ela era capaz de jurar que qualquer um deles trocaria horas a fio de trabalho por um pacote de fumo. Sua idéia era de que fosse feita uma espécie de 'feira' ali mesmo no pátio da Unidade, em que os produtos poderiam ser vendidos até para as pessoas da redondeza, e não a preço de dólar, obrigando as peças a ficarem empatadas durante tanto tempo à espera de comprador. A chefe, porém, sendo uma artista de nome a zelar, embora não assine as peças diretamente, orienta sua produção, em muitos casos chegando a traçar sua forma estética. Esse dado, certamente faz com que ela queira imprimir um valor monetário maior ao trabalho dos clientes. Além disso, tem uma compreensão emancipatória do trabalho que não faz parte da expectativa simplesmente terapêutica da instituição. Tal compreensão talvez tenha sido facilitada pela sua condição de artista, o que lhe oferece uma autonomia diferenciada dos outros, tanto subjetiva quanto financeiramente. Essa autonomia ela deseja imprimir à consciência daqueles destituídos, pouco a pouco, no cotidiano terapêutico do trabalho. Refere-se, por exemplo, à dificuldade que as pessoas têm ali dentro de vivenciarem a produção de forma coletiva, de modo que a atividade de um complemente a atividade de outro. Cita o exemplo da escolha dos restos de tecidos, que cada um quer fazer a seu próprio modo, sem considerar que um certo tipo de retalho é mais adequado ao trabalho de um que de outro. E que ela mostra pacientemente o jeito que cada um teria de pensar no trabalho do outro ao providenciar o seu próprio. Com o mesmo objetivo de fazer despertar o senso de crítica e coletividade, ela diz que não adota a prática de reuniões formais com os clientes, como é de praxe no trabalho de assistência social. Costuma aproveitar as ocasiões

que surgem naturalmente no ambiente diário da produção, no meio das conversas, dos desentendimentos, das novidades. Como outro dia em que observou a Ana pedindo cigarro ao Sr. Liberalino, *"Bel, cadê o cigarro?"*, ela imita o jeito de falar da Ana dizendo que, sendo esta muito calada e pouco estimulada ao trabalho, o fato de poder contar com o predicado feminino da sedução (sic) só contribui para que a mesma não desenvolva sua capacidade de auto-gerência. Além disso, vê no jeito glamuroso de abordagem que as mulheres fazem aos homens, uma forma deturpada da relação entre os sexos. Contando o episódio ela pergunta: *"Se a Ana consegue cigarro chamando o Sr. Liberalino de 'Bel' com aquela voz, ela vai trabalhar para quê?"*. Levantou então a discussão com os clientes, no mesmo momento da ocorrência, fazendo ver à Ana e ao Sr. Liberalino que não era certo viver com jogos dessa natureza, e que bom seria conseguir os objetos com independência, através do trabalho. Mas é de se perguntar: que trabalho se desenrola no isolamento daquela sala, sujeito ao entendimento do chefe, pelas mentes e pelas mãos dos homens e mulheres outrora trabalhadores em tantas e tão variadas lidas? Sim, porque raro é aquele que produziu um só tipo de bem, ou exerceu um só tipo de serviço. Houve as cozinheiras que se tornaram mendigas, as mendigas que se tornaram prostitutas, as prostitutas que se tornaram lavadeiras, as lavadeiras que se tornaram tecelãs, as tecelãs que enlouqueceram, as loucas que se tornaram costureiras; e os agricultores que se tornaram biscateiros, os biscateiros que se tornaram lavadores de carro, os lavadores de carro que se tornaram serventes de obras, os serventes de obras que perderam a perna, os pernetas que se tornaram alcoólatras. Agora estão ali, coordenados, tecendo em tiras de pano talvez muito mais o passar do tempo. Como, aliás, diz o próprio Sr. Liberalino: *"esse meu trabalho aqui é só para ajudar a passar o tempo . . ."*. Sim, o cotidiano na Unidade de Abrigo não se cansa de mostrar que há mesmo uma razão pouco perceptível que estabelece a primazia da

assistência sobre os assistidos. É uma razão que prevalece ainda que muito tensamente, tendo que unificar pela sua norma política e administrativa, de um lado as demandas materiais e simbólicas postas pelos clientes, as quais devem ser a todo custo homogeneizadas, e de outro lado, os diversos entendimentos que os técnicos têm do trabalho assistencial, profundamente marcados pelos valores pessoais, que eles em vão procuram materializar em algumas formas práticas de ação no interior da instituição. Assim aconteceu, por exemplo, com a assistente social que desejou aproveitar melhor aquela massa de conhecimento acumulado e invalidado, inútil patrimônio do trabalho. Queria um jeito de fazer com que os clientes vivenciassem a instituição como coisa deles. Como? Não varreram antigamente uma casa onde moraram? Não comeram do alimento que plantaram nos bons tempos de inverno? Pois que o fizessem outra vez agora. Mas varrer não pode porque são normas. E para plantar faltam as sementes e a água. Pensou que poderia dar um jeito, até tirar um dinheirinho de seu próprio bolso para comprar sementes e mandar consertar a bomba de puxar água. Mas como ia já entrar de férias, quem daria continuidade ao projeto? Além disso, apresentou-se outro problema: os clientes já se acostumaram a receber tudo nas mãos, vêem-se agora portadores de uns direitos, não estão ali para serem empregados de seu ninguém, e agora é até uma ofensa fazer com que uma pessoa dessas cuide do canto que ocupa. Canto que ocupa: disse-o bem a assistente social. E não estaria aí o problema, no fato de que as pessoas sabem-se meros ocupantes de um canto, corpos que dão vida muito mais à instituição do que a si mesmas? Veja ali o Sr. João Alves na sala de produção trabalhando no seu tapete. Vem até ele uma funcionária que anuncia e sai às pressas: - *"Não esqueça que o senhor tem uma saída comigo agora"*. Vai para onde, Sr. Joã

o? Ele não sabe dizer para onde e nem o que vai fazer. A funcionária retorna logo para

avisar que chegou a hora. Ele diz que vai só trocar de roupa e não demora. Ela diz que já

está indo para o carro. Lá vai o Sr. João no carro oficial cumprir o destino que lhe deu a funcionária do Estado. Que destino? Agora chega o barbeiro para o corte de cabelo e barba. Um cliente deixou-se barbear mas quer deixar o bigode. Bigode não pode. A encarregada vem comunicar à assistente social do turno e pedir instruções sobre como agir. A assistente social dá a autorização para que fique o bigode: - *"Deixa que ele preserve um pouco da individualidade, afinal eles já têm tão pouco"*. Mas é contrariando as determinações da casa relativas às regras de higiene pessoal que ela decide. Trabalham a maior parte do tempo calados. Às vezes ocorrem confusas discussões sobre não se sabe bem o quê, uma teimosia qualquer para não esquecer a existência. O que interrompe o silêncio é geralmente vindo de fora: um aviso trazido por algum funcionário, ou a passagem de algum cliente que não pertence ao setor de produção. Tudo, porém, muito rápido e descontínuo. Entra assim dona Petronila, filha de antiga e poderosa família de Quixadá, que a teve por morta durante anos. Seu irmão, quando soube que ainda sobrevivia, recusou-se a aceitar a notícia. Queria-a morta, deus sabe lá porquê. Dona Petronila envelheceu e caiu-lhe o útero. Levada ao médico logo que foi recolhida pelo Abrigo, este preferiu não realizar a cirurgia porque o órgão já criara uma capa protetora em volta de si, à entrada da vagina, visível à luz quando ela anda. Uma funcionária observa o quanto é poderosa a natureza, ao vê-la passar naturalmente entre os outros, chegando na sala de produção, recém-saída do banho. A funcionária chama-a para que mostre sua brancura e sua limpeza, diz com carinho o quanto ela vive perfumada. É do que precisa para que, no meio aos outros de maioria descendente de negro ou índio, ela fale alto sobre suas origens, esticando o braço para que todos constatem sua alvura. Diz-se branca e reconhecida por qualquer morador do bairro onde vivia. Mas ninguém dá importância. São vãs suas palavras no profundo silêncio que foi ali instituído, tão absoluto que desfez até o poder branco de dona Petronila. Não é só a

natureza que cria sabiamente seus envólucros . . . Já o Sr. João Alves prefere guardar as insígnias de seu extinto poder, sabe que *em boca calada não entra mosca*, a sua ele só abre para as cantorias raras da noite. O que tinha de cantar já cantou nos palcos de alhures, e hoje o que faz é recitar aquiescentemente um texto que não escreveu. O seu próprio não é conveniente ao ambiente, pois que consistiu em agradar senhores com preciosas meninas virgens, ofício que desempenhava nas boates do Rio de Janeiro, no intervalo entre uma música e outra. A Eunice é uma das poucas que não desistiu de falar. Foi empregada doméstica e faxineira de pensão. Conta histórias de patrões: os casamentos, as posses, as maledicências familiares. Faz versos para cantar os pequenos dramas de senhoras traídas pelos maridos. Arrola com orgulho os nomes, sobrenomes e endereços dos patrões, atribuindo-lhes mais importância do que provavelmente tiveram: nisto, através destas lembranças, ela própria se mantem e se eleva. Diz vaidosa que preparou o rocambole da senhora fulano de tal e o café do senhor sicrano, que serviu ao Sobrinho do Ministro da Justiça, ao Médico do Hospital Geral, ao Juiz do Fórum de Fortaleza. Ainda hoje lança mão dessa memória para estabelecer diante dos outros o seu poder outrora exercido nos meandros das cozinhas, dos corredores e das alcovas das casas-grandes. Poder de quem conheceu os segredos, as preferências, os detalhes ignóbeis jogados para debaixo do tapete. Conta dos conselhos que deu, das pistas, das graças que pediu aos santos nos terreiros de macumba, para si e para seus senhores, para salvá-los de suas dificuldadezinhas. Muito dona de si, indica bem à vontade o nome e endereço dos antigos patrões para que algum precisado seu conhecido vá em seu nome pleitear favores: *basta dizer que fui eu que mandei que o doutor lhe arranja um emprego no fórum, o outro lhe faz a consulta no hospital, não precisa entrar na fila, é só dizer que foi Maria Eunice Rocha Lima quem mandou.* Mas ninguém presta atenção no patrimônio de Maria Eunice Rocha Lima, hoje

apenas matéria de delírio. Há, entretanto, o espaço oficial de fala, burocraticamente denominado de 'grupo operativo'. Constitue-se das reuniões de rotina conduzidas pelo corpo de técnicos. Embora previstas mensalmente no cronograma de atividades, estas reuniões não ocorrem conforme a previsão, pelas mais diversas razões, o que também não afeta o andamento rotineiro da Unidade de Abrigo. Assim como não são demandadas pelo grupo operativo - virtualmente formado pelo conjunto dos clientes reunidos em dois grupos grandes, em ocasiões diferentes, de acordo com a disponibilidade da técnica encarregada - também não são prioridade dos técnicos, que agem conforme a regulamentação já estabelecida, sem qualquer alteração mais consequente. Tais reuniões talvez tenham significação muito mais real para a tarefa de planejamento burocrático do que sentido orgânico para a organização do grupo. Os clientes sentam-se em forma de um grande círculo em torno da mesa dos técnicos, uma assistente social e uma terapêuta ocupacional. Aquela lê a lista de nomes do dia e recomenda que se ordenem, mas o entra e sai demora ainda alguns minutos. Muitos querem a confirmação se o seu dia é aquele ou é o outro. A Nambu continua muito irrequieta, mexendo-se na cadeira, xingando os vizinhos. A assistente social ordena: *"Nambu, se aquiete!"* Mas a negra velha desbocada, antiga prostituta do bairro da Piedade, talvez não consiga compreender o significado dessa outra coletividade tão disciplinada, tão diferente do reboliço onde viveu respondendo aos insultos dos meninos na rua e às insolências dos homens na cama. A assistente social repete o comando: *"Todo mundo aí quietinho, vão pensando nos assuntos"*, enquanto prepara o cabeçalho da reunião do dia no livro de atas. A Nambu ainda reclama alguma coisa e depois se cala. Alguém diz com timidez: *"Eu não tenho nadinha"*, mas a assistente social insiste: *"Vocês que vão dizer, os assuntos serão levantados por vocês. A reunião não é de vocês? Nós é que sempre trazemos os assuntos, mas hoje, não. Vambora, gente!"*. Todos

continuam calados, olhando na direção dos técnicos. A Nambu então se levanta com rispidez e diz batento no peito: *"Eu vou é trabalhar"*. E sai com muita autoridade, como se dissesse não ter tempo a perder com tolices. Vai para a sala de produção fazer o seu colchinho. (Dias depois, numa discussão com a chefe do setor, Nambu chamou-a de puta, tendo sido suspensa das atividades). Alguém diz em voz alta: *"Não tenho novidade alguma para falar"*. Outro completa: *"Tô feliz aqui, sou totalmente nada"*. Um homem resmunga que quer ir embora. A assistente social ouve e levanta a vista de suas anotações: *"Aqui é a sua casa, vai fazer o quê na rua?"*. O homem não responde e se cala. Falam agora entre si, muita balbúrdia. No meio do barulho, o protesto do Sr. Liberalino: *"Fale no singular, vocês é muita gente, não diga 'os outro', diga logo o nome"*. Dirige-se à Marieta, que reclamava do tratamento dado pelos companheiros à Eunice nos seus períodos de surto nervoso. *"Dão chute nela"*, dizia Marieta, acusação da qual se defendia o Sr. Liberalino. A assistente social pega o mote, fala numa linguagem política, quer consolidar consciências cidadãs. Sobre que base? *"Vamos pensar no caso da Eunice, no problema da Eunice que a Marieta levantou . . ."* E fala então sobre a necessidade da paciência, da compreensão e da solidariedade para a existência da vida em grupo. Muitos se defendem: *"Não foi eu!"*, *"Nem eu!"*. E o assunto morre aí. Fala agora a Angeluce, preocupada com a filha, quer saber por que não a punham numa creche, de modo que ela pudesse trabalhar e vê-la. A assistente social responde que a criança está muito bem tratada, que ela não precisa se preocupar. Ela então se queixa de uma dor na barriga, que é por causa da operação que fez, que tem cisma disso. A assistente social torna a calar a cisma da Angeluce, dizendo que muitas mulheres fazem a ligação das trompas, que isso não é nenhum problema. A Angeluce teve um filho lá dentro do Abrigo e, nestes casos, a determinação é fazer a doação legal da criança. Sob que legitimidade? Além disso, a Angeluce é ainda muito jovem e tem problemas mentais. Assim, a orientação é

mandar ligar as trompas. Sob a autorização de quem? Angeluce não se conforma, mesmo tendo depois disso arranjado outro namorado. Namorar é permitido, contanto que se faça a prevenção de filhos, o que é feito segundo acompanhamento médico. Vendo assim suas cismas tão sem respaldo, Angeluce agora se dirige em voz baixa para o seu vizinho. Estão muito bem esclarecidos os procedimentos para a assepsia sexual daquele lugar onde as feridas foram conservadas em formol, neutralizando o processo de putrefação. Mas permaneceu a resistência amorosa da Angeluce para com o namorado, de nome José Antônio, um homem bem mais velho do que ela, que todo dia sai para limpar carro no estacionamento de um banco nas redondezas do Abrigo, retornando no final da tarde, quando então sentam juntos, parados numa ternura pastel de retrato antigo. As certezas técnicas de como se deve proceder na 'assistência devida' não atinaram e nem reduziram o espaço de desejo no coração de Angeluce. Mas seu assunto também morreu ali. Como a querer censurar a companheira, quem agora levanta a voz é a Alzira: "*Tudo aqui é bom pra mim*". A assistente social confirma diante de todos: *"A Alzira é muito tranquila"*. A reunião agora se encaminha para questões mais práticas: as preferências de cardápio e as providências para o próximo passeio. A assistente social manda que levante a mão quem gosta de cuscuz. Conta e conclui que a maioria quer cuscuz com leite no jantar. Outros querem baião de dois com ovo. No meio da algazarra, ouve-se uma voz de paixão e saudade: *"Um baiãozinho é muito bom! . . ."* É o prazer da comida do sertão, quando ao cair da tarde o sertanejo encosta a enxada no pé da parede e a panela de feijão com arroz fumega no fogão de lenha. Adeus para nunca mais? E aí outra voz chama à razão alimentar da cidade e dos pobres: *"Aquela sopa aqui e acolá até que podia ser . . . aquela sopa é ruim"*. Fica então deliberado que o cardápio do jantar irá variar entre a sopa, o pão de milho com leite e o baião de dois para os saudáveis e o mingau para os doentes, não é isso?

Éeeeeé . . . confirma a assembléia dos clientes do Estado-Providência. Depois anuncia-se que será servido à noite, na hora de dormir, um chá com biscoito. É bom esclarecer que café não pode em outra hora a não ser a da manhã, acompanhado de leite e pão, o que faz com que os clientes estejam sempre rondando em torno dos gabinetes dos funcionários, tentando merecer uma exceção e ser agraciado, quem sabe, com um golinho do café que é servido àqueles, para dar maior prazer à baforada do cigarro como era o hábito de antigamente. Mas não, café não pode, embora haja sempre um ou outro técnico disposto a desobedecer a regra e doar uma gota de sua graça. Resolvida a questão do cardápio, todos os gostos contemplados, vão agora discutir a programação rotineira do lazer para o mês em curso: o próximo 'passeio curto', que será realizado na praia das Goiabeiras, no perímetro urbano da cidade. O 'passeio longo' já fora programado para a praia do Iguape, a quarenta e quatro quilômetros de Fortaleza. Faz-se a lista de quem vai, quem já foi no anterior não vai neste, fulano não vai porque dá muito trabalho, é afoito demais e não pode ir para o mar. Pronto, está encerrada a reunião. Há um segundo espaço de fala, este talvez mais orgânico, embora também muito escasso. É o chamado 'grupo despertar', que deveria reunir-se às terças-feiras mas sempre há um ou outro impedimento para sua realização, seja uma reunião do grupo técnico, falta pessoal do funcionário encarregado, férias. Nele discutem-se questões previamente escolhidas pelos clientes, geralmente sob forma de palestras educativas proferidas por um convidado de fora. O objetivo deste grupo é estimular a autonomia dos clientes, fazendo-os exercitarem alguma forma de pensamento e crítica. A Marieta sugeriu para esta sessão o tema das atuais epidemias de dengue e rubéola, das quais está acometida a população cearense nesse período da seca de 1993. Todos concordaram. A palestra foi proferida por uma enfermeira que fez detalhada distinção clínica entre as duas doenças. O dengue é provocado pela picada de um mosquito, o Aedes aegypity, o mesmo

da febre amarela. É preciso repetir várias vezes o nome estrambótico, a enfermeira o faz pacientemente. Os clientes enrolam a língua e riem treinando 'o latim'. A enfermeira explica que a doença pode ser mais forte ou mais fraca, mas a mais forte, chamada hemorrágica, só dá em países da África e da Ásia, a nossa é das mais fracas. Cala a enfermeira sobre as ocorrências da dengue hemorrágica, que não estão sendo oficialmente divulgadas no Estado do Ceará. Diz que contra a rubéola existe a vacina, só que muito cara. Contra a dengue não há nenhum tratamento, a pessoa atacada só tem que se alimentar bem e permanecer em repouso, a fim de adquirir resistência à doença, não existindo nenhuma dieta específica. A assistente social intervem perguntando didaticamente o que seria um alimento melhor: um pedaço de pão ou um copo de suco de laranja. Algumas vozes respondem em coro, como no grupo escolar: "suco de laraaaanja". Confirma a assistente social que é isso mesmo. Treinou-se ali papagaios de uma outra floresta, aquele povo comeu foi bico de pão pelas calçadas, quando muito com um resto de garapa de cana para desentalar, deixado pelos mais generosos fregueses nos balcões da lanchonete. Suco de laranja não existe! Mas no meio do delírio, de repente, uma voz arrastada como é a nossa se destaca destoando o coro: *"Rapadura!"*. Vai buscar na memória mais que secular de seu povo a lembrança doce do alimento de cana, desde o tempo da ocupação da Província, em fins do século XVII: *"Há lavouras de cana no termo da Vila do Crato, mas muito pouco assucar; surtem-se os povos de Pernambuco, e as canas do paiz são desmanxadas, em pequenas engenhocas, em rapaduras, que com farinha servem ao sustento do povo, que prefere com gosto a outro alimento"*(9). Felizmente alguém ainda é capaz de refazer o elo perdido, de chamar o passado e desfazer a pura formalidade daquele momento. E foi tão surpreendente que todos caíram numa risada - (que está gravada). A assistente social deve ter pressentido que aquela palavra 'rapadura', dita assim tão espontaneamente, tinha o sentido de um resgate e, no meio

do riso, comandou outro enunciado: *"A rapadura é um excelente alimento, principalmente aquela escura"*. Cada um, então, falou de seu próprio tempo: *"É, rapadura é muito bom, até pra mulher grávida"*. *"É comida doce, comida doce é que dá força"*. *"Ainda mais aquela pretinha, de nome saburá, aquela é que é danada"*. Mas era um tempo encerrado, um tempo abandonado. Os clientes voltam e perguntam sobre sintomas, alguns querem esclarecimentos sobre suas próprias dores. A enfermeira explica que uma dor de cabeça, por exemplo, embora sendo sintoma de ambas as doenças, a dengue e a rubéola, não quer dizer que a pessoa esteja com uma ou com outra. Alguém completa que pode ser por causa de uma preocupação. Mas com o quê haveriam de se preocupar aqueles entes recolhidos do mundo, tantos chamados raimundo que viraram rima e não careciam mais de solução, para consolo do poeta Drummond? Assim mesmo a assistente social estimula o debate, pede perguntas. Por que não pensar a questão também sob o ângulo social, indagando a causa de persistirem doenças tão antigas, que sempre atacam os mais pobres? E nos períodos de seca esse problema é agravado. Por que? Alguns se põem a descrever as dificuldades dos pobres diante das doenças, dificuldades que rico não tem, dizem. Que dificuldade? A carestia dos remédios, a falta de hospitais, de equipamento avançado para o tratamento de certas doenças. *"Não é que rico não adoeça, rico também adoece, mas é muito melhor equipado para se defender das doenças"*, explica a assistente social. E conclui a reunião com uma salva de palmas para a convidada, antes discorrendo sobre as diferenças sociais, descrevendo as condições de vida nas favelas e denunciando o pouco interesse do governo em investir em saúde. Encerre-se esta sessão porque é hora do lazer. Todos a postos para o 'passeio longo'. Muitas providências são necessárias e desde cedo começam os preparativos. Os clientes andam de um lado para outro, banhados, excitados. O ônibus fretado espera no portão que sejam providenciados os últimos detalhes e os passageiros embarquem. A

bagagem está pronta e é levada pelos funcionários encarregados, vestidos em roupa de banho: bujões de água potável, sanduíches, quentinhas, a sacola de medicamentos e primeiros socorros, uma bola de futebol. Os clientes vão entrando um a um, alguns com muita dificuldade de andar e subir no veículo, outros carregados nos braços do motorista, enquanto as cadeiras de roda vão para o porta-malas do ônibus; outros, apressados e nervosos, desfrutam da capacidade de locomoção e são os primeiros a entrar, correndo para as janelas, de onde apreciam o movimento do embarque e acenam com a mão. A equipe de chefia não vai desta vez mas está presente à partida, fazendo recomendações. A chefe, de pé no corredor do ônibus, ensaia um discurso de despedida, com ares oficiais. Vão a nutricionista, a terapaêuta ocupacional e dois homens para o trabalho de fiscalização e segurança. É uma atividade restrita aos membros da Unidade de Abrigo, não pode ir a pesquisadora, que mesmo autorizada a acompanhar a rotina da instituição, não se lhe permite o acesso a atividades externas. Eram as normas, que não insistisse. Quando for domingo, quem sabe?, é de se pensar assim, todo mundo desobrigado das tarefas e das tutelas vai ter muito o que contar e grande prazer nisso. Qual nada! Os portões estão lá abertos, não como nos dias da semana quando ficam escancarados ao entra e sai dos carros oficiais e dos técnicos, mas só encostados, basta dar um empurrãozinho de leve que se entra fácil. Está lá o primeiro galpão, onde se encontram a sala da recepção, os escritórios dos funcionários e o setor de terapia ocupacional instalado em duas salas contíguas - uma destinada ao trabalho e outra às atividades recreativas. Com exceção da sala de recreação, onde alguns folheam velhas revistas ou jogam sinuca, e um rádio espalha alto fragmentos de canções que falam de amor e solidão - *"Meu mundo é diferente, minha alegria é triste . . . agora eu choro só, sem ter você aqui"* - o resto é tudo fechado, assim como a boca dos habitantes. Na recepção, um policial sentado numa cadeira ao lado da mesa, com as pernas

estiradas e as mãos entrançadas por trás da cabeça, sustentando-a, como a querer fazer do próprio corpo a cama. Nesta posição ele emite gracejos para os clientes, talvez porque deva ficar acordado, e aí é feito uma lâmpada colorida piscando na escuridão. Os clientes permanecem indiferentes, sentados no banco comprido ou nas cadeiras de roda, separados da cadeira do guarda por uma grade de ferro entreaberta. Além do policial, uma funcionária muito jovem, auxiliar de recreação, também faz a guarda, de vez em quando circulando pelo pavilhão dos clientes, enquanto a enfermeira toma as últimas providências em relação aos doentes, e alguém da cozinha encaminha os preparativos para o jantar, que será servido às dezesseis e trinta horas. É o plantão dominical na Unidade de Abrigo. Quanto aos clientes, ficam por ali indo e vindo no pouco espaço, entram nos quartos, saem, fazem um cigarro, olham à toa para a televisão ligada no programa do Sílvio Santos, resmungam, não fazem nada, calam-se. Inútil puxar conversa. Não fala o Sr. João, não fala a Marieta, não fala a Eunice! Nem entre si mesmos eles falam. Mudos. Isolados. Distantes. Estrangeiros de diferentes mundos. Esperava que, fora da rotina do trabalho de assistência, eles falassem de si, de seu passado, de seus desejos? Enganou-se. Alguma coisa os envolveu e eles não podem, ou não sabem, ou simplesmente não querem mais se descobrir. Mesmo os saudáveis, os que trabalham, recusam-se a falar, o que não aconteceu durante as sessões de trabalho na sala de produção, quando se mostraram mais receptivos, embora recusando a gravação da fala. Nem mesmo o Sr. João que, acostumado aos microfones, com tanto orgulho regravara na sala de produção seus shows de antigamente, enquanto cortava tirinhas de pano para a confecção dos colchinhos - tanto que o som provocado pelo atrito da tesoura sobre a mesa até deixou um ruído feio nas velhas canções que ele dizia serem as mais solicitadas nas serestas - contando também cada passo, cada gesto, cada atitude, cada nota, do mundo artístico que ele percorreu em busca de uma carreira de cantor, pois até o

Sr. João, quando chegou o domingo, emudeceu surpreendentemente. O que teria acontecido? Por que agora que é domingo aquelas pessoas se mostram assim tão impermeáveis à comunicação, parecendo não tomarem conhecimento de nada em seu redor? Seria o domingo a matéria de seu tempo, a sua única reserva, o seu bem guardado segredo, o instante preciso de sua identidade(10)? Sim, porque por toda a semana são mesmo os perdedores de tudo, que ao fim cederam sua carência à obra do Estado, existindo tão somente como completos objetos dessa obra. Parecendo dotados de sentido apenas durante os dias úteis da semana, aos sábados, domingos e feriados, quando não há expediente para os funcionários da assistência social, ficam como que suspensos do mundo, devidamente asseados e alimentados para que possam esperar pela segunda feira e o primeiro técnico chegue pela manhã, bata o ponto, abra as gavetas, ligue as máquinas e dê início ao funcionamento do serviço. Do que seia mesmo aquela fábrica? No entanto, é na privacidade do quarto que só o domingo permite, que dona Adélia, **mendiga de abrigo** - pode expressar sua sabedoria destituída: diz que são necessárias três coisas, sem as quais ninguém faz nada, ninguém se move, que são o tino, a memória e a compreensão. Mas a quem vai servir ali a ciência de preta velha, acumulada nos confins escuros da senzala, proferida ainda hoje pelo espírito dos ancestrais, que vez e outra, conforme ela diz, vêm falar pela sua boca? O que será feito das lembranças de viagem, das receitas culinárias, dos conselhos, das técnicas antigas de trato com a terra, das posições amorosas, de toda aprendizagem? O gato já comeu. Não é fácil manter um vínculo com a vida ali. Certa vez disse - e se riu - o Sr. Liberalino, que nos finais de semana o que eles faziam era ficar olhando o tempo lá fora para ver se ia chover ou fazer sol, parecendo representar o conteúdo da matéria de um jornal velho, cujo título era: "Domingo no Asilo - o nada fazer dos que vivem sem amor". Já o Sr. Raimundo Nonato não, este prefere trabalhar de

domingo a domingo. Carrega seu tapete em todos os intervalos, onde quer que esteja. Lá está ele ali trabalhando, sentado no banco do pavilhão da televisão, indiferente ao baú da felicidade, lotado das promessas de domingo eletronicamente enviadas pelo representante mor dos bufões da elite nacional. Trabalha sem parar o Sr. Raimundo Nonato, dizendo que é para não pensar na vida. Traz há um ano uma inflamação no ossso da perna esquerda em consequência de um atropelamento anônimo, desses que o motorista foge e a vítima, também anônima, é socorrida por populares e levada aos hospitais públicos. Quando recebeu alta, não tendo para onde ir e não podendo andar, a ambulância foi levá-lo para o banco de uma praça, endereço fornecido pelo Sr. Raimundo Nonato, onde já vivera, uma vez que nas imediações residia um coronel do exército, cuja esposa muito caridosa, mandava sempre a empregada deixar-lhe um prato de comida. Naquela época tinha acabado de perder o emprego num posto de gasolina, onde fazia lavagem de carro, e estava à procura de outro. Ficou estirado no banco por alguns dias, sem poder andar, até que foi visto por uma assistente social do Abrigo que fazia aquele caminho. Já foi operado três vezes e faz seu próprio esforço para não ter a perna amputada, *"como esse daí* - aponta com o lábio inferior para um homem de uma perna só que está à sua frente na cadeira de rodas - *que botaram nessa cadeira de roda e ele foi ficando, ficando, a perna endureceu até que cortaram"*. E diz: *"quem precisa de mim é eu"*, garantindo assim seu compromisso com a luta anterior e primordial pelo corpo. Coisa espantosa - quem haverá de acreditar? - a ambulância de um hospital público entregar ao relento e a ninguém uma pessoa convalescente de um atropelamento anônimo! Difícil a localização nessa ordem inversa, difícil permanecer firme nesses vácuos. Mas os redutos de resistência à mudez e à morte são incansáveis. Como se quisesse oferecer uma cura mágica, ou combater a melancolia daquele ambiente saturnal, ali, na área do edifício da Unidade de Abrigo aberta entre os pavilhões da

administração e do alojamento, sob caramanchões floridos, mandaram-se estender longos bancos de madeira e erguer uma placa de bronze onde foi chumbado um teimoso apelo de sonho. A placa - como um talismã destinado a resistir à estrela inimiga das forças vitais e da juventude - diz que se trata ali da praça dos namorados e é em homenagem aos enamorados pela vida. Está assinada pela atual diretora da Unidade de Abrigo, Regina Clara.É no recanto da praça que os clientes vão, sozinhos ou em grupo, desfrutar o gozo de seus cigarros, esculpindo de fumaça, voluptuosas espirais sobre os dizeres da placa. Bem próximo à passagem da sala de recepção para o galpão dos clientes, duas gaiolas lotadas de perequitos australianos irrequietos, felizmente não calam um instante o bico. Foi neles que pensou a Eunice, quando uma época esteve hospitalizada por problemas mentais, e cantou versos de saudade:

"Na Hospedaria deixei uns lindos passarinhos
Só vou para a Hospedaria
Quando eles fizerem os seus ninhos".

Assim mesmo, o sentimento de quem se aproxima é de profunda impotência. E não só do ponto de vista da pesquisa, que para isso há várias formas de abordagem, mas uma impotência muito maior, dolorida e invencível como se quisesse ouvir os mortos falarem da própria morte. E que morte se guarda entre as paredes brancas de azulejos frios, nesse lugar assim tão higienizado que dá gosto? Quer saber? O direito é o grande morto. Ou alguém tem a ilusão de que aqui o pobre vai passar da condição de 'pessoa carente' para a de 'cidadão portador de direito'? Há quem tenha, mas isso pouco importa. O fato é que a precariedade histórica do trabalho não permitiu que emergisse uma ordem pública de

direito, sequer como decorrência da mercadorização do trabalho, de modo que grande parte do exército de reserva tombou sem qualquer vínculo, não tendo sequer ascendido à condição de mercadoria(11). São os 'grupos vulneráveis', na denominação de Francisco de Oliveira(12), dentre os quais o Estado acolhe meia dúzia e os demais ficam por aí pedindo uma esmola em nome de Deus. A história é essa que conta uma assistente social da Unidade de Abrigo:

" . . . E*ra uma vez um pedreiro que fazia pequenos serviços. Era um homem muito trabalhador, desses que trabalha de domingo a domingo. Homem* - ela lhe dizia - *livre pelo menos os domingos, fique com sua mulher e os filhos descansando em casa. Mas o homem perguntava: e se eu não trabalhar, quem vai dar de comer a eles?. Trabalhava sozinho, mesmo os filhos maiores viviam sob sua dependência, sendo que a mulher era para cuidar da casa. Uma filha moça não podia trabalhar numa casa de família para ajudar o pai? Mas não. Uma de quinze anos o que fez foi engravidar e ir para dentro de casa com o filho e ainda mais o namorado, que também não trabalha. O pedreiro, porém, tinha um pequeno defeito: gostava de tomar uma cachacinha. Uma noite, tendo tomado umas e outras, voltando para casa, foi atacado a pauladas por ladrões no bairro da Jurema, um dos mais violentos de Fortaleza. Ficou muito mal no hospital durante seis meses e, depois que saiu, não quis mais trabalhar. Vive se queixando de uma tontura e de umas dores, dizendo que não pode trabalhar. É um homem novo, tem trinta e nove anos. O que possui é uma casinha de conjunto, no Marechal Rondom. Vive agora da ajuda dos ex-patrões, quer dizer, daquelas pessoas onde fazia um servicinho aqui e outro acolá. Chega com um saco nas costas e espera que lhe dêem alguma coisa. Espera o tempo que for preciso. Se não dão, ele vai embora e volta outro dia, com o mesmo saco*

pedindo silenciosamente. Tem sempre quem dê uma pequena ajuda. Mas se as pessoas cansarem de dar? A gente também não tem tanto . . . Ele podia procurar a pensão que lhe é de direito, a que se chama 'renda mensal vitalícia', garantida na Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, devida a idosos de mais de setenta anos e a deficientes que não têm de quem depender obrigatoriamente. O homem foi tantas vezes procurar esse direito até que desistiu".

A história entrou no bico do pato, saiu no bico do pinto, quem quiser agora, que conte mais cinco. Eu conto! Pois então conte:

" *. . . Era uma vez um homem que tinha vindo do sertão para trabalhar de servente na construção civil de Fortaleza. Um dia foi atropelado por um veículo que subiu a calçada onde ele se encontrava e fugiu sem dar tempo de ninguém anotar a placa. Foi levado ao Pronto Socorro dos Acidentados e lá passou oito meses, de onde voltou sem uma perna. Quando recebeu alta, os médicos o mandaram pegar a medicação para a continuidade do tratamento na farmácia do governo. Ele vinha de lá pela quinta vez, se arrastando com a muleta, e o remédio continuava em falta. Agora não podia mais trabalhar e estava vivendo na casa de uma filha, no Jardim das Oliveiras, que trabalhava de empregada doméstica. O jeito era o homem começar a pedir a um e a outro. Quem sabe, se ele pedisse na farmácia, não havia uma amostra grátis, ou então ele tinha a sorte de encontrar com o representante da indústria de remédio? . . ."*

Tem muito mais história mas por hoje chega, dizia a bisavó. Porém, ninguém foi feliz para sempre. Tem muito mais mesmo, é só sair por aí catalogando os homens e mulheres fortes,

no vigor da idade, a quem falta uma perna, um pedaço do braço, a visão, o senso, um pulmão. Foram atropelados por veículos que fugiram sem os socorrer, ou atacados por bandidos, ou pegaram uma bala perdida, ou tiveram corroída a carne na poluição das fábricas. Vítimas de um tipo de violência que escapa ao controle da justiça, um tipo anônimo de violência que estraçalha não só os pedaços dos corpos, mas a vida inteira dos indivíduos e de suas famílias. Incapacitados para o trabalho hão de recorrer a quem, senão à caridade pública? A assistente social se preocupa que eles adquiram o 'vício da mendicância'. O vício? É até de se chegar a pensar que se trata da primeira rebeldia, me perdoe se falo assim essa heresia, porque nem sempre foi assim. Ou, senão, agora, do único jeito possível de reatar um laço que já houve, um que saiu dos primórdios do tempo e veio se desfazendo, se desfazendo, até que soltou de todo, sem nada à vista imediata que de novo ate. Pois que até da comunidade cristã - no seio da qual desfrutavam naturalmente o direito à ajuda oferecida pelas rendas eclesiásticas - foram arrancados, levados para o olho da rua pelo vendaval das mudanças políticas e econômicas ocorridas a partir do século XVI, e pelo processo de secularização aí embutido(13). Se até então tinham sido os 'pobres de Deus', Seus filhos prediletos, com um lugar certo à Sua mesa, agora, a pobreza tendo sido transformada em questão civil, são os 'pobres de ninguém', enteados preteridos do Estado-de-mal-estar(14). Também houve povos, como os antigos semitas, para os quais o direito dos pobres à participação na comida, se devia simplesmente à afiliação social e ao uso religioso(15); assim como outros, como os dayak, que chegaram a desenvolver todo um sistema de direito e de moral sobre o dever de não deixar de repartir a refeição que fosse assistida por outrem, ou que alguém visse preparar(16). Desse modo, Marcel Mauss(17) chega a falar na 'obrigação de receber', pois um clã, um grupo doméstico, uma caravana ou um hóspede não tinham a liberdade de não receber presentes ou não solicitar hospitalidade,

associando deste modo as idéias de hospitalidade, alimento, comunhão, paz, troca, direito. E não é preciso ir muito longe, não. Entre o povo daqui, povo do meu Ceará, por exemplo, ainda demanda muito o costume de hospitaleiro. Isso tem servido bem à indústria do turismo, é agora uma boa moeda comercial. Mas também persiste no íntimo das relações cotidianas, resistindo com a tradição às imposições da razão mercantil. Basta ouvir dona Fransquinha, **mendiga do sertão**, contando das ocasiões em que as mulheres donas de casa a convidam para entrar quando ela bate às suas portas pedindo uma esmola, oferecendo-lhe uma refeição, um banho, ou que ela se sente para descansar. Claro que são modalidades de relações sociológicas diferentes: um mendigo moderno não é a mesma coisa que um nativo maori, ou um visitante numa casa de família nordestina, e que vai muito distante o significado do direito em um e no outro caso. Mas se - como analisa Simmel(18) - o direito é o que existiu primordialmente, sob a forma das diversas pretensões humanas, quer sejam materiais, afetivas, religiosas, cognoscitivas, as quais depois se converteram em deveres dos outros, criando assim as relações de pertencimento e as formas de contrato, é de se ingadar a respeito da dita comunidade de direitos e deveres da qual o mendigo moderno derivou, supondo que os mesmos decerto não foram adequadamente atendidos para que hoje se encontre o mendigo assim nesse estado de 'viciado em pedir', embora quem escutasse dos dois lados, tê-lo-ia ouvido dizer que foi 'obrigado a pedir'. Quem promete deve, não é assim? Sobre um direito negado, outro direito se cria, que é o direito de cobrar o devido. Não foi por outra razão que, em outubro de 1992, um juiz federal americano, com base no argumento de que o Estado violava a primeira emenda da Constituição dedicada à liberdade de expressão, deu ganho de causa aos mendigos de Nova Iorque, proibidos pela lei estadual de mendigarem nos lugares públicos(19). É muito geral afirmar ter sido o mercado a proposta da modernidade para abranger sistematicamente a equivalência dos direitos e

deveres, com capacidade de incluir a todos os indivíduos livres, então denominados cidadãos. Mas foi isso que aconteceu, a retumbante utopia(20), que continua mobilizando muita gente, incautos ou inescrupulosos, de que todos seriam equivalentes entre si, o mercado promovendo a equalização, o grande sistema circundante no meio do qual cada um gozaria plenamente como membro de suas ordens concretas, tais como o 'mercado de trabalho', o 'mercado de consumo', o 'mercado de lazer', o 'mercado dos conhecimentos', e assim por diante. E tudo como um direito inalienável do homem. Pairando sobre tudo, mas sem em nada interferir, o Estado como a fonte mesma do dever, sempre a postos para servir em alguma emergência - fosse um combate por fronteiras e comércio, a prisão de um vadio, o socorro a algum mais pobre. Mas o que teria dado errado nesse idílio para que tão grande número de pobres, aumentando a cada dia, fizesse estornar a contabilidade da assistência pública, tornando débito o que devera ser crédito, deixando o Estado com uma dívida social que não paga nunca? E nisso ficam os governos quitando uma prestação aqui, rolando outra ali, tentando manter as aparências e a todo custo não gerar o pânico ou a revolta daqueles que são os principais credores. Coisas paliativas e tão semelhantes que quem ouviu uma providência governamental de socorro aos pobres ouviu todas. Como esta que segue só para caracterizar melhor o cotidiano da Unidade de Abrigo, conforme vem sendo delineado nestas linhas, a fim de marcar bem a protagonização destes que fazem a história social dos mendigos no Ceará, nas cenas do quarto ato, a dos **mendigos de abrigo**: na seca de 1993, sendo muito mais visíveis os quadros da miséria, expostos assim na rua como um museu de mutilados de guerra ao ar livre, a imprensa de Fortaleza divulgou uma reportagem sobre famílias que viviam há dois meses sob o viaduto da Av. Borges de Melo. Depois disso o governo estadual mandou recolhê-las à Unidade de Abrigo. Eram ao todo vinte pessoas: cinco mulheres, quatro homens e onze crianças. Alguns com feições muito marcadas por

traços indígenas e aparentando um bom aspecto físico. Um dos casais viera de Aracoiaba, no Ceará, com dois filhos pequenos. Os demais vieram do Piauí, sendo todos parentes de primeira linhagem, irmãos e sobrinhos. Uma das mulheres era solteira, com três filhos. Estavam há três dias no Abrigo e aguardavam o médico. Uma das mulheres quer saber se ele vem do *hospital mental*, porque ela sofre de dor de cabeça e de muita agonia no juízo. A assistente social avalia tratar-se de "*uma estratégia para não trabalhar, o que é recorrente entre essas pessoas*". A mulher, porém, diz que de jeito nenhum, é acostumada a trabalhar nas casas, trabalha em casa de família desde que chegou aqui, faz seis anos: "*tomara que saia essa casa de mutirão mesmo, boto meus filhos pra debaixo dela e vou trabalhar de doméstica*". Um dos homens foi acometido de dengue, também aguarda o médico. As famílias chegaram no dia em que era concluída a reforma na dependência para receber os 'clientes externos', aquela modalidade de assistência prestada nos casos eventuais de pessoas que vêm de passagem do interior e precisam permanecer na capital por mais de um dia mas não têm onde se abrigar, ou de idosos que se perdem na cidade e a polícia recolhe enquanto a família é localizada. Para o caso de famílias que estão na rua não existe nenhuma instância governamental responsável, e aquelas tiveram de ocupar a área nova, embora esse tipo de ação não fosse prevista na Unidade. Mas como a matéria havia chegado à Assistência Devida e o governo mandara que fosse tomada uma providência, a direção do Abrigo fora obrigada a recebê-las. Estão, porém, todos muito preocupados, imagine se a notícia se espalha entre o povo de rua . . . Por outro lado, a chefe supõe que aquelas pessoas, tendo encontrado teto e comida, não hão de querer largá-los espontaneamente. Por isso orienta-as para que procurem uma alternativa na rua, que continuem fazendo o que já faziam sob o viaduto, afinal os portões estão abertos: que saiam à cata de trabalho e de esmolas. Como? Quer dizer que trabalho e esmola não são possibilidades antinômicas de sobrevivência?

Quer dizer que a mesma instituição de assistência acata também a mendicância, sanciona-a? E como será possível então compatibilizar a aprovação dessa prática com aquela avaliação de 'vício da mendicância'? Enquanto isso, porém, formalmente, a Assitência Devida providencia a construção de casas na periferia, sob o regime de mutirão, seguindo a política de habitação popular do governo estadual, para onde serão transferidas as famílias, o que a chefe da Unidade aguarda ansiosa, a fim de retornar à rotina da instituição. Como vai agora entrar de férias, o problema passará para as mãos da vice-chefia, *"que vai ficar danadinha quando chegar"*, por sua vez, também das férias. Problema? Sim. Por exemplo: começaram a surgir as brigas entre as crianças, assim como as disputas entre os adultos, principalmente com respeito à promessa de casa; as mulheres denunciam umas às outras de já haverem sido beneficiadas com casas que venderam, o que não é permitido no regime de mutirão do governo mas é uma das práticas mais usuais entre os beneficiados. (Um esclarecimento: com referência às populações pobres diz-se 'beneficiado' e não 'usuário', como é usado no caso das demais classes). Outra ordem de problema é com relação ao alimento. A Unidade estava oferecendo três refeições diárias, mais o leite para as crianças. Pois não é que eles vieram reclamar que os meninos estavam passando fome e até ameaçaram de ir embora?! Aí providenciamos leite com biscoito para a merenda nos intervalos e para mais um lanche à noite. Agora me digam as mães desses meninos: como é que viviam debaixo do viaduto com os filhos se lá nem água tinha?! E agora, tendo até o leite, podem falar de fome?! As mães responderam que lá eles comiam de instante em instante, que os vizinhos davam. Que vizinhos, se aquilo é uma ponte só de carro?! Quer mesmo saber? É de supor que, mal comparando, a vida assim é como se fora numa floresta onde se vive da caça e dos frutos silvestres: é colhendo e comendo, não tem hora marcada e nem cardápio previsto; o estômago é então toda hora enganado, parecendo não ter fome. Quanto à vizinhança, é até

onde a vista alcança e as pernas chegam para bater numa porta e pedir um bico de pão, uma caneca com água, um resto de refeição. É isso. Mas que surpresa! A técnica não retornara ao alojamento desde que chegaram. Vira-os imundos, você precisava ver, pretos, manchados, uma face esquisita. Agora não, a pele está assentada, são de uma cor uniforme que se caracterizaria como 'pardo' pelo censo oficial. Como eles puderam adquirir uma aparência tão boa em apenas três dias?! A técnica se surpreendia com o *aspecto de gente*, como disse, que adquiriram tão logo foram tocados pelas graças que as gentes precisam. Então eles não são como bichos? Então eles não são viciados? Então eles podem ser como nós somos? Para você ver . . . Pois é só imaginar a vida sob aquele viaduto, localizado na saída da BR-116, por onde trafegam as toneladas dos grãos que paramos de produzir, dos bens que não pudemos industrializar e vêm todos do sul, da força de trabalho migrante que não quisemos ocupar, imagine o peso, o barulho ensurdecedor; imagine o chão escaldante e poeirento, distante de qualquer equipamento urbano e de residências. A sombra agora de um teto, a fartura da água encanada, a espuma do sabão nos corpos, o conforto das camas e o aconchego dos lençóis, o alimento quente e certo, calculado profissionalmente segundo as regras de combinação nutritiva, o médico em casa e o medicamento na mão, quem havia de desejar mais? Só um par de *chinelo velho, se a senhora tiver para esse menino que tá de pé no chão*, pede o homem. Tenho não. *Então a senhora não é do governo?* Sou não senhor. Pois é, para você ver como tem solução, para você ver como é imediata a reação. Conclui indagativa a técnica: *"É, no Brasil é só querer, mas quem é que quer?"*. Foi aí que chegou uma assistente social vinda da visita de praxe a um homem hospitalizado que receberá alta e não tem para onde ir. Coisa de rotina, os hospitais públicos, principalmente a Santa Casa de Misericórdia, estão sempre convocando a Unidade para receber pacientes indigentes. A lei é mandar sair a fim de desocupar o leito para o próximo. A assistente social faz o relato: o

homem vive na rua há cinco anos, veio de Morada Nova, onde tem dois filhos muito pobres que não podem arcar com o seu sustento. Tem um defeito nos pés, que são virados para dentro e não anda, se arrasta pelo chão, em razão do que tem uma ferida muito profunda na perna. Vivia de pastorar carro no centro. Tem quarenta e nove anos mas aparenta muito mais. Diz que é obrigado a pagar aos 'mirins' para não ser assaltado. Estranha lei, estranha forma. Mas o homem não vai poder ser aceito na Unidade de Abrigo, que está lotada. A assistente social, pensativa, se pergunta: *"Como é que nós vamos resolver a contradição, já que não podemos receber o homem porque estamos com esse pessoal do viaduto aqui?"* De menos importância parece o abandono de um e dos outros diante do procedimento burocrático, a contradição que a preocupa não é a dessa matéria, mas da forma. Ela quer saber o que deverá responder ao hospital que fez a solicitação e o que vai escrever na ficha. Pensa mais um pouco até que encontra a solução: *"Já sei! A gente diz que o pessoal estava na rua e tinha criança"*. Pronto. Estabeceu-se formalmente a medida da indigência. Para além da forma, desolador é ver a miséria conformada a critérios de 'mais miséria'. Como diz a chefe, quando é obrigada a escolher: *"Mendigo tem carência de tudo e nós não podemos suprir"*. Em assim sendo, como está prevista uma grande festa nacional por ocasião do tetracampeonato do Brasil na Copa Mundial de Futebol, neste abençoado ano 'real' de 1994, também de boas chuvas que é ano terminado em quatro, a nutricionista da Unidade de Abrigo que trate de providenciar os mantimentos para a alimentação dos clientes, deixando tudo organizado com antecedência, porque já ordenou a chefe a seus funcionários: *"Se ganhar, não é preciso nem vir"*.

Brasiii

Foi aí que chegou o filho da Conceição para abrir as cenas do terceiro ato. Nascido de Maria da Conceição de Oliveira Lima, **mendiga de rua**, um menino alvo, de cabelo liso e bem afilado, segundo a descrição do Carlinhos, o encarregado do estacionamento de automóveis da Rua Barão do Rio Branco, quase esquina com o *'Bec dos peixinhos'*, que é como ela oferece seu endereço, onde passa a maior parte do dia, recebendo as esmolas e as intimidades dos homens quando vão guardar ou apanhar seus carros. Vendo-a sem a barriga, um deles pergunta se ela está moça de novo, sorrindo e olhando-a com a ternura lasciva que despertam as putas, e a concupiscência que ocultam as mães acabadas de parir. Ela responde com a voz indefesa de mulher rebendo homem, *a bença meu padrim*, e estira a mão. Mas imediatamente se recompõe e pergunta pela família do homem que, numa fração de tempo, transfigura-se em repeitável pai de família perante nós e a si mesmo. O outro é mais explícito e suas palavras chafurdam diretamente, sem nenhum pudor, a barriga desocupada da Conceição, referindo-se ao pai do menino, que poderia ser qualquer um, menos ele mesmo porque *você nunca deu pra mim*. A Conceição enrubesce e ri, *respeita a presença da mulher, rapaz.* Não é nenhuma ofensa, não se importe por mim mas por si. O encarregado do depósito, ao contrário, é respeitoso e solidário com ela. Foi quem a levou ao hospital quando entrou em trabalho de parto e agora a orienta como um velho e compreensivo amigo. Aconselha-a a mostrar para as pessoas da família e para o filho que ela havia mudado, que não era mais a mulher que eles conheciam. Diz-lhe que ela não podia só acusar os parentes, que estes também tinham as suas dificuldades. A Conceição, porém, embora reconhecendo sua culpa ao contar as estripulias que já fizera na casa do irmão, não escondia sua mágoa pelo tratamento que recebera, principalmente da cunhada. Ao receber alta do hospital, a Conceição foi levada com a criança à casa do irmão, na Vila Manoel Sátiro, por uma prima enfermeira da maternidade onde deu à luz. A previsão era de que o

menino seria dado a um casal sem filhos, com o qual a Conceição já havia acertado tudo, tendo a mãe adotiva inclusive ido conhecer o bebê na maternidade. A prima, porém, desfez o trato, pelo que a Conceição não parava de repetir que nunca iria perdoá-la. Chegando à casa do irmão com a criança, levada pela ambulância do hospital conseguida pela prima enfermeira, teve de voltar para o estacionamento, sozinha, de ônibus, em noite de chuva, porque, segundo a sua versão, o irmão não a aceitara, ficando apenas com o recém-nascido. Que tanto fizera a Conceição para não receber assim o perdão da família? Conta episódios de muita violência, de ameaça de morte, de espancamentos, de incesto, de estupro, de dorgas, de bebedeiras.Diz que deve à cunhada o estar na rua, porque, quando perdeu a virgindade ela foi uma que vivia dizendo *se tu não é mais de nada por que não vai logo pro meio da rua atrás de homem?*. E diante de tão determinante causa, se curva a Conceição: *aí eu não tive por onde, eu fui.* O Carlinhos depõe sua inocente mentira: *ora, Conceição, ninguém cai na vida por causa de outro, não; você foi porque quis.* Ela ri e cala. Ele aproveita para fazer-lhe uma recomendação: *e vou lhe dizer mais uma coisa, você se lembre de mim quando sentir vontade de beber e fazer besteira porque não quero mais você aqui, lhe dou uma surra de cinturão e lhe boto pra fora.* O Carlinhos é o amparo da Conceição, e o estacionamento da Barão do Rio Branco é a sua casa diurna. Lá ela guarda seu saco de roupa e algum produto de higiene pessoal, toma seu banho e lava a roupa. Em frente há um açougue onde ela geralmente almoça com a funcionária do caixa. Quando sai, não se afasta muito daquele ponto. Ao cair da noite ela vai dormir sob a marquise da Samasa, loja de departamentos situada a três quarteirões dali, na esquina da rua Assunção com Pedro I, sob a proteção do Sr. Almeida, vigia da quadra. Qual teria sido a primeira perda da Conceição, ela que faz questão de dizer que teve pai e mãe? É porque eles morreram que ela se encontra assim ao léu, porque pai e mãe sempre recorrem o filho quem

quer que ele seja, supõe o Carlinhos. E qual teria sido a primeira perda? A virgindade? A proposta de casamento? Os pais? A perna? Os filhos? Aí diz o Carlinhos: *Conceição, você bem que ganha alguma coisinha aqui. Pois tome juízo, junte algum, e quando for dia de domingo você vai levar para o seu filho, fica com ele um pedaço, ele vai crescer sabendo quem é a mãe e, quem sabe, se no futuro ele venha lhe servir?* Calada, as lágrimas que não se sustentam nos olhos, a Conceição talvez no seu íntimo recomponha o último filho perdido, uma possibilidade de ganho, uma reconquista. Não perdeu ainda a esperança a Conceição . . . Mas resistirá? Quando fala, com a voz entrecortada, profere um misto de ressentimento e auto-censura: *por que é que eu não tenho as duas pernas?*. E diz que tem hora que sente uma coisa tão ruim na cabeça que sua única vontade é sair bebendo pelo meio do mundo. Ao que o Carlinhos insiste: *Não faça isso, Conceição, mostre que você mudou.* Sentada num banco de madeira à entrada da guarita de recepção do estacionamento, os pontos do parto e da ligadura das trompas que ela acredita que a médica fez, conforme tinha combinado no pré-natal, ainda vivos, ela deseja um lugar para esticar o corpo, está cansada, não dormiu nadinha à noite passada. Um manobrista aponta para o chão e pergunta por que ela não se deita ali. É cruel o manobrista. Não vê que o chão está inteiramente molhado pelas chuvas do ano de inverno? Por que joga merda na Geni? A Conceição o olha e não diz nada, nenhuma defesa. Ó, imbecil, não está vendo que o chão está molhado, que em plena luz do dia uma criatura não pode se deitar na passagem do trabalho dos outros? Não sabia? Pois numa cidade do oeste da França, La Rochelle, o prefeito fez foi decretar que era proibido, tanto para as pessoas como para os animais, deitar-se ou manter-se em posição alongada nas ruas da cidade, de modo a dificultar a circulação dos pedestres(21). Pensa que aqui é diferente, que é feito o terreiro da casa da mãe lá onde o cão perdeu as esporas? Mas não diz nada. Recebe a pancada e parece nem

retesar os músculos. Ela é mesmo feita para apanhar? Ela é boa de cuspir? O Carlinhos sugere que ela faça uma tentativa com a madrasta de ficar em casa dela, pelo menos durante o resguardo. Ela acha que é inútil, que só vai é se cansar mais ainda com aquelas muletas, subindo e descendo dos ônibus. Madrasta é a mulher em razão de quem morreu de desgosto a mãe da Conceição. Diz que vivia em sua casa cuidando dela e dos irmãos e o pai se pegou com ela. A mãe soube e adoeceu até que morreu. Enquanto o pai foi vivo a Conceição permaneceu na companhia deles, mesmo já tendo se desmantelado na vida. Quando chegava embriagada era o pai quem cuidava dela. Mas depois que este também morreu, a madrasta não a quis mais em casa. Uma mulher parida precisa de repouso, até chamam o período do resguardo, as mulheres comem canja de galinha do terreiro, permanecem na alcova. Foi assim quando Conceição nasceu. Será que ela não gostaria de ir para um abrigo do governo até sarar do parto? Ela vê um problema: de que jeito poderia passar sem o cigarro? Ah, não poderia. O Carlinhos promete não deixar faltar, manda deixar. E que abrigo é esse, onde pobre pode descansar? É um próprio para isso, Conceição. Venha. Mas antes tem que acertar com os funcionários, aguarde só um pouco. Quem decide é a chefe, mas ela foi a uma reunião de cúpula e quando regressar, no final do expediente, é apenas para apanhar seu carro, não tratará mais de assunto de trabalho. Mas a moça está ponteada, no meio da rua, e só tem uma perna. Você já me disse isso. Ela precisa de um lugar para repousar. Eu sei. Mas tem uma rotina de trabalho, não pode fazer nada. Telefone amanhã, às nove horas, que o caso será levado à chefia para avaliação, mas logo lhe adianto que será muito difícil obter uma resposta favorável, porque a Unidade de Abrigo já está com sua capacidade de alojamento lotada. Olhe, os pedidos de vagas são muitos, existe uma lista imensa de espera, deixe o nome da pessoa com o seu pedido. Mas não é meu pedido, não se trata disso. A moça não pode esperar, com o passar do tempo se esgota o próprio motivo, bem imediato,

pelo qual ela está necessitada de assistência. Isto não importa, é um aspecto secundário. E há outro problema a considerar que é o seguinte: a Unidade de Abrigo recebe temporariamente, mas só nos casos em que o cliente tem uma meta para o final do prazo de alojamento. São os casos em que a pessoa está à procura de emprego, ou de passagem para outro lugar, ou esperando que alguém a venha buscar. No caso da Conceição, que justificativa tem a instituição para mandá-la embora no final do resguardo? Ora!, o final do resguardo. Pois imagine outro tipo de problema, digamos que a Conceição resolva ficar, isso vai mudar as regras do trato. A instituição dá lá seu jeito, abre uma vaga, flexibiliza, eu é que vou saber? Pior ainda poderá acontecer. Especulemos assim, digamos que seria muito normal, até previsível, que uma pessoa que vem da rua não se adeque às normas, ao regulamento da casa. É possível. Veja, uma mulher aos trinta anos, sem profissão, cheia de vícios, rejeitada pela família, é uma pessoa que não plantou e que por isso não pode agora querer colher, tendo sobrado para ela apenas a instituição. E não é para estes, para os que não plantaram (aspas) que existe a instituição? É. Mas será que uma pessoa assim vai querer ficar confinada aqui dentro? É, então, o lugar do confinamento, da deposição? Não é a morte o último limite, o último limite é o julgamento inapelável, de que não colherá quem não plantou, da funcionária da assistência social do governo. Pode recuar se não aguenta ouvir, se tem medo, ou raiva, ou sei lá o quê. Fala a voz de quem tem muita prática, muitos anos nessa profissão de assistir. Ainda assim, não gosta de ver o que está acontecendo. Olhe, outro dia, tendo ido a uma pizzaria, voltou horrorizada porque viu pela primeira vez o rosto, nunca tinha visto o rosto!, dos meninos de rua que rondam pelas mesas arrastando os restos de comida. Nunca?! E onde é que viveu esses anos que nunca viu?! É um absurdo, veja você, mesmo o gerente proibindo a presença dos meninos no local, de nada adianta, eles teimam e não deixam ficar nada sobre as mesas. Aí a pizza perdeu o gosto, foi. Quem

vai ter gosto de comer assim? Diz que já houve gosto, sim, e não só entre povos exóticos, não. Esse nosso também, vem daí uma qualidade de povo hospitaleiro, que gostava de oferecer. Era o dom da dádiva. Mas vem se acabando. Pois bem, a menina pequena, a filha, ficou espantada quando viu aquilo, aqueles meninos fumando, cheirando cola. Disse a ela que era outra coisa, que eram cigarros de brincadeira, os meninos estavam brincando de fumar. E quando ela perguntou o que eles faziam com aquele saco enfiado nas fuças, não esclareci que era cheirando cola não, menti de novo, ora! deve-se proteger a inocência das crianças contra esses mirins perigosos, disse que eles estavam gripados e aquilo era para espirrar e assoar o nariz. Pois não quer a assistente social do governo ver, e nem que a filha veja, como são as pessoas que não plantam. E mais tarde, quando não tiverem o que colher, ela saberá dar um jeito: fazer-lhes o enterro do que poder ter restado de esperança. E isso após uma correta avaliação técnica feita no decorrer da visita de reconhecimento, como tem de ser de praxe. Porque é preciso ter cuidado, principalmente quem trabalha com esse tipo de gente, pode ser por ocasião da tomada de decisão se é caso ou não de abrigar, mas pode ser também numa pesquisa como essa, é preciso ter muito cuidado com os mendigos viciosos, não pode confundir os desempregados com os vagabundos. Não vê esses de Miraíma que depois que aprenderam a pedir nos sinais não querem saber de outra vida? Não querem plantar, não querem mesmo. No final, vão colher o quê? Sabe a assistente social que não colhe quem não planta. Mas não sabe, certamente não leu nos jornais a nota que dizia:

NORDESTE

Ceará

Os moradores de Miraíma ficaram

isolados devido ao transbordamento,

há quinze dias, do rio Aracatiaçu. A

água interrompeu a única estrada

que dá acesso à cidade. Os moradores

estão usando barcos, bicicletas e cavalos

como transporte(22).

Como também não deve ter tomado conhecimento de que, quando depois foi iniciada a construção da ponte, foi preciso trazer trabalhador de fora especializado em ferragem, serraria, encarregado de serviço e outros, coisa que não existia em Miraíma(23). É assim, ficou seco durante três anos, tostou tudo. Depois, assim que o inverno apareceu, foi chuva muita, até que transbordou, agora encharcou tudo. Tem semente que chegue? Ora, sinhá dona!, antes de distinguir entre o trabalhador e o vagabundo, tem que distinguir é entre a Moral e a História. E haja sociologia! Mas continuam as negociações. No segundo dia, a decisão tomada é comunicada pelo telefone: como amanhã é feriado nacional, no dia seguinte será feita uma visita de reconhecimento à Conceição parida, não se sabe se pela manhã, ou se à tarde. Se for o caso, a parturiente será trazida à Unidade de Abrigo. Mais dois dias? Bom, se ainda for do seu interesse, a visita será realizada no dia marcado. Meu interesse? Não é meu interesse, o caso é de urgência, imagine se fosse um defunto para enterrar, ia esperar tanto tempo? Olhe, casos de enterro são tratados diretamente com a Assistência Devida e tem suas próprias regras. Ah. Agora tem que fornecer o endereço. Que endereço, se a moça vive na rua? Já que é assim, um ponto de referência pode ser o endereço. São três, pelo menos: o estacionamento da Barão do Rio Branco; a calçada do INSS, na rua Pedro Pereira, onde ela às vezes esmola; e o seu ponto de dormida mais usual,

que é a marquise da Samasa, na rua da Assunção. Referência da noite não serve, porque ninguém trabalha à noite. Claro. A enumeração deste foi uma tola vingança à lei do trabalho de assistência do governo, que vale por si, sendo o indivíduo necessitado muito mais o pretexto. Quem não sabe? A Conceição esperou pelo expediente da repartição pública, e finalmente foi levada para a Unidade de Abrigo. Ficou logo estabelecida uma data para sua saída. Foi examinada pelo médico que lhe receitou remédios para dormir e uma cadeira de rodas a fim de que não force os pontos do parto ao andar de muletas. Seu primeiro desejo é não mais ir embora, como previra a assistente social, conta os dias que faltam e pede um jeito de ficar. Espere sarar, Conceição, recuperar as energias, só então comece a se preocupar com o que vai acontecer. Ali cuidada, parece não se incomodar com os senis e inválidos sentados a seu redor. Quer saber do filho. Diz que do outro ela pegou logo abuso e nem ligou quando deu. Mas deste não consegue esquecer. Mostra o leite vazando dos peitos cheios como se fosse um apelo da criança. Agora chora sem esconder. Antes não quis falar sobre o menino e nem como as coisas haviam acontecido na casa do irmão. Traz agora os detalhes e mostra o suor escorrendo no rosto e nos braços, olha como eu fico suando de falar nisso. Não precisa falar agora, deixe passar um tempo.Mas ela faz questão de falar, sentia-se muito abafada sem poder falar com ninguém. Sou toda ouvidos. Porém, como estabelecer a separação entre a condição da pesquisa e as carências afetivas da **mendiga de rua**? Surgem laços de confiança para além da necessidade posta pela pesquisa. Ela diz emocionada que sente muita intimidade em relação a mim e que me vê como se fosse sua irmã, que pensava que ninguém no mundo gostava dela, mas que descobrira a mim e ao Carlinhos, que só com palavras poderia nos agradecer, mas Deus estava vendo e nos recompensaria. Talvez seja o afeto o ponto de partida para que ela recomponha o entendimento de si o do mundo. Mas quem a proverá disso? Da família, foi apartada

porque não acatou suas normas, ela mesma reconhece que já *aprontou até demais com eles*, muita coisa de que se diz arrependida, e o afeto que vem da rua é fluido e descontínuo, precisa ser caçado como uma presa para o alimento do dia. O filho talvez fosse a sua retomada de vínculo com a vida. Porém, o absoluto de impossibilidades a que chegou exige um esforço de recomposição também absoluto. Falta tudo à Conceição e ela está só. Tirará de onde algum resto de poder para recomeçar? Na comoção do momento ela imagina poder contar comigo. Mas sabe que a minha atenção é interesseira também e percebe que faz alguma espécie de troca, direta e indiretamente pede coisas - é a pasta de dente que está no fim, é o cigarro pé duro que está sendo obrigada a fumar pela falta de outro, é o trocado que não tem mais para mandar comprar um cafezinho e um pedaço de pão na merenda, já que ali o pão só é servido pela manhã. Certamente quer ter dinheiro na mão, acostumada como é a nunca faltar algum, à liberdade de comprar o cigarro, um cachorro quente, um gole de café. Ora, Conceição, se não está passando fome, o que você deve é se adaptar aos horários certos de comer no Abrigo. Mas deixe estar que indagarei se é permitido trazer-lhe um lanche. Pensa um pouco, não, pergunte não que elas podem não gostar. Talvez faça um cálculo interior e mudo sobre o que pode significar viver ali dentro e agora não sabe se quer continuar. Está preocupada também porque a mulher a quem prometera a criança tinha ficado revoltada diante dos gastos que já fizera com ela. Fizera negócios a Conceição, pedira adiantado um *trocado para comprar uma calcinha e mais o do cigarro.* Mas afirma que não vendera a criança, que a dera, pronunciando com força a última palavra. Parece não querer perder o filho. Pede que o localize e procure alguém para criá-lo no caso de a cunhada não ficar com ele. Convalescendo na Unidade de Abrigo, ela me põe a caminho para averiguar os encaminhamentos possíveis. Vou. Complicações de ordem epistemológica se põem à vista. Talvez indaguem sobre a objetividade da pesquisa. Respondo que estou

absolutamente dentro do método, que é já pesquisa a pesquisa que a Conceição me incumbiu de fazer junto à sua família sobre as possibilidades de reconciliação. Reconstruindo assim todos os laços de onde ela se desprendeu, ou mais honestamente, aqueles que puder perceber, mais não estou fazendo do que, do ponto de vista da pesquisa, delineando sua 'história de vida', já que, de um modo geral, considero insuficiente apenas a fala do sujeito para esse fim. E mais insuficiente ainda nesse caso, uma vez que o 'espaço da rua' onde conheci a Conceição e a elegi como a principal protagonista do que aqui está sendo conceituado como **mendigo de rua**, é de muito difícil acesso. Assim, o que aparecer como envolvimento, algo de missão política ou religiosa, é antes de tudo um procedimento da pesquisa, o que mantenho, ou pretendo manter, sob o controle da crítica. Estaria aqui como o Barão de Münchhausen, querendo arrancar-me do pântano puxando-me pelos meus próprios cabelos? Ponho-me à caminho, vou à procura da família da Conceição. Primeiro, à casa da cunhada, indo saber ali o que fora feito do menino. Esta havia avisado à Conceição de que o entregaria ao SOS-Criança de Fortaleza, entidade que abriga casos de emergência ou abandono infantil. Mas lá o menino não foi aceito porque existiam membros da família que poderiam se responsabilizar por ele. A cunhada, contudo, julgando-se incapaz de ficar com o sobrinho, deu-o a um casal de protestantes, cujo marido trabalha com vendas a domicílio, a forma do antigo prestamista que entre nós ainda sobrevive com a denominação de 'galego', a quem o sobrinho rapaz da Conceição costumava comprar. Diz a cunhada que o bebê vai muito bem, que a mãe adotiva teve muitos gastos com o enxoval, que o bichinho já está bem gordinho, que já tem um nome que recebeu na igreja lá deles, chama-se Antônio Salesiano Lima, e é muita coincidência, porque Lima é o mesmo nome de família da Conceição, que veio de seu pai. Mas está apreensiva a cunhada da Conceição. Tem medo de haver praticado um ato ilegal e vir a ter problemas com isso se a Conceição resolver

reclamar a criança. Assegura que não foi venda que fez do menino, há quem esteja dizendo isso, mas não é verdade. O que fez foi ir ao Juizado de Menores e declarar que uma criança havia sido abandonada em sua casa sem que ela tivesse condições de criá-la. Com base nesse argumento o juiz a autorizara a dar a criança. De certo modo - ela dá sua própria versão - o menino fora mesmo abandonado, a mãe se tinha ido e ele ficara com ela. Mas dá a impressão que fala mais para convencer-se a si mesma, demonstra outro tipo de apreensão, dúvidas mal formuladas, talvez mais danosas à sua consciência. Não tem muita certeza sobre sua decisão de haver dado a criança sem o consentimento da mãe. Parece saber que se descartou muito facilmente de ambas, que com um pouco mais de esforço poderia dar uma mão à Conceição. Diz meio evasiva que ela bem que poderia viver ali na sua casa. Conta que a mãe morta da Conceição já lhe tem aparecido algumas vezes, sente roçarem os cabelos compridos dela no seu braço e o peso do corpo da morta sentado a seu lado na cama. Tem certeza que ela vem para lhe falar alguma coisa e é a respeito da Conceição. Mas volta calada lá para o lugar de onde veio, deixando-a à espera de uma mensagem. Ou de um perdão? A uma certa altura, percebo dela um longo olhar perscrutador em minha direção e me percorre um arrepio. Que profundezas não consigo atinar no oculto dessas histórias? Que paixões? Que pecados? Ela depois pergunta, então sem arrodeio: *quer dizer que tu acha que eu devia ficar com o menino dela?*. Sei não, dela quem sabe é ela. Mas que o filho talvez fosse um jeito na vida da Conceição . . . O que irá lhe dizer por ter dado o menino? Qual será a reação da Conceição? É quando a cunhada perde a expressão indagativa e fala com uma agressiva convicção: *não vou dizer é nada; e sabe qual vai ser a reação dela? Vai é tomar um porre e vir pra cá botar boneco.* Volta-se imediatamente para a sua própria realidade, seus próprios filhos, suas dificuldades. A filha de dezesse anos põe-lhe no colo o neto de cinco meses que acabara de acordar, para que lhe

dê uma papinha de maçã, enquanto vai prepar um suco de laranja. Cria um neto? Pois é. Talvez sofra um conflito atroz fazendo isso assim com tanto zelo, ao mesmo tempo em que sabe do sobrinho desamparado. Deve ter sido obrigada a fazer uma escolha. Vive com muito sacrifício, trabalhando como vendedora numa loja de autopeças em Messejana, bairro distante de onde mora. Fala de si. É uma mulher que vive de casa para o trabalho, em função dos filhos e agora desse neto. Passa o dia no trabalho, só chega em casa para dormir e nos finais de semana aproveita para resolver os problemas domésticos. Quem quiser falar com ela só se for nesses horários e desse jeito, sem poder dar atenção direito, que a desculpe. Chegam dois agentes policiais da delegacia do bairro que ela convocara em razão de uma disputa com o proprietário da casa onde mora. O homem quer a casa de volta e, na noite anterior, chegara a arrastar um facão na janela, sem deixar ninguém dormir. Água e luz não tem mais porque ele mandou cortar. Ela diz que quer entregar a casa mas precisa procurar outra ali perto por causa do colégio dos filhos. É uma casinha baixa, estreita, escura e úmida nesses tempos de chuva, localizada em um bairro velho da periferia de Fortaleza. A janela lateral, que dá para o quintal do proprietário e onde ele arrastou o facão, está presa por uma única dodradiça, quase para cair. Separou-se do irmão da Conceição há oito anos, de quem tem quatro filhos. O mais velho trabalha num depósito de material de construção civil; os dois mais novos estudam e a que é mãe do neto deixou o trabalho e a escola para cuidar do menino. Como é contra o aborto, ao engravidar do namorado decidiu ter o filho, e hoje vivem assim, cada um na casa dos próprios pais. O menino ainda não foi registrado, mas tem o nome de Ronald porque o pai é Ronaldo. A avó quis registrá-lo como filho próprio, mas precisaria de uma autorização da mãe para isso. O tempo vai levando. Diz que esse negócio de registro de criança não é coisa para se brincar. Enquanto as medidas não são tomadas, quer pelo pai, quer pela mãe do menino, ela vai suprindo bem as

necessidades básicas do neto, um robusto bebê acolhido com carinho por todos da casa. Volta a falar da Conceição. Diz que às vezes, quando é de noite e está chovendo, ela fica só se lembrando da Conceição dormindo por esses pés de calçada, no frio. Suspende o neto do colo e fica a olhá-lo por um momento, calada. Chega a filha mais nova, de treze anos, com notícias da amiga que teve nenen. *Ela não achou quem quisesse ficar com o menino, não, mãe.* A moça está na casa de uma prima porque o pai não quer saber, sequer, de vê-la. O homem que fez o mal desapareceu e a pobre estava sozinha, sem um pedaço de pano para botar no menino, não tinha dinheiro nem para ir para a maternidade, um homem arranjou um carro para levá-la. São as dramáticas dificuldades das moças do subúrbio, exuberantes meninas filhas dos trabalhadores dessa cidade, achatadas no chão duro quando caíram do desejo, e não existia nenhum equipamento urbano, nenhum bem de cidadania por perto. Havia sido perversamente fácil o parto da Conceição, a da rua. Que coisa esquisita, invertida! Dona Helena instruía a Conceição a respeito dos recursos sociais da urbanidade: *Conceição, é só tu ligar dali do orelhão pro SOS que a ambulância vem te pegar aqui. Ou então tu pede a um guarda desses de viatura que vive passando aqui, que eles te leva na mesma hora.* A Conceição, a da rua, a pública, contou com todo o aparato. Mas pense nos trabalhadores doentes, em suas mulheres grávidas, em seus filhos moribundos. O que é feito destes, no sertão ou na periferia da capital, onde a assistência médica passa tão distante? *Ela é bem novinha, não tem quinze anos, o problema agora é saber o que vai fazer com o menino.* O problema agora são os meninos nascidos assim herdeiros das perdas, dos quais também se perdeu a conta. Permanecerão por um fio, precários, sem registro civil porque nem nasceram da civilidade(24): para que registro? A cunhada retoma a palavra e conta que retornara à casa da mãe adotiva para ver o menino da Conceição e esta lhe havia dito que continuava com a criança por uma caridade, que não queria confusão, que devolveria o

menino se assim a mãe o quisesse e que, quem sabe, o menino até fosse a salvação da Conceição. Quem sabe, uma criança não fosse mais a moeda miúda do atual, desprezada por falta de lastro no mercado, mas o retorno à primitiva lei em que a criatura dá e continua o sentido do criador. Mas não, esse é um sonho morto cujo cadáver anda por aí tirando o gosto de comer pizza. Muita gente acha, a cunhada da Conceição também acha, que o problema é porque agora tem assim uma loucura muito grande pelo lado do sexo, com a Conceição aconteceu isso, isso foi a perdição dela. Desde pequena, todos já sabiam que era para isso mesmo que ela ia dar. E por que sabiam? E vai agora repetir para a cunhada da Conceição que "*a explicação que deve ser atingida não é através da indagação por que certamente tipos de pessoas são desviantes, mas por que passam a ser considerados desviantes*"(25)? Se isso tivesse o poder de mudar as coisas assim de uma hora para outra, bem que ia. Mas ela continua insistindo que sabiam porque a Conceição vivia por debaixo das mesas com os meninos, por trás das portas. A mãe não a deixava sozinha por nada nesse mundo. Botou uma professora em casa que era para a Conceição não sair de perto dela. Era muito católica a mãe da Conceição, era filha-de-maria. Uma vez, ela teve que fazer uma viagem e foi deixar a Conceição na casa de uma prima, não queria deixar na casa do irmão por causa do cunhado que vivia com eles nessa época. Pois não deu outra. Sabe o que aconteceu? Na casa da prima o marido desta fez mal a ela. Mas a Conceição foi dizer que tinha sido o próprio irmão, o mais novo. O rapaz depois disso deu para beber até que se suicidou. Era um rapaz direito, um menino bom, trabalhava. Entrou embriagado no mar, foi entrando, entrando, e não voltou mais. Ela foi dizer a mesma coisa do irmão mais velho, que ele ia mexer com ela de noite na rede. Ele se desgostou muito com ela por causa disso. A Conceição falou de medo, que ficou com medo do marido da prima e aí inventou que era o irmão caçula. Mas achava que ele a perdoara lá de onde está. Tanto que, na hora em que

sofreu no Rio de Janeiro o atropelamento que a fez perder uma perna, sentiu que só não morreu porque o espírito dele amparou a pancada todinha do carro, sentiu o peso do corpo dele entre ela e o carro. E pede a confirmação: *se ele não tivesse perdoado não teria feito isso por mim, você não acha?* Um arrepio percorre quem ouve. Medo da alma do afogado, que vai ver está ali pelo meio da conversa, mas medo também diante do grande desconhecimento dos segredos desse mundo, tanto por saber. Quanto ao irmão mais velho, o ressentimento está lá no coração da Conceição, houvera um beijo, sim, numa noite de Natal ou Ano Novo, que o povo maldou e ficou dizendo aquelas coisas dela, mas ela não esperava aquilo dele, ele não podia fazer isso com ela, afinal, foram criados juntos e ela gostava muito dele. Conheci-o depois, quando fui portar a voz da Conceição na tarefa da reconciliação que ela me atribuíra. Ele manteve-se muito reservado, dizendo que já fizera de tudo para mantê-la dentro de casa. Ela é que não quer. Inclusive, quando sofreu o acidente, a família nem sabia que ela se encontrava no Rio de Janeiro. Recebeu foi um chamado telefônico no trabalho para ir buscá-la lá. Não podia ir e ela veio de ônibus, sem a perna. Quer ver os documentos da polícia civil e do hospital do Rio de Janeiro sobre o atropelamento dela? Ele os guarda no fundo da gaveta, estranho cofre do que é perdido. Que tesouro em negativo é aquele? Na ficha de ocorrência da polícia tem um item chamado 'narrativa', onde o policial de nome Antônio Carlos Simonaci escreveu em latra de forma: *"Chegando ao local encontrei no acostamento uma vítima de possível atropelamento, que removi para o hospital-escola de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro".* Era a Conceição, no dia nove de fevereiro de mil novecentos e noventa. O irmão mora hoje no Conjunto Ceará, da Cohab, com a segunda mulher. É gráfico, funcionário da imprensa oficial do governo estadual. Também sofreu um acidente, de moto, a caminho do trabalho, e está de licença desde então, há três anos. Talvez não volte mais a trabalhar, porque ficou

com um grave problema na perna, anda de muleta. Após o desastre, vendeu a moto e estabeleceu uma pequena lanchonete na entrada da casa. Estava agora concluindo uma rápida reforma e mostra com orgulho as paredes branquinhas dizendo que, nesse negócio de merenda, a limpeza é muito importante. Passa o dia vendendo devagar os salgadinhos que a mulher prepara nas madrugadas. De vez em quando chega alguém com uma caderneta para dar baixa no fiado ou acrescentar mais um pequeno valor na conta. Recebe também o salário do governo. Agora, finaliza a cunhada, a única coisa de certo que a Conceição tem é o túmulo da família no cemitério da Parangaba. E isso se for encontrada depois de morta, se não for logo enterrada como indigente. A cunhada até quis providenciar uma aposentadoria, conhece uma mulher que faz aposentadoria. E tem mulher que faz aposentadoria? Tem, ela arranja essas coisas, é só a pessoa ir lá com os documentos que ela disser. Mas nem disso a Conceição quis saber. O que pode ela fazer? Pronuncia alto a pergunta, quer ouvir uma resposta que não posso dar. Calamos as duas. Voltei assim de mão abanando à Unidade de Abrigo para prestar conta com a Conceição. Ela havia ido embora, não esperara a data marcada para o cumprimento do resguardo. Estava escrito na ficha, como era de praxe, que deixara a Unidade por livre e espontânea vontade. A assistente social encarregada do grupo ao qual ela fora agregada diz ter feito de tudo para demovê-la da súbita decisão, já tendo visto a possibilidade de mantê-la por mais tempo do que o inicialmente estipulado, de modo que ela ia ficando, ficando, até quem sabe em definitivo. Isso porque a via se ambientando, querendo ir para o setor de produção trabalhar com os outros na confecção de tapetes, conversando com os companheiros, interessada. Alguns dias depois circulava uma novidade no Abrigo. Novidade? A Conceição fora vista duas vezes pelas imediações, completamente embriagada, com a blusa amarrada debaixo dos seios e a perna da bermuda arregaçada, com a barriga de fora e o coto de coxa à mostra. Descrevendo assim com tantos detalhes,

parecia que a chefe desejava confirmar o diagnóstico que adiantara sobre a Conceição, uma pessoa inválida e descompensada(sic). Mas o fato de a Conceição vir do centro da cidade para tão longe não significaria que um pedaço de si ela havia deixado no Abrigo? E supondo assim, não seria mais justo que as instituições de assistência pudessem considerar com mais atenção as singularidades de cada caso? Não seria de se pensar que a drástica diferença entre a ausência de regras da rua e as regras inarredáveis da instituição fechada haveria de requerer, pelo menos, um período de adaptação? Sem resposta. O que a Conceição diz é que não teve problema para sair, que pediu autorização e assinou um papel. Depois um guarda a pôs no ônibus com as suas duas sacolas. De volta ao estacionamento, parece haver desistido de mudar o rumo da vida. Não fala no filho e mostra-se aliviada porque o irmão não se manifestou. Queixa-se de uma dor na perna e de ferimentos debaixo dos dois braços - é que tinha perdido o costume de andar com as muletas, de tanto que ficara sentada na cadeira de rodas. Ao sair do Abrigo, tomou banho com meio vidro de perfume que ali um pretendente lhe dera em galanteio. No caminho de volta para a rua, jogou para o alto numa encruzilhada seu pente, seu espelho, seu batom e seu isqueiro - seus bens de primeira necessidade - em homenagem a uma entidade macumbeira. Deixou escurecer e foi tomar banho de mar. Entrou na água até o pescoço. Viu na praia uma rapaziada bebendo e fumando maconha e ficou com vontade de participar livremente como sempre fizera, mas resistiu. No segundo dia pegou outra vez o caminho da paria mas a dor na perna e os ferimentos nas axilas fizeram-na voltar. Dormiu como antigamente na sua cama de papelão, sob a proteção do Sr. Almeida, o vigia. Tem de novo à mão o pequeno saco plástico onde guarda as cédulas que recebe de esmola. A de quinhentos ela chama 'acerola' porque é vermelhinha. Arruma-as mais que conta, de vez em quando, e quer sair para comprar merenda. Há que sobrar também o do cigarro que comprará de dona Helena,

durante a noite. Aliás, já está devendo cinco, só de ontem. Está mais magra e brinca dizendo que faz um concurso para entrar numa garrafa. Deve ser porque no Abrigo comia nas horas certas, Conceição. O Carlinhos completa que é também de preocupação, mas ela não lhe dá ouvido. A vida outra vez como um piquenique bom. Ninguém sabe é a volta. O que se passará no coração dessa vadia? Entre os projetos que fazia no Abrigo, ela anunciava o nome que daria ao filho, ia ser o mesmo do avô, Raimundo Clemente Lima Neto, e queria que ele também fizesse parte desse livro, pedia. Havia perguntado ao pretendente Liberalino se ele o criaria. Respondera este que sim, e como prova, apresentava que já tinha criado um de uma mulher com quem vivera antes de chegar à Unidade de Abrigo. Mas antes teria de ir a Sobral, a terra natal, a fim de tratar de sua aposentadoria e aí, sim, poderiam pensar em como viveriam juntos. Planos rápidos dos desterrados, para eles a vida urge sem tempo de namorar, noivar e casar. Para o Liberalino a Conceição se penteava e pintava a boca de batom desde os primeiros dias de chegada ao Abrigo. E para desfrutar mais ainda do seu apetite, o Sr. Liberalino lhe dera de presente um vidro para lá do meio de perfume. Namoravam até mais tarde da noite na sala da televisão e o Liberalino queria muito mais, chamava-a para algum canto, mas ela não ia! Dizia com firmeza, mantinha-se intacta, aguardava o casamento como uma virgem. Mas queria saber que tempo ainda faltava para acabar de cumprir o resguardo. Vendo a Conceição assim tão animada e cheia de planos, pedi a Deus que lhe desse cautela. Porque de um sonho tão das alturas, só Deus podia dar conta. Conceição, se você quer mesmo criar o menino, não conte certeza com nenhum homem, só com você mesma. Imagina se ela ia poder ouvir isso. Dispõe ainda de uma longínqua propriedade no mundo, não é ilusão de todo, ficou um estreito canal de ligação. Por isso quer ver o irmão e pedir dele que lhe reponha a parte do dinheiro da venda da casa que os pais deixaram de herança. Mas dissera a cunhada que, desse dinheiro, a Conceição

não tinha visto nem a cor porque já estava vivendo nessa vida. Os familiares haviam gasto a sua cota, mas a Conceição devia-lhes a honra. Estavam quites. Tratasse agora de não perder o menino, Conceição. E este parece ser seu desejo profundo de auto reconstrução. Era assim que ela avaliava as formas possíveis de organizar a vida com o filho: podia ser o casamento com o Sr. Liberalino; indo morar com a cunhada, mas essa alternativa era mais problemática em vista da rixa entre as duas; algumas vezes, pensava em permanecer no Abrigo, mas nesse caso, como ficaria a criança?; por último, podia alugar um quarto, indo viver de esmolas e manter o menino numa creche. Para qualquer uma dessas hipóteses a **mendiga de rua** teria que recompor as perdas acumuladas ao longo de tanto tempo, algumas irreparáveis, e admitir que ficara só. Fora-se da família, para quem continuará sendo aquela que *nem adianta a gente querer ajudar porque ela não quer nada com a vida*. E quem não quer nada também não quer casa: fica portanto liquidada a dívida pela venda da pequena herança. Fora-se da instituição de assistência social porque ela é a que *tem um distúrbio e não é capaz de se adaptar a uma vida regular*, ficando cumprido também o papel institucional, o de oferecer-lhe a regularidade que ela - *ah! infelizmente* - em razão do distúrbio que já trazia da rua, não pode acatar. Só não se foi da pesquisa, ficou aqui impressa, como dado. Enfim, ficamos todos muito contentes com nossos respectivos desempenhos, cada um de nós fez a sua própria parte. A família fez a sua, a instituição fez a sua, assim como a pesquisadora também fez a sua - observou-a desenhar o ciclo inteirinho e fechar-se dentro. Só a Conceição é que não fez e por isso pagará seu filho, destinado a errar pelo mundo e procurar o vínculo que ela, *porque nunca quis nada com a vida,* cortou irremediavelmente. Ficam então em aberto as cenas de rua que sua mãe já dera início. É apenas mais um número e isso não tem problema porque logo logo fundaremos outras instituições e acrescentaremos novas pesquisas, iguais a esta, parte por parte como nos

compete, nas quais ele provavelmente será incluído. O que não poderá é reatar uma família para sua mãe, que, aliás, parecia ter consciência disso antes de vê-lo nascido. O que ela queria era ter a sua casinha, *minha, eu não digo mais nada não, porque quando eu tiver esse aqui eu vou mandar ligar, se Deus quiser, se tudo der certo, o homem lá falou que tudo tá certo, mandar ligar minhas trompas aí eu não vou mais ter família. Eu achava melhor que tudo desse certo, eu não quero mais ter filho, ainda mais assim aleijada. Embora que eu não tivesse, eu vou viver sozinha num cantinho só pra mim, com uma amiga, assim de confiança.* Tinha já em vista a amiga de confiança, a Luciana, uma que perambulava pela rua sempre que estava desempregada de doméstica e não queria retornar para a família no interior. Ela é que a levara ao hospital para fazer o pré-natal. Não era como pensavam as funcionárias da assistência social do Estado, tinha planos para uma vida regular a **mendiga de rua**, como qualquer moça moderna, para bem viver sua autonomia e sua sexualidade. Difícil era executá-los, quanto mais agora que já acumulara tantas perdas, inclusive de parte do corpo. Aquele era o terceiro filho, os dois primeiros eram de um com quem ela vivera regularmente, em casa alugada, ou na boléia do caminhão pelas estradas do sul, que este era o Cícero caminhoneiro e mecânico, filho de pais migrantes que na época Conceição foi conhecer no bairro da Penha, em São Paulo, como qualquer noiva. Era, porém, muito violento o motorista das carretas. A Conceição também tinha lá sua independência, sabia o gosto de homem, fazia suas reivindicações, já não fora como sua mãe, filha de maria morta de desgosto pelas traições do marido. Tiveram uma relação violenta e trágica. Esse passado de desmonte e teima, porque teima para remontar tem muita e todo tempo, isso que só pode aparecer como irregularidade aos olhos míopes da assistência social pública, esse passado é que empurra a Conceição contra a parede de mármore cinzento do INSS, dormindo na calçada como coisa nenhuma. De uma pouca

distância é algo indistinguível, que somente o guarda Tomás que vigia o prédio, a moça Luciana que no momento está desempregada, e eu que sigo atenta para encontrá-la, é que sabemos tratar-se da Conceição. A mendiga perneta dorme encolhida e tão colada à parede como se fosse um ventre, às duas horas da tarde, no dia santo de sexta feira da paixão de Cristo, em meio ao deserto urbano da cidade de Fortaleza. Quanto ao presente, é assim um dia da vida da **mendiga de rua**. Teria fome, já que os bares e lanchonetes estão fechados pela data santificada? Levo-lhe um prato com feijão, arroz e peixe frito, o cardápio instituído para hoje, que ela própria, na noite anterior, nas conversas com dona Helena, havia prescrito que comeria. Supus na ocasião que era puro delírio, ela queria preservar um costume do qual já fora excluída; afinal, se a cidade não ia funcionar, de onde ela tiraria a refeição cristã? Foi aí que resolvi levar-lhe o prato, como parte da minha técnica de sedução. Cheguei tarde, porém. A Conceição já estava farta, duas missões católicas tinham levado lanche e almoço, além da comida que ganhara dos vigias. Reservou meu prato para o jantar, recomendando antes que nada dissesse à Luciana. Não queria repartir a comida? Estranho, porque há pouco reconhecera a solidariedade da companheira, que era graças a ela que estava fazendo o pré-natal, tomando remédio e tudo. Ou armava uma carta para ganhar o jogo comigo, fazendo-me acreditar que a minha dádiva era-lhe muito mais valiosa do que a amizade da Luciana, sendo esta uma forma de apropriar-se de mim? São surpreendentes as tramas que ocorrem no escancarado da rua onde nenhuma instituição prévia ordena a ação ou os sentidos. Estes se instituem e destituem permanentemente, num instigante jogo de esconde-esconde, de alianças feitas e dissimuladas, ou desmanchadas aqui e logo ali refeitas. O fato é que aquela era a segunda vez que presenciava a Conceição negar a Luciana. A primeira foi quando um dia ela chegou no seu Almeida, acompanhada de outra mais novinha, e ficaram as duas passeando abraçadas na rua, vestidas ambas com uns

shorts colados que elas puxavam de vez em quando para cima fazendo aperecer a popa da bunda, ao que os homens respondiam com gritos e beliscões. Faziam um pequeno show no ponto de dormida dos **mendigos de rua**, dirigido aos transeuntes que voltavam à casa no final da tarde. Quando finalmente um as levou de carro, dona Helena as apresentou como sendo *umas que anda mais a Conceição.* Esta, que preparava seu papelão para dormir, rebateu com pressa, *não! comigo mesmo não!*, e eu acreditei que naquela recusa a Conceição fazia a crítica ao comportamento das jovens prostitutas. Quando a encontrei no dia seguinte, ela mostrou um sabonete que a Luciana havia trazido do motel e lhe dado, contando rindo que as duas tinham passado a noite com o homem que as apanhara. Havia agora na sua expressão um toque de cumplicidade com a amiga, e só então compreendi que a sua atitude diante de dona Helena era uma forma de responder às expectativas que o jogo de papéis entre ambas exigia: Conceição, uma pobre aleijada que a malvadeza dos homens vitimara com aquela gravidez, como dizia dona Helena - *os bicho vei num respeita nem a pobre duma aleijada*; e esta, dona Helena, a firme, trabalhadora e zelosa esposa do sr. Almeida, protetora dos desvalidos, a mãe. A Conceição com certeza não queria perder os favorecimentos que recebia na condição de vítima. Saída dali ela trocava de moeda, contava outras histórias(26). De onde estávamos agora, sentadas sobre o papelão na calçada do Inss, o seu ponto de esmolar, ela apontava para o alto de um prédio em frente, mostrando a Luciana que de lá, miúda por causa da altura, acenava com a mão. Havia subido com um vigia, era a dona do prédio, da cidade, do homem. A Conceição diz daqui de baixo: *eu pensava que era só eu que gostava de guarda, mas ela também gosta.* E conta os detalhes de como dormia com o vigia até que engravidou: *"ele levantava um pedaço da porta, eu empurrava as muleta na frente e entrava atrás me arrastando, isso era toda noite".* Depois da gravidez o vigia não a quis mais. Ela disse para um funcionário da loja o que havia

ocorrido, foi chamada pelo gerente para confirmar e o vigia perdeu o emprego: - *"Foi, eu disse tudim que tinha lá dentro, a cor da geladeira, o lugar do banheiro e tudo. Se eu fosse uma ladrona sem vergonha tinha roubado o que quisesse. Mas só tive de fazer isso uma vez, nas loja Americana, tava en-maconhada e o camburão me levou, faz tempo, ainda tinha as duas perna".* Olha para o alto do prédio outra vez e diz que *uma menina dessa pode fazer o que quiser*, como se lamentasse a sua perda dessas antigas armas. *Eu mando ela pedir cigarro aos home e eles dão, eu não posso ir desse jeito*, a uma aleijada grávida isso não condiz. Mas como ela mesma diz, *é por enquanto.* Passar as noites com um vigia não é só a festa do sexo, é principalmente a garantia de uma dormida mais segura e confortável, um lugar com banheiro, água gelada, um lanche, o cigarro. Tudo quanto a Conceição pode e precisa agora. Foi-se o tempo das suas duas pernas. Muito depois a Luciana desce e se junta a nós. Quer saber se eu conheço alguém que esteja precisando de empregada doméstica, acabara de deixar o emprego porque não gostava da vizinha da patroa e a pior coisa do mundo é a criatura acordar e ter de aturar uma pessoa de quem não gosta. Onde já se viu? A livre Luciana não gostava da vizinha da patroa e, por isso, deixara o trabalho. Gostava de subir nos prédios com os seus vigias. Não tinha carteira assinada, ia aturar a criatura por quê? Falava enfatizando com uns gestos de mão e um olhar ríspido. Ficaria na rua até aparecer outra oportunidade. Mas não gostava da rua não senhora, não gostava de ficar solta no meio do mundo não senhora, preferia mais era estar trabalhando sim senhora. Acredito, minha filha. Todo ente no mundo quer trabalhar e ter a sua liberdade. O que não quer é contrariedade, vizinha de cara feia, ficar largado como cachorro sem dono, o corpo seco sem o apego de outro, isso ente nenhum no mundo quer nem para o seu pior inimigo. Então me diga: por que um prazer assim tão inocente é negado a tantas pessoas?. Um guarda que dera comida à Conceição se aproxima e, brincando, conta o

número de refeições que ela fizera durante o dia, quatro!, e ela responde insinuante: "*viu, bichim, se você fosse viver comigo ia saber o que é uma mulher que exige de home, ia ter de trabalhar de dia e de noite pra dar conta de mim*". O guarda percebe o duplo sentido e sai rindo. A grávida Conceição arrasta a enorme barriga entre as duas muletas, mas o que ela não perde é a sua sensualidade e a confiança no seu senso feminino. Fica arretada quando pede uma esmola e a pessoa censura porque ela é aleijada e está grávida. Logo responde que é aleijada é das pernas, não é daquilo, não. *Ora, mulher, eu não sei o que é que esse pessoal pensa da gente, não*. Não sabe, Conceição? Sabe, sim, e já deu a resposta quando você mesma diz que é aleijada é das pernas e não daquilo. Você é uma pessoa destituída, Conceição, sem nome, sem família, sem identidade, sem classe. Também não pode ter lá suas intimidades, não. Essa sua barriga obscena mostra isso, que você mantem seus segredos, coisas vivas dentro de você, e isso não se admite! Era muito bom que sua avó escrava, aleijada como fosse, procriasse em todas as luas. Mas você, não, Conceição. Sua cria é uma ameaça. Você é uma pessoa despertencida, Conceição. Aliás, nem pessoa você é. Por isso é que vaga na rua, fora do sistema, coisa sem definição. Você, seus camaradas e as descendências de vocês! Vocês teimam, Conceição! Imagine o quanto foi difícil distingui-los, não digo na aparência, que nisso não são diferentes da quase totalidade da população brasileira. Difícil deperceber foi a matéria íntima de sua socialidade. Penei! E pensa que consegui de todo? Percorri muitos pontos onde vocês se aglutinavam, principalmente para dormir. Ia com um grupo espírita que distribui sopa aos pobres às noites das sextas-feiras, depois voltava na companhia de um dos integrantes do grupo que chegou a me apresentar a muitos de vocês(27). Até que finalmente fui sozinha, já sabendo que cada um daqueles pontos se organizava segundo uma trama de interesses muito própria, embora essas especificidades não eliminassem os elementos de determinação comum e

geral. Escolhi depois o ponto que se forma sob a marquise da SAMASA, uma loja de departamento situada no centro de Fortaleza, na esquina das ruas Pedro I com Edgar Borges. Lá onde estava você com o seu barrigão e seus companheiros vagabundos, Conceição. Eu olhava aquele movimento de vocês e era como se estivesse no interior de um cinema ordinário, assistindo a um filme noir de péssima qualidade técnica. As imagens passavam contorcidas, mal focadas naquele fundo escuro, e eu a esforçar-me para percebê-las e poder compor o enredo na memória. Impossível. Aguçava todos os meus sentidos até o esgotamento e mesmo assim os resultados eram muito poucos. Precisaria rever cada cena mil vezes, parar o filme em muitos detalhes, mas só me era dado vê-lo uma única vez e de forma corrida. Permanecia na sala de exibição mas nunca acontecia uma reprise. De que modo familiarizar-me com a trama? Tudo era muito estranho, rápido e fluido. Todos os episódios e todas as falas a acontecerem sem previsão, desembocando indisciplinadamente como água descendo na rampa e se amontoando lá embaixo, formando um espelho ao fundo do qual tudo parecia - ou era de fato - invertido. *Menino sai prá lá que tu tá puro a cola!* - a **mendiga da rua** espantava carinhosamente o menino-mirim acabado de chegar de uma sessão de tóxico e o menino-mirim se ria dizendo que cheirara esmalte. Ou era a mãe de família ordenando ao filho-menino que fosse ao banho - *você está puro a sol!* - quando este regressava do passeio de bicicleta? O **mendigo da rua** chega trazendo uma rede que ganhara - *ainda bem boazinha*, mostrava - e precisava saber como iria inaugurá-la. Quem é capaz de responder? Naquele inverso dormitório, *ninguém podia deitar na rede porque na casa não tinha parede.* Mesmo assim, a Conceição é uma que faz questão de preservar seus hábitos íntimos de alcova. *Vire o rosto home de Deus*, que ela se despe: prepara-se para a noite usando um lindo lingerie branco. Ganhou, Conceição? *Foi, ganhei da moça da sopa, ela gosta é muito de me dá roupa de baixo.* Então, boa noite pessoal, eu também já vou

indo. De volta para casa, pouco mais de dez horas da noite, três homens armados me assaltam. Aumenta meu medo de ir ao encontro do avesso do mundo. Mãinha, quando acaba o lombo redondo da terra a gente cai no abismo? É capaz. Mãinha, de baixo do chão, no lado escuro do mundo, fica o Japão? Fica o Haiti. *O Haiti não é aqui*. Não precisa se preocupar tanto, porque o Brasil - e o Nordeste, então! - é um paraíso. Mas eu sentia medo, sim. Ainda mais porque aqueles homens amigos da Conceição tinha uns olhares encompridados, umas palavras meladas, umas passadas de mão friorentas. Chrrric! Mas é o de que não abrem mão nunca: de sua sexualidade. Expressam-na a cada minuto, nas lembranças, nos gestos. "*Bom é as enfermeira no hospital, vive seminua passando pela gente, só com aquela manta branca toda aberta, cada mulher que é de cortar o coração . . .*" - suspira o Ventinha, **mendigo de rua**, relembrando os dias em que estivera hospitalizado. "*Tu tá confundindo, homem, quem anda assim é as doente*" - alguém esclarece. "*É tudo mulher, mulherão!*" - rebate o Ventinha, estabelecendo o que era de fato do seu interesse. E eu prosseguia - quanta dedicação! - até que abrandassem seus apelos eróticos. Às seis horas da noite começavam a chegar para dormir. Alguns não queria conversa. Muitos vinham embriagados. Mas havia noites em que o encontro era como a movimentação de uma grande família retornada da rua, nos praparativos para o jantar. Comentários sobre os acontecimentos do dia - o time que ganhou, o caso de morte, uma briga, um roubo, perguntas, rixas, problemas para o dia seguinte. Até que se aquietavam no sono. O sr. Almeida ia deixar sua mulher, nona helena, na parada do ônibus de volta para casa e retornava ao ponto de vigília, sentado no seu banquinho de pernas curtas, o cassetete na mão, cochilava no meio do ronco de sono solto dos 'barrigudinhos' no chão a seus pés. De vez em quando dava uma volta lenta pelos arredores, na rotina de seu trabalho de vigia. Dormem os 'papudinhos' sob a guarda do sr. Almeida, na calçada da SAMASA. A calçada

parece ter planejada para à noite servir de cama, pois que o batente que separa o piso da loja da calçada propriamente dita, tem a mesma altura do que seria nosso confortável travesseiro. Quando cai a noite e vêm chegando com os seus colchões de papelão debaixo do braço, disputam com argumentação de direito adquirido aquele privilegiado pedaço de chão. Estiram lá a cama e com muito cuidado preparam o lugar especial onde deitarão a cabeça. Uns de bruços, outros de lado e meio encolhidos, mais discretos do que aqueles que, de barriga para cima, expõem sem pudor a boca aberta desdentada e os roncos engasgados pela baba do álcool. A mulher perneta e grávida não abre mão de seu lugar longe de quem ronca ou fede. Todos respeitam sua vontade, embora resmungando. Dizem que ela quer ser merecida porque é protegida do sr. Almeida. É verdade, Conceição? *Nã!* - ela diz cheia de asco - *eu não quero ser melhor do que ninguém, não, mas ficar perto dessa catinga faz é mal à gente.* Afasta todos. Uma vez era o homem idoso que chegara com a calça suja de fezes líquidas escorrendo-lhe pelas pernas; outra vez era o comissário de polícia, alcoólatra, o mais neurastênico de todos, com seu antebraço inteiramente coberto de uma ferida antiga destilando um pus constante. A Conceição explica o quanto é asseada, que toma três-quatro banhos diários lá pelo estacionamento onde passa os dias. Acha muito esquisito como é que uma mulher, sendo mulher, não toma banho e não troca a calcinha, como aquela Rosa - exemplifica - perto de quem a Conceição também se recusa a dormir. Ainda bem que a Rosa não vem toda noite. Dona Helena e o sr. Almeida também acham melhor quando ela não vem porque ela é muito da 'bonequeira', ela e mais aquela criatura dela, aquele que gosta dela. A Conceição quer pasta e escova de dentes porque está com um gosto ruim de boca suja, coisa que ela detesta. Dona Helena confirma: *"a Conceição é uma menina muito limpa e boazinha, não dá trabalho à gente".* A Conceição pede-me aqueles objetos de higiene pessoal, veste-me do papel de protetora aquinhoada, apossa-se

de mim. E eu me entrego dócil porque também tenho cá os meus interesses. Levo-lhe o dentifrício e a escova, fingindo que a Conceição não tem mais do que quatro dentes na boca. Ela certamente não se reconhece assim desdentada, senão não sentiria necessidade daqueles instrumentos de higiene bucal. Teimava assim contra o imponderável das perdas a perneta **mendiga de rua**. Se no chão rente a Conceição nega seus dentes caídos, acima de sua cabeça um anúncio luminoso chama-nos para que mudemos a cor dos olhos usando lentes de contato verde, azul, cinza e mel. Pensei cá comigo se mudando a cor dos olhos mudaria a cor do olhar: com qual colorido iria ver os dentes arrancados à Conceição, seu coto de perna, o pedaço de papelão feito cadeira da sala de visitas em que ela me convida para sentar? É final de tarde, os **mendigos de rua** aguardam na calçada de frente que a cidade seja desocupada para que eles possam armar seu lar. Chega um, chega outro, e assim, poucos e dispersos, podem ser confundidos com os trabalhadores que se demoram na volta para casa. A Conceição está ali sentada no batente. Vou chegando e ela me cumprimenta e convida a sentar - *senta aí* - apontando ao seu lado um pedaço de papelão dobrado. Juntinho está o banco baixo do sr. Almeida que fica para o uso de dona Helena até à hora de ela ir embora, lá pelas dez ou onze. Depois disso, é o leito de seu cochilo de vigia. Às vezes dona Helena pernoita lá, e então o banquinho permanece à sua disposição. Aconteceu de me fazerem as honras da casa oferecendo-me o assento privilegiado, o trono do dono, e quando aceitei foi para não fazer desfeita. Agora é cedo e o banquinho está ali desocupado à espera de dona Helena que foi logo ali comprar um churrasco. Volta trazendo um espetinho de tripa de porco assada que me oferece e recuso por causa do mau cheiro. A Conceição pede uma tirinha da tripa e um tiquinho de café, que dona Helena parece servir com muita alegria, sempre sorrindo como uma boa mãe. Dona Helena vende café e cigarro a retalho naquele ponto de dormida dos **mendigos de rua**, todas as noites. Estes são seus

principais fregueses, mas vez e outra ela também vende para algum trabalhador conhecido, um vigia, um biscateiro, um empregado de bar, uma prostituta, que a tratam pelo nome e com o 'dona' na frente - dona Helena isso, dona Helena aquilo. Além do pequeno comércio, dona Helena mantém uma ligação amorosa com o sr. Almeida, sendo identificada como sua esposa. Não moram juntos, porém. Dona Helena mora no Tancredo Neves, a grande favela de Fortaleza, na parte drenada do antigo Lagamar, às margens do rio Cocó, que expulsava ferozmente seus habitantes sempre que era ano de bom inverno no Ceará. O sr. Almeida mora na outra ponta da cidade, num conjunto popular do bairro operário de Antônio Bezerra. Pois é no ponto de dormida dos **mendigos de rua** que dona Helena e o sr. Almeida exercem-se no seu estranho casamento, cuidando daqueles filhos igualmente estranhos - os 'papudinhos' como são chamados em razão da quantidade de álcool que quase invariavelmente todos ingerem. Ela senta no banco e assim matrona distribui água, café, cigarros, conselhos, censuras e as ordens que o sr. Almeida estabelecer. *"Deixa o Almeida chegar". "Peça ao Almeida". "Saia daí que o Almeida não quer".* Não se cansa de orientar a um e a outro como uma boa dona de casa administrando seu lar. Enquanto isso o sr. Almeida anda de um lado para o outro, tomando providências, pedindo e dando informações, prestando pequenos serviços que lhe rendem algum dinheiro ou um pouco mais de prestígio: o vendedor ambulante quer entrgar-lhe a chave de sua pequena caixa de miudezas, o funcionário de escritório quer que ele vigie seu carro que quebrou ali por perto, a prostituta quer que ele guarde o dinheiro arrecadado por causa dos mirins. Ele vai e volta, vai de novo. Agora é a Conceição que não trouxe o papelão de dormir e o sr. Almeida sai para catar outro. Depois é a água que acabou e ele corre apressado antes que feche o bar onde se abastecem. Que filhos trabalhosos! Logo mais é o comissário, completamente embriagado, que derrama restos de comida na calçada, justamente no lugar de preparar a

cama. O sr. Almeida tra uma vassoura - de onde, meu Deus? - e junta a sujeira. *Pronto! Agora te deita aí e dorme!* - ordena com autoridade. Olho, olho, olho. Agora mais familiarizada com o enredo, digo a mim mesma que não estou inventando nenhum lirismo, que mesmo a mais fria sociologia não pode deixar de perceber os invisíveis laços de uma esquisita instituição familiar, fixa e ao mesmo tempo

sem lei, imperceptível estrutura que acontece de noite, mas que de dia todos os filhos errantes, onde estiverem, sabem que ela existe em um tempo sem data porém presente, aberta no meio da rua à devassa mas também ao elo. E vêm para o aconchego daquela impalpável casa(28). Chega ali a lembrança do poeta Drummond, sua nostálgica Infância, matéria intangível das diligências do sr. Almeida e da atenciosa entrega de dona Helena, no avesso afamilhar-se de ambos:

"Meu pai montava a cavalo, ia para o campo.
Minha mãe ficava sentada cosendo.
Meu irmão pequeno dormia.
Eu sozinho entre mangueiras
Lia a história de Robson Crusoé,
comprida história que não acaba mais.

No meio-dia branco de luz uma voz que aprendeu
a ninar nos longes da senzala - e nunca se esqueceu
chamava para o café.

Café preto que nem a preta velha

café gostoso

café bom.

Minha mãe ficava sentada cosendo

olhando para mim:

- Psiu . . . Não acorde o menino.

Para o berço onde pousou um mosquito.

E dava um suspiro . . . que fundo!

Lá longe meu pai campeava

no mato sem fim da fazenda.

E eu não sabia que minha história

era mais bonita que a de Robson Crusoé".

E você, Conceição, quando era pequena, de que é que você se lembra? Ah . . . perdida menina do pai que trabalhava na estrada de ferro e depois veio para Fortaleza ser vigia do Clube do Núcleo Ferroviário-Ceará. Ele também trabalhava em negócio de construção, ele era pedreiro e tudo, fazia casa e tudo. Então cadê a casa, Conceição, que teu pai-pedreiro construiu? Cadê o trem, Conceição, onde teu pai-ferroviário trabalhou? Por que te deixou assim, largada na estação, feito mulher da rua, Conceição? Ah . . . o pai bebia, ele tinha uma bebida muito violenta, que logo quando ele bebia ele se armava, ele usava revólver e tudo. Pois que não era vigia? A mãe ficava muito nervosa mas ajeitava ele, a mãe sabia ajeitar ele, acalmar ele, só quem acalmava mesmo ele era a mãe. Mas tinha a Selma, essa mulher que

vivia em casa, que ajudava a criar a menina. Os cuidados dela voltaram-se mais para o pai . . . A mãe morreu de desgosto. A Conceição em pequena andava dentro de casa ou ficava só deitada na rede. Também brincava com as crianças e tudo. A mãe não a deixava sair com ninguém, só ficava ao lado dela dentro de casa. Ela ia fazer as coisas, o serviço de todo dia de uma casa, sempre com a menina ali ao lado. E quando era o dia do aniversário, a Conceição ganhava festa, a mãe convidava as crianças, fazia comer para todos, guaraná, bolo e tudo. Aí, quando era de noite, era cantar os parabéns, rezar o terço e tudo, era muito legal, muito bonito, ganhava presente e tudo(29). A Conceição nunca ia esquecer. Ela diz: *"Nunca me esqueci"*. Não chora, Conceição, não chora. Toda infância vai-se um dia. Vai-se, mas a lembrança volta para re-fazer o seu tempo no presente - dirão. Pois que lembrar não é reviver, é re-fazer: é reflexão, compreensão do agora a partir do outrora(30). Não para a Conceição, porque a rua seccionou seu tempo como uma lâmina atroz, seu passado foi tolhido como sua perna, suas lembranças não reatam a história - ao contrário, surgem como a falta-mesma. Ela diz: *"Lembrança eu tenho muita da minha mãe, muita falta, né?"*. Pois alguém diga se for capaz: como poderá a Conceição remontar seu tempo no escancarado da rua, ante suas irreversíveis perdas? Por isso chora a Conceição, no horror de uma solidão que nem mais a memória pode ter a função de acompanhar . . . Chora a **mendiga de rua** sua solidão intransponível. O sr. Almeida, o protetor, chega e sai, chega e sai, é assim. É tão certo e efêmero quanto uma bolinha de sabão. Ainda que, ao afastar-se, sua vista vigilante não deixe passar nenhum deslize à ordem lenta e invisivelmente criada, essa que, enquanto dura, ordena a Conceição. Ela toma sua proteção - voltou seu pai, Conceição? voltou sua mãe?. E dona Helena parece gostar daquilo, diz vaidosa que *"o Almeida não tira os olhos daqui"*. Com efeito, do outro lado da rua, ele grita para um homem que acabava de chegar e se punha de pé diante das três mulheres sentadas na

calçada: a Conceição, dona Helena e eu - *"Sai da frente das senhoras!"*. O homem obedece prontamente e, do lugar mais distante de onde se posiciona, pergunta com o sorriso desconfiado: *"Posso ficar aqui?"*. Dona Helena o autoriza com um gesto de cabeça. O homem travava uma polêmica, aparentemente desnecessária e sem sentido, com o comissário - o policial aposentado que desta vez não está alcoolizado - a respeito da limpeza pública. Talvez fosse uma quizila anterior dos dois. O sr. Almeida não se dá por satisfeito com o distanciamento do homem e se volta prepotente: *"Ora! Tanto pé de parede aí e esse baitola sem vergonha vem ficar aqui na frente das mulheres . . . Comigo pode ser quem for. Nem eu fico em pé na frente das mulheres e ele vem querer ficar!"*. Repete com ira que o homem é baitola, que anda pela rua de mão dada com outro cabra sem vergonha. O código moral do sr. Almeida recusa terminantemente o homossexualismo. Pública como for aquela calçada do centro de Fortaleza, na sua casa não se encosta um baitola. Quando é mais tarde o movimento da rua vai diminuindo, os trabalhadores já foram quase todos para casa. A julgar pela aparência, vão primeiro os mais qualificados, empregados de banco, comerciários, algum profissional liberal, um pequeno proprietário, talvez. Passam envolvidos com a sua conversa ou a sua pressa, parecendo não perceber a outra espécie de ser que, parado, aguarda que desocupem a cidade. Um fragmento de um e de outro grupo parece remeter para um único mundo. É quando a moça de saia justa e sapatos de salto alto que vai passando diz a seu acompanhante que *"lá o preço da caixa de sabão é oitocentos e vinte cruzeiros"*, ao mesmo tempo em que dona Helena, sentada entre os **mendigos de rua**, diz que *"ainda estou fazendo dois cigarros por cem porque é pra vocês, mas tem delas que já faz é só um por setenta"*. Falam de um único sistema que as circunda e as unifica sob um mesmo tempo. Mas por que, naquele preciso momento, apenas as justapõe em recíproca indiferença? A Conceição pergunta se o sr. Breno ainda não havia ido embora. O sr. Breno

é o proprietário de uma ótica em cuja calçada os **mendigos de rua** aguardam que a Samasa cerre seus portões para que eles possam ir preparar seus leitos. Logo que sai o sr. Breno, o sr. Almeida convoca o deslocamento para a oitra calçada, dizendo que findou a alegria do local. Que alegria, sr. Almeida? Era porque tinha ido quem era gente boa, o amigo Breno. Quando passa, o sr. Breno abaixa a vista para onde estamos sentados a seus pés e esboça um sorriso passageiro, como um cumprimento mudo, um pedido de desculpa, ou um perdão - quem vai saber? Estão ali o proprietário, o trabalhador-vigia e os mendigos: que desconhecidos afetos irrigam o ser e a rotina daquelas três nações de gente? Ao atravessar a rua em direção à calçada da Samasa, o sr. Almeida apanha um copoinho de plástico, recipiente vazio da distribuidora de água Indaiá, limpa-o com cuidado, tira os restos de metal que lhe cobriam as bordas e o entrega para dona Helena: é seu cuidado de homem no jeito possível de concreção da aliança com a vendedora de café. E o copinho - no qual ela distribuirá a água aos mendigos - deixará de ser somente o lixo do grande projeto moderno para se transformar na ínfima e quase imperceptível forma em que se tocam as suas duas distantes extremidades. O copinho de plástico da água Indaiá estará ali à mão dos mendigos, porém, como o sorriso do sr. Breno, o proprietário, na pura forma de uma prenda inacessível. Agora instalam-se para a noite sob a marquise da loja. Alguns chegam muito embriagados com a cama de papelão dobrada debaixo do braço. O empregado da Samasa que até àquela hora ainda permanecia no local, diz que não sabe como é que eles conseguem chegar. Dona Helena rebate, como que ofendida: "*Ah! Mas chega! Às vez chega um agarrado com o outro e cai feito um saco de gato em cima de nós, mas chega!*". E tudo por causa do sr. Almeida, o vigia de loja guardador de mendigo. Uma vez em que ele se atrasou, a Conceição, quando deu sete horas, foi dormir na calçada do INSS, seu ponto diário de esmolar. Foi mesmo achando muito ruim dormir lá. "*Pois foi de besta*" - diz dona

Helena - *"porque ele nunca falta, faça chuva ou faça sol"*. Que não se ponha em dúvida: o sr. Almeida é o dono daquela casa, chefe daquele lar. Estranha apropriação do espaço público e perfeitamente sancionada por todos quantos têm suas rotinas de trabalho ali e o conhecem. Dizem assim referindo-se ao ponto da calçada: *"aqui no Almeida"*. Ali não encosta marginal - o sr. Almeida garante - assim como os próprios mendigos dormem com essa certeza. A sede da Secretaria de Segurança do Estado fica nas proximidades e há, inclusive, um ex-comissário de polícia, alcoólatra, que dorme no ponto. Por sua vez, o sr. Almeida conhece bem os policiais, que o cumprimentam quando passam. O sr. Almeida, porém, é apenas um homem idoso, já meio curvo, de andar e voz vagarosos, cuja força de trabalho, nas suas condições físicas atuais - como a de tantos outros homens idosos por todo este território nacional - nos últimos anos de vida vem servir à vigilância do patrimônio alheio que ele em novo, com certeza, ajudou a construir. Carrega sempre consigo um cajado que muitas vezes é motivo de carinhosa galhofa: *"Cadê o pau do home?"*. *"O pau do home desapareceu!"*. Entre os mendigos, todos são guardiões da mesma norma, entre si mesmos ou em relação aos de fora, dessa norma que é estabelecida pela autoridade do sr. Almeida, o pai. Como entre os nossos filhos uns recomendam aos outros a ordem familiar, assim também o fazem os **mendigos de rua**, controlando um ao outro, de modo a manter a organização interna do grupo noturno. Constituem um nós muito aberto, porque a qualquer hora chegam os novos ou retornam os antigos; e ambíguo, porque sua relação com o sistema abrangente é solta e improvisada. Mas é um nós. É por isso que a Conceição ameaça o rapaz pornográfico de que vai contar tudo ao sr. Almeida, tanto desrespeito pelas senhoras o vigia não permite: *"Ele já num disse que num era pra dizer esses nome na frente de dona Helena e das outras pessoas que tejam aqui?"*. Que nomes, Conceição? São uns impronunciáveis do lado de cá do mundo, que a Conceição explica: *"quando não tiver nem*

ela e nem outra senhora aqui, tando só nós, tu pode dizer o que quiser, mas com elas aqui, não". Quantas faces tem a cidadania, senhores congressitas? Quantos pesos e quantas medidas? Já vem ali o sr. Luís, reservado e cabisbaixo **mendigo de rua**. De onde ele vem? Diz que de uma família de trabalhadores. Mas traz uma mágoa: *"a minha revolta é porque as pessoa passam por mim pensando que eu sou um cachorro sujo, mas eu sou um home pai de oito filhos empregados".* Quando a noite vai efetivamente se estabelecendo, já por volta de oito-nove horas, é uma outra espécie de gente que começa a passar, indo ou voltando na direção do terminal de ônibus. No sentido de casa seguem os trabalhadores periféricos, mal vestidos, raquíticos, encardidos: são os carregadores de porta de loja; os vendedores de quinquilharias de quase valor nenhum - que trocam dois cigarros por um vale transporte; as mulheres de saia curta e larga, com suas garrafas térmicas, oferecendo um café ralo aos desempregados nos bancos das praças; as crianças que vendem coisinhas nas ruas de pedestres, pedindo a estes que comprem só para ajudá-las. Também retornam os mendigos dos bairros pobres que pedem no centro da cidade. No sentido inverso, da periferia para a área central, vêm chegando as prostitutas, os travestis, os meninos de rua para seus locais de dormida. Vêm todos em busca de aventurar o que é mais próprio deles e da noite. Tanto os que saem quanto os que chegam, têm sempre o que dizer aos **mendigos de rua**. Contam-lhes histórias - às vezes, episódios sucessivos da mesma ocorrência - dão notícias de conhecidos comuns, trocam informações diversas. Era a menina de menor que a polícia, finalmente, depois de uma semana que estava desaparecida, fora deixar em casa naquela madrugada - tinha fugido, coitada da mãe, aquela magrinha de lá do Tancredo Neves que pede na porta das Americanas, que passou por aqui perguntando, não lembra?. A pobre ficou procurando a filha em todo lugar do mundo, até no necrotério ela foi procurar. Era o rapaz que deu uma surra no elemento embriagado que jogara o carro por cima de seu

pai e o filho indignado dizia que por pouco não tinha fechado ele, porque filho é para defender pai, enquanto dona Helena o aconselhava a entregar a Deus, que a justiça divina não falha, e ele recusava com um muxoxo de desprezo: *"Nã! Tudo que não presta a negrada entrega a Deus, que diabo é isso?"*, mas com ele não ia ter moleza, não, senhora, ele foi defender seu pai, que isso, sim, é que é papel de filho. Era a mulher que abrira a cabeça do marido com o gargalo da garrafa, tendo ficado só com o cotoco de vidro na mão, porque ele tinha lhe dado um bofete na cara que ela rodou e em cara de mulher não se bate. Era o rapaz a quem uma vagabunda vivia se oferecendo e ele não sabia que ela tinha um namorado e este viera para cima dele com uma turma de mais de vinte e quase o mata, mas no outro dia ele o apanhou sozinho e aí foi a sua vez. Era a filha moça e enfeitada, colorida e apressada, da velha prostituta que agora fornece marmita no prédio velho encostado da Secretaria de Polícia que vinha mostrar o cachorrinho piquenês, filhote da cachorra velha que sua mãe trazia de herança do bordel, e aquela era a última barrigada, que aquela ali não dava mais nada, e aquele filhote era para o sr. Almeida avisar a quem se interessasse que ela estava vendendo por cinco cruzeiros. Eu me interessei e fui comprar, principalmente para conhecer o ponto de apoio de alguns dos **mendigos de rua**, e lá encontrei, num pequeno cômodo entulhado de objetos, o sr. Antônio e o sr. Valter, que estavam acabando de jantar e dali iam para o lugar da dormida. Era o louco que quase toda noite, quando dava nove horas, corria de uma ponta a outra da rua e parava para pedir água que dona Helena servia recomendando em vão que ele não voltasse mais. Histórias de lutas. Histórias de sangue. Eu também quis contar a história de meu assalto uma vez quando saía de lá, e todos ouviram muito interessados, pedindo detalhes, recomendando-me cuidado na volta, melhor seria eu sair junto com dona Helena porque ali naqueles lados estava cheio de cabra safado e a gente nunca sabe. E eram também os grupos caridosos que rondam a noite cuidando dos pobres.

Cada noite passa um grupo diferente. Na noite de terça é o grupo que traz só um lanche - pode ser um pedaço de bolo, um pãozinho, um punhado de biscoitos, sempre servidos com café. No sábado ninguém gosta, é aquela sopa horrorosa feita só de verdura, a Conceição recebe mas nunca bebe. Ela explica: *"É um pessoal que não come carne, sei lá como é o nome. Mas se eles não gostam de carne, tem quem goste, né?"*. Na sexta, já entrando pela madrugada de sábado, passa a Sopa Fraterna da União Espírita Cearense. Esta é mais agradável ao paladar dos mendigos, feita com frango, macarrão e legumes. Durante a oferenda da sopa, o grupo promove um ritual de cânticos e palavras, todos se dão as mãos fazendo um grande círculo no meio da rua deserta:

"Irmão sol

irmã lua

Abra os olhos

quero ver a luz

o vento

a chuva

Cantem para mim

canções que tragam a paz

Eu amo o mundo

gosto de viver

livre nos campos

entre meus irmãos

Sempre cantando

com muita alegria

passo os meus dias

pregando o amor".

Alguns mendigos se levantam e participam, outros permanecem como estão. As palavras do encarregado da 'mensagem fraterna', são intercaladas pelo coro que louva a caridade: "*Quando a caridade chega, toda tristeza se vai, quem chorava não chora mais*". Enquanto os responsáveis pelo trabalho de enfermagem fazem pequenos curativos, receitam analgésicos, escutam as queixas. Algumas vezes distribuem-se roupas, calçados, cobertores etc. Quando saem, algum mendigo comenta que aquele grupo é bom porque os anima um bocadinho e a noite passa depressa. O movimento de casa para a rua dos habitantes da noite diminui mas não cessa. A Conceição dorme e acorda, dorme e acorda. Uma hora conversa com as pessoas que passam. Outra hora fica olhando o amor dos bichos. Porque é também a hora deles, principalmente dos ratos e dos gatos. Uma noite dessas apareceu uma coruja. Aí o Cacareco, o biscateiro, pegou e levou para casa. Teve um homem que botou mil cruzeiros nela, mas ele rejeitou. Quando o Cacareco passa na calçada, dá notícias de sua coruja, está bem, uma belezinha. A Conceição fica apreciando a vida noturna dos animais, a sua sensualidade se confundindo com a deles: "*É tão bonitinho o rato pegando a rata, eles faz aqui, eu acho é graça, só não aparece é um gato*". Ao que dona Helena contesta: "*E tu num tá vendo esse horror de gato aí não, menina?*". E ela responde safada: "*É gato de três perna, tia, eu tô dizendo é gato de três perna, é home!, tia*". responde com o que, ao fim, resta invencível: o desejo - agora, no escancarado da rua - sem pudor e sem limite. Dona Helena vendo aquilo nem se admira, até sorri humanizada, talvez porque tenha conhecido a resistência da Conceição: "*Imagina se isso num fosse aleijada . . .*". Mas é só das pernas, dona Helena, é só das pernas - a cicatriz mais visível. Quanto às que ficaram na alma, a

Conceição tem pudor no modo de mostrar, mas não mente sobre nenhuma. A rua já expôs tudo, vai mentir por quê?

- Senhoras e Senhores, com vocês: O Absoluto da Rua! Em cena, sem máscara, a verdade nua e crua!

"Agora eu não me lembro, não . . . Depois que o meu pai morreu, aí eu saí da casa da minha madrasta, aí comecei a viver no meio da rua, bebia e tudo, passava a noite nas farra bebendo e tudo . . . Bebia, só, comprava a bebida, quando a cerveja era barata eu tomava cerveja, comprava a cerveja sozinha e ficava bebendo, botando som e bebendo, me lembrando . . . Lembrava . . .

Eu não quero dizer que eu fici com vergonha, sabe? Bebendo e me lembrando do pai do meu filho que já morreu, o que ele fez com o meu garotinho, matou meu filho dentro do meu ventre. Não foi de pancada, não. Quando eu me lembro me dá muita vontade de chorar, que o bichinho já tava todo perfeito e tudo, era homem, era homem o meu filho, tava todo perfeito a criança. Ele fez uma coisa . . . que eu não . . . tipo estrupou a criança dentro do meu ventre. Ele colocou um negócio dentro - como é que a gente chama isso aqui? Vagina, é. Na vagina, um papelão retorcido, aqueles fino. Tava en-maconhada, nós dois tudo en-maconhado, aí ele com raiva, com ciúme de mim, fez isso. Deu muito em mim, já apanhei muito de facão. Toda vida quando ele queimava maconha ele dava muito em mim e tudo. Só que às vez eu . . .

Nós não morava na rua, não, nós tinha a nossa casinha, nossa não, né? Era alugada, mas nós tinha nosso cantinho e tudo. Ele não era mau dentro de casa e, quando faltava, ele dava todo jeito, tinha o trabalho dele, ele trabalhava. O nome dele era

Cícero Bento de Lima. Era mecânico e caminhoneiro. Ele enrolava um mangote de . . . um mangote de entrada do conversor, pra colocar dentro do caminhão, a tubulação de ar. Eu ajudava ele, eu ficava assim . . . eu enrolava os tubo que ele ia - como se diz? - quando tinha um todo amassado, ele reformava, batia, desamassava, aí reformava, ficava novinho. Ele trabalhava bem pra caramba, ele era artista demais, só que ele nunca soube dar valor ao trabalho dele. Bebia também, usava droga e tudo.

Quando nós se conhecemos eu já usava droga há muito tempo, aí quando eu conheci ele eu não sabia que ele usava e nem ele sabia que eu usava e tudo. Aí, quando foi uma vez, eu fiz as coisa tudo dentro de casa, comê e tudo, aí fui dormir. Aí fui dormir. Aí quando ele chega já vinha com as coisa dele, aí ele viu a carteira de cigarro que ele comprou pra mim, aí foi tirar uma seda, daqueles papelzinho que tem - sabe? - de dentro da carteira de cigarro. Aí ele começou a ajeitar, ele pensa que eu tava dormindo, aí eu vi na hora quando ele chegou, aí eu disse: "Ciço, o que é isso que tu tá fumando?". Ele fez que nera nada não. Eu disse: "Me dê aí porque se você não me der eu tomo das suas mão". Aí ele não me deu, eu tomei da mão dele e comecei a fumar mais ele. Aí ele toda vez que comprava me dava.

Na primeira vez quando eu fumei eu senti um troço muito horrível, fiquei tonta, caí no chão, foi na primeira vez foi na praia: eu vi os cara fumando aí eu senti o cheiro e o cara disse assim, os pessoal que viram eu indo pro lado dele disse assim: "Não vá pra lá não que ele tá fumando droga". Aí eu digo: "Num tô nem aí, eu vou já atrás de pedir". Eu disse assim: "Só pra mim ver o gosto que tem". Aí depois eu me acostumei, mas eu não sou viciada não, eu deixei, faz é tempo. Nem bebida, eu também não sou viciada em bebedeira não. Eu só tive de beber um dia desse, mas deixei. Bebida eu fico triste . . . alegra . . .

(Ouve-se um tec-tec-tec ininterrupto, rítmo. É a Conceição batendo uma muleta na outra: tec-tec-tec)

Nesse dia que eu cortei o braço foi porque nesse dia que eu fui beber eu já tava com raiva, me lembrando da minha família, quando minha mãe era viva, meu pai, meu irmão. Aí eu me lembro que a minha mãe morreu, que era doente do coração, eu me lembro que essa minha madrasta vivia dentro de casa, ela era uma moça e tudo, ela traiu minha mãe dentro de casa, meu pai desonrou ela e tudo, né? Aí eu fiquei com raiva, eu tenho raiva quando eu me lembro, minha mãe podendo tá viva comigo e morreu tão novinha, que a minha mãe não era velha demais não. Ela era uma mulher nova, bonita, alva, os cabelo bem grandão, ela era filha-de-maria antes de casar com o meu pai. Ela vivia na igreja de crente, ou, na igreja católica, nas irmã, ensinando catecismo às criança. Aí casou e teve muitos filho, minha mãe, eu não era nem nascida nesse tempo, mas ela teve muitos filhos, tanto mulher como homem. Só quem ficou vivo foi o Zé. O Antoin, ele morreu, o Antoin. Só tem o Zé, mas o que eu queria mais bem foi o que morreu, que era o Antoin. Que o Zé eu não quero muito bem, não, que o Zé já me bateu muito por causa dessa mulher, a Graça. Mas assim mesmo eu ainda me lembro é muito dele que ele é meu irmão e tudo, apesar dele não se lembrar de mim, mas eu quero bem a ele um pouquinho. Eu tenho às vez muito medo dele morrer, apesar dele não se lembrar de mim, mas quando . . . Ele tem uma reza muito forte, quando eu passava a noite pelo meio do mundo que ele ima me buscar e me levava pra dentro de casa e me trancava dentro de casa, quando eu não conseguia dormir, ele rezava na minha cabeça, eu num instante dormia.

Agora quem eu me lembro também é do meu filho que eu tive e não posso mais ver ele, que ele mora em Juazeiro, é o Daniel, meu garotinho, meu primeiro filhinho que eu tive. Tá um rapazinho, ele. Eu dei ele bem novinho pra Celina e pro seu Caboco. Mas eu já vi ele grandinho, já tava andando no tempo quando eu vi ele. Ele não sabe que eu sou a mãe dele, não. Eu sou assim muito tola, me esqueci de dar o endereço lá onde a minha madrasta morava, porque podia se os pessoal chegar a falar lá que eu era a mãe dele pra ele se quisesse me procurar ele saber onde era que eu tava, mas nem isso eu deixei lá. Aí acho que ele nunca vai ter condições de saber quem é a mãe dele e encontrar eu, né? E agora, eu sei que ele vive no Juazeiro, mas num me lembro mais da casa, não sei mais como é que faço pra ir pra lá e tudo. Os caminho tudo direitinho do Juazeiro eu sei onde é, mas pode já ter se mudado também.

Eu lembro d'eu pequena, meu pai trabalhava na estrada de ferro, aí, depois que ele trabalhava na estrada de ferro, depois que ele deixou de trabalhar na estrada de ferro - ele era vigia lá do Clube do Núcleo Ferroviário Ceará - aí ele trabalhava num negócio de . . . ele era pedreiro e tudo, fazia casa e tudo. Mas ele bebia e tinha umas bebida muito violenta, que logo quando ele bebia ele se armava, ele usava revólver e tudo. Minha mãe ficava muito nervosa e tudo, mas ajeitava ele, minha mãe sabia ajeitar ele, acalmar ele, só quem acalmava ele mesmo era minha mãe. Eu andava dentro de casa e tudo, ficava só deitada, brincava com as criança e tudo, mas minha mãe não deixava eu sair com ninguém. Só ficava mesmo ao lado dela dentro de casa. Aí ela ia fazer as coisa, ela tinha essa mulher que vivia dentro de casa, a Selma, né?, ela era minha babá e tudo, aí quando era dia do meu aniversário minah mãe convidava as criança, fazia comê pra nós e tudo, guaraná, bolo e tudo, aí quando era de noite era cantar os parabéns,

rezar o terço e tudo, era muito legal, muito bonito, nunca me esqueci, ganhava presente e tudo.

O primeiro lugar longe que eu andei foi na terra dele, na terra do Ciço, em Juazeiro do padre Cícero. Aí depois fui pra Bahia, viajava com ele no caminhão, com o Ciço. Aí fui pra Bahia. Bahia, Mossoró, Terezina, fui pro Rio de Janeiro, São Paulo. A mãe dele morava lá no Bairro da Penha, em São Paulo. Mas eu conheci ele aqui, na Praça da Estação. Eu tava bebendo, aí ele chegou por trás de mim, me agarra e tudo, aí me fez um convite pra mim sair com ele. Eu tava com as duas perna no tempo que eu conheci ele, aí ele me levou pra conhecer a mãe dele, aí a mãe dele me deu conselho, não me negou, não, a mãe dele nem o pai dele não me negou não, disse que ele não era a pessoa ideal pra viver comigo não, que ele gostava assim um pouquinho de . . . não ligava pra pai nem pra mãe que dirá pra mulher. Aí como eu gostava dele e já tava querendo bem a ele fiquei com ele, mas só pra sofrer. Fiquei muito tempo com ele, tive dois filho dele, esse que morreu e o outro que tá no Juazeiro, que eu dei. mas quando eu dei foi no tempo quando ele morreu, o carro atropelou ele lá na . . . ele trabalhava mais era no Posto São Cristóvão. O Ciço morreu aqui em Fortaleza, lá no Posto São Cristóvão, ele ia com a . . . - como é o nome? - carregando na cabeça, aí parece que ele não olhou nem pra um lado nem pra outro, aí o carro pequeno pegou ele, aí jogou ele muito longe e esbagaçou ele todinho. Quando ele morreu eu num tava mais ele nesse tempo, eu tava no Rio, eu tava até acidentada, eu tava desse jeito, já do carro que me atropelou. O carro me atropelou lá no Rio de Janeiro, em Vassouras. Eu tava embriagada, aí fui atravessar a pista, não olhei nem pro lado nem pro outro, aí o carro me atropelou. Aí esbagaçou minha perna e quebrou meu braço. Aí eu vim, eu sou daqui, eu fiquei aqui.

Antes do Ciço teve um que era viúvo, eu não conhecia o Ciço, eu não tinha nem filho ainda, o nome dele era Sérgio, era viúvo. Aí ele fez uma carta bem bonita. Eu não sabia ler, guardei, quando foi no outro dia de manhãzinha eu mandei a dona Fátima, mulher do seu Pedro, ler pra mim. Aí eu respondi, mas com ele só quis ficar duas vez, namorar com ele duas vez, gostar dele duas vez. Aí, no dia que ia comprar as aliança, aí eu desabei no meio do mundo pra ir beber, mas me arrependi, agora tá sem jeito. Podia hoje ser diferente, sei lá, do jeito que ele gostava de mim, né? Do jeito que ele fez a carta, sei não . . . Nunca mais vi ele não. Também já gostei de homem casado, que quando eu morava lá no Aracapé, ele era Luiz de Camões, ele era casado com a Nira, eu já fui junta com ele . . .

Agora . . . Meu irmão tivesse . . . me chamasse pra morar na casa dele, me entendesse um dia. Eu tinha muita vontade de pedir muita desculpa a ele, que eu já fui muito grosseira com meu irmão, se ele tivesse, assim, confiança mais um pouco em mim, que eu já deixei de beber, que eu não sou mais a mesma como eu era, não uso mais droga nem nada, não ando fazendo o que fazia de primeiro . . . Eu às vez dava até pra andar com esses pessoal assim, que gostasse de mexer nas coisa do outros e tudo, só que eu nunca fiz na minha vida, né? E fiz uma vez mas faz muito tempo, fui pegada. Foi na Lija Americana, que eu fui tentar roubar na Loja Americana aí me pegaram, aí me prenderam. Eu tinha a perna normal e eu tava endrogada nesse dia quando eu entrei na loja Americana. Fui pegada e fiquei lá uns dia lá, aí depois me soltaram.

Ah, agora eu tenho um pouquinho de raiva do meu irmão, que eu tava, eu tava lá na casa da minha madrasta, ou, da minha cunhada, aí eu fui beber mais os meus amigo na Vila manoel Sátiro, uma reca de homem, aí comecei a beber mais eles, aí eles botaram droga na minha bebida, aí eu cheguei endrogada, a minha cunhada estava

de resguardo, parece que era um dia de resguardo e tudo, aí eu tentei enforcar ela com a mão, aí ela conseguiu gritar pelo meu irmão, aí o meu irmão me deu um balão, aí eu caí no chão, aí quando eu me levantei fui pra cima do meu irmão pra dar na cara do meu irmão, e dei um chute na virilha do meu irmão, aí meu irmão começou a ver se tentava me amarrar e tudo, aí chamaram mais gente pra acodir meu irmão lá, que eu tava atrás de quebrar as coisa, tava com muita força, enorme, aí foi o jeito que teve ele me amarrar eu todinha e chamar a polícia, camburão pra mim, a viatura, o camburão. Aí nesse tempo eu fui pro Juizado de Menor, eu era de menor ainda, aí terminei fugindo de lá. Meu pai ainda era vivo, só não minha mãe.

E eu tenho um irmão, meu irmão que morreu, esse foi por minha causa. O cara que me desonrou, ele - normalmente eu não conto a história direito - esse homem, quando eu era pequenininha, ele me dava de tudo, sabe? Presente, boneca, calcinha, chinela e tudo. Aí tentava me . . . ele mexia nas minhas parte, num sabe? Ele comprou uma pomada, colocava no dedo e usava na minha vagina, pra colocar o dedo, sabe? A mãe ainda era viva nesse tempo, aí minha mãe mandava eu ir pra lá, a terezinha pedia pra mim ir, eles tinha pouco tempo de casado, não tinha filho, eu era mesmo que ser os filhos deles. Aí eu ia pra lá. Aí quando eu fiquei maiorzinha ele transou comigo, transou comigo. Quando minha mãe morreu, ele . . . meu pai pediu pra mim ir pra casa dele, pediu à minha prima pra mim ir pra casa deles lá. Essa minha prima, a mãe dela era irmã legítima da minha mãe, a finada Maria, e o nome da minha mãe é Noêmia de Oliveira Lima. Aí esse meu primo me desonra. Eu tava dormindo na cozinha, ele sai da cama dele e foi pra minha rede, quando eu tava dormindo - eu tenho uma mania de dormir toda escangalhada - ele começou a me alisar. Aí eu disse assim: "Chinês, o que é que tu tá fazendo aqui na beirada da minha rede?". Aí ele só fez arrudiar, pulou em cima da minha

por causa que . . . Eu vi minha mãe morrer no braço de meu pai, e bem dizer no meu, e foi ligeiro, porque na hora que ela tava dando as agonia da morte, meu pai me chamou bem ligeiro pra mim vê e dá a bença a ela, me despedir dela, aí eu comecei a limpar a escuminha dela que tava coisando, sabe?, escorrendo, aí eu vi ela morrendo, dei a bença a ela e tudo, ela não podia arrotar e tudo, tudo que ela tomava pra ver se ela arrotava, ela botava pra fora, não conseguia. Ela era muito religiosa, antes dela morrer ela ainda rezou a metade do terço, quando ela não conseguiu, ela deu pra minha madrinha terminar de rezar.

Das reza que ela me ensinou a rezar eu tenho pouca lembrança, é muito pouco o que sei a reza, às vez eu não sei as reza direito que ela me ensinava tudo, eu rezo pela metade. Deus me perdoe pelo amor de Deus, mas é muito difícil eu rezar, faço muito é me benzer quando eu vou dormir. Mas o que ela me ensinou a acreditar em Deus eu acredito, né?, porque se eu não acreditasse em Deus eu não era viva como eu tô. O que aconteceu comigo, do carro ter me atropelado no Rio, no Rio de Janeiro e tudo, se não fosse por ele, eu tava morta, tinha morrido. Foi ele que me salvou naquela hora. Eu tinha ido pra lá com o pai do meu garotinho, eu viajei com ele pra lá. Nós fomo por São Paulo, primeiramente pra São Paulo, lá pra casa da mãe dele, no Bairro da Penha, nós passamo uns tempo pra lá. Aí foi no tempo que meu pai morreu, aí eu pedi a ele pra voltar, aí ele nada de querer voltar, aí eu disse assim: "Rapaz, pois então tu fica que eu vou voltar só de carro, mais os caminhoneiro". Aí eu volto sozinha, ele fica lá, aí eu chego primeiro aqui em Fortaleza, aí depois ele chega de ônibus, aí nós se encontra de novo, aí eu disse: "Rapaz, bem que eu disse que meu pai tinha morrido". Aí nós passa uns tempo por aqui, ele volta de novo pro Rio, aí me chama, eu vou de novo, aí foi na hora que nós tivemo uma briga de noite, aí eu começo a beber mais os caminhoneiro, aí os

rede, tirou minhas calcinha, só o que deu. Aí eu conversando com umas amiga, né?, e tudo, aí a gente sem querer a gente descobre, aí eu disse que ele tinha ido na minha rede e tudo. Só que, não foi assim como . . . quando é moça não sai sangue, né? Pois o meu não saiu não. Eu só senti uma dorzinha, pouca coisa, sabe? Aí, no lugar d'eu dizer que tinha sido ele que tinha me desonrado, eu disse que tinha sido o meu irmão que é o caçula, encostado comigo, uma coisa que eu nunca devia ter feito, se eu não tivesse feito isso meu irmão ainda tava vivo, eu acho. Eu sinto a culpa todinha que fui eu que matei o meu irmão, mas todo mundo diz que não foi. Tem gente que diz que foi, tem gente que . . . Tem gente que diz que fui eu que matei, meu irmão morreu de desgosto de mim. Bebeu e foi pra praia tomar banho, aí andou muito pra dentro do mar e quando quis sair já tava sem jeito, não podia mais. Aí eu disse que tinha sido o meu irmão que tinha me desonrado. Agora pros outros eu digo que foi meu primo que botou uma faca em cima demim, e mandou eu culpar meu irmão, sabe? Mas não foi não, fui eu mesma, que saiu da minha cabeça, eu com medo da minha prima eu fui dizer que tinha sido o meu irmão que tinha me desonrado. O Chinês depois queria mais, mas eu que não queria. Eu nunca mais vi ele, porque ele morava na Vila Manoel Sátiro, ele tá viajando, ele tem um bocado de filho e uma filha. A minha prima fala comigo, só que não é como naquele tempo que me dava muito valor e tudo, mas assim mesmo, quando ela morava na Vila, ela ainda me dava um prato de comida quando eu ia lá.

Lembrança eu tenho muita da minha mãe, muita falta, né? Porque eu não tinha o costume de viver nas casa, assim trabalhando e tudo, nunca fui mesmo de fazer nada em casa. No tempo que minha mãe morreu eu sofri muito, pra caramba, que eu num sabia fazer nada, nem botar um feijão no fogo, um arroz, nem nada. Eu deixava tudo queimar, aí meu pai brigava e eu ia fazer tudo de novo. Sinto muita falta da minha mãe

caminhoneiro pagando bebida, cigarro, tudo, o que eu quisesse eles pagava, eu era nova ainda, gorda, cheia de vida e tudo, a bundona grande, aí quando eu fui dormir, né? Saio da companhia dos caminhoneiro e vou dormir, aí quando é de manhãzinha, bem cedinho, eu não acordo nem o Ciço pra dizer que eu ia me embora sem ele, aí parece que foi um castigo tanto meu como dele. Eu saio, começo a beber mais os outro cara e tudo, de manhã, aí quando chega tarde da noite eu começo a endoidar no meio da rua, atrás de correr, que às vez eu tenho mania de receber caboco, sabe?, de índio, de criança. Aí eu saí correndo, correndo, aí eu não sei se eu tava embriagada nessa hora, aí o carro me atropela, mas só que eu não vejo a cor do carro. Aí nessa hora o espírito do meu sobrinho, que é o Antônio Cristino, filho do meu irmão, o Toinho, apareceu no meu pensamento, atrás de . . . pro carro não me pegar. A Lourdinha, que era minha professora, disse assim: - "Conceição - ela atrás de me agarrar pra mim num sair correndo - Conceição, pelo amor de Deus, não corra que você val morrer, o carro vai lhe atropelar". Aí ela viu que não tinha jeito, chamou o meu irmão que morreu na Praia do Futuro: - "Antônio, pelo amor de Deus traz a tua irmã, segura a tua irmã que ela vai morrer, que o carro vai matar ela nessas careira dela, nem eu posso com ela". Eu tava com a força do demo, pra dizer, aí meu irmão me laçou tipo uma cobra, eu noto que ele pega a batida do carro todinha por mim. O espírito dele morto, sabe?, me acodiu, me salvou da morte. Quer dizer que meu irmão me perdoou e gosta de mim, né? Eu acho, sei lá, tem hora que eu penso que meu irmão . . . não sei se ele me perdoou mesmo de vez, tem hora que eu penso que ele tá com uma . . .sei lá. Agora a mulher que gostava dele, a Marli, que tem um filhinho dele, do meu irmão que é o Antoin - o nome do meu sobrinho é Antônio Cristino, e o nome dessa mulher é Marli - sei lá, eu sou doida que ela me perdoasse, mas ela já falou comigo várias vezes, mas não era como era antigamente, alegre e tudo, gostava de mim e tudo.

Agora eu só tenho um irmão vivo, que é o Zé, que é o que não dá muito valor a mim. Ele trabalha no bairro da Água Fria. Ele tem duas mulheres, a outra que eu gosto é a Mardete - eu chamo ela de Mardete, mas o nome dela é Maderte - eu gosto mais dela. A outra é a Graça, que nós não se trata muito bem uma com a outra, nós já briguemo, ela já deu na minha cara, eu dei na cara dela, e logo ela fez muito . . .

Nunca mais eu viajei não. Viajei uma vez assim aleijada, mas eu ia pra . . . Eu tava com destino de querer ir pra São Paulo. Queria ver meu menino ainda, ir atrás do meu menino, né?, pra mim vê ele ainda. Aí depois voltei, desisti. Eu queria ver meu filho ainda, o que tá no Juazeiro, eu nunca mais vi ele não, mas eu tenho muita vontade de ver ele. Bem bonitinho, ele, dos cabelinho todo piradinho, alvinho, não aparenta comigo, não.

Eu fiquei assim por causa do estrago mesmo. Meu corpo era bem limpinho, eu tenho raiva, sei lá, às vez aparece uma natureza ruim em mim, dormindo de noite mesmo, eu estou dormindo, sabe?. Logo nesse dia quando eu me cortei aqui minha perna, na coxa, eu tava dormindo e o cara que eu gostava . . . Sabe o que é que eu ia fazer? - Deus me perdoe pelo amor de Deus - me deu aquela natureza ruim d'eu pegar a faca e passar no pescoço dele, eu peguei a faca, sabe?, eu pego a faca e boto no meu cós. Na hora que eu vou fazer assim, aí vem outra coisa, outra natureza pra não cortar ele, mas eu me cortei todinha, me retalhei nos dois braço e na coxa.

(A Conceição se cala porque se aproximam dois guardas: "*Agora é os dois, tem que parar agora, depressa!*").

Trabalhar eu já tentei trabalhar uma vez numa casa duma mulher, mas a mulher, eu não sabia fazer comida direito, a mulher não me aceitou lá. Aí eu terminei saindo da casa da mulher, ela pagou o dia que eu trabalhei e tudo, aí eu vim embora. Já trabalhei em bar, despachando as bebidas. Era só despachando bebida pro pessoal, entregava bebida. Eu morava lá no bar mesmo, com eles lá. Eu gostava do trabalho, mas tinha uma hora que eu achava, sei lá, chato. Mas melhor é trabalhar do que ficar parada, né? Mas eu não posso fazer nada. Já no tempo que eu tinha a outra perna . . . Porque eu acho que eu realmente nunca quis nada na minha vida. Por isso que eu fiquei desse jeito assim como hoje eu sou, né? Não foi falta de conselho do meu irmão nem do meu pai, nem da minha mãe, nem da minha família, não foi, porque conselho eu tomei demais, me deram demais. Eu que nunca mesmo, acho que eu nunca quis prestar na vida. Eu queria ficar dentro duma casa, ter filho, cuidar, eu queria, né?, mas eu nunca tive sorte pra ninguem na minha vida. Já me chamaram muito pra mim viver foi naqueles ambiente, morar em ambiente, fazer a vida num ambiente, e meu irmão - isso aí eu morro e não me esqueço - que meu irmão fez um bem por mim. A mulher foi - a mulher do ambiente - me chamou pra lá, pra mim fazer a vida lá, pra mim morar lá no ambiente. Aí meu irmão disse que eu não precisava disso não. Mas tem outra coisa que eu não me esqueço, que meu pai mandou eu procurar, sabe? Que Deus me perdoe, isso aí eu não perdoo meu pai não, nesse dia chega eu chorei, quando eu me lembro eu choro, que meu pai mandou eu procurar um brega por causa de um homem que foi falar pro meu pai que eu era dessas mulheres que não podia passar sem homem, aí meu pai disse que lá na casa dele era cheio de homem, que era os filhinhos dele do coração, que eu não podia ficar em casa não, porque eu era desse jeito. Por que que eu saí de uma vez de dentro de casa? Foi por causa disso, porque o meu pai mandou eu procurar um brega, dessas mulher que vão

fazer a vida, que mora logo lá, só, os home chega, sai mais elas, paga elas e tudo. Por causa disso. Comecei . . . conheci o Ciço, aí me mandei com ele no mundo, não quis mais saber de família, nem de pai, nem de ninguém, só do mundo mesmo. Mas também eu me arrependi, porque agora tá sem jeito, que ninguém quer eu em casa mais. Agora eu peço esmola: "Me dê uma esmolinha pelo amor de Deus". Quando eles não dão eu digo do mesmo jeito que Deus perdoe, que Deus proteja, que dê muitos anos de vida e saúde. Mas, sei não, me dá uma tristeza quando eu me lembro que eu tinha meu pai, minha mãe, e foram embora já, tão todos no céu. Ter um irmão e viver assim de pedir esmola, podendo estar morando mais ele, estando numa boa, sem estar precisando de andar pedindo, estar dormindo na frieza, dormindo no meio da rua, ele querer ser um home tão . . . Tá certo que ele é bem empregado, tem o diploma dele e tudo, aí, sei lá, eu queria viver lá na casa do meu irmão e tudo, mas meu irmão quer ser muita coisa, ele é formado, tem o diploma dele e tudo. Tá certo, eu já estudei muito e tudo, tive até professora, minha mãe pagou até professora pra mim ensinar dentro de casa, que não queria eu junta comos menino nem nada, pra mim num aprender coisa feia nem nada. Aí botou professora dentro de casa, mas eu nunca . . . nunca entrou leitura na minha cabeça, na minha vida, só aprendi coisa que não devia, assim, andar assim . . . beber e tudo, as coisa que eu não devia ter aprendido, o certo, ter aprendido coisa melhor, cuidar dum home, que eu não caísse na vida cedo e tudo. mas a minha mãe já sabia há muito tempo que eu ia cair na vida cedo, só que ela nunca disse pro meu pai. Ela sabia porque ela era uma mulher experiente e tudo, porque ela viu o meu jeito, danada demais. Eu deixava ela dormindo mais o meu pai de manhã, meio dia, e ia namorar na cerca com os rapaz.

(Tocam os sinos da igreja do Sagrado Coração de Jesus, na tarde da sexta feira santa. Réquiem para os sonhos de Maria da Conceição de Oliveira Lima, nascida no distrito de Parangaba, no dia 22 de fevereiro de 1965, que agora apresenta a identidade que tem - muitas cicatrizes: na pálpebra esquerda, nos ombros, no único joelho, nos braços - registrada nos cortes que foi pouco a pouco amealhando como a herança do não. Por dentro, na alma, quem haverá de enxergar tão fundo?. Fecham-se os sonhos da Conceição no final do terceiro ato):

Eu, quando tinha um radinho . . . Ave maria! Eu sou louca por um radinho, eu tenho muita vontade de possuir um radinho. Eu já possuí rádio, meu pai comprou um rádio pra mim mas depois vendeu, meu radinho, eu chorei tanto. Eu tinha tanta vontade de possuir a minha casinha, minha eu não digo mais nada . . . porque . . . Quando eu tiver esse menino aqui eu vou mandar ligar, se Deus quiser, se tudo der certo, o homem lá, o doutor, já falou que tudo tá certo, mandar ligar minhas trompa, aí eu não vou mais ter família. Eu achava melhor que tudo desse certo, eu não quero mais ter filho, ainda mais desse jeito, assim aleijada e tudo. Embora que eu não tivesse, eu vivia sozinha mesmo num cantinho só pra mim, com uma amiga, assim de confiança e tudo. Uma que eu queria que morasse mais eu era a Luciana, eu queria, a única que me levou pro hospital foi ela, se não fosse ela, eu nem sabia quantos mês eu tava, não sabia se tava com anemia, nem nada. Eu agradeço a ela"(31).

Já dona Raimunda, ao entrar para a abertura do segundo ato - **mendiga de favela** - não trazia essa língua nua e solta. Ao contrário, sua fala era de muitas reticências, pausas, múltiplas versões. Ouvindo-a, não havia como escapar da dúvida: qual seria mesmo a

verdade de dona Raimunda(32)? Até compreender que pouca importância tinha sua verdade individual, pois que ela vinha representando no seu falar, nos seus trajes, em sua ação e em sua máscara, a coorte histórica de seus ancestrais expulsos desde o primeiro momento, há centenas e centenas de anos. Embora viesse sozinha, vinha já presentificando - na própria imagem de pobre-velha-avó-mendiga - a primeira e ainda constante das indagações entre o verdadeiro e o falso(33). Sua cena era precisamente a da ruptura decisiva da ordem estabelecida, de modo que a partir dela a história estaria claramente dividida entre o lado de cá que é do bem, e o lado de lá que é do mal(34). O seu camarim - em tempos remotos sua metamorfose em avó-mendiga teria sido feita no 'pátio dos milagres'(35) - é um terreno baldio e cheio de lixo que também serve de sanitário público aos pobres e vadios que transitam pelo bairro rico da capital, na confluência da rua Vicente Aguiar com a avenida 13 de Maio, no bairro de Fátima, em Fortaleza. Ali dona Raimunda troca suas vestes comuns por uma fantasia de uma senhora idosa: saia larga e muito abaixo do joelho, uma blusa solta de manga três-quarto, e um pano amarrando a cabeça à moda camponesa. É uma mulher morena e baixa, cabelos pretos e lisos misturados aos fios brancos. A natureza dotou-a com um caroço saliente no rosto, um pouco abaixo do olho esquerdo, que lhe enfeia muito a face, ajudando a compor o semblante miserável. Não leva nenhum pertence para a ação, sempre deixa a sacola guardada numa casa de conhecidos da avenida 13 de Maio. Estira a mão desocupada pedindo dinheiro aos motoristas que param no sinal de trânsito. Quando recebe em gêneros, corre a guardar na casa. É uma mendiga que trata diretamente com o equivalente geral das mercadorias. Portanto, senhoras e senhores, toda a atenção é necessária, porque o teor do drama de agora em diante não gerará mais o espanto, a estranheza total - ele até que nos é bastante familiar - mas a nossa desconfiança em relação

àquela protagonista, a dúvida sobre o papel que representa, o receio de estarmos sendo ludibriados, nós, honestos trabalhadores de uma tão antiga lida.

Seu nome é Raimunda Alves Martins, e representa a categoria de **mendigo de favela**(36). Hoje diz que tem a idade de sessenta e três anos. É natural de Catuana, no município de Caucaia, nas proximidades de Fortaleza, onde tem uma irmã mais velha, na localidade de São Gonçalo do Amarante. Os irmãos eram em sete, dos quais morreram quatro, dois machos e duas fêmeas, restando dona Raimunda e mais dois que vivem em Fortaleza: um que tem um botecozinho e outro que mata criação, mas que de tão ruim - diz dona Raimunda - nunca deu nem uma grama de carne, nem para ela, nem para seu finado pai, e nem para sua mãe. Os pais têm pouco tempo de falecidos: o pai está com quatro anos, a mãe com dois, e um irmão com três. Morreram todos assim perto, foi. Dona Raimunda via-os com muita frequência e como gostava e queria bem! Morreram bem velhinhos, o pai com cento e dez anos, a mãe com noventa e oito. Já não viviam mais no interior, tinham se aposentado e vindo para cá, moravam nesse lugar de nome Tancredo Neves. Eram bem velhinhos e ganhavam uma micharia - diz assim dona Raimunda. Naqueles tempos no interior possuiam uma criação, um bocado de roça, venderam tudo e compraram uma casinha em Fortaleza, no antigo Cocó. Ficaram morando ali com mais duas filhas solteiras e um irmão. Uma casada vivia no interior e dona Raimunda saíra já de casa. Mas quando em pequena, dona Raimunda estipula sua riqueza. O pai tinha um pedacinho de terra, não era coisa de grande valor, hoje pode até ser que aquele lugar tenha se valorizado - ela supõe - mas naquele tempo não valia nada não. Valia para plantar, para plantar tinha valor. Cada carnaubal! Fazia aquela cera, vendia. Cada mangueira de manga doce! Uma beleza! Mas o pai tinha, também, suas bebedeiras. Quando ficava bom - pronto! - voltava para dentro de

casa. Era assim. Era barriga cheia o pai de dona Raimunda, o que trabalhava era para dentro de casa. Estragou muito dinheiro com a bebida, isso estragou. Naquele tempo tinha um baú em casa, desses de botar roupa. Pois ele mandava a mulher guardar dinheiro ali. As crianças viam a mãe guardar o dinheiro e trancar à chave. E quando ele queria sair para beber, era uma luta, a mulher não queria dar a chave, ele quebrava a fechadura, tirava, levava, bebia. Mas era barriga cheia dentro de casa. Barriga cheia. Passaram muito bem dona Raimunda e seus irmãos no tempo de criança: - *"Meus pais tinham um recursozinho, uma terrazinha, lá no meu interior. Papai, toda a vida, foi um homem trabalhador. Trabalhava em carnaubal, tirava aquelas . . . aquelas palha, fazia cera, vendia. Toda a vida era trabalhador. Minha mãe também, trabalhava . . . Papai plantava muito. Meu pai matava de criação pra nós comer. Não vendia nem um pedaço. Quando era no tempo da fartura mesmo, era feijão, era tudo dentro de casa. Papai tinha um quarto que ele botava feijão, tudo. Fazia farinha daquela roça dele. Botava pra gente comer o verão todinho. Passei muito bem quando eu era menina na casa dos meus pais. Foram gente boa. Ainda hoje eu choro muito. Morreram bem velhinho".* Ela se emociona e chora. Talvez vá buscar muito longe a lembrança de uma perda mais antiga, de quando só tinha treze anos de idade e fugiu de casa com um homem casado. Em respeito à sua dor, aciono a pausa do gravador e deixo de registrar um depoimento dos mais humanos para a memória social dos miseráveis do Ceará. Logo, porém, ela se recompõe e diz bruscamente: *"Mas seja lá a vontade de Deus".* Todos os irmãos de dona Raimunda trabalhavam, menos ela porque era a mais nova. As mulheres demoraram para casar, casaram já tudo velha. Viviam no interiro, viviam de plantação e artesanato: faziam chepéu, bolsa, rede de corda, daquelas de trancinha cabeluda. Dona Raimunda recorda que viveu um tempo bom: *"Vivi, vivi um tempo bom. Mas agora me acho tão fraca, minha senhora. Vivo passando fome, a comida é escassa, ninguém*

pode comer assim um pedacinho de carne . . ." Além de que tem os quatro netos para criar, em nome dos quais pede esmola. Ela demonstra como tem sido desde a primeira vez que pediu: *"Eu dizia assim - ainda hoje eu digo, porque não é por outra coisa, é por isso mesmo que eu ainda hoje digo. Eu digo: - 'Senhora - se for mulher - a senhora pode me dar uma ajuda pra mim comprar ao menos feijão pra meus neto comer? São quatro neto passando fome. Eu queria que a senhora me desse uma ajuda'. E quando é home, eu digo: 'Senhor, me dê uma ajudazinha pra eu comprar ao menos um feijão pros meu neto comer. Tô passando fome com eles'. Aí eles me dá".* Uma vez ou outra os traz para aquele sinal, ali onde pede esmola, só deixa em casa a bichinha, a Maria de Fátima, que tem oito anos. Fica com a tia, a filha mais nova de dona Raimunda. Mas prefere vir sozinha porque diz não ter mais resistência de andar com uma criança no braço. Quando os traz - explica - " *é porque . . . é pra mim ganhar mais uma coisinha, porque, às vez, eu passo uma semana sem vim, pra comprar umas coisinha pra comer. Mas eu não gosto de trazer eles pra judiar, levando sol quente, e tudo. Eu não gosto. Eu não tinha essa coragem de fazer isso com os meu neto, não, coitados. Às vez eu trago, sento eles naquela sombrazinha, pro mode eu ganhar qualquer coisa pra comer, passar a semana sem vim, é assim".* O Francisco Júnior tem nove anos e já estuda nos coleginhos de graça que tem lá no bairro de Ancuri, local muito depois de Messejana, onde ela diz morar com uma filha de dezoito anos e os quatro netos pequenos. A mãe dos meninos diz que é louca e vive internada no Hospital São Vicente de Paula, em Parangaba. O menino e a menina já estão no terceiro ano escolar. O colégio só pede farda, lápis, que dona Raimunda pede. As mulheres dão e eles levam o material completo: *"Farda e lápis. Lápis de cor, tal de tesourinha pequena. Isso aí eu arranjei. Aí, nessa livraria aí, tem uma moça, que ela é muito boa pra mim também. Ela me dá de cem conto, ela me dá caderno do bom pra mim levar - desses caderno só duma*

cor só, da capa duma cor só - ela me dá de dois caderno, caixa de lápis, tudo bonito. Aqueles tubo de cola, de colar . . . que precisa aquelas colinha, ela me dá de dois vidro também pra mim levar. Ela é boazinha". Dona Raimunda pede esmola ou pede escola? Afora os dois estudantes, tem os os dois mais novos, que só vivem doentes, um é até desnutrido, magrinho. Dona Raimunda quer muito bem a eles, os bichinhos, criancinhas, não sabem de nada. Ela pensa, calcula: *"Mais amanhã, mais adepois - três machinho e uma feminha - serve pra mim, serve".* Quer dizer que a senhora é sozinha para cuidar da família, dona Raimunda? Sozinha mais Deus, Nossa Senhora e elas, as filhas. É sozinha assim: *"Eu não quis mais saber de ninguém, que ninguém tinha resultado, minha filha. Não tem resultado que eu vejo . . . Só o que casou com a minha filha, eu vejo o que foi que ele fez, que até que ela . . . Ela não tinha o juízo bem bom, não. Era essa mais velha. Ela não tinha o juízo bem bom, não. Ela era meia lesada, retardada. Mas então . . . Toda vida ela foi calma, aí houve essa separação dele mais ela. Ele foi se embora com outra mulher. Lascou a cabeça dela de resguardo do mais novo. E aí, pronto. Ela . . . Isso não foi só uma vez. Já tá com umas quatro vez que eu interno ela aí nesse hospital de Messejana, e duas naquele de Parangaba, que se chama Vicente de Paula. Ele não prestava, queria viver batendo nela e tudo, não prestava não. Foi se embora com outra mulher, nem deu mais notícia, nem pros filho. Foi pra banda de Belém, ele mais ela. Essa mulher, que ele pegou ela, carregou ela, ela vende confecção pra banda do Belém e levou ele. Vive bem, vende confecção, roupa feita. Aí, foi, levou ele mais ela. Eu fiquei com os bichinho e a mãe deles internei. A outra minha filha nem namorar ela namora. Tem dezoito anos. Mora mais eu, ela é quem fica com os meu neto. Trabalhar, ela trabalha não, porque . . . Ela trabalhava. Mas ela aqui-acolá tá pegando assim uma roupazinha e lava. Esse pessoal . . . Tem esse pessoal rico, que tem aquelas casona, pessoal rico. Ela pega lá uma*

lavagenzinha de roupa. Ela lava num dia - é duas vez por semana - ela lava num dia e engoma no outro. É assim. Aí ganha trezentos, quatrocentos, pra lavar e engomar. Lava num dia, no outro engoma, é que recebe o dinheiro. Ela me dá o dinheirinho todinho, mas é o dinheiro dela comprar as roupinha dela, né, minha filha?, que ela precisa, os calçado e tudo". Dona Raimunda já trabalhou muito no interior, diz que toda vida foi trabalhadora. Fazia chepéu naquela forma, se os senhores vissem . . . Tudo bem feitinho. Também fazia aquelas redes cabeludas, que deixa o tucum todo assim para fora, balançando. Fazia também bolsa, surrão, tudinho em corda. Trabalhou muito no interior. Hoje em dia é porque já vive cansada e tudo. Depois que teve essas bichinha . . . Mas toda vida trabalhou. Agora ficou com uma certa idade . . . Perdeu muito de sua saúde, foi dona Raimunda? - "*Olhe, a senhora me acredite, eu queria que a senhora visse, passei oito dia com uma dor nas minha costela, falta de forgo, tudo. Aí vim pedir me arrastando. Quando cheguei ali, aqui no sinalzinho aí, uma mulherzinha me deu quarenta mil. Aí eu fui pr'acolá, ganhei mais cinco lá duma mulher. E a senhora me deu quinze. E agora me deu esse dinheirinho. Com esse dinheirinho eu vou fazer isso: vou comprar um leitinho, um pacote de leite, pra levar pra esse que vive doente, que é desnutrido. E o resto, vou ver se arranjo mais um dinheirinho, aí comprar um quilo de feijão, comprar um arrozinho, deixar pra eles comerem. Amanhã eu venho de novo. É, venho de novo. Quero ver se eu vejo umas conhecida minha que passava ali, naquele sinal, minha filha, porque elas me via com eles, aí já sabe que eles são meus neto e tudo. Aí, quando elas vem, elas traz uma roupinha velha, às vez, um feijão, arroz, macarrão, me dá pra eles. Até esse que é doente, que eu truxe um dia desse, a mulher deu . . . trouxe uma lata de leite - a mulher do carro - trouxe uma lata de leite ninho, desse bem forte, e uma lata de . . . daquele . . . daquele que tem o gosto de biscoito, que é pra ele comer com leite, que é pra ele comer com leite. O bichinho*

gostou foi muito! Porque . . . ele ficou mais fortezinho. Mas ele não tem nem sustento nas pernas. É desnutridozinho. Nem fala, só fala pai, mãe . . . Só chama eu de mãe. Pai, coitadinho, como é que ele pode chamar pai? Eu não reclamo, não, que ele chame. Porque ele é uma criança que não sabe de nada". Vive assim dona Raimunda, a **mendiga de favela**, no seio de sua família remontada, mulher sozinha, chefe e provedora, zelosa mãe, zelosa avó. Mas me explique, dona Raimunda, que matemática a senhora faz do tempo: se viveu com o pai de suas filhas durante sete anos, dos treze aos vinte anos de idade, como é que a senhora estando hoje com sessenta e três tem uma filha de dezoito? Está bem, dona Raimunda, não importa a contagem dos anos, importa que a senhora faça de si uma boa defesa moral apresentando-se assim como uma mulher íntegra que, após a primeira decepção amorosa recolheu-se à causa de seu lar, foi cuidar estoicamente de sua família. Isto, sim, a faz merecedora de todas as esmolas do mundo, a senhora está certa. Eu também preciso dar-lhe a minha parte. Tome, dona Raimunda, ponha no meu crédito perante Deus. Não foi assim que nos ensinou Salomão, que 'quem dá ao pobre empresta a Deus'? Não precisa prestar conta, o dinheiro que lhe dei é seu, faça dele o que quiser. Uma que a senhora está diante de mim é como mendiga mesmo, o que me transforma numa alma caridosa, aquela que doa. E outra que muito do seu tempo eu venho tomando com estas minhas curiosidades. E a lei dos homens já estabeleceu que 'tempo é dinheiro'. A senhora está deixando de ganhar enquanto se ocupa comigo. Ciência? Da minha ciência eu que preste conta(35). Mas se a senhora quer dizer, que diga, estou ouvindo. Comprou um par de sandália japonesa por cento e cinquenta, e um pacote dos grandes de leite em pó Itambé para o neto desnutrido, o bichinho, com três anos de idade, ainda nem anda. *"Depois de ter bebido o leite, o menino amanheceu amilhozinho"* - ela diz. É uma forma de agradecer e agradar? Ou porque um copo de leite no organismo de quem tem fome faça mesmo muita